



Ministério das Comunicações - MCOM
PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO
Nº 264359.0098107/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: JEFFERSON JOSE NASCIMENTO GUEDES
E-mail: jn**es@hotmail.com
CPF: ***.722.634-**

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Número da Solicitação: 264359.0098107/2024
Tipo da Solicitação: 01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações (MCom)
Informações Complementares: Requerimento de Transferencia Direta de Outroga Radio Sol Maior LTDA e Alagoas Comunicação LTDA completo.
Número do Processo Informado Pelo Solicitante: Não há
Data e Hora de Encaminhamento: 29/04/2024 às 09:40

DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL

Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	Requerimento de Transferencia Direta de Outroga Radio Sol Maior LTDA e Alagoas Comunicacao LTDA completo.pdf

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
Não há	Não há

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE

Nome da Pessoa Jurídica: RÁDIO SOL MAIOR LTDA

CNPJ: 01.757.455/0001-19

Endereço da sede: Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, sala 01, andar 1º, centro Bayeux/PB.

CEP da sede: 58.307-150

E-mail de contato: andrevajas@redetambau.com.br cherlytonduarte@redetambau.com.br
priscilamelo@redetambau.com.br

Serviço executado: ☒ (X) em frequência modulada
☐ () em ondas curtas
☐ () em ondas médias
☐ () em ondas médias adaptada para frequência modulada
☐ () em ondas tropicais
☐ () Radiodifusão sonora
☐ () Radiodifusão de sons e imagens

Localidade de execução do serviço: MACEIÓ **UF:** AL

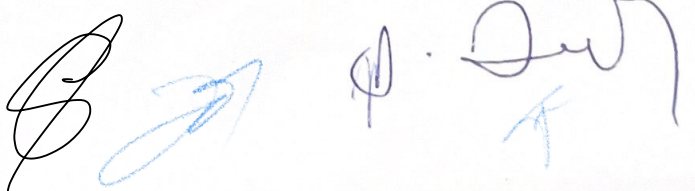
Número do Fistel: 50416391834 **Canal:** 293

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE

QUADRO SOCIETÁRIO

NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
José Carlos Valente Pontes	3.186.946 – 50%	R\$ 3.186.946,00
José Erivaldo Arraes	3.186.946 – 50%	R\$ 3.186.946,00
TOTAL	6.373.892 – 100%	R\$ 6.373.892,00

Requerimento de Transferência Direta - pag. 1





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

QUADRO DIRETIVO

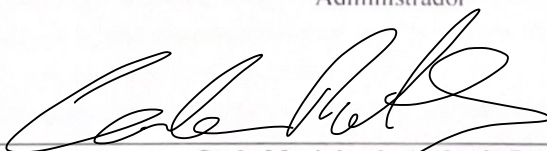
<i>NOME</i>	<i>CARGO</i>	<i>CPF</i>
Fábio Henrique Cavalcante Vieira (não sócio)	Administrador	782.872.353-91
Carla Marinho de Andrade Pontes (não sócia)	Administrador	621.884.453-68
André Chaves Vajas (não sócio)	Administrador	469.084.984-68

Nós, **FÁBIO HENRIQUE CAVALCANTE VIEIRA**, inscrito (a) no CPF sob o nº **782.872.353-91**, **FÁBIO CARLA MARINHO DE ANDRADE PONTES**, inscrito (a) no CPF sob o nº **621.884.453-68** e **ANDRÉ CHAVES VAJAS**, inscrito (a) no CPF sob o nº **469.084.984-68**, na qualidade de representantes legais da pessoa jurídica (cedente) acima qualificada, e com fundamento na alínea "c" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), vimos solicitar autorização deste Ministério para realizar a **TRANSFERÊNCIA DIRETA** da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste formulário.

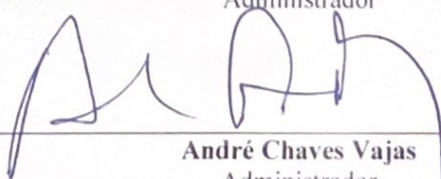
Maceió/AL, 25 de abril de 2024.


Fábio Henrique Cavalcante Vieira

Administrador


Carla Marinho de Andrade Pontes

Administrador


André Chaves Vajas

Administrador

Requerimento de Transferência Direta - pag. 2





IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA

Nome da Pessoa Jurídica: **ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA**
CNPJ: **03.738.203/0001-78**
Endereço da sede: **Travessa Santo Antônio, Loteamento Planalto de Mangabeiras, nº 957, QD. C, Lot. 01, Jacintinho, Maceló/AL.**
CEP: **57.040-505.**
CEP da sede: **57.040-505**
E-mail de contato: **jagocaldasady@gmail.com**

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA

QUADRO SOCIETÁRIO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA

NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
Maria Betânia Borelho Alves	105.000	R\$ 105.000,00
João Henrique Holanda Caldas	45.000	R\$ 45.000,00
TOTAL	150.000	R\$ 150.000,00

DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
- (b) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

Requerimento de Transferência Dtos. - pág. 3



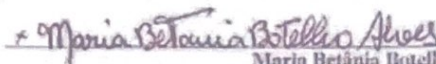
MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



(g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos delitos de que tratam as alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

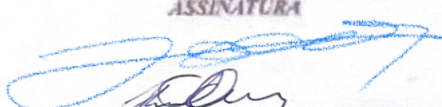


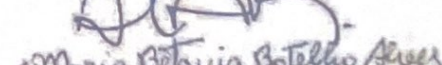
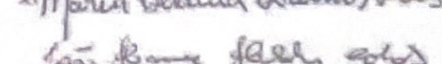
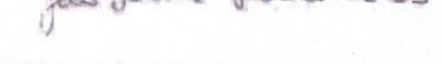

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Maceió/AL, 25 de abril de 2024.


Maria Betânia Botelho Alves
Administrador

De acordo,

ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES
(CEDENTE E CESSIONÁRIA)

NOME	ASSINATURA
José Carlos Valente Pontes	
José Erivaldo Azeites	
Fábio Henrique Cavalcante Vieira (não sócio)	
Carla Macinho de Andrade Pontes (não sócia)	
André Chaves Vajas (não sócio)	
Maria Betânia Botelho Alves	
João Henrique Holanda Caldas	

Requerimento de Transferência Direta - pág. 4



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **RÁIO SOL MAIOR LTDA**, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, inscrita no Ministério da Fazenda com o CNPJ sob nº. 01.757.455/0001-19, com sede no endereço: Rua engenheiro de carvalho, nº 70, sala nº 01, 1º andar, Centro, Bayeux – PB, nº 58.307-150, neste ato representado por, **ANDRÉ CHAVES VAJAS**, brasileiro, divorciado, administrador, CPF nº 469.084.984-68, C.I nº 585.765 SSP/AL, residente e domiciliado na Rua Mário Nunes Vieira, n 113/103, edf. Absolut Class, Jatiúca, CEP: 57.035-553, Maceió/AL.

OUTORGADOS: **MARCÍLIO DA SILVA FERREIRA FILHO**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PE nº 30.983; **JEFFERSON JOSÉ NASCIMENTO GUEDES**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PE nº 24.911; **ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PE 32.875 e **RODRIGO MOREIRA PIERRE DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, advogado, OAB/PE nº 44.549, todos com escritório na Rua Monsenhor Júlio Maria, nº 105, Madalena, Recife/PE, CEP: 50.720-090.

PODERES: Conferem-se poderes da cláusula *et extra* aos OUTORGADOS para representar a empresa OUTORGANTE perante o **Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)** e o **Conselho Regional de Engenharia (CREA)**, com vistas à defesa de seus interesses, podendo, para tanto, solicitar e receber cópias de processos administrativos, assinar defesas administrativas, ofícios, requerimentos, declarações e demais documentos necessários em nome da OUTORGANTE, solicitar boletos para pagamentos de eventuais dívidas existentes e requerer parcelamento, podendo ainda substabelecer poderes, com ou sem reservas, e, enfim, praticar todos os atos para regularização da emissora em todos os seus aspectos, técnicos e jurídicos.

João Pessoa/PB, 27 de abril de 2018.


ANDRÉ CHAVES VAJAS
Representante legal
RÁIO SOL MAIOR LTDA
CNPJ sob nº. 01.757.455/0001-19





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.757.455/0001-19 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 11/04/1997</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO SOL MAIOR LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO SOL MAIOR</div>		<div>PORTE EPP</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO R ENGENHEIRO DE CARVALHO</div>	<div>NÚMERO 70</div>	<div>COMPLEMENTO SALA 01 ANDAR 1</div>
<div>CEP 58.307-150</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO BAYEUX</div>
<div>UF PB</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO JOSECARLOS@TVTAMBAU.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (83) 3015-3713</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 26/03/2024 às 10:53:22 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO SOL MAIOR LTDA
CNPJ: 01.757.455/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:00:55 do dia 26/03/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/09/2024.

Código de controle da certidão: **983B.3C8D.3E79.209E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

CERTIDÃO

CÓDIGO: **93D6.92C8.7B11.4761**

Emitida no dia 26/03/2024 às 11:01:53

Nome Empresarial:

RADIO SOL MAIOR LTDA

Endereço:

ENGENHEIRO DE CARVALHO

Bairro:

CENTRO

Inscr. Estadual:

16.115.907-9

Município:

BAYEUX

Situação Cadastral:

ATIVO

Número:

70

Complemento:

SALA 01;ANDAR 1º;

CEP:

58307-150

CNPJ/CPF:

01.757.455/0001-19

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o Contribuinte supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.**

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido Contribuinte.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.pb.gov.br.




Certidão de Débito emitida via 'Internet'.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX

ESTADO DA PARAÍBA

CERTIDÃO NEGATIVA

Data: 27/03/2024

Hora: 11:35:28

Renilda Maria da Silva

Certidão Negativa de Débitos do Contribuinte

NÚMERO DA CERTIDÃO	DATA DA EMISSÃO	VALIDADE	STATUS
202306981/2024	27/03/2024	26/05/2024	Válido

DADOS DO CONTRIBUINTE	
CPF / CNPJ	NOME / RAZÃO SOCIAL
01.757.455/0001-19	RADIO SOL MAIOR LTDA
ENDEREÇO: RUA R-ENGENHEIRO DE CARVALHO, Nº 70 - SALA 01 ANDAR 1 BAIRRO: CENTRO CIDADE: Nao Informado CEP: 58110-020	

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, **NÃO CONSTA DÉBITOS** referente a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

Esta Prefeitura se reserva no direito de inscrever e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, que por ventura venham a ser apuradas.

FINALIDADE
Certidão Negativa
OBSERVAÇÕES
LICITAÇÃO.

BAYEUX - PB, 27 de Março de 2024.

Confira a autenticidade desse documento em https://bayeux-pb.nobesistemas.com.br/tributos/document_validator/new com o código a seguir.

Autenticação Eletrônica: 150A-6C7E-3A84-7C98



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://bayeux-pb.nobesistemas.com.br/tributos/negativa_certificat150A-6C7E-3A84-7C98

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
NÚMERO DA CERTIDÃO: 0.194.701/24-79

Contribuinte RADIO SOL MAIOR LTDA	CPF/CNPJ 01.757.455/0003-80
Endereço RUA CEL JOSE FRANCISCO SILVA, 97 - COMPLEMENTO: QUADRA: 136;LOTE: 13;LOTEAMENTO: MANOEL PACHEGO RAMALHO, LOT.; , BAIRRO PITANGUINHA, MACEIO/AL - CEP: 57.052-190	

Certificamos, com fundamento nas informações constantes em nosso Sistema de Cadastro e Controle de Arrecadação, e ressalvado o direito de a Fazenda Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, com referência ao presente instrumento, que em relação ao **CONTRIBUINTE** , acima identificado inexistente débito impeditivo a expedição desta certidão.

MACEIÓ (MCZ), 01 de Abril de 2024

Válida até: 30/06/2024

Código de autenticidade: DE21DA38AD3F08F7
A autenticidade desta certidão DEVE ser confirmada na pagina da Secretaria de Economia, no endereço: <http://www.maceio.al.gov.br/semec/>.

Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO SOL MAIOR LTDA

CNPJ: 01.757.455/0001-19

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:00:51 do dia 26/04/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/05/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sis.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

<https://anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01.757.455/0001-19
Razão Social: RADIO SOL MAIOR LTDA
Endereço: AV MONSENHOR WALFREDO LEAL 77 / TAMBIA / JOAO PESSOA / PB / 58020-540

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/04/2024 a 12/05/2024

Certificação Número: 2024041301023120289373

Informação obtida em 26/04/2024 09:58:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO SOL MAIOR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 01.757.455/0001-19

Certidão nº: 20365909/2024

Expedição: 26/03/2024, às 11:20:14

Validade: 22/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO SOL MAIOR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.757.455/0001-19**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA ME NIRE : 27200302879 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			Protocolo: ALC2401570355		
NIRE (Sede) 27200302879	CNPJ 03.738.203/0001-78	Data de Ato Constitutivo 04/04/2000	Início de Atividade 04/04/2000		
Endereço Completo Travessa SANTO ANTÔNIO - LOTEAMENTO PLANALTO DE MANGABEIRAS, Nº 957, QD. C, LOT. 01, JACINTINHO - Maceió/AL - CEP 57040-505					
Objeto Social EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE DE RADIODIFUSÃO MEDIANTE DIVULGAÇÃO DE PROGRAMAS DE CARÁTER EDUCATIVO, CULTURAL, INFORMATIVO E RECREATIVO, PROMOVENDO AO MESMO TEMPO A PUBLICIDADE COMERCIAL PARA SATISFAZER OS ENCARGOS DA EMPRESA, SENDO QUE PARA ALCANÇAR O OBJETIVO SERÃO USADOS OS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA (PRODUÇÃO, GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE SONS) EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, ESPECIALMENTE O QUE SE TRATA NA LEI Nº 4.117 DE 27 DE AGOSTO DE 1962, DO DECRETO Nº 52.026 DE 20 DE MAIO DE 1963 E MODIFICAÇÕES POSTERIORES, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA REGEDORA DA MATÉRIA;					
Capital Social R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) Capital Integralizado R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)		Porte Demais		Prazo de Duração Indeterminado	
Dados do Sócio					
Nome MARIA BETANIA BOTELHO ALVES		CPF/CNPJ 151.568.694-91	Participação no capital R\$ 105.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S
Nome JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS		CPF/CNPJ 011.176.901-99	Participação no capital R\$ 45.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador N
Dados do Administrador					
Nome MARIA BETANIA BOTELHO ALVES		CPF 151.568.694-91	Término do mandato Indeterminado		
Último Arquivamento				Situação	
Data 09/10/2019	Número 20190425172	Ato/eventos 223 / 223 - BALANÇO		ATIVA Status SEM STATUS	
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela					
1 - NIRE: xxxxxxxx		CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx			
Endereço Completo RUA Duque de Caxias, Nº 188, SALA 26;PAVMT0 3; , Centro, São Sebastião, SP, CEP: 11608545		CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx			
2 - NIRE: xxxxxxxx		CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx			
Endereço Completo , Nº , , , CEP: xx.xxx-xxx		CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx			
3 - NIRE: xxxxxxxx		CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx			
Endereço Completo , Nº , , , CEP: xx.xxx-xxx		CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx			
4 - NIRE: 27900300585		CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx			
Endereço Completo AVENIDA. SENADOR ARNON DE MELLO, Nº S/N , CENTRO, Maribondo, AL, CEP: 57670000		CNPJ: 03.738.203/0003-30			
5 - NIRE: 27900300607		CNPJ: 03.738.203/0003-30			
Endereço Completo RUA. SALU BRANCO, Nº 16 , SÃO CRISTOVÃO, Palmeira dos Índios, AL, CEP: 57601360					

Esta certidão foi emitida automaticamente em 21/02/2024, às 10:23:40 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.facilita.al.gov.br>, com o código JHLXTMLV.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



Governo do Estado de Alagoas
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial do Estado de Alagoas



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Continuação

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA ME NIRE : 27200302879 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada	Protocolo: ALC2401570355
--	---------------------------------



ALC2401570355

Edvaldo Maiorano de Lima
Secretário(a) Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.

TV. Santo Antonio, 957 - Lot. 01 - Qd. C. Jacintinho - Lot. Plan Mangabeiras
 CEP: 57040-505 Maceió/AL - NIRE JUCEAL: 27200302879 em 04/04/2000
 CNPJ : 03.738.203/0001-78

BALANÇO PATRIMONIAL EM 01/01/2022 A 31/12/2022

A T I V O

C I R C U L A N T E

Ativo Circulante	765.085,12
Disponível	
Caixa Movimento	2.850,35
Banco c/Movimento	203.816,70
Creditos Realizaveis	
Clientes	256.312,22
ESTOQUES	
Materiais Diversos	302.105,85

A T I V O P E R M A N E N T E

Ativo Não Circulante	497.252,61
Imobilizado	
Maquinas e Equipamentos	482.068,79
Moveis e Utensílios	80.020,94
(-) Depreciação Acumulada	(64.837,12)

TOTAL DO ATIVO

1.262.337,73

Maceió, 31 de Dezembro de 2022

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2022, estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de 1.262.337,73 (Um milhão e duzentos e sessenta e dois mil e trezentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos). Ressalvando que a responsabilidade do profissional de contabilista fica ao aspecto meramente técnico, desde que reconhecidamente operou elementos e comprovantes fornecidos pela administração da empresa, e que esta se responsabiliza pela exatidão e veracidade, levantados pela referida administração e sob sua total e exclusiva responsabilidade.

INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DAS FOLHAS nº 14 a 16 do Livro Diário nº 05, registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS SOB TERMO DE AUTENTICAÇÃO Nº 20240157370 DE 14 de Março de 2024.

5º Serviço

Maria Betania Botelho Alves

Maria Betania Botelho Alves
 CPF (MF): 151.568.694-91
 SOCIA-ADMINISTRADORA

1º Distrito

ENOQUE GOMES DE SENA
 Contador CRC/AL 4835 - AL
 CPF: 184.473.764-00

5º Serviço Notarial de Maceió-AL - R. João Pessoa, 113-Centro - Fone:3025-3787
 Poder Judiciário - Estado de Alagoas

AEQ87612-568X Confira em: <https://selo.tjaj.jus.br>
 Selo Digital de Autenticação, reconhecimento de firma e distribuição/Azul, reconheço a firma por semelhança de: Maria Betania Botelho Alves
 em Fé, Maceió, 19/03/2024 15:16, em testemunho da verdade Rafael de Oliveira Cerqueira, Escrivente Dione Maria Bandeira Trindade Lins

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>


CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS DO 12º DISTRITO
 Rua Dias Cabral, 199, Centro, Maceió-AL - Tel:(32) 3221-1839
 Reconheço por Autenticidade a firma indicada de ENOQUE GOMES DE SENA
 em
 testemunho
 Jacira Santos Costa - Oficial; João Victor Abreu Gameleira F. Barbosa - Substituto; Alysson Darian S. dos Santos e Jennifer Maria V. Pena Barbosa - Escreventes - Doc. Solicitante
 ***473.764**
 MACEIÓ, 15/03/2024 15:40:48
 da verdade
 Poder Judiciário - Estado de Alagoas - Confira os dados do ato em: <https://selo.tjaj.jus.br>
 Selo Digital de Autenticação, rec. da firma e distribuição Azul AEQ8776-Q88E

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.
TV. Santo Antonio, 957 - Lot. 01 - Qd. C. Jacintinho - Lot. Plan Mangabeiras
CEP: 57040-505 Maceió/AL - NIRE JUCEAL: 27200302879 em 04/04/2000
CNPJ : 03.738.203/0001-78

BALANÇO PATRIMONIAL EM 01/01/2022 A 31/12/2022

P A S S I V O

P A S S I V O C I R C U L A N T E

Passivo Circulante	38.075,29
EXIGIVEL	
Obrigações Sociais	
INSS a Recolher	1.835,79
FGTS a Recolher	1.051,21
Obrigações Tributárias	
ISS a Recolher	9.987,14
IRPJ a Recolher	25.201,15

P A S S I V O N A O C I R C U L A N T E

Patrimônio Líquido	1.224.262,44
CAPITAL	
Capital Social	150.000,00
Resultado do Exercício	
Lucro do Exercício	159.431,92
Lucro Acumulados	914.830,52

TOTAL DO PASSIVO 1.262.337,73

Maceió, 31 de Dezembro de 2022

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2022, estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de 1.262.337,73 (Um milhão e duzentos e sessenta e dois mil e trezentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos). Ressalvando que a responsabilidade do profissional de contabilista fica ao aspecto meramente técnico, desde que reconhecidamente operou elementos e comprovantes fornecidos pela administração da empresa, e que esta se responsabiliza pela exatidão e veracidade, levantados pela referida administração e sob sua total e exclusiva responsabilidade.

INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DAS FOLHAS nº 14 a 16 do Livro Diário nº 05, registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS SOB TERMO DE AUTENTICAÇÃO Nº 20240157370 DE 14 de Março de 2024.

6º Serviço
Maria Betânia Botelho Alves
CPF (MF): 151.568.694-91
SOCIA-ADMINISTRADORA

ENOQUE GOMES DE SENA
Contador CRC/AL 4835 - AL
CPF: 184.473.764-00

6º Serviço Notarial de Maceió-AL - R João Pessoa, 113-Centro - Fone:3025-3787
Poder Judiciário - Estado de Alagoas
AEQ67813-62L4 Confira em: <https://selo.tj.al.jus.br>
Selo Digital de Autenticação, reconhecimento de firma e distribuição/Azul, reconheço a firma por semelhança de: Maria Betânia Botelho Alves
Dou Fe, Maceió, 19/03/2024 18:16, em testemunho da verdade
Juiz Interino Rafael de Oliveira Cerqueira, Escrevente Dione da Bandeira Trindade Lima
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

CARTÃO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS DO 1º DISTRITO
Rua Das Cabral, 199, Centro, Maceió-AL - Tel:(82) 3221-1838
Reconheço por Autenticidade a firma indicada de ENOQUE GOMES DE SENA
Em testemunho
Jacira Santos Costa - Oficial; João Victor Abreu Gamaleiro F. Barbosa - Substituto; Alysson Darlan S. dos Santos e Jennyffer Miria V. Pena Barbosa - Escreventes - Doc. Solicitante
***473.764-00
Maceió, 15/03/2024 12:48:56
de verdade
Poder Judiciário Estado de Alagoas - Confira os dados do ato em: <https://selo.tj.al.jus.br>
Selo Digital de Autenticação, rec. de firma e distribuição/Azul AEQ67777-1CQK

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



AEQ67614-D:AW Confira em: <https://selo.digital.br/autenticacao>
Selo Digital de Autenticação, recon
distribuição/Azul, reconheço a firma por semelhança de: Maria
Betânia Botelho Alves
Dcu Fé. Maceió, 19/03/2024 16:16, em testemunho da verdade
Tabelião Interino Rafael de Oliveira Cerqueira, Escrevente Dione
Karia Bandeira Trindade Lins

Wlundon

ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.

TV. Santo Antonio, 957 - Lot. 01 - Qd. C. Jacintinho - Lot. Plan Mangabeiras
CEP: 57040-505 Maceió/AL - NIRE JUCEAL: 27200302879 em 04/04/2000
CNPJ : 03.738.203/0001-78

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO EM 01/01/2022 a 31/12/2022

RECEITA BRUTA DE SERVICOS

Receita Bruta de Serviços.....	1.356.318,41
(-) Deduções Diretas de Serviços.....	
Imposto e Cont. s/serviços.....	(198.133,06)
RESULTADO BRUTO.....	1.158.185,35

CUSTOS E DESPESAS

CUSTO

Mercadoria p/uso na prestação dos serviços.....	(170.982,00)
Custo Merc. Na Prest. serviços.....	(85.294,60)

CUSTO C/ PESSOAL

OUTROS CUSTOS

CUSTO SERVICOS PRESTADOS

DESPESAS COM PESSOAL

Folha de pagamento.....	(146.512,99)
Encargos de INSS.....	(44.831,03)
Encargos de FGTS.....	(13.720,03)
13o.Salario.....	(12.255,06)

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Pro-Labore.....	(40.080,00)
Honorários Contábeis.....	(15.840,00)
Material de expediente e mat. De limpeza.....	(185.502,90)
Desp. Diversas.....	(260.435,33)
Água.....	(4.834,85)
Luz.....	(16.501,90)

DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Taxa de localização.....	(1.962,74)
--------------------------	------------

RESULTADO DO EXERCICIO

RESULTADO DO EXERCICIO.....	159.431,92
------------------------------------	-------------------

Reconhecemos a exatidão do presente demonstrativo, realizado em 31 de Dezembro de 2022.

INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DAS FOLHAS nº 14 a 16 do Livro Diário nº 05, registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
AUTENTICAÇÃO Nº 20240157370 DE 14 de Março de 2024.



Maceió, 31 de Dezembro de 2022

Maria Betânia Botelho Alves

Maria Betânia Botelho Alves
CPF (MF): 151.568.694-91
SOCIA-ADMINISTRADORA

ENOQUE GOMES DE SENA
Contador CRC/AL 4835 - AL
CPF: 184.473.764-00

CARTÃO DO REGISTRO CIVIL DE NOTAS DO 1º DISTRICTO
Rua da Cabral, 199, Centro, Maceió-AL - Tel: (32) 3226-4830
Reconheço por Autenticidade a firma indicada de ENOQUE GOMES DE SENA
Maceió, 15/03/2024 11:48:59
de verdade
Testemunho
João Santos Costa - Oficial João Vítor Abreu Gamaleia F.
Barbosa - Substituto Alysson Darlân S. dos Santos e Janniffer
Marla V. Pena Barbosa - Escreventes - Dcu. Solicitante
*** 473.764-00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.
TV. Santo Antonio, 957 - Lot. 01 - Qd. C. Jacintinho - Lot. Plan Mangabeiras
CEP: 57040-505 Maceió/AL - NIRE JUCEAL: 27200302879 em 04/04/2000
CNPJ : 03.738.203/0001-78

PARECER DO BALANÇO – ÍNDICES DE AVALIAÇÃO (EXERCÍCIO 2022)

(Dados Extraídos do Balanço da Empresa Encerrado em 31/12/2022)

Os índices ora analisados são comumente mais usados nas análises financeiras das empresas, por Banqueiros em Licitações e Fornecedores, entre outros, pois indica a capacidade que a empresa tem em pagar os seus compromissos vencíveis a curto prazo, principalmente os empréstimos bancários e os compromissos vencíveis no exercício. A empresa analisada possui capacidade de assumir seus compromissos vencíveis até no mínimo um ano da data do Balanço.

$$LG = \text{Liquidez Geral} = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{765.085,12 + 0}{38.075,29 + 0} = 20,09 / \text{Conclusão } LG \geq 1,00$$

$$SG = \text{Solvência Geral} = \frac{AT}{PC + ELP} = \frac{1.262.337,73}{38.075,29 + 0} = 33,15 / \text{Conclusão } SG \geq 1,00$$

$$LC = \text{Liquidez Corrente} = \frac{AC}{PC} = \frac{765.085,12}{38.075,29} = 20,09 / \text{Conclusão } LC \geq 1,00$$

$$ET = \text{Endividamento Total} = \frac{PC + ELP}{AT} = \frac{38.075,29 + 0}{1.262.337,73} = 0,03 / \text{Conclusão } ET \leq 1,00$$

CONCLUSÃO – A empresa ora analisada, possui os índices de acordo com a média brasileira e estão dentro dos padrões normais. Os parâmetros de avaliação indicam que a empresa possui valores disponíveis a assumir compromissos para com terceiros a curto e médio prazo, considerando sempre os princípios gerais de contabilidade.

Maceió(AL), 31 de dezembro de 2022.



Maria Betânia Botelho Alves

Maria Betânia Botelho Alves
Sócia-Administradora
CPF(MF)151.568.694-91

DISPONÍVEL

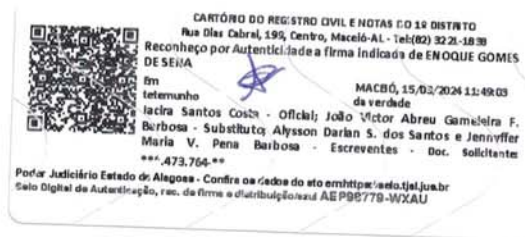
Enoque Gomes de Sena
CRC/AL 4835
CPF(MF)184.473.764-00

5º Serviço Notarial de Maceió-AL - R João Pessoa, 113-Centro - Fone:3026-3787
Poder Judiciário - Estado de Alagoas



AEQ67616-EZYS Confira em: <https://selo.tjal.jus.br>
Selo Digital de Autenticação, reconhecimento de firma e distribuição/Azul, reconheço a firma por semelhança de : Maria Betânia Botelho Alves
Dou Fé. Maceió, 19/03/2024 15:16. em testemunho da verdade
Tabelião Interino Rafael de Oliveira Cerqueira, Escrevente Diene Karla Bandeira Trindade Lima

Whundad



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, ENOQUE GOMES DE SENA, com inscrição ativa no CRC/AL, sob o nº 4835, inscrito no CPF nº 18447376400, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
18447376400	4835	ENOQUE GOMES DE SENA



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/03/2024 15:03 SOB Nº 20240176430.
PROTOCOLO: 240176430 DE 20/03/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12403959015. CNPJ DA SEDE: 03738203000178.
NIRE: 27200302879. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 20/03/2024.
ALAGOAS COMUNICACAO LTDA ME

EDVALDO MAIORANO DE LIMA
SECRETÁRIO-GERAL
www.facilita.al.gov.br



Autenticidade eletrônica estabelecida, conforme o original, sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/741f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

CERTIDÃO ESTADUAL**FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL E CONCORDATA****CERTIDÃO Nº: 0004024834****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, anteriores, verifiquei NÃO CONSTAR distribuições em nome de:

ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA, residente na TV SANTO ANTÔNIO, S/N, QUADRA C, LOT 01, LOT PLAN MANGABEIRAS, JACINTINHO, CEP: 57040-505, Maceió - AL, vinculado ao CNPJ: 03.738.203/0001-78 ***

Certifico ainda que a pesquisa acima refere-se a AÇÕES DE FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL E CONCORDATA em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, com as ressalvas abaixo:

Observações:

- 1 - A presente certidão foi emitida de acordo com a Resolução nº. 121/2010 do CNJ;
- 2 - A presente certidão não abrange eventuais ações de FALÊNCIA em que a pessoa a respeito da qual é expedida figure no pólo ativo;
- 3 - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ;
- 4 - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que deverão ser objeto de certidões específicas;
- 5 - A exatidão dos dados pessoais fornecidos para pesquisa é de inteira responsabilidade da parte interessada.
- 6 - A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (www.tjal.jus.br).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Maceió, sexta-feira, 26 de abril de 2024 às 11h17min.

PEDIDO Nº:**0004024834**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.738.203/0001-78 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/04/2000	
NOME EMPRESARIAL ALAGOAS COMUNICACAO LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite 90.01-9-02 - Produção musical 47.62-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO TV SANTO ANTONIO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO QD C LOT 01 LOT PLAN MANGABEIRAS	
CEP 57.040-505	BAIRRO/DISTRITO JACINTINHO	MUNICÍPIO MACEIO	UF AL
ENDEREÇO ELETRÔNICO enoquesena@gmail.com		TELEFONE (82) 9315-5593/ (82) 9315-5593	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 20/02/2024 às 11:06:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.738.203/0001-78

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:30:01 do dia 02/02/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 31/07/2024.

Código de controle da certidão: **0177.B5FD.013C.804A**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Estado de Alagoas
Secretaria de Estado da Fazenda
Superintendência da Receita Estadual

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Certidão fornecida para o CNPJ: 03.738.203/0001-78

Nome/Contribuint ALAGOAS COMUNICACAO LTDA - EPP

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos existir, na presente data, as seguintes pendências cadastradas em nome do contribuinte acima identificado.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos do contribuinte e refere-se a débitos de natureza tributária e descumprimento de obrigações acessórias.

Origem das Pendências	Quantidades
Omissão de Entrega de Declarações	0
Débitos Inscritos em Dívida Ativa	1
Débito em Tramitação Administrativa	1
Antecipado em aberto	0
Cadastro Irregular	NÃO

Certidão emitida gratuitamente com base na Instrução Normativa SEF nº. 27 de 15 de maio de 2017.

Certidão emitida nos termos do art. 80 da Lei nº 6.771/06 e do art. 259 do Decreto nº 25.370/13.

Válida até 20/04/2024

Emitida às 10:21:49 do dia 20/02/2024

Código de controle da certidão: 31D1-6EB3-DB5B-48B1

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda no endereço: www.sefaz.al.gov.br.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Chefia de ICMS Declarado
Rua General Hermes, 80, - Bairro Centro, Maceió/AL, CEP 57020-904
Telefone: - <http://www.sefaz.al.gov.br/>

CONTESTAÇÃO DE CERTIDÃO DE DÉBITO DECLARADO (CDD)

Lei 6.771/2006

CONTESTAÇÃO DE CERTIDÃO DE DÉBITO DECLARADO (CDD)

Lei 6.771/2006

IDENTIFICAÇÃO	
Razão Social	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA
CNPJ	03.738.203/0001-78
Nome	ANANIAS CIRILO DE ALMEIDA
CPF	210.617.424-15
Endereço	TV SANTO ANTONIO
CEP	57.040-505
Município	MACEIÓ
Estado	ALAGOAS
E-mail	CONTABILPLUS.DFISCAL@GMAIL.COM
Telefone	82 3221-3531
Nº DA CDD	
965849	
REQUERIMENTO	
O contribuinte acima identificado requer contestar a lavratura da Certidão de Débito Declarado informada pelos motivos apresentados a seguir:	
MOTIVO	
Solicitamos a prescrição do débito referente a CDD nº 965849.	
DOCUMENTOS ANEXOS	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Contestação de CDD SEFAZ-AL 23920840

SEI-E:01500:0000011276/2024 / pg. 1

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

(*) documentos essenciais		
X	TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO
x	Documento	Identidade - RG e CPF ou CNH do titular, representante legal ou procurador da empresa e do contador (*)
x	Comprovante	Residência recente (até 3 meses) (*)
X	Comprovante	Pagamento da taxa de serviços diversos (01 UPFAL) ou de isenção nos termos do art. 357 da Lei 4.418/82 (*)
	Comprovante	Pagamento do débito caso tenha efetuado
	Documento	Petição Inicial (Contestação)
	Procuração	Pública (registrada em cartório ou particular (firma reconhecida do outorgante) firma reconhecida - cartório
	Documento	Outros

Nestes termos pede deferimento



Documento assinado eletronicamente por **Ananias Cirilo de Almeida, Usuário Externo - Contador**, em 13/03/2024, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.al.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23920840** e o código CRC **F0C9F75A**.

Processo
nº E:01500.0000011276/2024

Revisão 00 SEI
ALAGOAS

SEI nº do Documento
23920840



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Contestação de ODD SEI/AZ-GID 23920840

SEI E:01500.0000011276/2024 / pg. 2

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Ilmo. Sr. chefe da Central de Atendimento ao Cidadão Sefaz-AL em Maceió.

REQUERIMENTO

ALAGOAS COMUNICACAO LTDA, empresa brasileira de direito privado sito à Travessa Santo Antonio, Sn, Jacintinho, Maceió-AL, inscrito no **CNPJ/MF 03.738.203/0001-78 e no Caceal N° 240.98325-4**, vem mui respeitosamente solicitar a análise e declaração de prescrição de débito junto à Fazenda Estadual do Estado de Alagoas referente a CDA n° 965849.

De acordo com os fatos e fundamentos a seguir apresentados:

- 1- O débito em questão se refere a uma infração com data lançamento em 13/03/2009;
- 2- Informo que transcorreu o prazo prescricional previsto na legislação vigente para a cobrança do referido débito;
- 3 - Destaco que, até a presente data, não houve qualquer manifestação por parte da Fazenda Estadual para cobrança do referido débito, configurando-se, assim, a prescrição da obrigação tributária.

Sem mais para o momento, agradeço desde já a atenção dispensada e as providências tomadas.

Termos em que,
Pede deferimento.

ALAGOAS
COMUNICACAO
LTDA:03738203000
178

Assinado de forma digital por
ALAGOAS COMUNICACAO
LTDA:03738203000178
Dados: 2024.03.13 17:39:29
-03'00'

Maceió/AL, 13 de Março de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Comprovante de pagamento
de IPVA

CAIXA

Valor

R\$ 34,41

Data

22/02/24

19:46



Operação realizada com sucesso!

Dados do Pagamento

Código de barras

8583000000093441000220234022
30000004124903282198

Conta de débito

0840 | 003 | 00002860-8

Convênio

SECRETARIA DA FAZEND

Valor

34,41

Data de vencimento

22/02/2024

Identificação da operação

TAXA DE SERVICOS

Data de débito

22/02/2024

Código da operação

00684465

Chave de segurança

TWG80RRJ8J6F763H



Você poderá consultar futuramente essa e
outras transações no menu de consultas.

Em caso de dúvidas entre em contato através dos
nossos canais de atendimento, e informe o ID da
transação presente neste comprovante.

Alô CAIXA: 4004 0104 (Capitais e reg. metropolitanas)

Alô CAIXA: 0800 104 0 104 (Demais regiões)

Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Ouvidoria: 0800 725 7474



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Comprovante PAGTO TAXA SERVIÇO (23920842)

SEI E:01500.0000011276/2024 / pg. 4

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



8583000000 9 34410002202 3 40223000000 4 12490328219 8



Governo do Estado de Alagoas Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação - No 124903282

DAR / CB
Modelo 01

CNPJ 03.738.203/0001-78	Receita 35815	Referência 02/2024	Data de Emissão 22/02/2024	Município 143 - MACEIO	Vencimento 23/02/2024
Nome ALAGOAS COMUNICACAO LTDA - EPP					Principal 34,41
Observações: NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO Pagar apenas nos bancos credenciados: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Bancoob, Bradesco, Caixa, Itaú, Santander ou Sicredi Data de Vencimento do Tributo: 23/02/2024 Quantidade de UPFAL: 1 TAXA PARA ABERTURA DE PROCESSO.					CM 0,00
					Desconto 0,00
					Juros 0,00
					Multa 0,00
					Total 34,41

AUTENTICAÇÃO NO VERSO 1ª Via - Banco



8583000000 9 34410002202 3 40223000000 4 12490328219 8



Governo do Estado de Alagoas Secretaria da Fazenda
Documento de Arrecadação - No 124903282

DAR / CB
Modelo 01

CNPJ 03.738.203/0001-78	Receita 35815	Referência 02/2024	Data de Emissão 22/02/2024	Município 143 - MACEIO	Vencimento 23/02/2024
Nome ALAGOAS COMUNICACAO LTDA - EPP					Principal 34,41
Observações: NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO Pagar apenas nos bancos credenciados: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Bancoob, Bradesco, Caixa, Itaú, Santander ou Sicredi Data de Vencimento do Tributo: 23/02/2024 Quantidade de UPFAL: 1 TAXA PARA ABERTURA DE PROCESSO.					CM 0,00
					Desconto 0,00
					Juros 0,00
					Multa 0,00
					Total 34,41

AUTENTICAÇÃO NO VERSO 2ª Via - Contribuinte



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Documento FISCAL TAXA SERVIÇO (29920645)

SEI 2.01500.0000011276/2024 / pg. 5

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.738.203/0001-78 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/04/2000
NOME EMPRESARIAL ALAGOAS COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite 90.01-9-02 - Produção musical 47.62-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO TV SANTO ANTONIO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO QD C LOT 01 LOT PLAN MANGABEIRAS
CEP 57.040-505	BAIRRO/DISTRITO JACINTINHO	MUNICÍPIO MACEIO
UF AL		ENDEREÇO ELETRÔNICO enoquesena@gmail.com
TELEFONE (82) 9315-5593/ (82) 9315-5593		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 13/03/2024 às 17:16:20 (data e hora de Brasília).

Página: 61



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-435e-90f8-2416e27e953f>

Documento CNPJ (23520644)

SELF:01500:0000011276/2024 / pg. 6

41f58f8f-c4b8-435e-90f8-2416e27e953f

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
CENTRO DE PERÍCIAS FORENSES
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL. MÁRIO PEDRO DOS SANTOS

Polgar Direto

Maria Betânia Botelho Alves
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 278331 DATA DE EXPEDIÇÃO 21/10/2011

NOME MARIA BETÂNIA BOTELHO ALVES

FILIAÇÃO JOSE ALVES DA SILVA SOBRINHO

NAIR ALVES BOTELHO
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO 19/04/1958

MACEIÓ - AL
DSC, ORIGEM

CERTD CAS 47715 FLS 262 LIV B121

MACEIÓ - AL
151.568.694-91
2 VIA

MARIA MADALENA CARDOSO DA SILVA
DIRETORA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

LEI Nº 7.116 DE 29.08/83

P 302



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Documento SÚCRO (23520645)

SEI E-01300-000011276/2024 / pg. 7

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO			
NOME					
ANANIAS CIRILO DE ALMEIDA					
		DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF			
		382255 SSP AL			
		CPF		DATA NASCIMENTO	
		210.617.424-15		10/06/1960	
FILIAÇÃO					
JOSE CIRILO					
BENEDITA CIRILO DE ALMEIDA					
PERMISSÃO		ACC		CAT. HAB.	
				D	
Nº REGISTRO		VALIDADE		1ª HABILITAÇÃO	
01837126079		15/06/2026		22/07/1996	
OBSERVAÇÕES					
					
ASSINATURA DO PORTADOR					
LOCAL		DATA EMISSÃO			
MACEIO, AL		21/06/2021			
ASSINADO DIGITALMENTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO					
66043424680 AL026291886					
ALAGOAS					
DENATRAN			CONTRAN		

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Documento CRC (20920047)

SELE:01500.0000011276/2024 / pg. 9

	
POLÍCIA DO DIREITO	
ASSINATURA DO CONTABILISTA	
Esta carteira tem fe pública como documento de identidade nos termos do artigo 18 do C.L. 9.295 de 27/05/45 e artigo 1º da Lei 6.206 de 07/05/64	
BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	SOCIEDADE DE ENSINO DE CONTABILIDADE
210.617.424-15	382.265 - AL
24/03/2006	
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	

CARTeira DE IDENTIDADE DE CONTABILISTA	
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE	
AL	AL-00550490-7
CONTADOR	
ANANIAS CIRILO DE ALMEIDA	
JOSE CIRILO BENEDITA CIRILO DE ALMEIDA	
NASCIMENTO	NATURALIDADE
10/05/1980	NATURALIDADE
EXPEDIÇÃO	PRESIDENTE DO CRC
27/05/2007	CARLOS HENRIQUE DO NASCIMENTO

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Recibo Eletrônico de Protocolo - 23920849

Usuário Externo (signatário): Ananias Cirilo de Almeida
Data e Horário: 13/03/2024 17:48:58
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: E:01500.0000011276/2024
Interessados:

ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- **Documento Principal:**
 - Contestação de CDD 23920840
- **Documentos Essenciais:**
 - Documento REQUERIMENTO 23920841
 - Comprovante PAGTO TAXA SERVIÇO 23920842
 - Documento PAGTO TAXA SERVIÇO 23920843
- **Documentos Complementares:**
 - Documento CNPJ 23920844
 - Documento SÓCIO 23920845
 - Documento CNH CONTADOR 23920846
 - Documento CRC 23920847

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Secretaria de Estado da Fazenda.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Recibo Eletrônico de Protocolo SEI/AZ/01500.0000011276/2024 - SEI/E:01500.0000011276/2024 / pg. 10

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Acesso Externo com Disponibilização Parcial de Documentos

Peticionamento Intercorrente

Gerar PDF

Gerar ZIP

Autuação

Processo: E:01500.0000011276/2024
Tipo: Fazenda: Certidão de Dívida Declarada (CDD) - contestar
Data de Geração: 13/03/2024
Interessados: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA

Lista de Protocolos (9 registros):

<input checked="" type="checkbox"/>	Processo / Documento	Tipo	Data	Unidade	Ações
<input type="checkbox"/>	23920840	Contestação de CDD	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920841	Documento REQUERIMENTO	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920842	Comprovante PAGTO TAXA SERVIÇO	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920843	Documento PAGTO TAXA SERVIÇO	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920844	Documento CNPJ	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920845	Documento SÓCIO	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920846	Documento CNH CONTADOR	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920847	Documento CRC	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920849	Recibo Eletrônico de Protocolo	13/03/2024	SEFAZ CID	

Lista de Andamentos (4 registros):

Data/Hora	Unidade	Descrição
13/03/2024 17:49	SEFAZ CID	Processo remetido pela unidade SEFAZ CID
13/03/2024 17:49	SEFAZ CID	Disponibilizado acesso externo para Ananias Cirilo de Almeida (ananias.cirilo.almeida@gmail.com) até 18/02/2124 (36500 dias). Para disponibilização de documentos. Criado automaticamente por meio do módulo Peticionamento e Intimação Eletrônicos em razão de Peticionamento Eletrônico realizado.
13/03/2024 17:49	SEFAZ CID	O Usuário Externo Ananias Cirilo de Almeida efetivou Peticionamento de Processo Novo, tendo gerado o recibo 23920849 (Recibo Eletrônico de Protocolo)
13/03/2024 17:48	SEFAZ CID	Processo público gerado

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



DECLARAÇÃO

Eu, ANANIAS CIRILO DE ALMEIDA, contador da empresa **ALAGOAS COMUNICACAO LTDA**, inscrita no CNPJ **03.738.203/0001-78**, venho por meio desta declarar que a não emissão da Certidão Negativa de Débitos está relacionada ao débito de número 965849, o qual é indevido pelos seguintes motivos:

A data de origem do débito é 13/03/2009.

O débito em questão não foi inscrito em dívida ativa, portanto, encontra-se prescrito de acordo com o artigo 174 do Código Tributário Nacional (CTN), Lei nº 5.172/1966, o qual estabelece que o direito da Fazenda Pública de constituir o crédito tributário mediante lançamento decai em 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

Em novembro de 2023, ao emitirmos um extrato de débitos, o débito de número 965849 não constava no referido documento, evidenciando que o mesmo não estava pendente naquela data.

Somente em março de 2024, ao emitirmos outro extrato de débitos, observamos que a Secretaria da Fazenda (Sefaz) lançou o débito de número 965849 de forma indevida, sem qualquer base legal ou justificativa para tal lançamento.

Adicionalmente, informamos que foi aberto um processo pelo SEI (Sistema Eletrônico de Informações) da SEFAZ de Alagoas no dia 13/03/2024, solicitando a prescrição do referido débito. O número do processo aberto é E:01500.0000011276/2024.

Portanto, solicitamos que esta declaração seja aceita como comprovante da inexistência de débitos válidos que justifiquem a não emissão da Certidão Negativa de Débitos para nossa empresa.

Local: Maceió - AL

Data: 27/03/2024

ANANIAS CIRILO DE
ALMEIDA:21061742
415

Assinado de forma digital
por ANANIAS CIRILO DE
ALMEIDA:21061742415
Dados: 2024.03.27 17:33:03
-03'00'

ANANIAS CIRILO DE ALMEIDA

CPF: 210.617.424-15

CONTADOR

ALAGOAS
COMUNICACAO
LTDA:03738203000178

Assinado de forma digital por
ALAGOAS COMUNICACAO
LTDA:03738203000178
Dados: 2024.03.27 17:33:26
-03'00'

ALAGOAS COMUNICACAO LTDA

03.738.203/0001-78



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE TRIBUTOS
MERCANTIS
NÚMERO DA CERTIDÃO: 0.096.940/24-73

Inscrição 0900406089		
Contribuinte ALAGOAS COMUNICACAO LTDA ME	CPF/CNPJ 03.738.203/0001-78	Situação Cadastral Ativa

Endereço
RUA TRAVESSA SANTO ANTONIO - LOTEAMENTO PLANALTO DE MA, 957 , BAIRRO JACINTINHO, MACEIO/AL - CEP: 57.040-505

Certificamos, com fundamento nas informações constantes em nosso Sistema de Cadastro e Controle de Arrecadação, e ressaltando o direito de a Fazenda Municipal de inscrever e cobrar outras dívidas que venham a ser apuradas, com referência ao presente instrumento, que EXISTE débito registrado em nome do Contribuinte Econômico, ENTRETANTO, nos termos do disposto no artigo Art. 206 da Lei nº. 5.172/66 - Código Tributário Nacional, este documento tem os mesmos efeitos de CERTIDÃO NEGATIVA.

MACEIÓ (MCZ), 20 de Fevereiro de 2024

Válida até: 20/05/2024

Código de autenticidade: **E8BF7DAE5DF6F748**
A autenticidade desta certidão DEVE ser confirmada na pagina da Secretaria de Economia, no endereço: <http://www.maceio.al.gov.br/semec/>.

Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA

CNPJ: 03.738.203/0001-78

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:21:49 do dia 26/04/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/05/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sis.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

<https://anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.738.203/0001-78

Certidão nº: 11538698/2024

Expedição: 20/02/2024, às 10:19:14

Validade: 18/08/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALAGOAS COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.738.203/0001-78**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
PERGAMINHO OFICIAL - PO/AL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL. MÁRIO PEDRO DOS SANTOS



Polegar Direito



Maior de 60 anos

Maria Betania Botelho Alves

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO
GERAL 278331DATA DE
EXPEDIÇÃO 23/11/2018

NOME

MARIA BETANIA BOTELHO ALVES

FILIAÇÃO

JOSE ALVES DA SILVA SOBRINHO
NAIR ALVES BOTELHO

NATURALIDADE

MACEIÓ - AL

DATA DE NASCIMENTO

19/04/1958

DOC.ORIGEM

CERTD CAS 47715 FLS 262 LIV B121

MACEIÓ - AL

CPF

151.568.694-91

2 VIA

Roney Presbítero
RONEY PRESBITERO DE ARRUDA NASCIMENTO
SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P 325

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
DPT - INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Polícia Civil

João Henrique Holanda Caldas

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.452.354 DATA DE EXPEDIÇÃO 22/02/2011

NOME **JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS**

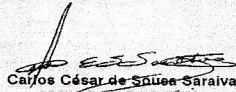
FILIAÇÃO
JOÃO CALDAS DA SILVA
EUDOCIA MARIA HOLANDA DE ARAUJO CALDAS

NATURALIDADE
MACEIÓ / AL DATA DE NASCIMENTO
22/07/1987

DESCRIÇÃO
C.NASC. Nº. 60.284, FOLHA 69, LIVRO A-54, REGISTRO CIVIL (05/08/1987)
MACEIÓ - AL

CPF
011.176.901-99

73485079


Carlos César de Sá Pereira Saraiva
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

NH 01

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Recomenda-se não plastificar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Capturar Triagem Pendente *Ciclo: 01*

Início da Atividade
29/04/2024

Protocolo GOV.BR

Número da Solicitação
264359.0098107/2024

CPF
046.722.634-28

Nome
JEFFERSON JOSE NASCIMENTO GUEDES

E-mail
jnguedes@hotmail.com

Sexo
Masculino

Data de nascimento
12/04/1983

País de nacionalidade
Brasil

Data de envio da solicitação
29/04/2024

Recibo da Solicitação

PDF com o recibo da Solicitação
96895_1.pdf

Dados da Solicitação

Tipo de Solicitação
01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações (MCom)

Documentação Necessária

Tipo de Documento Requerimento

Selecionar Documento Requerimento de Transferencia Direta de Outroga Radio Sol Maior LTDA e Alagoas Comunicacao LTDA completo.pdf

Complementação do Protocolo Anterior

Solicitação é complementar a um protocolo anterior
NÃO



nações Complementares (Preenchimento Opcional)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Entidade

Administrativo

Endereços

Plano Básico

Sistema Principal

Sistema de Trans. Auxiliar

RDS

Estação

Número da Estação

1007024140

Indicativo da Estação

ZYS320

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

30/09/2019

Data Último Licenciamento

04/06/2024

Número da Licença

53500.040351/2024-64

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
		▼	▼	

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
01250037935201808	1290	Despacho ▼	MCTIC ▼	11/07/2018

Histórico de Documentos Emitidos

+	Solicitação	Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Dat
x	65df7bafd7			Ato ▼	ORLE ▼		20/1
x		53000.028366/20	1914	Portaria ▼	MC ▼	08/06/2016	20/1
x		53500.031158/20	5205	Ato ▼	ORLE ▼	11/07/2018	03/1

← Fechar

➤ Enviar

➤ Validação





QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

17.731.199

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0235 CORREDOR NORDESTE

17.731.199

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

17.731.199

TOTAL

17.731.199

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 17.731.199
 6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 17.731.199
 6.2.1.0.00.00 TESOURO 17.731.199
 6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 17.731.199
 TOTAL DA RECEITA 17.731.199 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 17.731.199

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39217 - COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I T E	F V A L O R
0235 CORREDOR NORDESTE							17.731.199
PROJETOS							
26 784	0235 5597	CONSTRUCAO DE CAIS PARA CONTEINERES NO PORTO DE MACEIO					10.000.000
26 784	0235 5597 0002	CONSTRUCAO DE CAIS PARA CONTEINERES NO PORTO DE MACEIO - NO ESTADO DE ALAGOAS					10.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 26	1	4 - INV	90	0	495 10.000.000
26 784	0235 5689	RECUPERACAO DO MOLHE DE PROTECAO DO PORTO DE MACEIO					699.454
26 784	0235 5689 0027	RECUPERACAO DO MOLHE DE PROTECAO DO PORTO DE MACEIO - NO ESTADO DE ALAGOAS					699.454
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 4	1	4 - INV	90	0	495 699.454
26 784	0235 5864	MELHORAMENTO DAS INSTALACOES DO PORTO DE NATAL					7.031.745
26 784	0235 5864 0024	MELHORAMENTO DAS INSTALACOES DO PORTO DE NATAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI)					7.031.745
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 16	1	4 - INV	90	0	495 7.031.745
TOTAL - INVESTIMENTO							17.731.199

DECRETO DE 27 DE JUNHO DE 2002

Outorga concessão às entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - Rádio Sol Maior Ltda., na cidade de Maceió, Estado de Alagoas (Processo nº 53610.000057/98 e Concorrência nº 119/97-SSR/MC);

II - Rádio Clube Entre Amigos Ltda., na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000356/98 e Concorrência nº 026/98-SSR/MC).

Art. 2º Fica outorgada concessão à entidade abaixo mencionada, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens:

- TV Top Ltda., na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000198/98 e Concorrência nº 032/98-SSR/MC).

Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 4º, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de junho de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
 Juarez, Quadro do Nascimento

DECRETO DE 27 DE JUNHO DE 2002

Renova a concessão das entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam renovadas as concessões das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - RÁDIO ATALAIA DE CANAVIEIRAS LTDA., a partir de 25 de fevereiro de 1998, na cidade de Canavieiras, Estado da Bahia, outorgada pelo Decreto nº 95.588, de 5 de janeiro de 1988 (Processo nº 53640.000694/97);

II - RÁDIO DIFUSORA PARANAIBENSE LTDA.- ME, a partir de 10 de janeiro de 1998, na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pela Portaria nº 723, de 8 de novembro de 1967, e renovada pelo Decreto nº 96.010, de 3 de maio de 1988 (Processo nº 53700.001728/97);

III - RÁDIO ALIANÇA LTDA., a partir de 10 de julho de 1997, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, outorgada pelo Decreto nº 94.408, de 9 de junho de 1987 (Processo nº 53730.000225/97);

IV - RÁDIO POTIGUARA DE MAMANGUAPE LTDA., a partir de 24 de julho de 1997, na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba, outorgada pelo Decreto nº 94.411, de 10 de junho de 1987 (Processo nº 53730.000243/97);

V - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DOM PEDRO FELIPAK, a partir de 6 de junho de 1997, na cidade de Ibiti, Estado do Paraná, outorgada originariamente à Rádio Novo Horizonte de Ibiti Ltda., pela Portaria nº 486, de 30 de maio de 1977, renovada pelo Decreto nº 94.581, de 10 de julho de 1987, transferida pela Portaria nº 199, de 24 de outubro de 1989, para a concessionária de que trata este inciso, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Portaria nº 230, de 19 de outubro de 1990 (Processo nº 53740.000054/97);

VI - RÁDIO ALVORADA DO SUL LTDA., a partir de 6 de julho de 1997, na cidade de Rebouças, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria nº 594, de 4 de julho de 1977, e renovada pelo Decreto nº 94.529, de 26 de junho de 1987 (Processo nº 53740.000115/97);

VII - RÁDIO CLUB DE FAXINAL LTDA., a partir de 6 de junho de 1997, na cidade de Faxinal, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria nº 547, de 15 de junho de 1977, e renovada pelo Decreto nº 94.752, de 10 de agosto de 1987 (Processo nº 53740.000146/97);

VIII - RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE MEDIANEIRA LTDA., a partir de 3 de março de 1998, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 81.291, de 31 de janeiro de 1978, e renovada pelo Decreto nº 95.797, de 8 de março de 1988 (Processo nº 53740.001304/97);

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 780, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO JOSÉ QUIRINO FILHO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra de São Miguel, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 104, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Fundação José Quirino Filho, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra de São Miguel, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 781, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VILA ALZIRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 39, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Vila Alzira, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 782, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabaceiras, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 111, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Fundação de Assistência Social de Cabaceiras a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabaceiras, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 783, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL VIDA NOVA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 723, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Cultural Vida Nova a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclu-

sividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 784, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E COMUNITÁRIA DE ESPERANÇA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperança, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 86, de 29 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Assistencial e Comunitária de Esperança a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperança, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 785, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO JOSÉ LEITE DE OLIVEIRA - FILO - PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Piranhas, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 757, de 12 de dezembro de 2002, que autoriza a Fundação José Leite de Oliveira - FILO - para o Desenvolvimento Comunitário de São José de Piranhas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Piranhas, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 786, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ACCA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ARACATIENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracati, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 231, de 18 de abril de 2001, que autoriza a ACCA - Associação Comunitária Cultural Aracatiense a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracati, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 787, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-DESENVOLVIMENTO DE SIMOLÂNDIA - ADS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simolândia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 228, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Simolândia - ADS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simolândia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 788, DE 2003

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO SOL MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto s/nº de 27 de junho de 2002, que outorga concessão à Rádio Sol Maior Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 789, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL SANTANENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 76, de 29 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Cultural Santanense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 790, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE ITATIAIÇU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiaçu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 116, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Itatiaçu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiaçu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

FM em Bayeux/PB
OM em Maceió/AL

01.757.455/0001-19

Av. Monsenhor Walfredo Leal, 77 - Terreo - Tamboré

João Pessoa/PB - CER: 58.020.540

Fone: 830-241-2244

FAX: 830-241-3566



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 30/01/04
Página: 79 Seção: 3
ANOTADO POR: [assinatura]



CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO
ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO SOL MAIOR
LTDA. PARA EXPLORAR O SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA,
NA LOCALIDADE DE MACEIÓ, ESTADO DE
ALAGOAS.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e três, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Miro Teixeira, e a RÁDIO SOL MAIOR LTDA., CGC 01.757.455/0001-19, representada por seu Procurador, Raimundo Mário Martins de Andrade, RG 2.228.138 – SSP/PB, CPF 166.701.913/91, assinam o presente Contrato de Concessão, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade pelo Decreto de 27 de junho de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 788, de 22 de outubro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2003, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Maceió, Estado de Alagoas, regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Rádio Sol Maior Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Maceió, Estado de Alagoas, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do edital da Concorrência nº 119/97-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela concessionária.

Cláusula 2ª. A presente concessão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A concessionária é obrigada a:

- publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;
- iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 9 (nove) meses, contado da data da publicação do ato de deliberação da outorga pelo Congresso Nacional;

[assinatura]



- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a concessão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da concessão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

[Assinatura]

[Carimbo]



r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a concessionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras "e" e "g" desta cláusula;



- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A concessionária recolheu o valor de R\$126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A concessionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a concessionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.



áusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de stringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito s que já tenham sido consignadas.

áusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de cessidade dos serviços federais.

rágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, sde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras ncessionárias ou permissionárias.

áusula 12ª. A concessionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

áusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, licáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

áusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das muniqueções poderá, garantida ampla defesa, aplicar à concessionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

rafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser licadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias eis.

áusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o ncelamento da outorga, sujeitando a concessionária às sanções e penalidades previstas no Edital e a legislação que rege a licitação.

áusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da concessão pelo Ministério das muniqueções, a pedido da concessionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de oncessão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias correntes do mesmo contrato.



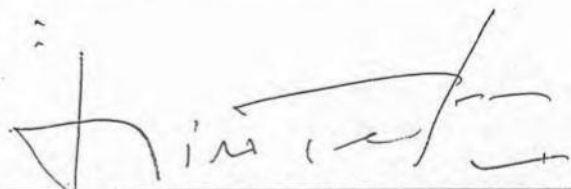
Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

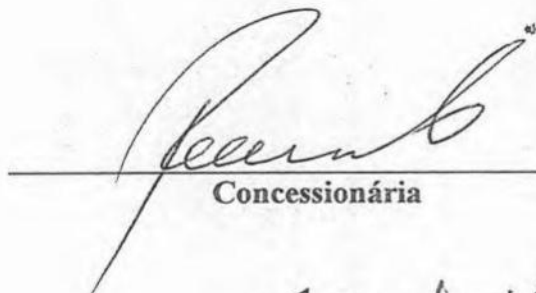
Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

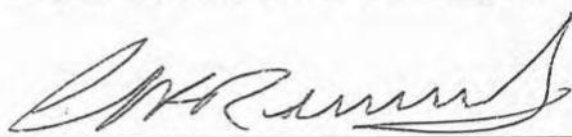
E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Concessão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.



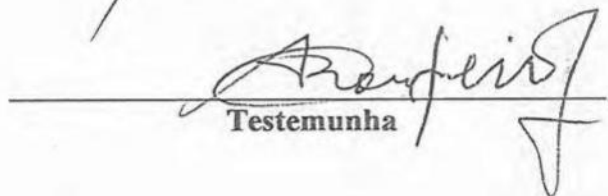
Ministro de Estado das Comunicações



Concessionária



Testemunha



Testemunha



**Menu Principal** ▼**Sistemas
Interativos**SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | menu ajuda**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM****UF: AL****Município: Maceió**

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO GAZETA DE ALAGOAS LTDA	Maceió	01/11/1983	01/11/1993
RADIO PARAISO LTDA	Maceió	01/11/1993	01/11/2003
RADIO PROGRESSO DE ALAGOAS LTDA	Maceió	01/05/1984	01/05/1994
RADIO SOL MAIOR LTDA	Maceió	30/01/2004	30/01/2014
SECRETARIA DO GABINETE CIVIL	Maceió	01/06/1984	01/06/1994

Usuário: - **Data: 18/11/2014** **Hora: 10:55:32****Registro 1 até 5 de 5 registros****Página: [1]** **[Ir]** **[Reg]**

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>
<http://sistemas.anatel.gov.br/srd/Relatorios/Outorga/Tela.asp>

18/11/2014

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

**Publicado no D.O.U.
de 09/ 04/ 2018,
Seção: III, Página: 08**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO SOL MAIOR LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS.

Aos 04 dias do mês de 04 do ano dois mil e dezoito, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a RÁDIO SOL MAIOR LTDA., doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 01.757.455/0001-19, representada por seus Administradores, o Sr. **José Dionísio Barsi Filho**, portador do CPF n.º 041.601.423-20 e/ou **José Erivaldo Arraes**, CPF n.º 048.941.383-87 e/ou **José Carlos Valente Pontes**, CPF n.º 022.926.533-20, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Maceió, estado de Alagoas, decorrente da concessão outorgada à Rádio Sol Maior Ltda., por meio do Decreto s/nº de 27 de junho de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2002, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Maceió, estado de Alagoas. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à Rádio Sol Maior Ltda., o canal 293, Classe A1, correspondente à frequência 106,5 Mhz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação n.º 53000.065143/2013-56, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a se concretizar

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico,

tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "a", "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Maceió, estado de Alagoas.


E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

(assinado eletronicamente)

**Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações**



Permissonária



Testemunha



Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 22/03/2018, às 19:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2769825** e o código CRC **FF660C29**.



Estações		Voltar	
1 total de registros		1 - 50	50
Atualizar		Filtrar	
Ações		Status	CNPJ
Visualizar em PDF		PH-C4 (Canal Licenciado)	01757450800119
		RADIO SOL MAIOR LTDA	50416301834
		P	Comercial
		FM	230
		AL	Macaré
		Canal	293
		Dec	
		Frequência	106.5
		Classe	A1
		Categoria da Estação	
		Latitude	9° 39' 56.98" S
		Longitude	35° 44' 5.99" W
		ERP	50
		HCI	60
		Platf Geradora	
		Fase	1
		Data	2024-06-26 11:27:25
		ID Estação Principal	
		ID do Canal	570ba53af8b7
		Observações	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Id solicitação: 57dbac53afb87

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO SOL MAIOR LTDA	
Nome Fantasia: RADIO SOL MAIOR	
Telefone: (83) 3015-3713	E-mail: josecarlos@tvtambau.com.br
CNPJ: 01.757.455/0001-19	Número do Fistel: 50416391834
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 30/01/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 30/01/2034	
Observações: Ato nº 8169, de 13/10/2014, publicado no DOU. de 15/10/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Engenheiro de Carvalho	Complemento: – Sala 1 – 1 ° andar	
Bairro: Centro	Numero: 70	
Município: Bayeux	UF: PB	CEP: 58307150

Endereço Correspondência		
Logradouro: Avenida Monsenhor Walfredo Leal	Complemento: - Terreo	
Bairro: Tambiã	Numero: 77	
Município: João Pessoa	UF: PB	CEP: 58020540

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Professor Ângelo Neto	Complemento:	
Bairro: Farol	Numero: 113	
Município: Maceió	UF: AL	CEP: 57051530

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Coronel Francisco Silva	Complemento:	
Bairro: Pitanguinha	Numero: 97	
Município: Maceió	UF: AL	CEP: 57052190

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Maceió	UF: AL

Parâmetros Técnicos			
Canal: 293	Frequência: 106.5 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 109.6915kW
HCI: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



Assinado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Informações Gerais											
Número da Estação: 1007024140						Número Indicativo: ZYS320					
Data Último Licenciamento: 11/05/2024						Número da Licença: 53500.040351/2024-64					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 9° 39' 48.35" S				Longitude: 35° 44' 6.36" W				Cota da base: 48.7 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 012630900901						Modelo: NV15 - 15 kW					
Fabricante: Nautel Limited						Potência de Operação: 14.6 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: HCA318-50J						Fabricante: RFS					
Comprimento da Linha: 70 m		Atenuação: 0.374 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.01 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: DRU8293						Fabricante: IDEAL IND. E COM. DE ANTENAS LTDA.					
Ganho: 9.03 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 10 °		Polarização: Vertical		HCI: 60 m		ERP Máxima: 109.69 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0.09	5°: 0.03	10°: 0	15°: 0.03	20°: 0.09	25°: 0.12	30°: 0.18	35°: 0.3	40°: 0.45	45°: 0.54	50°: 0.63	55°: 0.77
60°: 0.92	65°: 1.01	70°: 1.11	75°: 1.25	80°: 1.41	85°: 1.56	90°: 1.72	95°: 1.94	100°: 2.16	105°: 2.33	110°: 2.5	115°: 2.67
120°: 2.85	125°: 3.04	130°: 3.22	135°: 3.36	140°: 3.48	145°: 3.61	150°: 3.74	155°: 3.89	160°: 4.01	165°: 4.02	170°: 4.01	175°: 4.08
180°: 4.15	185°: 4.16	190°: 4.15	195°: 4.16	200°: 4.15	205°: 4.08	210°: 4.01	215°: 4.02	220°: 4.01	225°: 3.89	230°: 3.74	235°: 3.61
240°: 3.48	245°: 3.36	250°: 3.22	255°: 3.04	260°: 2.85	265°: 2.67	270°: 2.5	275°: 2.33	280°: 2.16	285°: 1.94	290°: 1.72	295°: 1.56
300°: 1.41	305°: 1.25	310°: 1.11	315°: 1.01	320°: 0.92	325°: 0.77	330°: 0.63	335°: 0.54	340°: 0.45	345°: 0.3	350°: 0.18	355°: 0.12
Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0
Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			

Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:	
				HCI: m		ERP Máxima: 109.69 kW	

RDS							
Código PI:							

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53610000571998	11	Decreto	PR	27/06/2002	28/06/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250037935201808	1290	Despacho	MCTIC	11/07/2018	13/07/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		20/03/2024	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000.028366/2013-32	1914	Portaria	MC	08/06/2016	20/06/2016	Multa	Jurídico
53500.031158/2018-94	5205	Ato	ORLE	11/07/2018	03/08/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115004108202345	13545	Portaria	MC	13/06/2024	26/06/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento							



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 26/06/2024 | Edição: 121 | Seção: 1 | Página: 11

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 13.545, DE 13 DE JUNHO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.004108/2023-45, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO SOL MAIOR LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 01.757.455/0001-19, número de inscrição no FISTEL 50416391834, a partir de 30 de janeiro de 2024, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



1246-7

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA		Nº: 000001/2010-AL	
LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO		FLS: 001/001	
NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO SOL MAIOR LTDA - CNPJ: 01.757.455/0001-19		Nº DA ENTIDADE 50012332755	
Nº DA ESTAÇÃO 323663575	SERVIÇO Radiodifusão Sonora em Onda Média	NAT. SERV. BRASIL	LATITUDE 09S292700
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO SÍTIO OÁSIS S/N		LONGITUDE 35W362300	
DISTRITO *****		UF AL	
BAIRRO IPIÓCA		MUNICÍPIO MACEIO	
<div><div><div>CIDADE DA OUTORGA : Maceió, AL</div><div>NOME FANTASIA : AM PALMARES</div><div>FREQÜÊNCIA : 800 kHz</div><div>POTÊNCIA DIURNA : 10,000 kW</div><div>HORÁRIO FUNC.: 00:00 a 24:00 - Seg. a Dom.</div><div>ESTÚDIO PRINCIPAL: RUA CEL. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA 97 FAROL</div><div>MUNICÍPIO : Maceió</div><div>ESTÚDIO AUXILIAR: RUA CEL. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA 97 FAROL</div><div>MUNICÍPIO : Maceió</div><div>TRANSMISSOR PRINCIPAL: Continental Lensa S/A</div><div>CÓDIGO : 0294031131</div><div>TRANSMISSOR AUXILIAR 1 *****</div><div>CÓDIGO : *****</div><div>TRANSMISSOR AUXILIAR 2 *****</div><div>CÓDIGO : *****</div><div>SISTEMA IRRADIANTE : Ondirecional/Onidirecional</div><div>NÚMERO DE RADIAIS : 120</div><div>COMPRIMENTO DE RADIAIS : 105.00 m</div><div>ALTURA DA TORRE : 105.0 m</div></div><div><div>INDICATIVO DA ESTAÇÃO :ZYH256</div><div>CLASSE : *****</div><div>POTÊNCIA NOTURNA : 10,000 kW</div><div>LOCALIDADE : *****</div><div>UF : AL</div><div>LOCALIDADE : *****</div><div>UF : AL</div><div>MODELO : K5-A12</div><div>POTÊNCIA : 10,000 kW</div><div>MODELO : *****</div><div>POTÊNCIA : ***** kW</div><div>MODELO : *****</div><div>POTÊNCIA : ***** kW</div><div>NÚMERO DE TORRES : 1</div><div>ESPAÇAMENTO ENTRE RADIAIS : 3.00 graus</div><div>COTA BASE DA TORRE : 32.00 m</div></div></div>			
IMPRESSA EM 11/08/2010			
OBSERVAÇÕES 01.757.455/0001-19		Licenciada Em 08/06/2010	VÁLIDA ATÉ 30/01/2014
		JOSE ARTUR FILARDI LEITE Ministro das Comunicações	



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Pedro Nery de Souza Neto**

Data/Hora: **27/06/2024 11:15:06**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO SOL MAIOR LTDA

Nº FISTEL: 50416391834

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 01757455000119

Situação: Não licenciada

Data Validade: ☒ CADIN: Não

Incidência FUST: Integral

Data Início Operação Comercial: ☒ UF: PB

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Proc. Caducidade: Não

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2018	18/09/2018	R\$ 349,06	18/09/2018	349,06	349,06	0001	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2019	05/11/2019	R\$ 5.800,00	26/09/2019	5.800,00	5.800,00	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 1.914,00	31/03/2020	1.914,00	1.914,00	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 290,00	31/03/2020	290,00	290,00	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 1.914,00	31/03/2021	1.914,00	1.914,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 290,00	31/03/2021	290,00	290,00	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 1.914,00	31/03/2022	1.914,00	1.914,00	0009	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 290,00	31/03/2022	290,00	290,00	0010	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 1.914,00	31/03/2023	1.914,00	1.914,00	0011	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 290,00	31/03/2023	290,00	290,00	0012	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2024	29/03/2024	R\$ 280,70	08/03/2024	280,70	280,70	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 1.914,00	26/03/2024	1.914,00	1.914,00	0014	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 290,00	26/03/2024	290,00	290,00	0015	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2024	18/06/2024	R\$ 5.800,00	09/05/2024	5.800,00	5.800,00	0016	Quitado	0,00
Total devido em 27/06/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 27/06/2024 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)

RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança

CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado

RJ - Lançamento com Recurso Judicial

RN - Lançamento com Recurso Denegado

DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União

CD - Lançamento Inscrito no CADIN

DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa

E - Lançamento em Execução Judicial

SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006

MO - Multa de Ofício

LO - Lançamento de Ofício

P - Parcelamento: Lançamento Parcelado

PA - Parcelamento: Parcela

BF - Benefício Fiscal



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMódulo=3761>
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



BOA TARDE
Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIGEC » » CONSULTAS GERAIS » » Consultar **Códigos de Receita** » internet teia menu ajuda

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital - MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

systemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISOSmodulo=3761

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[sistemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISOSmodulo=3761](http://sigec.anatel.gov.br/sistemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISOSmodulo=3761)
<http://sigec.anatel.gov.br/sistemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISOSmodulo=3761>



Governo do Estado da Paraíba
Secret. de Estado de Turismo e do Desenvolvimento Econômico
Junta Comercial do Estado da Paraíba



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: RADIO SOL MAIOR LTDA NIRE : 25200304225 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada		Protocolo: PBC2401816000	
NIRE (Sede) 25200304225	CNPJ 01.757.455/0001-19	Data de Ato Constitutivo 11/04/1997	Início de Atividade 11/04/1997
Endereço Completo Rua Engenheiro de Carvalho, Nº 70, SALA 01;ANDAR 1º;, Centro - Bayeux/PB - CEP 58307-150			
Objeto Social A SOCIEDADE TEM COMO OBJETO SOCIAL A EXECUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM GERAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TV A CABO, EM CONFORMIDADE COM CONCESSÕES, AUTORIZAÇÕES E PERMISSÕES QUE LHE FOREM OUTORGADAS PELO PODER CONCEDENTE.			
Capital Social R\$ 6.373.892,00 (seis milhões trezentos e setenta e três mil oitocentos e noventa e dois reais) Capital Integralizado R\$ 6.373.892,00 (seis milhões trezentos e setenta e três mil oitocentos e noventa e dois reais)		Porte Demais	Prazo de Duração Indeterminado
Dados do Sócio			
Nome JOSE CARLOS VALENTE PONTES	CPF/CNPJ 022.926.533-20	Participação no capital R\$ 3.186.946,00	Espécie de sócio Sócio
Administrador N	Término do mandato Indeterminado		
Nome JOSE ERIVALDO ARRAES	CPF/CNPJ 048.941.383-87	Participação no capital R\$ 3.186.946,00	Espécie de sócio Sócio
Administrador N	Término do mandato Indeterminado		
Dados do Administrador			
Nome ANDRE CHAVES VAJAS	CPF 469.084.984-68	Término do mandato Indeterminado	
Nome CARLA MARINHO DE ANDRADE PONTES	CPF 621.884.453-68	Término do mandato Indeterminado	
Nome FABIO HENRIQUE CAVALCANTE VIEIRA	CPF 782.872.353-91	Término do mandato Indeterminado	
Último Arquivamento Data 13/12/2023		Número 20235939218	Ato/eventos 310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
Situação ATIVA Status XXXXX			
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela			
1 - NIRE: xxxxxxxx		CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	
Endereço Completo R CEL JOSE FRANCISCO SILVA, Nº 97 , FAROL, Maceió, AL, CEP: 57050190			
2 - NIRE: 25900147459		CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	
Endereço Completo R MONSENHOR WALFREDO LEAL, Nº 77, SALA 01 , TAMBÁ, João Pessoa, PB, CEP: 58000000			

Esta certidão foi emitida automaticamente em 04/06/2024, às 15:13:46 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.redesim.pb.gov.br>, com o código JHD2QFEP.
Maria de Fatima Ventura Venancio
Secretário(a) Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO SOL MAIOR LTDA

CNPJ: 01.757.455/0001-19

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:12:26 do dia 27/06/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/07/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.738.203/0001-78
Razão Social: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME
Endereço: TV SANTO ANTONIO SN QD C LOT 1 LOT PLAN / JACINTINHO / MACEIO / AL / 57040-505

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/06/2024 a 26/07/2024

Certificação Número: 2024062712040885831257

Informação obtida em 27/06/2024 12:05:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>


41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.738.203/0001-78									
ALAGOAS COMUNICACAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraiail do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraiail do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

ALAGOAS COMUNICACAO LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá

Usuário: 07450926679 - Pedro Nery de Souza Neto

Data: 27/06/2024

Hora: 12:19:37



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 151.568.694-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Marechal Deodoro
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	União dos Palmares
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Penedo
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Palmeira dos Índios
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Rio Largo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		LTDA									
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: 07450926679 - Pedro Nery de Souza Neto Data: 27/06/2024 Hora: 12:17:37



Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		011.176.901-99									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: 07450926679 - Pedro Nery de Souza Neto

Data: 27/06/2024

Hora: 12:20:47



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

27/06/2024 14:26:06

De:

MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Pedro <pedro.neto@mcom.gov.br>

Assunto:

Processo nº 53115.012570/2024-05 - Transferência Direta de Outorga Comercial

Mensagem:

Senhor Coordenador Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, encaminho os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Sol Maior Ltda, inscrito no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Caso haja Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, que seja informada qual a infração cometida.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

RE: Processo nº 53115.012570/2024-05 - Transferência Direta de Outorga Comercial

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qui, 27/06/2024 15:05

Para: COATO <coato@mcom.gov.br>

Cc: Pedro Nery de Souza Neto <pedro.neto@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Sol Maior Ltda, inscrito no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 27 de junho de 2024 14:26

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>; Pedro Nery de Souza Neto <pedro.neto@mcom.gov.br>

Assunto: Processo nº 53115.012570/2024-05 - Transferência Direta de Outorga Comercial

Senhor Coordenador Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, encaminho os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Sol Maior Ltda, inscrito no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Caso haja Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, que seja informada qual a infração cometida.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 11413/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05

INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº **01.757.455/0001-19** e CNPJ nº **03.738.203/0001-78**, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.

ANÁLISE

2. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

3. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

4. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À NOME ENTIDADE CESSIONÁRIA (ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA):

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura (exercício social de 2023).

5. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 4, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto**, Técnico de Nível Superior, em 27/06/2024, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11604196** e o código CRC **45DC0F83**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11604196

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 22411/2024/MCOM

Brasília, 27 de junho de 2024.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19)
Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, Sala 01, 1º andar - Centro
CEP: 58.110-020 - Bayeux/PB
(Endereço eletrônico: andrevajas@redetambau.com.br; cherlytonduarte@redetambau.com.br; priscilamelo@redetambau.com.br)

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

- Encaminhe-se cópia da Nota Técnica nº 11413/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
- A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
- Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
- No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
- Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto, Técnico de Nível Superior**, em 27/06/2024, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11604274** e o código CRC **C5901CDC**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Anexos:

- Nota Técnica 11413 (11604196).

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11604274



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 22415/2024/MCOM

Brasília, 27 de junho de 2024.

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78)

1ª Travessa Santo Antônio, Loteamento Planalto de Mangabeiras, nº 957, QD. C, Lote 01 - Jacintinho

CEP: 57.040-505 - Maceió/AL

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica nº 11413/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto, Técnico de Nível Superior**, em 27/06/2024, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11604403** e o código CRC **81E14529**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

- Nota Técnica 11413 (11604196).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Cadastro para acesso ao SEI

CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 01.757.455/0001-19

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1

Razão Social	CNPJ	Emails
RADIO SOL MAIOR LTDA	01.757.455/0001-19	JOSECARLOS@TVTAMBAU.COM.BR, cherlytonduarte@redetambau.com.br, andrevajas@redetambau.com.br, simonesoares@redetambau.com.br, portozero@portozero.com.br

10 ▾ 1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf
https://infopleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

1/1

Data de Envio:

27/06/2024 18:25:59

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:

JOSECARLOS@TVTAMBAU.COM.BR
cherlytonduarte@redetambau.com.br
andrevajas@redetambau.com.br
simonesoares@redetambau.com.br
portozero@portozero.com.br
priscilamelo@redetambau.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº:53115.012570/2024-05

INTERESSADA: RÁDIO SOL MAIOR LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11604196.html
Oficio_11604274.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Cadastro para acesso ao SEI

CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 03.738.203/0001-78

Razão Social

Pesquisar

10 1 / 1

Razão Social	CNPJ	Emails
ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	edio@ea.adv.br, rozanaribeiro@gmail.com, vanderleialagoas@gmail.com, sistemaplugsei@gmail.com, sei@sistemaplug.com.br

10 1 / 1



Data de Envio:

27/06/2024 18:28:18

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:

edio@ea.adv.br
rozanaribeiro@gmail.com
vanderleialagoas@gmail.com
sistemaplugsei@gmail.com
sei@sistemaplug.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05
INTERESSADA: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA
ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11604196.html
Oficio_11604403.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

27/06/2024 18:29:23

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, foi encaminhada notificação à RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19) e à ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:
Nota_Tecnica_11604196.html
Oficio_11604274.html
Oficio_11604403.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Sistemas
Interativos

 **Menu Principal** ▼

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	
:	

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -

Data: 10/07/2024

Hora: 09:15:29



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.738.203/0001-78									
ALAGOAS COMUNICACAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá

Usuário: - Data: 10/07/2024 Hora: 09:16:29



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		011.176.901-99									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: - Data: 10/07/2024 Hora: 09:17:31



Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 151.568.694-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Marechal Deodoro
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	União dos Palmares
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Penedo
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Palmeira dos Índios
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Rio Largo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

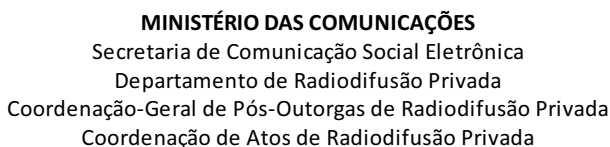
Usuário: - Data: 10/07/2024 Hora: 09:17:57



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

mesmo tipo de serviço e na mesma localidade, o que ficaria em descompasso com o que estipula a Lei 4.117/62, em seu art. 38, alínea g, a qual impõe a seguinte restrição:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas: (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20.12.2002)

(...)

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20.12.2002).

7. Por este motivo, faz-se necessário instar as pessoas jurídicas interessadas na operação, de modo a regularizar a situação em questão, para que ao final da operação todos os sócios/administradores estejam respeitando os limites de outorgas estabelecidos no Decreto-Lei nº 236/67.

8. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, comprove a regularização exposta no parágrafo 7, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/08/2024, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11628853** e o código CRC **ADCE5719**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11628853



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 26076/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19)
Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, Sala 01, 1º andar - Centro
CEP: 58.110 - 020 - Bayeux/PB
Endereço eletrônico: andrevajas@redetambau.com.br; cherlytonduarte@redetambau.com.br; priscilamelo@redetambau.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

- Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 12036/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
- A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
- Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
- No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
- Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/08/2024, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11699682** e o código CRC **4E01062A**.

Anexos:

Nota Técnica 12036 (11628853)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 26080/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78)
1ª Travessa Santo Antônio, Loteamento Planalto de Mangabeiras, nº 957, QD. C, Lote 01 - Jacintinho
CEP: 57.040-505 - Maceió/AL

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

- Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 12036/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
- A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

[Protocolo Digital do MCom](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
- Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
- No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
- Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/08/2024, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11699703** e o código CRC **E424A1AB**.

Anexos:

- Nota Técnica 12036 (11628853)



Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11699703

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveir

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

03.738.203/0001-78

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
SOM DA ILHA COMERCIO E PRODUcoes LTDA	04.391.521/0001-78	somdailha@somdailha.com.br, carolamaral10@hotmail.com
10 ▾ 1 / 1		

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

02/08/2024 11:19:38

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:

somdailha@somdailha.com.br
carolamaral10@hotmail.com

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11699703.html
Nota_Tecnica_11628853.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

02/08/2024 11:21:06

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
andrevajas@redetambau.com.br
cherlytonduarte@redetambau.com.br
priscilamelo@redetambau.com.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05
INTERESSADA: RÁDIO SOL MAIOR LTDA
ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:
Oficio_11699682.html
Nota_Tecnica_11628853.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

02/08/2024 11:22:57

De:
MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <sei@mcom.gov.br>

Para:
espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:
Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:
Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, foi encaminhada notificação à RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19), ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:
Oficio_11699682.html
Nota_Tecnica_11628853.html
Oficio_11699703.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 29398/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19)
Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, Sala 01, 1º andar - Centro
CEP: 58.110 - 020 - Bayeux/PB
Endereço eletrônico: andrevajas@redetambau.com.br; cherlytonduarte@redetambau.com.br; priscilamelo@redetambau.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67. PRORROGAÇÃO DE PRAZO. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

- Cumprimentando-o, cordialmente, informe-se que o prazo para regularização da situação exposta na Nota Técnica n.º 12036/2024/SEI-MCOM fica prorrogado por **90 (noventa) dias**, contado da data de recebimento deste Ofício, conforme pedido protocolado sob o nº 53115.032468/2024-18, em 30 de agosto de 2024.
- Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/09/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11851919** e o código CRC **FBF50EB8**.

Anexos:

- Nota Técnica 12036 (11628853)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11851919



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 29402/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78)
1ª Travessa Santo Antônio, Loteamento Planalto de Mangabeiras, nº 957, QD. C, Lote 01 - Jacintinho
CEP: 57.040-505 - Maceió/AL

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67. PRORROGAÇÃO DE PRAZO. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, informe-se que o prazo para regularização da situação exposta na Nota Técnica n.º 12036/2024/SEI-MCOM fica prorrogado por **90 (noventa) dias**, contado da data de recebimento deste Ofício, conforme pedido protocolado sob o nº 53115.032468/2024-18, em 30 de agosto de 2024.
2. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/09/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11851954** e o código CRC **E8172B73**.

Anexos:

- Nota Técnica 12036 (11628853)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11851954



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

03/09/2024 08:45:42

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <coato@mcom.gov.br>

Para:

JOSECARLOS@TVTAMBAU.COM.BR
cherlytonduarte@redetambau.com.br
andrevajas@redetambau.com.br
simonesoares@redetambau.com.br
portozero@portozero.com.br
priscilamelo@redetambau.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: RÁDIO SOL MAIOR LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67. PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11851919.html
Nota_Tecnica_11628853.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

03/09/2024 08:56:37

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <coato@mcom.gov.br>

Para:

edio@ea.adv.br
rozanaribeiro@gmail.com
vanderleialagoas@gmail.com
sistemaplugsei@gmail.com
sei@sistemaplug.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05
INTERESSADA: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA
ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67. PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11851954.html
Nota_Tecnica_11628853.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

03/09/2024 08:57:44

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas <coato@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, foi encaminhada notificação à RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19), ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Oficio_11851919.html

Nota_Tecnica_11628853.html

Oficio_11851954.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.738.203/0001-78

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -

Data: 19/12/2024

Hora: 15:11:03



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 151.568.694-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: -

Data: 19/12/2024

Hora: 15:10:08



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 011.176.901-99											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: - **Data: 19/12/2024** **Hora: 15:11:27**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Dados da consulta Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO SOL MAIOR LTDA

Nº FISTEL: 50012332755

Serviço: 205 - Radiodifusão Sonora em Onda Média

CNPJ/CPF: 01757455000119

Situação: Excluída

Data Validade: 30/01/2014

+ CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:






Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

+ UF: PB

Proc. Caducidade: Não

Receita	Est. / Ref./ Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2003	26/12/2003	R\$ 126.000,00		0,00	0,00	0001	Cancelado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
6530	0	2003	26/12/2003	R\$ 126.000,00	16/12/2003	126.000,00	126.000,00	0002	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
6530	0	2005	30/01/2005	R\$ 126.000,00	31/01/2005	126.000,00	126.000,00	0003	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
7241 - PPDUR	0	2006	08/01/2007	R\$ 200,00	28/02/2007	222,00	222,00	0004	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
8766 - TFI	1	2010	08/07/2010	R\$ 1.543,00	12/07/2010	1.563,36	1.563,36	0005	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 694,35	31/03/2011	694,35	694,35	0006	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 77,00	31/03/2011	77,00	77,00	0007	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 509,19	02/04/2012	509,19	509,19	0008	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 77,00	02/04/2012	77,00	77,00	0009	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 509,19	01/04/2013	509,19	509,19	0010	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		
4200 -	1	2013	31/03/2013	R\$ 77,00	01/04/2013	77,00	77,00	0011	Quitado	0,00
								 Histórico do Lançamento		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 509,19	31/03/2014	509,19	509,19	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0012												
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 77,00	31/03/2014	77,00	77,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0013												
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 509,19	30/03/2015	509,19	509,19	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0014												
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 77,00	30/03/2015	77,00	77,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0015												
1555	0	2015	15/06/2015	R\$ 797,36	05/06/2015	797,36	797,36	 Histórico do Lançamento	Quitado - DOU	0,00		
0016												
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 509,19	31/03/2016	509,19	509,19	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0017												
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 77,00	31/03/2016	77,00	77,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0018												
1660	0	2016	18/07/2016	R\$ 3.838,22	31/03/2017	3.838,22	3.838,22	 Histórico do Lançamento	Quitado - RN	0,00		
0019												
					26/06/2017	376,63	376,63					
					29/03/2019	55,95	55,95					
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 509,19	31/03/2017	509,19	509,19	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0020												
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 77,00	31/03/2017	77,00	77,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0021												
7241 - PPDUR	0	2017	15/04/2017	R\$ 200,00	17/04/2017	200,00	200,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0022												
8766 - TFI	1	2017	08/08/2017	R\$ 1.543,00	06/07/2017	1.543,00	1.543,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0023												
6530	0	2017	19/03/2018	R\$ 272.426,18	06/03/2018	272.426,18	272.426,18	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0024												
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 509,19	29/03/2018	509,19	509,19	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0025												
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 77,00	29/03/2018	77,00	77,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0026												
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 509,19	29/03/2019	509,19	509,19	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0027												



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

4200 -
CFRP

1

2019

31/03/2019


R\$ 77,00

29/03/2019

77,00

77,00

0028

 [Histórico do Lançamento](#)

Quitado

0,00

Total devido em 19/12/2024 (em reais):0,00

Total de créditos em 19/12/2024 (em reais):0,00

Legenda do Campo Situação	
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)	
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)	
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança	
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado	
RJ - Lançamento com Recurso Judicial	
RN - Lançamento com Recurso Denegado	
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União	
CD - Lançamento Inscrito no CADIN	
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa	
E - Lançamento em Execução Judicial	
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006	
MO - Multa de Ofício	
LO - Lançamento de Ofício	
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado	
PA - Parcelamento: Parcela	
BF - Benefício Fiscal	

Registro 1 até 28 de 28 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela InicialImprimirExportar Excel



LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA COMERCIAL.	
Processo nº 53115.012570/2024-05	
Data de protocolização do pedido: 29/04/2024	
Entidade cedente: Rádio Sol Maior Ltda.	C.N.P.J. Nº 01.757.455/0001-19
Entidade cessionária: Alagoas Comunicação Ltda.	C.N.P.J. Nº 03.738.203/0001-78
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM adaptada para FM	Fistel nº: 50416391834
Localidade: Maceió	UF: AL
Situação da Outorga:	(X) Com Portaria de renovação publicada - SEI 11600189 () Vencida
Processo de renovação nº 53115.004108/2023-45	Período: 30 de janeiro de 2024 a 30 de janeiro de 2034.

REQUISITOS MÍNIMOS		
DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u> , de que: a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</u> <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).</u>	OK	1/4 SEI 11499233
b) Licença de funcionamento	OK	SEI 11603046
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SEI 11856598
d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão	NÃO	SEI 11603493 (FM) SEI 12143026 (OM)

RELATIVOS À CEDENTE			
	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
	a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	6 SEI 11499233
		OK	Federal: 7 SEI 11499233 Validade: 22.09.2024



REGULARIDADE FISCAL	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Estadual: 8 SEI 11499233 Validade: 25.05.2024
		OK	Municipal: 9 SEI 11499233 Validade: 26.05.2024 (Bayeux/PB)
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	SEI 11603560 Validade: 27.07.2024
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 7 SEI 11499233 Validade: 22.09.2024
		OK	FGTS: 13 SEI 11499233 Validade: 12.05.2024
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	14 SEI 11499233 Validade: 22.09.2024

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
HABILITAÇÃO JURÍDICA	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	15/16 SEI 11499233 emitida em 21 de fevereiro de 2024
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SEI 11605647
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ;	OK	22 SEI 11499233 Validade: 26.05.2024
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	23 SEI 11499233
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade , na forma da lei;	OK	Federal: 24 SEI 11499233 Validade: 31.07.2024
		OK	Estadual: 3 SEI 11538603 Validade: 19.07.2024
		OK	Municipal: 38 SEI 11499233 Validade: 20.05.2024
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	39/40 SEI 11499233 Validade: 26.05.2024
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 24 SEI 11499233 Validade: 31.07.2024
		OK	FGTS: SEI 11603867 Validade: 26.07.2024
	h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	41 SEI 11499233 Validade: 18.08.2024

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA			
DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)



a) Prova da condição de brasileiro nato ou ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	Maria Betânia Botelho Alves CPF: 151.568.694-91	OK	42 SEI 11499233
	João Henrique Holanda Caldas CPF: 011.176.901-99	OK	43 SEI 11499233

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:			
a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	

OBSERVAÇÕES

Relativo à Cedente: - Certidão simplificada emitida em 04.06.2024: SEI 11624653 - Termo aditivo migração: SEI 11603201
--

CONCLUSÃO

A documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 19/12/2024, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11603059** e o código CRC **66EB8A02**.



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 11877/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.

2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

ANÁLISE

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

- b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;
- c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:
1. certidão de nascimento ou casamento;
 2. certificado de reservista;
 3. cédula de identidade;
 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;
 5. carteira profissional;
 6. carteira de trabalho e previdência social; ou
 7. passaporte;
- d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;
- f) prova de inscrição no CNPJ;
- g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;
- h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;
- i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;
- j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e
- k) declaração de que:
1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;
 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#).
- Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as certidões simplificadas emitidas pelas repartições competentes em 4 de junho de 2024 e em 21 de fevereiro de 2024 (SEI11499233 - págs. 1/4; SEI11624653 e SEI11499233 - págs. 15/16). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea "k", do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (SEI11499233 - págs. 3/4).

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a concessão para a execução do referido serviço por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003 (SEI 11624762 - Págs. 1/2). A outorga encontra-se vencida desde 2014 (SEI 11856558). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 13.545, de 13 de junho de 2024, publicada no dia 26 de junho de 2024, no bojo do processo nº 53115.004108/2023-45, que tratou da renovação da outorga para o período de 30 de janeiro de 2024 a 30 de janeiro de 2034 (SEI 11600189).

9. Anota-se, ainda, que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação se materializou após a publicação do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no dia 9 de abril de 2018, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI 11603201).

10. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.



Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em onda média, foi emitida em 8 de junho de 2010; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI 11603046).

12. A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11603059). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

13. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

14. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

15. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11603059).

16. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a *exploração de serviços de de radiodifusão mediante divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para satisfazer os encargos da empresa, sendo que para alcançar o objetivo serão usados os serviços de radiodifusão sonora (produção, geração e transmissão de sons) em conformidade com a legislação em vigor, especialmente o que se trata na Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962, do Decreto nº 52.026 de 20 de maio de 1963 e modificações posteriores, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria* (SEI 11499233 - págs. 15/16).

17. De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data de 21 de fevereiro de 2024, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SEI 11499233 - págs. 15/16):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
Maria Betânia Botelho Alves	105.000	105.000,00
João Henrique Holanda Caldas	45.000	45.000,00
TOTAL	150.000	150.000,00

NOME	CARGO
Maria Betânia Botelho Alves	Administradora

18. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária não faz parte da

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 19 de dezembro de 2024 (SEI 11856598), a saber:

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:

CNPJ

CNPJ:

03.738.203/0001-78

Não foi encontrado dados com essa informação

19. Já em relação aos sócios e administradora, nota-se a participação no quadro societário de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, senão vejamos (SEI 11856598):

Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 151.568.694-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 011.176.901-99											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

20. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 11856598).

21. A pessoa jurídica cessionária carrou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, de igual modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, a qual atesta a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 11603059).



22. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

23. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 11604176). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI 11606733):

que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Sol Maior Ltda, inscrito no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

24. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI11856584). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11603493 e SEI 12143026).

25. **Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 11413/2024/SEI-MCOM (vide item 5), que acompanhou o Ofício nº 22415/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI11604196 e SEI11604403).** Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 11856531).

26. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

28. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SEI11856531) e de Exposição de Motivos (SEI 11856533), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e

b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

29. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da correspondente atualização dos sistemas pertinentes com a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária, **de acordo com o exposto no parágrafo 17 desta manifestação**, bem como da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s) e a tramitação dos autos à **SECOE_MCOM_CCIVIL** para providências subseqüentes.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/12/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 19/12/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 19/12/2024, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 23/12/2024, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11624512** e o código CRC **E00D0D85**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11624512

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PORTARIA Nº , DE DE DE

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, resolve:

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à Rádio Sol Maior Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a Alagoas Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Alagoas Comunicação Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/12/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 19/12/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 19/12/2024, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 23/12/2024, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11856531** e o código CRC **5AB6D552**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11856531

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2024.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº , acompanhado da Portaria nº , publicada em , que transfere a concessão outorgada à Rádio Sol Maior Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a Alagoas Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/12/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 19/12/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 19/12/2024, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 23/12/2024, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11856533** e o código CRC **E70CE987**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 58352/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM (11624512)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM (11624512), a qual trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 26/12/2024, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12148492** e o código CRC **B8EF158E**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12148492



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 914 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6867/6915

PARECER n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.012570/2024-05

INTERESSADOS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

EMENTA: TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO SONORA. RÁDIO COMERCIAL.

I - Desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares, é lícita a transferência de outorga de radiodifusão sonora mediante prévia anuência do poder concedente (art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e arts. 89 a 94 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963).

II - No caso, conforme atestado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, foram preenchidos os requisitos que autorizam o deferimento da transferência de outorga.

III - Pela ausência de óbice jurídico ao deferimento do pleito de transferência de titularidade da outorga, desde que observadas as ressalvas deste Parecer.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de pleito de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.

2. A entidade cedente e a entidade cessionária apresentaram em conjunto requerimento de transferência de outorga acompanhado de documentos (SEI-11499233).

3. N a **NOTA TÉCNICA Nº 20204/2024/SEI-MCOM (SEI-11624512)**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pleito:

"(...)

22. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

23. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 11604176). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI11606733):

que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Sol Maior Ltda, inscrito no CNPJ nº 01.757.455/0001- 19, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

24. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11856584). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplicano caso concreto (SEI 11603493 e SEI 12143026).

25. Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 11413/2024/SEI-MCOM (vide item 5), que acompanhou o Ofício nº 22415/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI 11604196 e SEI 11604403). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 11856531).

26. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.
(...)"

4. Consta ainda do processo minutas de **Portaria ministerial (SEI-11856531)** e de **Exposição de Motivos (SEI-11856533)** a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

II - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

III - FUNDAMENTAÇÃO

III.1. - Dos requisitos para a transferência direta de outorga de radiodifusão sonora

7. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CFRB, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp nº 1652588/STJ e MS nº 5307/STJ).

8. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração de serviços de radiodifusão sonora (art. 6º, § 2º, do RSR). Essas outorgas são formalizadas por meio de contrato com a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, conforme os termos do art. 6º, § 2º, e art. 16, § 10, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

9. Em recente decisão na ADI nº 2.946 (2022), o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, descartando a alegação de que a transferência da concessão ou do controle societário de concessionárias de serviços públicos implicariam violação ao dever de licitar. Nesse precedente, o STF afirmou que, desde que mantidos os termos da proposta vencedora, **"não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos"**.

10. Conforme estabelece o art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962, a transferência de outorga de radiodifusão de uma pessoa jurídica para outra é admitida desde que haja prévia anuência do Poder Executivo:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

(...)

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

É o que também dispõe o art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963:

Art. 89. As concessões e as permissões poderão ser transferidas de uma pessoa jurídica para outra.

11. No caso dos serviços de radiodifusão sonora, a transferência da outorga é autorizada por ato do Ministro das Comunicações, devendo ser comunicada ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90 do RSR).

12. Mas, para que possa ser deferida a transferência da titularidade, **é necessário que a concessão ou permissão em questão tenha sido outorgada há pelo menos cinco anos**, contados a partir da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação, conforme estabelece o art. 91 do RSR:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

Além do cumprimento desse requisito temporal, deve-se observar que é vedada a transferência de titularidade de concessão ou permissão de radiodifusão de pessoa jurídica de direito público interno para empresas privadas (art. 92 do RSR).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

14. Também é proibida a transferência de outorga de radiodifusão quando o serviço estiver sendo prestado em caráter precário antes que tenha sido concluída a instrução do respectivo processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. É o que estabelece o art. 4º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único. A anuência para a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

15. No mesmo sentido, assim dispõe o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão:

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

16. Cabe ainda destacar que **a viabilidade jurídica da transferência da outorga depende do cumprimento, pela entidade cessionária, das condições para obter uma outorga de radiodifusão.** Portanto, devem ser respeitados os limites quantitativos de outorgas de radiodifusão tanto pela entidade cessionária como por seus sócios, administradores ou gerentes (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013).

17. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade cessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum dos documentos previstos na alínea "c" do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

18. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade cessionária devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

19. Também cabe mencionar que, nos termos do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 ^[1], caso a cedente tenha parcelamento deferido com base no art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 1971, incluído pela Lei nº 14.027, de 2020, atualmente disciplinado pelos arts. 93 e seguintes da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023, a anuência do Poder Executivo para a transferência da outorga é condicionada à prévia quitação integral do parcelamento e eventuais dívidas em aberto.

20. Observadas essas condições, para que a transferência direta de outorga seja deferida, as entidades envolvidas na operação (cedente e cessionária) devem apresentar requerimento conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, o qual deve estar acompanhado dos documentos indicados no art. 93 do RSR:

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente;

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

III - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de;

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

21. É importante destacar que o requerimento de transferência de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar as pessoas jurídicas interessadas. Além disso, como se trata de requerimento de transferência de outorga, no caso de representação por meio de procurador, aplica-se o disposto no § 1º do art. 661 do Código Civil, que exige que o instrumento de mandato contenha poderes especiais e expressos para a prática do ato^[2].

22. Portanto, ao receber pedido de transferência de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada e que tenha poderes específicos para a prática do ato^[3].

23. Caso deferido o pleito de transferência, a cessionária recebe a permissão para a exploração do serviço nas condições em que se encontra, devendo observar o prazo de duração em vigor e cumprir todas as obrigações aplicáveis ao titular da outorga.

III.2. - Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido

24. O requerimento de transferência de outorga foi apresentado em conjunto pela cedente e pela cessionária (SEI-11499233). Nesse ato, a cedente (**Rádio Sol Maior Ltda**) foi representada por **FABIO HENRIQUE CAVALCANTE VIEIRA, CARLA MARINHO DE ANDRADE PONTES E ANDRE CHAVES VAJAS** enquanto a cessionária (**Alagoas Comunicações Ltda**) foi representada por **MARIA BETÂNIA BOTELHO ALVES**, sócia administradora.

25. De acordo com as certidões simplificadas que foram apresentadas (SEI-11624653 e SEI-11499233), os signatários do requerimento ostentam a condição de administradores das entidades envolvidas na operação^[4].

26. Portanto, pode-se concluir que as entidades cedente e cessionária apresentaram requerimento conjunto em que pleitearam a transferência da outorga, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, e estão regularmente representadas.

27. A SECOE informou que a permissão de que se trata foi outorgada há mais de cinco anos a contar da expedição do ficado de licença definitiva para o funcionamento da estação. Portanto, está atendido o requisito do art. 91 do RSR. A esse ato, cabe reproduzir o seguinte trecho da **NOTA TÉCNICA Nº 11877/2024/SEI-MCOM (SEI-11624512)**,:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



"(...)

11. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em onda média, foi emitida em 8 de junho de 2010; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI 1603046).

(...)"

28. Ambas as entidades envolvidas são privadas. Consequentemente, não se trata de transferência de outorga de pessoa jurídica de direito público para empresa privada. Está assim atendida a exigência prevista no art. 92 do RSR.

29. De acordo com as informações prestadas pela SECOE em sua NOTA TÉCNICA, o prazo de vigência da outorga em questão está expirado. Mas a unidade técnica também informou que já houve a conclusão do processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. Nesse sentido, a SECOE afirmou que o Ministro das Comunicações assinou Exposição de Motivos por meio da qual encaminhou proposta de Decreto à Casa Civil para a renovação da outorga. Está assim atendido o requisito previsto no art. 94 do RSR. Sobre esse fato, estão consignadas as seguintes informações na mesma NOTA TÉCNICA:

"(...)

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a concessão para a execução do referido serviço por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003 (SEI 11624762 -Págs. 1/2). A outorga encontra-se vencida desde 2014 (SEI 11856558). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 13.545, de 13 de junho de 2024, publicada no dia 26 de junho de 2024, no bojo do processo nº 53115.004108/2023-45, que tratou da renovação da outorga para o período de 30 de janeiro de 2024 a 30 de janeiro de 2034 (SEI 11600189).

9. Anota-se, ainda, que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação se materializou após a publicação do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no dia 9 de abril de 2018, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI 11603201).

(...)"

30. Além disso, como se pode constatar do respectivo comprovante de inscrição no CNPJ (SEI-11499233) e da certidão simplificada da junta comercial (SEI-11499233), a entidade cessionária é pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e tem sede no País. Cumpre assim a exigência prevista no *caput* do art. 222 da CRFB.

31. Em sua manifestação técnica, a unidade técnica também atestou a observância aos limites quantitativos de outorga previstos na legislação. A esse respeito assim se manifestou a SECOE na supracitada **NOTA TÉCNICA nº 16524/2024/SEI-MCOM (SEI-11885887)**:

"(...)

18. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária não faz (*sic*) parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 19 de dezembro de 2024 (SEI 11856598), a saber:

Detalhes da consulta Consultar

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Nome da Entidade: RÁDIO JORNAL DO BRASIL S.A.

CNPJ: 05.738.203/0001-16

Selecione a entidade para consulta

19. Já em relação aos sócios e administradora, nota-se a participação no quadro societário de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, senão vejamos (SEI 11856598):



Tipo de Consulta: CPF										
CPF: 031.388.034-01										
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE INC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF
FABRICA BETONERA BETONERO ALVES	031.388.034-01	ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	GTVD	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	CE
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	RJ
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	RJ
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	PR
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	8	—	—	PR	—	AL

Tipo de Consulta: CPF										
CPF: 011.176.960-90										
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE INC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF
SEAO HENRIQUE POLIANA CALDAS	011.176.960-90	ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	GTVD	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	CE
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	RJ
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	RJ
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	PR
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	AL

(...)"

32. No que diz respeito ao cumprimento das exigências de capital mínimo pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e à naturalidade dos responsáveis pela gestão da entidade cessionária (§ 1º do art. 222 da CRFB), os documentos de identificação dos sócios e dirigentes que foram carreados aos autos (SEI-11499233) demonstram que são brasileiros natos. Conforme se verifica da certidão simplificada da junta comercial (SEI-11929880) não há pessoa jurídica na composição do quadro de sócios da entidade cessionária. Portanto, considero que tais requisitos também estão atendidos.

33. Em sua NOTA TÉCNICA, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

34. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com o art. 93 do RSR. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

III.3. - Documentação relativa à cedente

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(I) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, II, "a", do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233)
(II) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, II, "b", do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 22.09.2024
(III) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, II, "b", do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 25.05.2024
(IV) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, II, "b", do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 26.05.2024 (Bayeux/PB)
(V) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, II, "c", do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11603560) Validade: 27.07.2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

(VI) Prova de regularidade relativa à Art. 93, II, “d”, do Anexo ao seguridade social e ao FGTS. Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI-INSS:11499233) Validade: 22.09.2024 (SEI-FGTS:11499233) Validade: 12.05.2024
(VII) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Art. 93, II, “e”, do Anexo ao Trabalho, por meio da apresentação Decreto nº 52.795. de certidão negativa.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 22.09.2024

III.4. - Documentação relativa à cessionária

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(VIII) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária.	Art. 93, III, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) emitida em 21 de fevereiro de 2024
(IX) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no § 1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: 1. certidão de nascimento ou casamento; 2. certificado de reservista; 3. cédula de identidade; 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; 5. carteira profissional; 6. carteira de trabalho e previdência social; ou 7. Passaporte.	Art. 93, III, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233)
(X) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	Art. 93, III, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11605647)
(XI) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 26.05.2024
(XII) Certidão negativa de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 26.05.2024
(XIII) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, III, “f”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233)
(XIV) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI-11499233) Validade: 31.07.2024
(XV) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI-11538603) Validade: 19.07.2024
(XVI) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	(SEI 11499233) Validade: 20.05.2024 MACEIÓ/AL
(XVII) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, III, “h”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 26.05.2024
(XVIII) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao S.	Art. 93, III, “i”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI-INSS: SEI 11499233) Validade: 31.07.2024 (SEI-FGTS: 11985671) Validade: 22.11.2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

(XIX) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.

Atendido
(SEI 11499233)
Validade: 18.08.2024

(XX) Declaração de que: 1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou Art. 93, III, "k", do Anexo ao Atendido de cargos ou funções dos quais Decreto nº 52.795. (SEI 11499233) decorra foro especial; 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

35. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de **atualização das certidões que estão vencidas**, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[6]. Ademais, mostra-se oportuno também verificar a situação fiscal relativa as certidões positivas com exigibilidade suspensa resultando em efeitos negativos.

36. Quanto ao cumprimento do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a SECOE informou que a entidade cedente não possui parcelamento pendente de pagamento. Nesse sentido, assim consta da **NOTA TÉCNICA Nº 20204/2024/SEI-MCOM (SEI-12073093)**:

"(...)

24. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11856584). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11603493 e SEI 12143026).

"(...)"

III.5. - Das minutas de Portaria e de Exposição de Motivos

37. Conforme o art. 90, I, do RSR, a anuência ao pedido de transferência de outorga de radiodifusão sonora deve ser materializada por meio de Portaria do Ministro de Estado das Comunicações. No que diz respeito aos aspectos formais, a minuta de **Portaria ministerial** que consta dos autos (**SEI-11856533**) é adequada e suficiente aos fins a que se propõe.

A minuta de **Exposição de Motivos** que foi apresentada (**SEI-12148492**) também se encontra apta a ser assinada pelo Ministro de Estado.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

IV - CONCLUSÃO

39. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de interesse da Rádio Sol Maior Ltda (CEDENTE) e da Alagoas Comunicações Ltda (CESSIONÁRIA), inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, na localidade de no município de Maceió/AL, desde que atendida a ressalva contida no parágrafo 35 deste Parecer.

40. As minutas de Portaria e de Exposição de Motivos que foram apresentadas encontram-se aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado. E, considerando que o serviço de radiodifusão de que se trata está em funcionamento precário, essa condição deve ser informada à entidade cessionária (art. 4º, Parágrafo único, da Lei nº 13.424, de 2017, e art. 94 do RSR), informação esta que consta da própria minuta de Portaria ministerial.

41. Caso se decida pelo deferimento do pleito de transferência de outorga, a Portaria ministerial deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o ato seja comunicado ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90, Parágrafo único, do RSR).

42. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dele tome conhecimento e dê prosseguimento ao processo.

À consideração superior.

Brasília, 02 de janeiro de 2025.

GUILHERME BRUM DE ALMEIDA
Advogado da União

Notas

- ¹ Art. 112. Nos casos em que a concessionária ou a permissionária tiver optado pelo pagamento de forma parcelada, conforme hipóteses previstas neste livro, a anuência para a transferência da concessão ou da permissão, assim como para o seu cancelamento ou extinção ficará condicionada à prévia quitação integral de todos os seus parcelamentos e dívidas em aberto.
- ² Nesse sentido, vide a NOTA n. 00178/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.011452/2023-91) e o § 37 do DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35).
- ³ A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71).
- ⁴ Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900030984201641 e da chave de acesso a11ce9fd

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115012570202405 e da chave de acesso f415c253



Documento assinado eletronicamente por GUILHERME BRUM DE ALMEIDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 561457 e chave de acesso f415c253 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LHERME BRUM DE ALMEIDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 02-01-2025 21:15. Número



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 914 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6867/6915

DESPACHO n. 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.012570/2024-05

INTERESSADOS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o PARECER n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. Guilherme Brum de Almeida, Advogado da União.
2. Na espécie, tratam os autos de solicitação de transferência de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Maceió/AL, que foi outorgada à entidade Rádio Sol Maior Ltda (cedente) para a entidade Alagoas Comunicações Ltda (cessionária).
3. Conforme os termos do Parecer, observado o disposto no parágrafo 35, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.
4. Já quanto à minuta de portaria proposta, verificou-se a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Cabe enfatizar, ademais, que é atribuição do Ministro de Estado das Comunicações transferir, por meio de edição de portaria, a outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme os termos do art. 90, inciso I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
6. De igual modo, faz-se necessário que o Ministro de Estado desta Pasta solicite, por meio de exposição de motivos, que a Presidência da República encaminhe mensagem ao Congresso Nacional para cientificar sobre a transferência da outorga, conforme o disposto no art. 222, § 5º da Constituição Federal c/c o art. 90, parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
7. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 07 de janeiro de 2025.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115012570202405 e da chave de acesso f415c253



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1814407867 e chave de acesso f415c253 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 07-01-2025 09:46. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 914 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6867/6915

DESPACHO n. 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.012570/2024-05

INTERESSADOS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Transferência de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 2/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 12/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 7 de janeiro de 2025.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115012570202405 e da chave de acesso f415c253



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1814495282 e chave de acesso f415c253 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 07-01-2025 11:05. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53115.012570/2024-05**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer nº 00002/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU12165017), e adoção de providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica substituta**, em 08/01/2025, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12165566** e o código CRC **895CD373**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12165566



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 53115.012570/2024-05

Referência: Parecer nº 00002/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12165017)

Interessado: JEFFERSON JOSE NASCIMENTO GUEDES

À CGPO

Encaminho o presente processo para conhecimento, do Parecer nº 00002/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12165017), e adoção de providências cabíveis.

Brasília, 08 de janeiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 08/01/2025, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12167656** e o código CRC **38B6F857**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12167656



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.757.455/0001-19 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/04/1997
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL RADIO SOL MAIOR LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO SOL MAIOR	PORTE EPP
---	--------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R ENGENHEIRO DE CARVALHO	NÚMERO 70	COMPLEMENTO SALA 01 ANDAR 1
--	--------------	--------------------------------

CEP 58.307-150	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BAYEUX	UF PB
-------------------	---------------------------	---------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO JOSECARLOS@TVTAMBAU.COM.BR	TELEFONE (83) 3015-3713
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 08/01/2025 às 14:35:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO SOL MAIOR LTDA
CNPJ: 01.757.455/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:33:22 do dia 03/12/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/06/2025.

Código de controle da certidão: **9F34.DAE7.B707.31FC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

CERTIDÃO

CÓDIGO: **27A0.5AE3.46FD.B683**

Emitida no dia 08/01/2025 às 14:36:59

Nome Empresarial:

RADIO SOL MAIOR LTDA

Endereço:

ENGENHEIRO DE CARVALHO

Bairro:

CENTRO

Inscr. Estadual:

16.115.907-9

Município:

BAYEUX

Situação Cadastral:

ATIVO

Número:

70

Complemento:

SALA 01;ANDAR 1º;

CEP:

58307-150

CNPJ/CPF:

01.757.455/0001-19

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o Contribuinte supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.**

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido Contribuinte.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.pb.gov.br.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

Certidão de Débito emitida via 'Internet'.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO SOL MAIOR LTDA

CNPJ: 01.757.455/0001-19

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:38:57 do dia 08/01/2025 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/02/2025.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

<https://trf4.jfjbrj.jus.br/autenticidade-assinatura/camara-leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01.757.455/0001-19
Razão Social: RADIO SOL MAIOR LTDA
Endereço: AV MONSENHOR WALFREDO LEAL 77 / TAMBIA / JOAO PESSOA / PB / 58020-540

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/01/2025 a 02/02/2025

Certificação Número: 2025010401100611154885

Informação obtida em 08/01/2025 14:39:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.caixa.gov.br/consultacrff/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camda.jf.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO SOL MAIOR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 01.757.455/0001-19

Certidão nº: 1377715/2025

Expedição: 08/01/2025, às 14:39:39

Validade: 07/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO SOL MAIOR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.757.455/0001-19**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.738.203/0001-78 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/04/2000
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
ALAGOAS COMUNICACAO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite
90.01-9-02 - Produção musical
47.62-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
TV SANTO ANTONIO

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO
QD C LOT 01 LOT PLAN MANGABEIRAS

CEP
57.040-505

BAIRRO/DISTRITO
JACINTINHO

MUNICÍPIO
MACEIO

UF
AL

ENDEREÇO ELETRÔNICO
enoquesena@gmail.com

TELEFONE
(82) 9315-5593/ (82) 9315-5593

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 08/01/2025 às 14:40:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Estado de Alagoas
Secretaria de Estado da Fazenda
Superintendência da Receita Estadual

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS ESTADUAIS COM
EFEITOS DE NEGATIVA**

Certidão fornecida para o CNPJ: 03.738.203/0001-78

Nome/Contribuinte ALAGOAS COMUNICACAO LTDA - EPP

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos existir, na presente data, pendências cadastradas em nome do contribuinte acima identificado, as quais estão com a exigibilidade suspensa nos termos dos incisos II, III e/ou IV, do art. 151, do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966).

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos do contribuinte e refere-se a débitos de natureza tributária e descumprimento de obrigações acessórias.

Certidão emitida gratuitamente com base na Instrução Normativa SEF nº. 27 de 15 de maio de 2017.

Certidão emitida nos termos do art. 79 da Lei nº 6.771/06 e do art. 258 do Decreto nº 25.370/13.

Válida até 24/01/2025

Emitida às 12:01:21 do dia 25/11/2024

Código de controle da certidão: 4C75-DC09-339F-4DDF

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda, no endereço: www.sefaz.al.gov.br.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

NÚMERO DA CERTIDÃO: 0.656.478/24-11

Contribuinte

ALAGOAS COMUNICACAO LTDA ME

CPF/CNPJ

03.738.203/0001-78

Endereço

RUA TRAVESSA SANTO ANTONIO - LOTEAMENTO PLANALTO DE M, 957 , BAIRRO JACINTINHO, MACEIO/AL - CEP: 57.040-505

Certificamos, com fundamento nas informações constantes em nosso Sistema de Cadastro e Controle de Arrecadação, e ressalvando o direito de a Fazenda Municipal de inscrever e cobrar outras dívidas que venham a ser apuradas, com referência ao presente instrumento, que EXISTE débito registrado em nome do Contribuinte, ENTRETANTO, nos termos do disposto no artigo Art. 206 da Lei nº. 5.172/66 - Código Tributário Nacional, este documento tem os mesmos efeitos de CERTIDÃO NEGATIVA.

MACEIÓ (MCZ), 13 de Novembro de 2024

Válida até: 11/02/2025

Código de autenticidade: C02FE97B78F7B404

A autenticidade desta certidão DEVE ser confirmada na pagina da Secretaria de Economia, no endereço: <http://www.maceio.al.gov.br/semec/>.

Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA

CNPJ: 03.738.203/0001-78

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:43:09 do dia 08/01/2025 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/02/2025.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

<https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.738.203/0001-78
Razão Social: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME
Endereço: TV SANTO ANTONIO SN QD C LOT 1 LOT PLAN / JACINTINHO / MACEIO / AL / 57040-505

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/01/2025 a 02/02/2025

Certificação Número: 2025010401150885831228

Informação obtida em 08/01/2025 14:43:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.caixa.gov.br/consultacrff/pages/consultaEmpregador.jsf

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?d=5018-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.738.203/0001-78

Certidão nº: 1379026/2025

Expedição: 08/01/2025, às 14:43:50

Validade: 07/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALAGOAS COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.738.203/0001-78**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.738.203/0001-78

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 08/01/2025 Hora: 14:44:19




Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼


SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.738.203/0001-78									
ALAGOAS COMUNICACAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

s.anatel.gov.br/siaccos/Novo_Siaccos/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

https://anatel.gov.br/siaccos/Novo_Siaccos/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

ALAGOAS COMUNICACAO LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça

Usuário: - Data: 08/01/2025 Hora: 14:44:29





Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | menu ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		011.176.901-99									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: - Data: 08/01/2025 Hora: 14:44:40




Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | menu ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 151.568.694-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: -

Data: 08/01/2025

Hora: 14:45:13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/siacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp](https://sistemas.anatel.gov.br/siacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 333/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05

INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.

2. Por intermédio da Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 58352/2024/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11624512; SEI 12148492 e SEI 12165017).

ANÁLISE

3. Com efeito, em atendimento às orientações oriundas do referido Parecer e visando a celeridade processual, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica promoveu de ofício a atualização de parte das certidões solicitadas pela unidade consultiva, no entanto, não fora possível de alguma delas. Nessa toada, resta concluído que, para o prosseguimento do pedido formulado nos autos, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À RÁDIO SOL MAIOR LTDA:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da **sede da entidade**;

Justificativa: não foi possível a emissão.

II - RELATIVO À ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA:

a) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;

Justificativa: não foi possível a emissão.

4. Por fim, informa-se às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica e do Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 09/01/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169396** e o código CRC **73E3B4F2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12169396

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 944/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19)
Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, Sala 01, 1º andar - Centro
CEP: 58.110 - 020 - Bayeux/PB
Endereço eletrônico: andrevas@redetambau.com.br; cherlytonduarte@redetambau.com.br; priscilamelo@redetambau.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 333/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 09/01/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169432** e o código CRC **5E808898**.

Anexos:

- Nota Técnica 333 (12169396)
- Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12165017)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12169432



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 948/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78)
1ª Travessa Santo Antônio, Loteamento Planalto de Mangabeiras, nº 957, QD. C, Lote 01 - Jacintinho
CEP: 57.040-505 - Maceió/AL

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 333/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 09/01/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169460** e o código CRC **508449FA**.

Anexos:

- Nota Técnica 333 (12169396)
- Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12165017)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12169460



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

09/01/2025 11:50:32

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos <coato@mcom.gov.br>

Para:

andrevajas@redetambau.com.br
cherlytonduarte@redetambau.com.br
priscilamelo@redetambau.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: RÁDIO SOL MAIOR LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_12169432.html
Nota_Tecnica_12169396.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveir

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 03.738.203/0001-78

Razão Social

Pesquisar

10 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	edio@ea.adv.br, rozanaribeiro@gmail.com, vanderleialagoas@gmail.com, sistemaplugsei@gmail.com, sei@sistemaplug.com.br
10 1 / 1		

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

09/01/2025 11:56:03

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos <coato@mcom.gov.br>

Para:

edio@ea.adv.br
rozanaribeiro@gmail.com
vanderleialagoas@gmail.com
sistemaplugsei@gmail.com
sei@sistemaplug.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_12169460.html
Nota_Tecnica_12169396.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

09/01/2025 11:57:19

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos <coato@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, foi encaminhada notificação à ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78), RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19) solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Oficio_12169460.html
Nota_Tecnica_12169396.html
Oficio_12169432.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Maceió/AL, 10 de janeiro de 2025.

À Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, CEP 70.044-900, Brasília/DF.

Assunto: Transferência Direta de Outorga.

Referência: Ofício nº 694/2025/MCOM, datado de 09/01/2025 e Nota Técnica nº 333/2025/SEI-MCOM, datado de 09/01/2025.

Processo: 53115.012570/2024-05

Ilustre Coordenador,

RÁDIO SOL MAIOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº 01.757.455/0001-19, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, com sede na Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, sala nº 01, 1º andar, centro, Bayeux/PB, CEP: 58.307-15000, vem, por meio de seu advogado, em atenção ao Ofício nº 694/2025/MCOM, datado de 09/01/2025 e Nota Técnica nº 333/2025/SEI-MCOM, datado de 09/01/2025, encaminhar os documentos solicitados na Nota Técnica em epígrafe e assim concluir a instrução do processo.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos votos de estima e apreço, colocando-nos à disposição para quaisquer providências ou esclarecimentos, inclusive para reenvio de qualquer documentação necessária.

Atenciosamente,



JEFFERSON JOSÉ NASCIMENTO GUEDES

OAB/PE nº 24.911-D



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **RÁIO SOL MAIOR LTDA**, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, inscrita no Ministério da Fazenda com o CNPJ sob nº. 01.757.455/0001-19, com sede no endereço: Rua engenheiro de carvalho, nº 70, sala nº 01, 1º andar, Centro, Bayeux – PB, nº 58.307-150, neste ato representado por, **ANDRÉ CHAVES VAJAS**, brasileiro, divorciado, administrador, CPF nº 469.084.984-68, C.I nº 585.765 SSP/AL, residente e domiciliado na Rua Mário Nunes Vieira, n 113/103, edf. Absolut Class, Jatiúca, CEP: 57.035-553, Maceió/AL.

OUTORGADOS: **MARCÍLIO DA SILVA FERREIRA FILHO**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE n.º 30.983**; **JEFFERSON JOSÉ NASCIMENTO GUEDES**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE n.º 24.911**; **ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE 32.875** e **RODRIGO MOREIRA PIERRE DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE n.º 44.549**, todos com escritório na Rua Monsenhor Júlio Maria, nº 105, Madalena, Recife/PE, CEP: 50.720-090.

PODERES: Conferem-se poderes da cláusula *et extra* aos OUTORGADOS para representar a empresa OUTORGANTE perante o **Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)** e o **Conselho Regional de Engenharia (CREA)**, com vistas à defesa de seus interesses, podendo, para tanto, solicitar e receber cópias de processos administrativos, assinar defesas administrativas, ofícios, requerimentos, declarações e demais documentos necessários em nome da OUTORGANTE, solicitar boletos para pagamentos de eventuais dívidas existentes e requerer parcelamento, podendo ainda substabelecer poderes, com ou sem reservas, e, enfim, praticar todos os atos para regularização da emissora em todos os seus aspectos, técnicos e jurídicos.

João Pessoa/PB, 27 de abril de 2018.


ANDRÉ CHAVES VAJAS
Representante legal
RÁIO SOL MAIOR LTDA
CNPJ sob nº. 01.757.455/0001-19





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 944/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19)
Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, Sala 01, 1º andar - Centro
CEP: 58.110 - 020 - Bayeux/PB
Endereço eletrônico: andrevajas@redetambau.com.br; cherlytonduarte@redetambau.com.br;
priscilamelo@redetambau.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 333/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/A8N8LYAX/Oficio_12169432[1].html

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

- **Assinar e Concluir:** Clique em “Petitionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 09/01/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169432** e o código CRC **5E808898**.

Anexos:

- Nota Técnica 333 (12169396)
- Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12165017)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12169432

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/A8N8LYAX/Oficio_12169432[1].html

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 333/2025/SEI-MCOM**PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05****INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).****ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.****MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.
2. Por intermédio da Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 58352/2024/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11624512; SEI 12148492 e SEI 12165017).

ANÁLISE

3. Com efeito, em atendimento às orientações oriundas do referido Parecer e visando a celeridade processual, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica promoveu de ofício a atualização de parte das certidões solicitadas pela unidade consultiva, no entanto, não fora possível de alguma delas. Nessa toada, resta concluído que, para o prosseguimento do pedido formulado nos autos, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À RÁDIO SOL MAIOR LTDA:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da **sede da entidade**;

Justificativa: não foi possível a emissão.

II - RELATIVO À ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA:

- a) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/P17P166E/Nota_Tecnica_12169396[1].html

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Justificativa: não foi possível a emissão.

4. Por fim, informa-se às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica e do Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 09/01/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169396** e o código CRC **73E3B4F2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12169396



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/P17P166E/Nota_Tecnica_12169396[1].html



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
NÚMERO DA CERTIDÃO: 0.733.606/24-58

Contribuinte RADIO SOL MAIOR LTDA	CPF/CNPJ 01.757.455/0003-80
---	---------------------------------------

Endereço
RUA CEL JOSE FRANCISCO SILVA, 97 - COMPLEMENTO: QUADRA: 136;LOTE: 13;LOTEAMENTO: MANOEL PACHEGO RAMALHO, LOT.; , BAIRRO PITANGUINHA, MACEIO/AL - CEP: 57.052-190

Certificamos, com fundamento nas informações constantes em nosso Sistema de Cadastro e Controle de Arrecadação, e ressalvado o direito de a Fazenda Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, com referência ao presente instrumento, que em relação ao **CONTRIBUINTE** , acima identificado inexistente débito impeditivo a expedição desta certidão.

MACEIÓ (MCZ), 30 de Dezembro de 2024

Válida até: 30/03/2025

Código de autenticidade: 684613C0C2D831ED

A autenticidade desta certidão DEVE ser confirmada na pagina da Secretaria de Economia, no endereço: <http://www.maceio.al.gov.br/semec/>.

Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.738.203/0001-78

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:10:56 do dia 10/01/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/07/2025.

Código de controle da certidão: **AFF2.E6A7.C71D.895F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Recibo Eletrônico de Protocolo - 12171549

Usuário Externo (signatário):	Jefferson José Nascimento Guedes
Data e Horário:	10/01/2025 11:24:14
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	53115.012570/2024-05
Interessados:	
	JEFFERSON JOSE NASCIMENTO GUEDES
	RÁDIO SOL MAIOR LTDA
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
	- Ofício 944.2025- Resposta ao ofício 12171548

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 413/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05

INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.
2. Por intermédio da Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 58352/2024/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer n.º 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI11624512; SEI12148492 e SEI12165017).
3. A última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica ocorreu nos termos da Nota Técnica nº 333/2025/SEI-MCOM que concluiu pela notificação das pessoas jurídicas interessadas, com vistas à apresentação de documentos (SEI12169396; SEI12169432 e SEI12169460). Em 10 de janeiro de 2025, mediante peticionamento eletrônico intercorrente, foram acostadas certidões (SEI12171548). Todavia, a documentação encaminhada se mostra insuficiente para o prosseguimento do pedido.

ANÁLISE

4. Com efeito, em atendimento às orientações oriundas do referido Parecer e visando a celeridade processual, resta concluído que, para o prosseguimento do pedido formulado nos autos, deverá ser encaminhado o seguinte documento:

I - RELATIVO À RÁDIO SOL MAIOR LTDA:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, **da sede da entidade;**

Justificativa: certidão apresentada refere-se ao município de Maceió/AL, no entanto, a sede da sociedade está localizada no município de Bayeux/PB.

5. Por fim, informa-se às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente o documento relacionado no parágrafo 4, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 10/01/2025, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12172384** e o código CRC **59737F68**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12172384

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 1168/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19)

Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, Sala 01, 1º andar - Centro

CEP: 58.110 - 020 - Bayeux/PB

Endereço eletrônico: andrevajas@redetambau.com.br; cherlytonduarte@redetambau.com.br; priscilamelo@redetambau.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 413/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 10/01/2025, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12172406** e o código CRC **4CE20F47**.

Anexos:

- Nota Técnica 413 (12172384)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12172406



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 1169/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78)
1ª Travessa Santo Antônio, Loteamento Planalto de Mangabeiras, nº 957, QD. C, Lote 01 - Jacintinho
CEP: 57.040-505 - Maceió/AL

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 413/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 10/01/2025, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12172409** e o código CRC **D9158AAC**.

Anexos:

- Nota Técnica 413 (12172384)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12172409



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

10/01/2025 15:08:48

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos <coato@mcom.gov.br>

Para:

andrevajas@redetambau.com.br
cherlytonduarte@redetambau.com.br
priscilamelo@redetambau.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: RÁDIO SOL MAIOR LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_12172406.html
Nota_Tecnica_12172384.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

10/01/2025 15:13:20

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos <coato@mcom.gov.br>

Para:

edio@ea.adv.br
rozanaribeiro@gmail.com
vanderleialagoas@gmail.com
sistemaplugsei@gmail.com
sei@sistemaplug.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_12172409.html
Nota_Tecnica_12172384.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

10/01/2025 15:15:16

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos <coato@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº53115.012570/2024-05, foi encaminhada notificação à ÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19), ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78) solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Oficio_12172406.html

Nota_Tecnica_12172384.html

Oficio_12172409.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

10/01/2025 15:35:25

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos <coato@mcom.gov.br>

Para:

cibele@ea.adv.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: RÁDIO SOL MAIOR LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_12172406.html
Nota_Tecnica_12172384.html
Nota_Tecnica_12172384.html
Oficio_12172406.html
Oficio_12172409.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Maceió/AL, 14 de janeiro de 2025.

À Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, CEP 70.044-900, Brasília/DF.

Assunto: Transferência Direta de Outorga.

Referência: Ofício nº 694/2025/MCOM, datado de 09/01/2025 e Nota Técnica nº 333/2025/SEI-MCOM, datado de 09/01/2025.

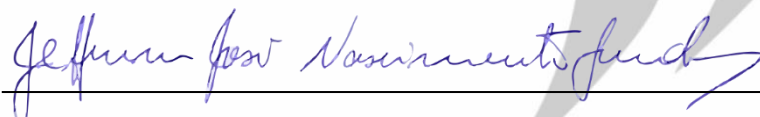
Processo: 53115.012570/2024-05

Ilustre Coordenador,

RÁDIO SOL MAIOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº 01.757.455/0001-19, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, com sede na Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, sala nº 01, 1º andar, centro, Bayeux/PB, CEP: 58.307-15000, vem, por meio de seu advogado, em atenção ao Ofício nº 694/2025/MCOM, datado de 09/01/2025 e Nota Técnica nº 333/2025/SEI-MCOM, datado de 09/01/2025, encaminhar os documentos solicitados na Nota Técnica em epígrafe e assim concluir a instrução do processo.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos votos de estima e apreço, colocando-nos à disposição para quaisquer providências ou esclarecimentos, inclusive para reenvio de qualquer documentação necessária.

Atenciosamente,



JEFFERSON JOSÉ NASCIMENTO GUEDES

OAB/PE nº 24.911-D



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **RÁIO SOL MAIOR LTDA**, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, inscrita no Ministério da Fazenda com o CNPJ sob nº. 01.757.455/0001-19, com sede no endereço: Rua engenheiro de carvalho, nº 70, sala nº 01, 1º andar, Centro, Bayeux – PB, nº 58.307-150, neste ato representado por, **ANDRÉ CHAVES VAJAS**, brasileiro, divorciado, administrador, CPF nº 469.084.984-68, C.I nº 585.765 SSP/AL, residente e domiciliado na Rua Mário Nunes Vieira, n 113/103, edf. Absolut Class, Jatiúca, CEP: 57.035-553, Maceió/AL.

OUTORGADOS: **MARCÍLIO DA SILVA FERREIRA FILHO**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE n.º 30.983**; **JEFFERSON JOSÉ NASCIMENTO GUEDES**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE n.º 24.911**; **ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE 32.875** e **RODRIGO MOREIRA PIERRE DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE n.º 44.549**, todos com escritório na Rua Monsenhor Júlio Maria, nº 105, Madalena, Recife/PE, CEP: 50.720-090.

PODERES: Conferem-se poderes da cláusula *et extra* aos OUTORGADOS para representar a empresa OUTORGANTE perante o **Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)** e o **Conselho Regional de Engenharia (CREA)**, com vistas à defesa de seus interesses, podendo, para tanto, solicitar e receber cópias de processos administrativos, assinar defesas administrativas, ofícios, requerimentos, declarações e demais documentos necessários em nome da OUTORGANTE, solicitar boletos para pagamentos de eventuais dívidas existentes e requerer parcelamento, podendo ainda substabelecer poderes, com ou sem reservas, e, enfim, praticar todos os atos para regularização da emissora em todos os seus aspectos, técnicos e jurídicos.

João Pessoa/PB, 27 de abril de 2018.


ANDRÉ CHAVES VAJAS
Representante legal
RÁIO SOL MAIOR LTDA
CNPJ sob nº. 01.757.455/0001-19





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 944/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19)
Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, Sala 01, 1º andar - Centro
CEP: 58.110 - 020 - Bayeux/PB
Endereço eletrônico: andrevajas@redetambau.com.br; cherlytonduarte@redetambau.com.br;
priscilamelo@redetambau.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 333/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/A8N8LYAX/Oficio_12169432[1].html

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

- **Assinar e Concluir:** Clique em “Petitionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 09/01/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169432** e o código CRC **5E808898**.

Anexos:

- Nota Técnica 333 (12169396)
- Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12165017)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12169432

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/A8N8LYAX/Oficio_12169432[1].html

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 333/2025/SEI-MCOM**PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05****INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).****ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.****MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.
2. Por intermédio da Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 58352/2024/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11624512; SEI 12148492 e SEI 12165017).

ANÁLISE

3. Com efeito, em atendimento às orientações oriundas do referido Parecer e visando a celeridade processual, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica promoveu de ofício a atualização de parte das certidões solicitadas pela unidade consultiva, no entanto, não fora possível de alguma delas. Nessa toada, resta concluído que, para o prosseguimento do pedido formulado nos autos, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À RÁDIO SOL MAIOR LTDA:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da **sede da entidade**;

Justificativa: não foi possível a emissão.

II - RELATIVO À ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA:

- a) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/P17P166E/Nota_Tecnica_12169396[1].html

Justificativa: não foi possível a emissão.

4. Por fim, informa-se às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica e do Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 09/01/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169396** e o código CRC **73E3B4F2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12169396

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

'JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/P17P166E/Nota_Tecnica_12169396[1].html



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX

ESTADO DA PARAÍBA

CERTIDÃO NEGATIVA

Data: 14/01/2025

Hora: 09:47:25

Renilda Maria da Silva

Certidão Negativa de Débitos do Contribuinte

NÚMERO DA CERTIDÃO	DATA DA EMISSÃO	VALIDADE	STATUS
202315688/2025	14/01/2025	15/03/2025	Válido

DADOS DO CONTRIBUINTE	
CPF / CNPJ	NOME / RAZÃO SOCIAL
01.757.455/0001-19	RADIO SOL MAIOR LTDA
ENDEREÇO: RUA R-ENGENHEIRO DE CARVALHO, Nº 70 - SALA 01 ANDAR 1 BAIRRO: CENTRO CIDADE: Nao Informado CEP: 58110-020	

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, **NÃO CONSTA DÉBITOS** referente a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

Esta Prefeitura se reserva no direito de inscrever e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, que por ventura venham a ser apuradas.

FINALIDADE
Certidão Negativa
OBSERVAÇÕES
LICITAÇÃO.

BAYEUX - PB, 14 de Janeiro de 2025.

Confira a autenticidade desse documento em https://bayeux-pb.nobesistemas.com.br/tributos/document_validator/new com o código a seguir.

Autenticação Eletrônica: BF1F-A121-E596-74EC



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
NÚMERO DA CERTIDÃO: 0.733.606/24-58

Contribuinte RADIO SOL MAIOR LTDA	CPF/CNPJ 01.757.455/0003-80
---	---------------------------------------

Endereço
RUA CEL JOSE FRANCISCO SILVA, 97 - COMPLEMENTO: QUADRA: 136;LOTE: 13;LOTEAMENTO: MANOEL
PACHEGO RAMALHO, LOT.;; BAIRRO PITANGUINHA, MACEIO/AL - CEP: 57.052-190

Certificamos, com fundamento nas informações constantes em nosso Sistema de Cadastro e Controle de Arrecadação, e ressalvado o direito de a Fazenda Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, com referência ao presente instrumento, que em relação ao **CONTRIBUINTE** , acima identificado inexistente débito impeditivo a expedição desta certidão.

MACEIÓ (MCZ), 30 de Dezembro de 2024

Válida até: 30/03/2025

Código de autenticidade: 684613C0C2D831ED

A autenticidade desta certidão DEVE ser confirmada na pagina da Secretaria de Economia, no endereço: <http://www.maceio.al.gov.br/semec/>.

Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.738.203/0001-78

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:10:56 do dia 10/01/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/07/2025.

Código de controle da certidão: **AFF2.E6A7.C71D.895F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Recibo Eletrônico de Protocolo - 12177161

Usuário Externo (signatário):	Jefferson José Nascimento Guedes
Data e Horário:	14/01/2025 15:11:33
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	53115.012570/2024-05
Interessados:	
	JEFFERSON JOSE NASCIMENTO GUEDES
	RÁDIO SOL MAIOR LTDA
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Ofício 944.2025 -Transferência Direta outorga	12177160

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA COMERCIAL	
Processo nº 53115.012570/2024-05	
Data de protocolização do pedido: 29/04/2024	
Entidade cedente: Rádio Sol Maior Ltda.	C.N.P.J. Nº 01.757.455/0001-19
Entidade cessionária: Alagoas Comunicação Ltda.	C.N.P.J. Nº 03.738.203/0001-78
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM adaptada para FM	Fistel nº: 50416391834
Localidade: Maceió	UF: AL
Situação da Outorga:	(X) Com Portaria de renovação publicada - SEI 11600189 () Vencida
Processo de renovação nº 53115.004108/2023-45	Período: 30 de janeiro de 2024 a 30 de janeiro de 2034.

REQUISITOS MÍNIMOS		
DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u> , de que: a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</u> <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).</u>	OK	1/4 SEI 11499233
b) Licença de funcionamento	OK	SEI 11603046
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SEI 12169343 consulta em 08.01.2025
d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão	NÃO	SEI 11603493 (FM) SEI 12143026 (OM)

RELATIVOS À CEDENTE			
	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
	a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	1 SEI 12169342
		OK	Federal: 2 SEI 12169342 Validade: 01.06.2025



REGULARIDADE FISCAL	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Estadual: 3 SEI 12169342 Validade: 09.03.2025
		OK	Municipal: 7 SEI 12177160 Validade: 15.03.2025 (Bayeux/PB)
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	4/5 SEI 12169342 Validade: 07.02.2025
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 2 SEI 12169342 Validade: 01.06.2025
		OK	FGTS: 6 SEI 12169342 Validade: 02.02.2025
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	7 SEI 12169342 Validade: 07.07.2025

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
HABILITAÇÃO JURÍDICA	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	15/16 SEI 11499233 emitida em 21 de fevereiro de 2024
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SEI 11605647
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ;	OK	22 SEI 11499233 Validade: 26.05.2024
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	8 SEI 12169342
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade , na forma da lei;	OK	Federal: 8 SEI 12171548 Validade: 09.07.2025
		OK	Estadual: 9 SEI 12169342 Validade: 24.01.2025
		OK	Municipal: 10 SEI 12169342 Validade: 11.02.2025
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	11/12 SEI 12169342 Validade: 07.02.2025
	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 8 SEI 12171548 Validade: 09.07.2025
		OK	FGTS: 13 SEI 12169342 Validade: 02.02.2025
	h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	14 SEI 12169342 Validade: 07.07.2025

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA			
OS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

a) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	Maria Betânia Botelho Alves CPF: 151.568.694-91	OK	42 SEI 11499233
	João Henrique Holanda Caldas CPF: 011.176.901-9	OK	43 SEI 11499233

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:			
a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	

OBSERVAÇÕES

Relativo à Cedente: - Certidão simplificada emitida em 04.06.2024: SEI 11624653 - Termo aditivo migração: SEI 11603201
--

CONCLUSÃO

A documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 15/01/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169373** e o código CRC **6757E5C2**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 615/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. ATENDIMENTO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.
2. Por intermédio da Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 58352/2024/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11624512; SEI 12148492 e SEI 12165017).
3. Em atendimento à diligência solicitada pela unidade consultiva, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica encaminhou os Ofícios nº 944/2025/MCOM e nº 948/2025/MCOM acompanhados da Nota Técnica nº 333/2025/SEI-MCOM, além dos Ofícios nº 1168/2025/MCOM e nº 1169/2025/MCOM acompanhados da Nota Técnica nº 413/2025/SEI-MCOM, por meio dos quais as partes interessadas foram notificadas para apresentar àquelas certidões em que não foi possível obter de ofício (SEI 12169396; SEI 12169432; SEI 12169460; SEI 12172384; SEI 12172406 e SEI 12172409).
4. Eis o sumário executivo.

ANÁLISE

5. Para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever breve trecho do referido Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 12165017):

[...]

35. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[6]. Ademais, mostra-se oportuno também verificar a situação fiscal relativa as certidões positivas com exigibilidade suspensa resultando em efeitos negativos.

[...]

IV - CONCLUSÃO

39. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de interesse da Rádio Sol Maior Ltda (CEDENTE) e da Alagoas Comunicações Ltda (CESSIONÁRIA), inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, na localidade de no município de Maceió/AL desde que atendida a ressalva contida no parágrafo 35 deste Parecer.

DESPACHO n. 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. Guilherme Brum de Almeida, Advogado da União.

[...]

3. Conforme os termos do Parecer, observado o disposto no parágrafo 35, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.

DESPACHO n. 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 2/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 12/2025/CONJURMCOM/CGU/AGU.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

6. Em atenção às orientações do referido Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, confeccionou-se nova lista de verificação documental, de modo a demonstrar a colação aos autos dos documentos atualizados (SEI 12169373).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos vão ao encontro da recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, e em complementação à Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM (SEI11624512), sugere-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica** acompanhado das minutas de Portaria (SEI12177268) e de Exposição de Motivos (SEI12177270), para que, em caso de aprovação desta manifestação, seja reenviado o processo ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada substituto**, em 15/01/2025, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 15/01/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/01/2025, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12177263** e o código CRC **BA97CC26**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12177263



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, resolve:

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à Rádio Sol Maior Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a Alagoas Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Alagoas Comunicação Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada substituto**, em 15/01/2025, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 15/01/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/01/2025, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12177268** e o código CRC **76BEA6DC**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2025.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 615/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº _____, publicada em _____, que transfere a concessão outorgada à Rádio Sol Maior Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a Alagoas Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada substituto**, em 15/01/2025, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riclele Milani**, **Assistente Técnico**, em 15/01/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/01/2025, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12177270** e o código CRC **B3FAE8C3**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12177270



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 15998, DE 16 DE JANEIRO DE 2025

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, resolve:

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à RÁDIO SOL MAIOR LTDA., inscrita no CNPJ nº 04.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ nº 09.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Alagoas Comunicação Ltda. advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 05/02/2025, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12191373** e o código CRC **569BF585**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12191373



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 16 de janeiro de 2025.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 615/2025/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 15.998, de 16 de janeiro de 2025, publicada em _____, que transfere a concessão outorgada à RÁDIO SOL MAIOR LTDA., inscrita no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA., inscrita no CPNJ 03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 05/02/2025, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12191379** e o código CRC **05BD5479**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12191379



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 59093/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 15998/2025 (12191373) e a Exposição de Motivos nº 49/2025 (12191379)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 615/2025 (12177263), encaminho a Portaria nº 15998/2025 (12191373) e a Exposição de Motivos nº 49/2025 (12191379), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 05/02/2025, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12191386** e o código CRC **9074BABE**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12191386



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 06/02/2025 16:17:13
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 10850461
Data prevista de publicação: 07/02/2025
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
22369017	ATO PORTARIA MCOM NA 16190.rtf	dec691f63e0da6c9c7f6c86349d4492b	10,00	R\$ 389,20
22369018	ATO PORTARIA MCOM NA 15998.rtf	371dfe7d67d22d32bfe404f1b564f875	9,00	R\$ 350,28
22369019	ATO PORTARIA MCOM NA 15944.rtf	467965ee4a8b1cd16c223e7862cb303f	10,00	R\$ 389,20
22369020	ATO PORTARIA MCOM NA 15943.rtf	94d1a954c87f2d4a4daf25f51c28f907	10,00	R\$ 389,20
TOTAL DO OFICIO			39,00	R\$ 1.517,88



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
1.gov.br/recibo.do?idof=10850461
<https://intoreg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/02/2025 | Edição: 27 | Seção: 1 | Página: 18

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 15.998, DE 16 DE JANEIRO DE 2025

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, resolve:

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à RÁDIO SOL MAIOR LTDA., inscrita no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ nº 03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Alagoas Comunicação Ltda. advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac53afb87

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO SOL MAIOR LTDA	
Nome Fantasia: RADIO SOL MAIOR	
Telefone: (83) 3015-3713	E-mail: josecarlos@vtambau.com.br
CNPJ: 01.757.455/0001-19	Número do Fistel: 50416391834
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 30/01/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 30/01/2034	
Observações: Ato nº 8169, de 13/10/2014, publicado no DOU. de 15/10/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Engenheiro de Carvalho	Complemento: – Sala 1 – 1 º andar	
Bairro: Centro	Numero: 70	
Município: Bayeux	UF: PB	CEP: 58307150

Endereço Correspondência		
Logradouro: Avenida Monsenhor Walfredo Leal	Complemento: - Terreo	
Bairro: Tambiã	Numero: 77	
Município: João Pessoa	UF: PB	CEP: 58020540

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Professor Ângelo Neto	Complemento:	
Bairro: Farol	Numero: 113	
Município: Maceió	UF: AL	CEP: 57051530

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Coronel Francisco Silva	Complemento:	
Bairro: Pitanguinha	Numero: 97	
Município: Maceió	UF: AL	CEP: 57052190

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Maceió	UF: AL

Parâmetros Técnicos			
Canal: 293	Frequência: 106.5 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 109.6915kW
HCI: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



25/15:02:53 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Informações Gerais	
Número da Estação: 1007024140	Número Indicativo: ZYS320
Data Último Licenciamento: 11/05/2024	Número da Licença: 53500.040351/2024-64

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 9° 39' 48.35" S	Longitude: 35° 44' 6.36" W	Cota da base: 48.7 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012630900901	Modelo: NV15 - 15 kW
Fabricante: Nautel Limited	Potência de Operação: 14.6 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCA318-50J	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 70 m	Atenuação: 0.374 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.01 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: DRU8293	Fabricante: IDEAL IND. E COM. DE ANTENAS LTDA.				
Ganho: 9.03 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 10 °	Polarização: Vertical	HCI: 60 m	ERP Máxima: 109.69 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.09	5°: 0.03	10°: 0	15°: 0.03	20°: 0.09	25°: 0.12	30°: 0.18	35°: 0.3	40°: 0.45	45°: 0.54	50°: 0.63	55°: 0.77
60°: 0.92	65°: 1.01	70°: 1.11	75°: 1.25	80°: 1.41	85°: 1.56	90°: 1.72	95°: 1.94	100°: 2.16	105°: 2.33	110°: 2.5	115°: 2.67
120°: 2.85	125°: 3.04	130°: 3.22	135°: 3.36	140°: 3.48	145°: 3.61	150°: 3.74	155°: 3.89	160°: 4.01	165°: 4.02	170°: 4.01	175°: 4.08
180°: 4.15	185°: 4.16	190°: 4.15	195°: 4.16	200°: 4.15	205°: 4.08	210°: 4.01	215°: 4.02	220°: 4.01	225°: 3.89	230°: 3.74	235°: 3.61
240°: 3.48	245°: 3.36	250°: 3.22	255°: 3.04	260°: 2.85	265°: 2.67	270°: 2.5	275°: 2.33	280°: 2.16	285°: 1.94	290°: 1.72	295°: 1.56
300°: 1.41	305°: 1.25	310°: 1.11	315°: 1.01	320°: 0.92	325°: 0.77	330°: 0.63	335°: 0.54	340°: 0.45	345°: 0.3	350°: 0.18	355°: 0.12

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Transmissor Auxiliar 2			
Código Equipamento:		Modelo: Equipamento não encontrado	
Fabricante:		Potência de Operação: kW	

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 109.69 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53610000571998	788	Decreto Legislativo	CN	22/10/2003	24/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500379352018 08	1290	Despacho	MCTIC	11/07/2018	13/07/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		20/03/2024	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53610000571998	11	Decreto	PR	27/06/2002	28/06/2002	Outorga	Jurídico
53000.028366/201 3-32	1914	Portaria	MC	08/06/2016	20/06/2016	Multa	Jurídico
53500.031158/201 8-94	5205	Ato	ORLE	11/07/2018	03/08/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
531150041082023 45	13545	Portaria	MC	13/06/2024	26/06/2024	Renovação	Jurídico
53115.012570/202 4-05	15998	Portaria	MC	16/01/2025	07/02/2025	Transferência Direta	Jurídico

Horário de funcionamento							



Id solicitação: 57dbac53afb87

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (82) 9315-5593	E-mail: enoquesena@gmail.com
CNPJ: 03.738.203/0001-78	Número do Fistel: 50416391834
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 30/01/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 30/01/2034	
Observações: Ato nº 8169, de 13/10/2014, publicado no DOU. de 15/10/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Travessa Santo Antônio – Quadra C – Lote 01	Complemento: – Loteamento Planalto de Mangabeiras	
Bairro: Jacintinho	Numero: s/nº	
Município: Maceió	UF: AL	CEP: 57040505

Endereço Correspondência		
Logradouro: Avenida Monsenhor Walfredo Leal	Complemento: - Terreo	
Bairro: Tambiã	Numero: 77	
Município: João Pessoa	UF: PB	CEP: 58020540

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Professor Ângelo Neto	Complemento:	
Bairro: Farol	Numero: 113	
Município: Maceió	UF: AL	CEP: 57051530

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Coronel Francisco Silva	Complemento:	
Bairro: Pitanguinha	Numero: 97	
Município: Maceió	UF: AL	CEP: 57052190

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Maceió	UF: AL

Parâmetros Técnicos			
Canal: 293	Frequência: 106.5 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 109.6915kW
HCI: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



25/10/2020 10:02:30 emitido eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Informações Gerais	
Número da Estação: 1007024140	Número Indicativo: ZYS320
Data Último Licenciamento: 11/05/2024	Número da Licença: 53500.040351/2024-64

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 9° 39' 48.35" S	Longitude: 35° 44' 6.36" W	Cota da base: 48.7 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012630900901	Modelo: NV15 - 15 kW
Fabricante: Nautel Limited	Potência de Operação: 14.6 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCA318-50J	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 70 m	Atenuação: 0.374 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.01 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: DRU8293	Fabricante: IDEAL IND. E COM. DE ANTENAS LTDA.				
Ganho: 9.03 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 10 °	Polarização: Vertical	HCI: 60 m	ERP Máxima: 109.69 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.09	5°: 0.03	10°: 0	15°: 0.03	20°: 0.09	25°: 0.12	30°: 0.18	35°: 0.3	40°: 0.45	45°: 0.54	50°: 0.63	55°: 0.77
60°: 0.92	65°: 1.01	70°: 1.11	75°: 1.25	80°: 1.41	85°: 1.56	90°: 1.72	95°: 1.94	100°: 2.16	105°: 2.33	110°: 2.5	115°: 2.67
120°: 2.85	125°: 3.04	130°: 3.22	135°: 3.36	140°: 3.48	145°: 3.61	150°: 3.74	155°: 3.89	160°: 4.01	165°: 4.02	170°: 4.01	175°: 4.08
180°: 4.15	185°: 4.16	190°: 4.15	195°: 4.16	200°: 4.15	205°: 4.08	210°: 4.01	215°: 4.02	220°: 4.01	225°: 3.89	230°: 3.74	235°: 3.61
240°: 3.48	245°: 3.36	250°: 3.22	255°: 3.04	260°: 2.85	265°: 2.67	270°: 2.5	275°: 2.33	280°: 2.16	285°: 1.94	290°: 1.72	295°: 1.56
300°: 1.41	305°: 1.25	310°: 1.11	315°: 1.01	320°: 0.92	325°: 0.77	330°: 0.63	335°: 0.54	340°: 0.45	345°: 0.3	350°: 0.18	355°: 0.12

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 109.69 kW

RDS	
Código PI:	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53610000571998	788	Decreto Legislativo	CN	22/10/2003	24/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500379352018 08	1290	Despacho	MCTIC	11/07/2018	13/07/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		20/03/2024	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53610000571998	11	Decreto	PR	27/06/2002	28/06/2002	Outorga	Jurídico
53000.028366/201 3-32	1914	Portaria	MC	08/06/2016	20/06/2016	Multa	Jurídico
53500.031158/201 8-94	5205	Ato	ORLE	11/07/2018	03/08/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
531150041082023 45	13545	Portaria	MC	13/06/2024	26/06/2024	Renovação	Jurídico
53115.012570/202 4-05	15998	Portaria	MC	16/01/2025	07/02/2025	Transferência Direta	Jurídico

Horário de funcionamento	





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 59824/2025/MCOM

Brasília, 11 de fevereiro de 2025

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (12191379)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 615/2025 (12177263), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 49/2025 (12191379), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 11/02/2025, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12262161** e o código CRC **9A9E3712**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12262161



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

EM nº 00021/2025 MCOM

Brasília, 14 de Fevereiro de 2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 615/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 15.998, de 16 de janeiro de 2025, publicada em 7 de fevereiro de 2025, que transfere a concessão outorgada à RÁDIO SOL MAIOR LTDA., inscrita no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA., inscrita no CPNJ nº 03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 5595/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.012570/2024-05.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

FRANCISCO CAVALCANTE
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Francisco das Chagas Cavalcante Costa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro substituto**, em 14/02/2025, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12275082** e o código CRC **485596DA**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12275082



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Ministério das Comunicações - MCOM
PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO
Nº 264359.0098107/2024

DADOS DO SOLICITANTE

Nome: JEFFERSON JOSE NASCIMENTO GUEDES
E-mail: jn**es@hotmail.com
CPF: ***.722.634-**

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Número da Solicitação: 264359.0098107/2024
Tipo da Solicitação: 01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações (MCom)
Informações Complementares: Requerimento de Transferencia Direta de Outroga Radio Sol Maior LTDA e Alagoas Comunicação LTDA completo.
Número do Processo Informado Pelo Solicitante: Não há
Data e Hora de Encaminhamento: 29/04/2024 às 09:40

DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL

Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	Requerimento de Transferencia Direta de Outroga Radio Sol Maior LTDA e Alagoas Comunicacao LTDA completo.pdf

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
Não há	Não há

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Unico de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

REQUERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CEDENTE

Nome da Pessoa Jurídica: RÁDIO SOL MAIOR LTDA

CNPJ: 01.757.455/0001-19

Endereço da sede: Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, sala 01, andar 1º, centro Bayeux/PB.

CEP da sede: 58.307-150

E-mail de contato: andrevajas@redetambau.com.br cherlytonduarte@redetambau.com.br
priscilamelo@redetambau.com.br

Serviço executado: ☒ (X) em frequência modulada
☐ () em ondas curtas
☐ () em ondas médias
☐ () em ondas médias adaptada para frequência modulada
☐ () em ondas tropicais
☐ () Radiodifusão sonora
☐ () Radiodifusão de sons e imagens

Localidade de execução do serviço: MACEIÓ **UF:** AL

Número do Fistel: 50416391834 **Canal:** 293

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CEDENTE

QUADRO SOCIETÁRIO

NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
José Carlos Valente Pontes	3.186.946 – 50%	R\$ 3.186.946,00
José Erivaldo Arraes	3.186.946 – 50%	R\$ 3.186.946,00
TOTAL	6.373.892 – 100%	R\$ 6.373.892,00

Requerimento de Transferência Direta - pag. 1





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f> / pg. 2

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

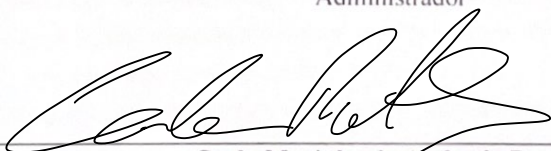
QUADRO DIRETIVO

<i>NOME</i>	<i>CARGO</i>	<i>CPF</i>
Fábio Henrique Cavalcante Vieira (não sócio)	Administrador	782.872.353-91
Carla Marinho de Andrade Pontes (não sócia)	Administrador	621.884.453-68
André Chaves Vajas (não sócio)	Administrador	469.084.984-68

Nós, **FÁBIO HENRIQUE CAVALCANTE VIEIRA**, inscrito (a) no CPF sob o nº **782.872.353-91**, **FÁBIO CARLA MARINHO DE ANDRADE PONTES**, inscrito (a) no CPF sob o nº **621.884.453-68** e **ANDRÉ CHAVES VAJAS**, inscrito (a) no CPF sob o nº **469.084.984-68**, na qualidade de representantes legais da pessoa jurídica (cedente) acima qualificada, e com fundamento na alínea "c" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), vimos solicitar autorização deste Ministério para realizar a **TRANSFERÊNCIA DIRETA** da concessão/permissão relativa ao serviço, localidade e estado acima descritos, à pessoa jurídica cessionária abaixo identificada, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste formulário.

Maceió/AL, 25 de abril de 2024.


Fábio Henrique Cavalcante Vieira
Administrador


Carla Marinho de Andrade Pontes
Administrador


André Chaves Vajas
Administrador

Requerimento de Transferência Direta - pag. 2





IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA

Nome da Pessoa Jurídica: **ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA**
CNPJ: **03.738.203/0001-78**
Endereço da sede: **Travessa Santo Antônio, Loteamento Planalto de Mangabeiras, nº 957, QD. C, Lot. 01, Jacintinho, Maceló/AL.**
CEP da sede: **57.040-505**
E-mail de contato: **jagocaldasady@gmail.com**

QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA

QUADRO SOCIETÁRIO DA ENTIDADE CESSIONÁRIA

NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
Maria Betânia Borelho Alves	105.000	R\$ 105.000,00
João Henrique Holanda Caldas	45.000	R\$ 45.000,00
TOTAL	150.000	R\$ 150.000,00

DECLARAÇÕES

Com vistas à autorização para efetivar a operação solicitada, DECLARO, para os devidos fins, que:

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;
- (b) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

Requerimento de Transferência Datas - pág. 3



MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES



(g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos delitos de que tratam as alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Maceió/AL, 25 de abril de 2024.


Maria Betânia Botelho Alves
Administrador

De acordo,

ASSINATURA DE TODOS OS SÓCIOS E DIRETORES
(CEDENTE E CESSIONÁRIA)

NOME

ASSINATURA

José Carlos Valente Pontes

José Erivaldo Azeites

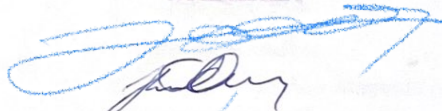
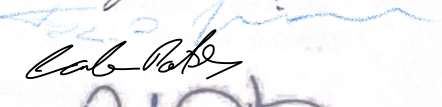
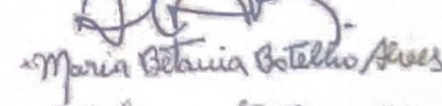
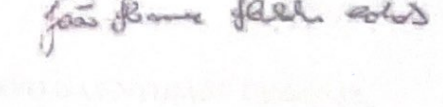

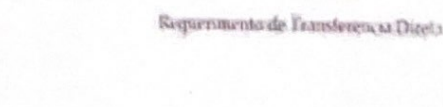
Fábio Henrique Cavalcante Vieira (não sócio)

Carla Macinho de Andrade Pontes (não sócio)

André Chaves Vajas (não sócio)

Maria Betânia Botelho Alves

João Henrique Holanda Caldas

Requerimento de Transferência Direta - pág. 4



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Requerimento (1439235)

SEI 33145.012370/2024-05 / pg. 5

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **RÁIO SOL MAIOR LTDA**, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, inscrita no Ministério da Fazenda com o CNPJ sob nº. 01.757.455/0001-19, com sede no endereço: Rua engenheiro de carvalho, nº 70, sala nº 01, 1º andar, Centro, Bayeux – PB, nº 58.307-150, neste ato representado por, **ANDRÉ CHAVES VAJAS**, brasileiro, divorciado, administrador, CPF nº 469.084.984-68, C.I nº 585.765 SSP/AL, residente e domiciliado na Rua Mário Nunes Vieira, n 113/103, edf. Absolut Class, Jatiúca, CEP: 57.035-553, Maceió/AL.

OUTORGADOS: **MARCÍLIO DA SILVA FERREIRA FILHO**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE n.º 30.983**; **JEFFERSON JOSÉ NASCIMENTO GUEDES**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE n.º 24.911**; **ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE 32.875** e **RODRIGO MOREIRA PIERRE DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE n.º 44.549**, todos com escritório na Rua Monsenhor Júlio Maria, nº 105, Madalena, Recife/PE, CEP: 50.720-090.

PODERES: Conferem-se poderes da cláusula *et extra* aos OUTORGADOS para representar a empresa OUTORGANTE perante o **Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)** e o **Conselho Regional de Engenharia (CREA)**, com vistas à defesa de seus interesses, podendo, para tanto, solicitar e receber cópias de processos administrativos, assinar defesas administrativas, ofícios, requerimentos, declarações e demais documentos necessários em nome da OUTORGANTE, solicitar boletos para pagamentos de eventuais dívidas existentes e requerer parcelamento, podendo ainda substabelecer poderes, com ou sem reservas, e, enfim, praticar todos os atos para regularização da emissora em todos os seus aspectos, técnicos e jurídicos.

João Pessoa/PB, 27 de abril de 2018.


ANDRÉ CHAVES VAJAS
Representante legal
RÁIO SOL MAIOR LTDA
CNPJ sob nº. 01.757.455/0001-19





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.757.455/0001-19 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 11/04/1997</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO SOL MAIOR LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO SOL MAIOR</div>		<div>PORTE EPP</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO R ENGENHEIRO DE CARVALHO</div>	<div>NÚMERO 70</div>	<div>COMPLEMENTO SALA 01 ANDAR 1</div>
<div>CEP 58.307-150</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO BAYEUX</div>
<div>UF PB</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO JOSECARLOS@TVTAMBAU.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (83) 3015-3713</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 26/03/2024 às 10:53:22 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Requerimento (11499235)

SEI 53113.012370/2024-05 / pg. 7



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO SOL MAIOR LTDA
CNPJ: 01.757.455/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:00:55 do dia 26/03/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/09/2024.

Código de controle da certidão: **983B.3C8D.3E79.209E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>
Requerimento (11499255) 3E153113.012370/2024-05 / pg. 8

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

CERTIDÃO

CÓDIGO: 93D6.92C8.7B11.4761

Emitida no dia 26/03/2024 às 11:01:53

Nome Empresarial:

RADIO SOL MAIOR LTDA

Endereço:

ENGENHEIRO DE CARVALHO

Bairro:

CENTRO

Inscr. Estadual:

16.115.907-9

Município:

BAYEUX

Situação Cadastral:

ATIVO

Número:

70

Complemento:

SALA 01;ANDAR 1º;

CEP:

58307-150

CNPJ/CPF:

01.757.455/0001-19

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o Contribuinte supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.**

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido Contribuinte.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.pb.gov.br.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


Certidão de Débito emitida via 'Internet'.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Requerimento (11499235)

SEF53113.012370/2024-05 / pg. 9

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX

ESTADO DA PARAÍBA

CERTIDÃO NEGATIVA

Data: 27/03/2024

Hora: 11:35:28

Renilda Maria da Silva

Certidão Negativa de Débitos do Contribuinte

NÚMERO DA CERTIDÃO	DATA DA EMISSÃO	VALIDADE	STATUS
202306981/2024	27/03/2024	26/05/2024	Válido

DADOS DO CONTRIBUINTE	
CPF / CNPJ	NOME / RAZÃO SOCIAL
01.757.455/0001-19	RADIO SOL MAIOR LTDA
ENDEREÇO: RUA R-ENGENHEIRO DE CARVALHO, Nº 70 - SALA 01 ANDAR 1 BAIRRO: CENTRO CIDADE: Nao Informado CEP: 58110-020	

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, **NÃO CONSTA DÉBITOS** referente a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

Esta Prefeitura se reserva no direito de inscrever e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, que por ventura venham a ser apuradas.

FINALIDADE
Certidão Negativa
OBSERVAÇÕES
LICITAÇÃO.

BAYEUX - PB, 27 de Março de 2024.

Confira a autenticidade desse documento em https://bayeux-pb.nobesistemas.com.br/tributos/document_validator/new com o código a seguir.

Autenticação Eletrônica: 150A-6C7E-3A84-7C98



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
NÚMERO DA CERTIDÃO: 0.194.701/24-79

Contribuinte
RADIO SOL MAIOR LTDA

CPF/CNPJ
01.757.455/0003-80

Endereço
RUA CEL JOSE FRANCISCO SILVA, 97 - COMPLEMENTO: QUADRA: 136;LOTE: 13;LOTEAMENTO: MANOEL
PACHEGO RAMALHO, LOT.; , BAIRRO PITANGUINHA, MACEIO/AL - CEP: 57.052-190

Certificamos, com fundamento nas informações constantes em nosso Sistema de Cadastro e Controle de Arrecadação, e ressalvado o direito de a Fazenda Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, com referência ao presente instrumento, que em relação ao **CONTRIBUINTE** , acima identificado inexistente débito impeditivo a expedição desta certidão.

MACEIÓ (MCZ), 01 de Abril de 2024

Válida até: 30/06/2024

Código de autenticidade: DE21DA38AD3F08F7

A autenticidade desta certidão DEVE ser confirmada na pagina da Secretaria de Economia, no endereço: <http://www.maceio.al.gov.br/semec/>.

Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Requerimento (11450233)

SEI 53115-012370/2024-05 / pg. 11

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO SOL MAIOR LTDA

CNPJ: 01.757.455/0001-19

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:00:51 do dia 26/04/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/05/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

Requerimento (11450233) - 01f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f / 2024-05 / pg. 12



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

<https://anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp> 41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Requerimento (P1430233)

SLF 53115-012370/2024-05 / pg. 13

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01.757.455/0001-19
Razão Social: RADIO SOL MAIOR LTDA
Endereço: AV MONSENHOR WALFREDO LEAL 77 / TAMBIA / JOAO PESSOA / PB / 58020-540

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/04/2024 a 12/05/2024

Certificação Número: 2024041301023120289373

Informação obtida em 26/04/2024 09:58:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

a.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

<http://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO SOL MAIOR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 01.757.455/0001-19

Certidão nº: 20365909/2024

Expedição: 26/03/2024, às 11:20:14

Validade: 22/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO SOL MAIOR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.757.455/0001-19**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Requerimento (11450233) - 01/53115-012370/2024-05 / pg. 15

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA ME NIRE : 27200302879 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			Protocolo: ALC2401570355				
NIRE (Sede) 27200302879		CNPJ 03.738.203/0001-78		Data de Ato Constitutivo 04/04/2000		Início de Atividade 04/04/2000	
Endereço Completo Travessa SANTO ANTÔNIO - LOTEAMENTO PLANALTO DE MANGABEIRAS, Nº 957, QD. C, LOT. 01, JACINTINHO - Maceió/AL - CEP 57040-505							
Objeto Social EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE DE RADIODIFUSÃO MEDIANTE DIVULGAÇÃO DE PROGRAMAS DE CARÁTER EDUCATIVO, CULTURAL, INFORMATIVO E RECREATIVO, PROMOVENDO AO MESMO TEMPO A PUBLICIDADE COMERCIAL PARA SATISFAZER OS ENCARGOS DA EMPRESA, SENDO QUE PARA ALCANÇAR O OBJETIVO SERÃO USADOS OS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA (PRODUÇÃO, GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE SONS) EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, ESPECIALMENTE O QUE SE TRATA NA LEI Nº 4.117 DE 27 DE AGOSTO DE 1962, DO DECRETO Nº 52.026 DE 20 DE MAIO DE 1963 E MODIFICAÇÕES POSTERIORES, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA REGEDORA DA MATÉRIA;							
Capital Social R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) Capital Integralizado R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)				Porte Demais		Prazo de Duração Indeterminado	
Dados do Sócio							
Nome		CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato	
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES		151.568.694-91	R\$ 105.000,00	Sócio	S	Indeterminado	
Nome		CPF/CNPJ	Participação no capital	Espécie de sócio	Administrador	Término do mandato	
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS		011.176.901-99	R\$ 45.000,00	Sócio	N	Indeterminado	
Dados do Administrador							
Nome		CPF	Término do mandato				
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES		151.568.694-91	Indeterminado				
Último Arquivamento			Situação				
Data	Número	Ato/eventos	ATIVA				
09/10/2019	20190425172	223 / 223 - BALANCO	SEM STATUS				
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela							
1 - NIRE: xxxxxxxx			CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx				
Endereço Completo RUA Duque de Caxias, Nº 188, SALA 26;PAVMT0 3; , Centro, São Sebastião, SP, CEP: 11608545			CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx				
2 - NIRE: xxxxxxxx			CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx				
Endereço Completo , Nº , , , CEP: xx.xxx-xxx			CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx				
3 - NIRE: xxxxxxxx			CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx				
Endereço Completo , Nº , , , CEP: xx.xxx-xxx			CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx				
4 - NIRE: 27900300585			CNPJ: 03.738.203/0003-30				
Endereço Completo AVENIDA. SENADOR ARNON DE MELLO, Nº S/N , CENTRO, Maribondo, AL, CEP: 57670000			CNPJ: 03.738.203/0003-30				
5 - NIRE: 27900300607			CNPJ: 03.738.203/0003-30				
Endereço Completo RUA. SALU BRANCO, Nº 16 , SÃO CRISTOVÃO, Palmeira dos Índios, AL, CEP: 57601360			CNPJ: 03.738.203/0003-30				

Esta certidão foi emitida automaticamente em 21/02/2024, às 10:23:40 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.facilita.al.gov.br>, com o código JHLXTMLV.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Requerimento (11450233) - SEI 53115-012370/2024-05 / pg. 16



Governo do Estado de Alagoas
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial do Estado de Alagoas



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Continuação

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA ME NIRE : 27200302879 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada	Protocolo: ALC2401570355
--	---------------------------------



ALC2401570355

Edvaldo Maiorano de Lima
Secretário(a) Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Requerimento (11450233)

SEI 55115-012370/2024-05 / pg. 17

ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.
TV. Santo Antonio, 957 - Lot. 01 - Qd. C. Jacintinho - Lot. Plan Mangabeiras
CEP: 57040-505 Maceió/AL - NIRE JUCEAL: 27200302879 em 04/04/2000
CNPJ : 03.738.203/0001-78

BALANÇO PATRIMONIAL EM 01/01/2022 A 31/12/2022

A T I V O

C I R C U L A N T E

Ativo Circulante	765.085,12
Disponível	
Caixa Movimento	2.850,35
Banco c/Movimento	203.816,70
Creditos Realizaveis	
Clientes	256.312,22
ESTOQUES	
Materiais Diversos	302.105,85

A T I V O P E R M A N E N T E

Ativo Não Circulante	497.252,61
Imobilizado	
Maquinas e Equipamentos	482.068,79
Moveis e Utensílios	80.020,94
(-) Depreciação Acumulada	(64.837,12)

TOTAL DO ATIVO 1.262.337,73

Maceió, 31 de Dezembro de 2022

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2022, estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de 1.262.337,73 (Um milhão e duzentos e sessenta e dois mil e trezentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos). Ressalvando que a responsabilidade do profissional de contabilista fica ao aspecto meramente técnico, desde que reconhecidamente operou elementos e comprovantes fornecidos pela administração da empresa, e que esta se responsabiliza pela exatidão e veracidade, levantados pela referida administração e sob sua total e exclusiva responsabilidade. INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DAS FOLHAS nº 14 a 16 do Livro Diário nº 05, registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS SOB TERMO DE AUTENTICAÇÃO Nº 20240157370 DE 14 de Março de 2024.

5º Serviço

Maria Betania Botelho Alves

Maria Betania Botelho Alves
CPF (MF): 151.568.694-91
SOCIA-ADMINISTRADORA

1º Distrito

ENOQUE GOMES DE SENA
Contador CRC/AL 4835 - AL
CPF: 184.473.764-00

5º Serviço Notarial de Maceió-AL - R. João Pessoa, 113-Centro - Fone:3026-3787

Poder Judiciário - Estado de Alagoas

AEQ87612-568X Confira em: <https://selo.tjaj.jus.br>
Selo Digital de Autenticação, reconhecimento de firma e distribuição/Azul, reconheço a firma por semelhança de: Maria Betania Botelho Alves

em Maceió, 19/03/2024 15:16, em testemunho da verdade Rafael de Oliveira Cerqueira, Escrivente Dione Maria Bandeira Trindade Lins

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camprazleg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Requerimento (11450235)

SEI 53115-012379/2024-05 / pg. 18



CARTÃO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS DO 12º DISTRITO
R. Dias Cabral, 199, Centro, Maceió-AL - Tel:(32) 3221-1839
Reconheço por Autenticidade a firma indicada de ENOQUE GOMES DE SENA
em
testemunho
Jacira Santos Costa - Oficial; João Victor Abreu Gameleira F. Barbosa - Substituto; Alysson Darlan S. dos Santos e Jennifer Maria V. Pena Barbosa - Escreventes - Doc. Solicitante
***473.764**
MACEIÓ, 15/03/2024 15:40:48
da verdade

Poder Judiciário Estado de Alagoas - Confira os dados do ato em <https://selo.tjaj.jus.br>
Selo Digital de Autenticação, rec. da firma e distribuição Azul AEQ8776-Q88E

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.
TV. Santo Antonio, 957 - Lot. 01 - Qd. C. Jacintinho - Lot. Plan Mangabeiras
CEP: 57040-505 Maceió/AL - NIRE JUCEAL: 27200302879 em 04/04/2000
CNPJ : 03.738.203/0001-78

BALANÇO PATRIMONIAL EM 01/01/2022 A 31/12/2022

P A S S I V O

P A S S I V O C I R C U L A N T E

Passivo Circulante	38.075,29
EXIGIVEL	
Obrigações Sociais	
INSS a Recolher	1.835,79
FGTS a Recolher	1.051,21
Obrigações Tributárias	
ISS a Recolher	9.987,14
IRPJ a Recolher	25.201,15

P A S S I V O N A O C I R C U L A N T E

Patrimônio Líquido	1.224.262,44
CAPITAL	
Capital Social	150.000,00
Resultado do Exercício	
Lucro do Exercício	159.431,92
Lucro Acumulados	914.830,52

TOTAL DO PASSIVO 1.262.337,73

Maceió, 31 de Dezembro de 2022

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2022, estando de acordo com a documentação enviada à Contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o valor total de 1.262.337,73 (Um milhão e duzentos e sessenta e dois mil e trezentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos). Ressalvando que a responsabilidade do profissional de contabilista fica ao aspecto meramente técnico, desde que reconhecidamente operou elementos e comprovantes fornecidos pela administração da empresa, e que esta se responsabiliza pela exatidão e veracidade, levantados pela referida administração e sob sua total e exclusiva responsabilidade. INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DAS FOLHAS nº 14 a 16 do Livro Diário nº 05, registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS SOB TERMO DE AUTENTICAÇÃO Nº 20240157370 DE 14 de Março de 2024.

5º Serviço
Selo Digital de Autenticação
João de Oliveira Cerqueira
Tabakão
Maceió - ALAGOAS

Maria Betânia Botelho Alves
CPF (MF): 151.568.694-91
SOCIA-ADMINISTRADORA

ENOQUE GOMES DE SENA
Contador CRC/AL 4835 - AL
CPF: 184.473.764-00

6º Serviço Notarial de Maceió-AL - R João Pessoa, 113-Centro - Fone:3025-3787
Poder Judiciário - Estado de Alagoas
AEQ67613-62L4 Confira em: <https://selo.tj.al.jus.br>
Selo Digital de Autenticação, reconhecimento de firma e distribuição/Azul, reconheço a firma por semelhança de: Maria Betânia Botelho Alves
Dou Fe, Maceió, 19/03/2024 18:16, em testemunho da verdade
Juiz Interino Rafael de Oliveira Cerqueira, Escrevente Dione da Bandeira Trindade Lima
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camprad.com.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

CARTÃO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS DO 1º DISTRITO
Rua Das Cabral, 199, Centro, Maceió-AL - Tel:(82) 3221-1838
Reconheço por Autenticidade a firma indicada de ENOQUE GOMES DE SENA
Em testemunho
Jacira Santos Costa - Oficial; João Victor Abreu Gamaleiro F. Barbosa - Substituto; Alysson Darlan S. dos Santos e Jennyffer Miria V. Pena Barbosa - Escreventes - Doc. Solicitante
***473.764-00
Maceió, 15/03/2024 12:48:56
de verdade
Poder Judiciário Estado de Alagoas - Confira os dados do ato em: <https://selo.tj.al.jus.br>
Selo Digital de Autenticação, rec. de firma e distribuição/Azul AE98777-1CQK

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Wlundouh

ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.
TV. Santo Antonio, 957 - Lot. 01 - Qd. C. Jacintinho - Lot. Plan Mangabeiras
CEP: 57040-505 Maceió/AL - NIRE JUCEAL: 27200302879 em 04/04/2000
CNPJ : 03.738.203/0001-78

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO EM 01/01/2022 a 31/12/2022

RECEITA BRUTA DE SERVICOS

Receita Bruta de Serviços.....	1.356.318,41
(-) Deduções Diretas de Serviços.....	
Imposto e Cont. s/serviços.....	(198.133,06)
RESULTADO BRUTO.....	1.158.185,35

CUSTOS E DESPESAS

CUSTO

Mercadoria p/uso na prestação dos serviços.....	(170.982,00)
Custo Merc. Na Prest. serviços.....	(85.294,60)

CUSTO C/ PESSOAL

OUTROS CUSTOS

CUSTO SERVICOS PRESTADOS

DESPESAS COM PESSOAL

Folha de pagamento.....	(146.512,99)
Encargos de INSS.....	(44.831,03)
Encargos de FGTS.....	(13.720,03)
13o.Salario.....	(12.255,06)

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Pro-Labore.....	(40.080,00)
Honorários Contábeis.....	(15.840,00)
Material de expediente e mat. De limpeza.....	(185.502,90)
Desp. Diversas.....	(260.435,33)
Água.....	(4.834,85)
Luz.....	(16.501,90)

DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Taxa de localização.....	(1.962,74)
--------------------------	------------

RESULTADO DO EXERCICIO

RESULTADO DO EXERCICIO..... 159.431,92

Reconhecemos a exatidão do presente demonstrativo, realizado em 31 de Dezembro de 2022.

INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS DAS FOLHAS nº 14 a 16 do Livro Diário nº 05, registrado na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
AUTENTICAÇÃO Nº 20240157370 DE 14 de Março de 2024.



Maceió, 31 de Dezembro de 2022

Maria Betânia Botelho Alves

Maria Betânia Botelho Alves
CPF (MF): 151.568.694-91
SOCIA-ADMINISTRADORA



ENOQUE GOMES DE SENA
Contador CRC/AL 4835 - AL
CPF: 184.473.764-00

CARTÃO DO REGISTRO CIVIL DE NOTAS DO 1º DISTRITO
Rua da Cabral, 199, Centro, Maceió-AL - Tel: (32) 3226-4830
Reconheço por Autenticidade a firma indicada de ENOQUE GOMES DE SENA
Maceió, 15/03/2024 11:48:59
de verdade
Em
Testemunho
João Santos Costa - Oficial João Vítor Abreu Gamaleia F.
Barbosa - Substituto Alysson Darlân S. dos Santos e Janniffer
Marília V. Pena Barbosa - Escreventes - Doc. Solicitante
*** 473.764-00



ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME.
TV. Santo Antonio, 957 - Lot. 01 - Qd. C. Jacintinho - Lot. Plan Mangabeiras
CEP: 57040-505 Maceió/AL - NIRE JUCEAL: 27200302879 em 04/04/2000
CNPJ : 03.738.203/0001-78

PARECER DO BALANÇO – ÍNDICES DE AVALIAÇÃO (EXERCÍCIO 2022)

(Dados Extraídos do Balanço da Empresa Encerrado em 31/12/2022)

Os índices ora analisados são comumente mais usados nas análises financeiras das empresas, por Banqueiros em Licitações e Fornecedores, entre outros, pois indica a capacidade que a empresa tem em pagar os seus compromissos vencíveis a curto prazo, principalmente os empréstimos bancários e os compromissos vencíveis no exercício. A empresa analisada possui capacidade de assumir seus compromissos vencíveis até no mínimo um ano da data do Balanço.

$$LG = \text{Liquidez Geral} = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} = \frac{765.085,12 + 0}{38.075,29 + 0} = 20,09 / \text{Conclusão } LG \geq 1,00$$

$$SG = \text{Solvência Geral} = \frac{AT}{PC + ELP} = \frac{1.262.337,73}{38.075,29 + 0} = 33,15 / \text{Conclusão } SG \geq 1,00$$

$$LC = \text{Liquidez Corrente} = \frac{AC}{PC} = \frac{765.085,12}{38.075,29} = 20,09 / \text{Conclusão } LC \geq 1,00$$

$$ET = \text{Endividamento Total} = \frac{PC + ELP}{AT} = \frac{38.075,29 + 0}{1.262.337,73} = 0,03 / \text{Conclusão } ET \leq 1,00$$

CONCLUSÃO – A empresa ora analisada, possui os índices de acordo com a média brasileira e estão dentro dos padrões normais. Os parâmetros de avaliação indicam que a empresa possui valores disponíveis a assumir compromissos para com terceiros a curto e médio prazo, considerando sempre os princípios gerais de contabilidade.

Maceió(AL), 31 de dezembro de 2022.

5º Serviço

Maria Betânia Botelho Alves

Maria Betânia Botelho Alves
Socia-Administradora
CPF(MF)151.568.694-91

Enoque Gomes de Sena
CRC/AL 4835
CPF(MF)184.473.764-00

5º Serviço Notarial de Maceió-AL - R João Pessoa, 113-Centro - Fone:3026-3787
Poder Judiciário - Estado de Alagoas

AEQ67616-EZYS Confira em: <https://selo.tjal.jus.br>
Selo Digital de Autenticação, reconhecimento de firma e distribuição/Azul, reconheço a firma por semelhança de : Maria Betânia Botelho Alves
Dou Fé. Maceió, 19/03/2024 15:16. em testemunho da verdade
Tabelião Interino Rafael de Oliveira Cerqueira, Escrevente Dierle Maria Bandeira Trindade Lima

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS DO 1º DISTRITO
Rua Dias Cabral, 195, Centro, Maceió-AL - Tel:(02) 3221-1830
Reconheço por Autenticação a firma indicada de ENOQUE GOMES DE SENNA
Em
testemunho
Jacira Santos Costa - Oficial; João Victor Abreu Gamaleira F. Barbosa - Substituto; Alysson Darian S. dos Santos e Jennifer Maria V. Pena Barbosa - Escreventes - Doc. Solicitante
***.473.764-00
MACB0, 15/03/2024 11:49:03 da verdade
Poder Judiciário Estado de Alagoas - Confira os dados do ato em <https://selo.tjal.jus.br>
Selo Digital de Autenticação, rec. da firma e distribuição azul AEQ67616-EZYS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.de/br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f> / pg. 21

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, ENOQUE GOMES DE SENA, com inscrição ativa no CRC/AL, sob o nº 4835, inscrito no CPF nº 18447376400, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
18447376400	4835	ENOQUE GOMES DE SENA



CERTIFICO O REGISTRO EM 20/03/2024 15:03 SOB Nº 20240176430.
PROTOCOLO: 240176430 DE 20/03/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12403959015. CNPJ DA SEDE: 03738203000178.
NIRE: 27200302879. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 20/03/2024.
ALAGOAS COMUNICACAO LTDA ME

EDVALDO MAIORANO DE LIMA
SECRETÁRIO-GERAL
www.facilita.al.gov.br





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS

CERTIDÃO ESTADUAL**FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL E CONCORDATA****CERTIDÃO Nº: 0004024834****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Certifico que, pesquisando os registros de distribuição de feitos do Estado de Alagoas, anteriores, verifiquei NÃO CONSTAR distribuições em nome de:

ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA, residente na TV SANTO ANTÔNIO, S/N, QUADRA C, LOT 01, LOT PLAN MANGABEIRAS, JACINTINHO, CEP: 57040-505, Maceió - AL, vinculado ao CNPJ: 03.738.203/0001-78 ***

Certifico ainda que a pesquisa acima refere-se a AÇÕES DE FALÊNCIA, INSOLVÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL E CONCORDATA em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Alagoas, com as ressalvas abaixo:

Observações:

- 1 - A presente certidão foi emitida de acordo com a Resolução nº. 121/2010 do CNJ;
- 2 - A presente certidão não abrange eventuais ações de FALÊNCIA em que a pessoa a respeito da qual é expedida figure no pólo ativo;
- 3 - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ;
- 4 - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que deverão ser objeto de certidões específicas;
- 5 - A exatidão dos dados pessoais fornecidos para pesquisa é de inteira responsabilidade da parte interessada.
- 6 - A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (www.tjal.jus.br).

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Maceió, sexta-feira, 26 de abril de 2024 às 11h17min.

PEDIDO Nº:**0004024834**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Requerimento (11450233)

SEI 53115-012370/2024-05 / pg. 23

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.738.203/0001-78 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/04/2000
NOME EMPRESARIAL ALAGOAS COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite 90.01-9-02 - Produção musical 47.62-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO TV SANTO ANTONIO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO QD C LOT 01 LOT PLAN MANGABEIRAS
CEP 57.040-505	BAIRRO/DISTRITO JACINTINHO	MUNICÍPIO MACEIO
UF AL		
ENDEREÇO ELETRÔNICO enoquesena@gmail.com	TELEFONE (82) 9315-5593/ (82) 9315-5593	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 20/02/2024 às 11:06:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Requerimento (11450233)

SEI 53115-012370/2024-05 / pg. 24

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.738.203/0001-78

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 07:30:01 do dia 02/02/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 31/07/2024.

Código de controle da certidão: **0177.B5FD.013C.804A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Requerimento (11450235)

SEI 53115-012376/2024-05 / pg. 25

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Estado de Alagoas
Secretaria de Estado da Fazenda
Superintendência da Receita Estadual

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Certidão fornecida para o CNPJ: 03.738.203/0001-78

Nome/Contribuint ALAGOAS COMUNICACAO LTDA - EPP

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos existir, na presente data, as seguintes pendências cadastradas em nome do contribuinte acima identificado.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos do contribuinte e refere-se a débitos de natureza tributária e descumprimento de obrigações acessórias.

Origem das Pendências	Quantidades
Omissão de Entrega de Declarações	0
Débitos Inscritos em Dívida Ativa	1
Débito em Tramitação Administrativa	1
Antecipado em aberto	0
Cadastro Irregular	NÃO

Certidão emitida gratuitamente com base na Instrução Normativa SEF nº. 27 de 15 de maio de 2017.

Certidão emitida nos termos do art. 80 da Lei nº 6.771/06 e do art. 259 do Decreto nº 25.370/13.

Válida até 20/04/2024

Emitida às 10:21:49 do dia 20/02/2024

Código de controle da certidão: 31D1-6EB3-DB5B-48B1

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda no endereço: www.sefaz.al.gov.br.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Requerimento (11450203)

SEF 53115-012370/2024-05 / pg. 26

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Chefia de ICMS Declarado
Rua General Hermes, 80, - Bairro Centro, Maceió/AL, CEP 57020-904
Telefone: - <http://www.sefaz.al.gov.br/>

CONTESTAÇÃO DE CERTIDÃO DE DÉBITO DECLARADO (CDD)

Lei 6.771/2006

CONTESTAÇÃO DE CERTIDÃO DE DÉBITO DECLARADO (CDD)

Lei 6.771/2006

IDENTIFICAÇÃO	
Razão Social	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA
CNPJ	03.738.203/0001-78
Nome	ANANIAS CIRILO DE ALMEIDA
CPF	210.617.424-15
Endereço	TV SANTO ANTONIO
CEP	57.040-505
Município	MACEIÓ
Estado	ALAGOAS
E-mail	CONTABILPLUS.DFISCAL@GMAIL.COM
Telefone	82 3221-3531
Nº DA CDD	
965849	
REQUERIMENTO	
O contribuinte acima identificado requer contestar a lavratura da Certidão de Débito Declarado informada pelos motivos apresentados a seguir:	
MOTIVO	
Solicitamos a prescrição do débito referente a CDD nº 965849.	
DOCUMENTOS ANEXOS	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

(*) documentos essenciais		
X	TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO
x	Documento	Identidade - RG e CPF ou CNH do titular, representante legal ou procurador da empresa e do contador (*)
x	Comprovante	Residência recente (até 3 meses) (*)
X	Comprovante	Pagamento da taxa de serviços diversos (01 UPFAL) ou de isenção nos termos do art. 357 da Lei 4.418/82 (*)
	Comprovante	Pagamento do débito caso tenha efetuado
	Documento	Petição Inicial (Contestação)
	Procuração	Pública (registrada em cartório ou particular (firma reconhecida do outorgante) firma reconhecida - cartório
	Documento	Outros

Nestes termos pede deferimento



Documento assinado eletronicamente por **Ananias Cirilo de Almeida, Usuário Externo - Contador**, em 13/03/2024, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.al.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23920840** e o código CRC **F0C9F75A**.

Processo
nº E:01500.0000011276/2024

Revisão 00 SEI
ALAGOAS

SEI nº do Documento
23920840

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f> / pg. 2

Ilmo. Sr. chefe da Central de Atendimento ao Cidadão Sefaz-AL em Maceió.

REQUERIMENTO

ALAGOAS COMUNICACAO LTDA, empresa brasileira de direito privado sito à Travessa Santo Antonio, Sn, Jacintinho, Maceió-AL, inscrito no **CNPJ/MF 03.738.203/0001-78 e no Caceal N° 240.98325-4**, vem mui respeitosamente solicitar a análise e declaração de prescrição de débito junto à Fazenda Estadual do Estado de Alagoas referente a CDA n° 965849.

De acordo com os fatos e fundamentos a seguir apresentados:

- 1- O débito em questão se refere a uma infração com data lançamento em 13/03/2009;
- 2- Informo que transcorreu o prazo prescricional previsto na legislação vigente para a cobrança do referido débito;
- 3 - Destaco que, até a presente data, não houve qualquer manifestação por parte da Fazenda Estadual para cobrança do referido débito, configurando-se, assim, a prescrição da obrigação tributária.

Sem mais para o momento, agradeço desde já a atenção dispensada e as providências tomadas.

Termos em que,
Pede deferimento.

**ALAGOAS
COMUNICACAO
LTDA:03738203000
178**

Assinado de forma digital por
ALAGOAS COMUNICACAO
LTDA:03738203000178
Dados: 2024.03.13 17:39:29
-03'00'

Maceió/AL, 13 de Março de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f> 0051276/2024 / pg. 3

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Comprovante de pagamento
de IPVA

CAIXA

Valor

R\$ 34,41

Data

22/02/24

19:46



Operação realizada com sucesso!

Dados do Pagamento

Código de barras

8583000000093441000220234022
30000004124903282198

Conta de débito

0840 | 003 | 00002860-8

Convênio

SECRETARIA DA FAZEND

Valor

34,41

Data de vencimento

22/02/2024

Identificação da operação

TAXA DE SERVICOS

Data de débito

22/02/2024

Código da operação

00684465

Chave de segurança

TWG80RRJ8J6F763H



Você poderá consultar futuramente essa e
outras transações no menu de consultas.

Em caso de dúvidas entre em contato através dos
nossos canais de atendimento, e informe o ID da
transação presente neste comprovante.

Alô CAIXA: 4004 0104 (Capitais e reg. metropolitanas)

Alô CAIXA: 0800 104 0 104 (Demais regiões)

Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Ouvidoria: 0800 725 7474



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f
Comprovante PAGTO TAXA SERVICO (23920842) SET E 01500.0000011276/2024 / pg. 4

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



8583000000 9 34410002202 3 40223000000 4 12490328219 8

	Governo do Estado de Alagoas Secretaria da Fazenda Documento de Arrecadação - No 124903282					DAR / CB Modelo 01	
CNPJ 03.738.203/0001-78	Receita 35815	Referência 02/2024	Data de Emissão 22/02/2024	Município 143 - MACEIO	Vencimento	23/02/2024	
Nome ALAGOAS COMUNICACAO LTDA - EPP					Principal	34,41	
					CM	0,00	
					Desconto	0,00	
					Juros	0,00	
					Multa	0,00	
Observações: NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO Pagar apenas nos bancos credenciados: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Bancoob, Bradesco, Caixa, Itaú, Santander ou Sicredi Data de Vencimento do Tributo: 23/02/2024 Quantidade de UPFAL: 1 TAXA PARA ABERTURA DE PROCESSO.					Total	34,41	
AUTENTICAÇÃO NO VERSO						1ª Via - Banco	



8583000000 9 34410002202 3 40223000000 4 12490328219 8

	Governo do Estado de Alagoas Secretaria da Fazenda Documento de Arrecadação - No 124903282					DAR / CB Modelo 01	
CNPJ 03.738.203/0001-78	Receita 35815	Referência 02/2024	Data de Emissão 22/02/2024	Município 143 - MACEIO	Vencimento	23/02/2024	
Nome ALAGOAS COMUNICACAO LTDA - EPP					Principal	34,41	
					CM	0,00	
					Desconto	0,00	
					Juros	0,00	
					Multa	0,00	
Observações: NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO Pagar apenas nos bancos credenciados: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Bancoob, Bradesco, Caixa, Itaú, Santander ou Sicredi Data de Vencimento do Tributo: 23/02/2024 Quantidade de UPFAL: 1 TAXA PARA ABERTURA DE PROCESSO.					Total	34,41	
AUTENTICAÇÃO NO VERSO						2ª Via - Contribuinte	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Documento Inadimplente - No 124903282 - ps 133125.072024-0050019 23/02/2024 / pg. 5

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.738.203/0001-78 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/04/2000
NOME EMPRESARIAL ALAGOAS COMUNICACAO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite 90.01-9-02 - Produção musical 47.62-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO TV SANTO ANTONIO	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO QD C LOT 01 LOT PLAN MANGABEIRAS
CEP 57.040-505	BAIRRO/DISTRITO JACINTINHO	MUNICÍPIO MACEIO
UF AL		ENDEREÇO ELETRÔNICO enoquesena@gmail.com
TELEFONE (82) 9315-5593/ (82) 9315-5593		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 13/03/2024 às 17:16:20 (data e hora de Brasília).

Página: 61



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Doc: 41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

SIN: 41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Doc: 41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL
CENTRO DE PERÍCIAS FORENSES
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL. MÁRIO PEDRO DOS SANTOS

Polgar Direito

Maria Betânia Botelho Alves
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 278331 DATA DE EXPEDIÇÃO 21/10/2011

NOME **MARIA BETÂNIA BOTELHO ALVES**

FILIAÇÃO **JOSE ALVES DA SILVA SOBRINHO**

NAIR ALVES BOTELHO
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO 19/04/1958

MACEIÓ - AL
DSC, ORIGEM

CERTD CAS 47715 FLS 262 LIV B121
MACEIÓ - AL

151.568.694-91
2 VIA

Maria Madalena Cardoso da Silva
MARIA MADALENA CARDOSO DA SILVA
DIRETORA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

LEI Nº 7.116 DE 29.08/83 P 302



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Documento nº 120522089

Salvador, 30 de Setembro de 2024 14:33g. 7

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO			
NOME					
ANANIAS CIRILO DE ALMEIDA					
		DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF			
		382255 SSP AL			
		CPF		DATA NASCIMENTO	
		210.617.424-15		10/06/1960	
FILIAÇÃO					
JOSE CIRILO					
BENEDITA CIRILO DE ALMEIDA					
PERMISSÃO		ACC		CAT. HAB.	
				D	
Nº REGISTRO		VALIDADE		1ª HABILITAÇÃO	
01837126079		15/06/2026		22/07/1996	
OBSERVAÇÕES					
					
ASSINATURA DO PORTADOR					
LOCAL		DATA EMISSÃO			
MACEIO, AL		21/06/2021			
ASSINADO DIGITALMENTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO					
66043424680 AL026291886					
ALAGOAS					
DENATRAN			CONTRAN		

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.gov.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Documento nº 10002031

SEI 53153-01237020240324/35.9



PODERE O DIREITO

210.617-424-15 382.265 - AL 24/03/2006

BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOCIEDADE DE DEFENSÃO DO Povo NE SE UNE

Esta carteira tem fe pública como documento de identidade nos termos do artigo 18 do C.L. 9.295 de 27/05/45 e artigo 1º da Lei 6.206 de 07/05/64

ASSINATURA DO CONTABILISTA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CARTEIRA DE IDENTIDADE DE CONTABILISTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE

AL 00550490-7

CONTADOR

AVANIAS CIRILO DE ALMEIDA

JOSE CIRILO
BENEDITA CIRILO DE ALMEIDA

NASCIMENTO 10/05/1980 NATURALIDADE NACIONALIDADE

EXPEDIÇÃO 27/05/2007

CARLOS HENRIQUE DO NASCIMENTO

PRESIDENTE DO CRC

CARLOS DE ALMEIDA DO BRASIL

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Recibo Eletrônico de Protocolo - 23920849

Usuário Externo (signatário): Ananias Cirilo de Almeida
Data e Horário: 13/03/2024 17:48:58
Tipo de Peticionamento: Processo Novo
Número do Processo: E:01500.0000011276/2024
Interessados:

ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- **Documento Principal:**
 - Contestação de CDD 23920840
- **Documentos Essenciais:**
 - Documento REQUERIMENTO 23920841
 - Comprovante PAGTO TAXA SERVIÇO 23920842
 - Documento PAGTO TAXA SERVIÇO 23920843
- **Documentos Complementares:**
 - Documento CNPJ 23920844
 - Documento SÓCIO 23920845
 - Documento CNH CONTADOR 23920846
 - Documento CRC 23920847

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Secretaria de Estado da Fazenda.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>
Recibo Eletrônico de Protocolo - 23920849 - 13/03/2024 17:48:58 - 0600011276/2024 / pg. 10

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Acesso Externo com Disponibilização Parcial de Documentos

Peticionamento Intercorrente

Gerar PDF

Gerar ZIP

Autuação

Processo: E:01500.0000011276/2024
Tipo: Fazenda: Certidão de Dívida Declarada (CDD) - contestar
Data de Geração: 13/03/2024
Interessados: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA

Lista de Protocolos (9 registros):

<input checked="" type="checkbox"/>	Processo / Documento	Tipo	Data	Unidade	Ações
<input type="checkbox"/>	23920840	Contestação de CDD	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920841	Documento REQUERIMENTO	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920842	Comprovante PAGTO TAXA SERVIÇO	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920843	Documento PAGTO TAXA SERVIÇO	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920844	Documento CNPJ	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920845	Documento SÓCIO	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920846	Documento CNH CONTADOR	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920847	Documento CRC	13/03/2024	SEFAZ CID	
<input type="checkbox"/>	23920849	Recibo Eletrônico de Protocolo	13/03/2024	SEFAZ CID	

Lista de Andamentos (4 registros):

Data/Hora	Unidade	Descrição
13/03/2024 17:49	SEFAZ CID	Processo remetido pela unidade SEFAZ CID
13/03/2024 17:49	SEFAZ CID	Disponibilizado acesso externo para Ananias Cirilo de Almeida (ananias.cirilo.almeida@gmail.com) até 18/02/2124 (36500 dias). Para disponibilização de documentos. Criado automaticamente por meio do módulo Peticionamento e Intimação Eletrônicos em razão de Peticionamento Eletrônico realizado.
13/03/2024 17:49	SEFAZ CID	O Usuário Externo Ananias Cirilo de Almeida efetivou Peticionamento de Processo Novo, tendo gerado o recibo 23920849 (Recibo Eletrônico de Protocolo)
13/03/2024 17:48	SEFAZ CID	Processo público gerado



DECLARAÇÃO

Eu, ANANIAS CIRILO DE ALMEIDA, contador da empresa **ALAGOAS COMUNICACAO LTDA**, inscrita no CNPJ **03.738.203/0001-78**, venho por meio desta declarar que a não emissão da Certidão Negativa de Débitos está relacionada ao débito de número 965849, o qual é indevido pelos seguintes motivos:

A data de origem do débito é 13/03/2009.

O débito em questão não foi inscrito em dívida ativa, portanto, encontra-se prescrito de acordo com o artigo 174 do Código Tributário Nacional (CTN), Lei nº 5.172/1966, o qual estabelece que o direito da Fazenda Pública de constituir o crédito tributário mediante lançamento decai em 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

Em novembro de 2023, ao emitirmos um extrato de débitos, o débito de número 965849 não constava no referido documento, evidenciando que o mesmo não estava pendente naquela data.

Somente em março de 2024, ao emitirmos outro extrato de débitos, observamos que a Secretaria da Fazenda (Sefaz) lançou o débito de número 965849 de forma indevida, sem qualquer base legal ou justificativa para tal lançamento.

Adicionalmente, informamos que foi aberto um processo pelo SEI (Sistema Eletrônico de Informações) da SEFAZ de Alagoas no dia 13/03/2024, solicitando a prescrição do referido débito. O número do processo aberto é E:01500.0000011276/2024.

Portanto, solicitamos que esta declaração seja aceita como comprovante da inexistência de débitos válidos que justifiquem a não emissão da Certidão Negativa de Débitos para nossa empresa.

Local: Maceió - AL

Data: 27/03/2024

ANANIAS CIRILO DE ALMEIDA:21061742415
Assinado de forma digital por ANANIAS CIRILO DE ALMEIDA:21061742415
Dados: 2024.03.27 17:33:03 -03'00'

ANANIAS CIRILO DE ALMEIDA

CPF: 210.617.424-15

CONTADOR

ALAGOAS COMUNICACAO LTDA:03738203000178
Assinado de forma digital por ALAGOAS COMUNICACAO LTDA:03738203000178
Dados: 2024.03.27 17:33:26 -03'00'

ALAGOAS COMUNICACAO LTDA

03.738.203/0001-78



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE TRIBUTOS
MERCANTIS**
NÚMERO DA CERTIDÃO: 0.096.940/24-73

Inscrição
0900406089

Contribuinte ALAGOAS COMUNICACAO LTDA ME	CPF/CNPJ 03.738.203/0001-78	Situação Cadastral Ativa
--	---------------------------------------	------------------------------------

Endereço
RUA TRAVESSA SANTO ANTONIO - LOTEAMENTO PLANALTO DE MA, 957 , BAIRRO JACINTINHO,
MACEIO/AL - CEP: 57.040-505

Certificamos, com fundamento nas informações constantes em nosso Sistema de Cadastro e Controle de Arrecadação, e ressaltando o direito de a Fazenda Municipal de inscrever e cobrar outras dívidas que venham a ser apuradas, com referência ao presente instrumento, que EXISTE débito registrado em nome do Contribuinte Econômico, ENTRETANTO, nos termos do disposto no artigo Art. 206 da Lei nº. 5.172/66 - Código Tributário Nacional, este documento tem os mesmos efeitos de CERTIDÃO NEGATIVA.

MACEIÓ (MCZ), 20 de Fevereiro de 2024

Válida até: 20/05/2024

Código de autenticidade: **E8BF7DAE5DF6F748**
A autenticidade desta certidão DEVE ser confirmada na pagina da Secretaria de Economia,
no endereço: <http://www.maceio.al.gov.br/semec/>.

Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão



[Menu Principal](#) ▼BOM DIA
Jefferson José Nascimento GuedesSistemas
InterativosBOLETO » » Nada Consta | [menu](#) [ajuda](#)

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA**CNPJ:** 03.738.203/0001-78

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:21:49 do dia 26/04/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/05/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

Requerimento (11450233) - 041f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f / 2024-05 / pg. 40



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.738.203/0001-78

Certidão nº: 11538698/2024

Expedição: 20/02/2024, às 10:19:14

Validade: 18/08/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALAGOAS COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.738.203/0001-78**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Requerimento (11450233) - 01/03/2024 15:01:23/0/2024-05 / pg. 42

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
PERÍCIA OFICIAL - PO/AL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL. MÁRIO PEDRO DOS SANTOS

Polegar Direito



Maior de 60 anos

Maria Betania Botelho Alves

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REGISTRO
GERAL 278331DATA DE
EXPEDIÇÃO 23/11/2018

NOME

MARIA BETANIA BOTELHO ALVES

FILIAÇÃO

JOSE ALVES DA SILVA SOBRINHO
NAIR ALVES BOTELHO

NATURALIDADE

MACEIÓ - AL

DATA DE NASCIMENTO

19/04/1958

DOC. ORIGEM

CERTD CAS 47715 FLS 262 LIV B121

MACEIÓ - AL

CPF

151.568.694-91

2 VIA

RONEYPRESIDENTE DO ARRUDA NASCIMENTO
SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P 325

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Requerimento (11450203)

51f531f3-012370/2024-05 / pg. 43

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
DPT - INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Polícia Civil

João Henrique Holanda Caldas

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

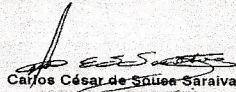
REGISTRO GERAL 2.452.354 DATA DE EXPEDIÇÃO 22/02/2011

NOME **JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS**

FILIAÇÃO
JOÃO CALDAS DA SILVA
EUDOCIA MARIA HOLANDA DE ARAUJO CALDAS

NATURALIDADE
MACEIÓ / AL DATA DE NASCIMENTO 22/07/1987

IDENTIFICADORA
C.NASC. Nº. 60.284, FOLHA 69, LIVRO A-54, REGISTRO CIVIL (05/08/1987)
MACEIÓ - AL
011.176.901-99
73485079


Carlos César de Sá Pereira Saraiva
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

NH 01

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Recomenda-se não plastificar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Requerimento (11455255)

31/03/2024 15:01:23 76/2024-05 / pg. 44

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Capturar Triagem Pendente *Ciclo: 01*

Início da Atividade
29/04/2024

Protocolo GOV.BR

Número da Solicitação
264359.0098107/2024

CPF
046.722.634-28

Nome
JEFFERSON JOSE NASCIMENTO GUEDES

E-mail
jnguedes@hotmail.com

Sexo
Masculino
Data de nascimento
12/04/1983

País de nacionalidade
Brasil
Data de envio da solicitação
29/04/2024

Recibo da Solicitação

PDF com o recibo da Solicitação
96895_1.pdf

Dados da Solicitação

Tipo de Solicitação
01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações (MCom)

Documentação Necessária

Tipo de Documento	Requerimento
Selecionar Documento	Requerimento de Transferencia Direta de Outroga Radio Sol Maior LTDA e Alagoas Comunicacao LTDA completo.pdf

Complementação do Protocolo Anterior

Solicitação é complementar a um protocolo anterior
NÃO



nações Complementares (Preenchimento Opcional)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f/2024-05 / pg. 45

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Entidade

Administrativo

Endereços

Plano Básico

Sistema Principal

Sistema de Trans. Auxiliar

RDS

Estação

Número da Estação

1007024140

Indicativo da Estação

ZYS320

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

30/09/2019

Data Último Licenciamento

04/06/2024

Número da Licença

53500.040351/2024-64

Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
		▼	▼	

Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
01250037935201808	1290	Despacho ▼	MCTIC ▼	11/07/2018

Histórico de Documentos Emitidos

+	Solicitação	Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Dat
x	65df7bafd7			Ato ▼	ORLE ▼		20/1
x		53000.028366/20	1914	Portaria ▼	MC ▼	08/06/2016	20/1
x		53500.031158/20	5205	Ato ▼	ORLE ▼	11/07/2018	03/1

⬅ Fechar

➦ Enviar

➦ Validação





QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES

784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

17.731.199

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0235 CORREDOR NORDESTE

17.731.199

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

17.731.199

TOTAL

17.731.199

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 17.731.199
 6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 17.731.199
 6.2.1.0.00.00 TESOURO 17.731.199
 6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 17.731.199
 TOTAL DA RECEITA 17.731.199 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 17.731.199

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39217 - COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	M O D	I T E	F V A L O R
0235 CORREDOR NORDESTE							17.731.199
PROJETOS							
26 784	0235 5597	CONSTRUCAO DE CAIS PARA CONTEINERES NO PORTO DE MACEIO					10.000.000
26 784	0235 5597 0002	CONSTRUCAO DE CAIS PARA CONTEINERES NO PORTO DE MACEIO - NO ESTADO DE ALAGOAS OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 26	1	4 - INV	90	0	10.000.000
26 784	0235 5689	RECUPERACAO DO MOLHE DE PROTECAO DO PORTO DE MACEIO					699.454
26 784	0235 5689 0027	RECUPERACAO DO MOLHE DE PROTECAO DO PORTO DE MACEIO - NO ESTADO DE ALAGOAS OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 4	1	4 - INV	90	0	699.454
26 784	0235 5864	MELHORAMENTO DAS INSTALACOES DO PORTO DE NATAL					7.031.745
26 784	0235 5864 0024	MELHORAMENTO DAS INSTALACOES DO PORTO DE NATAL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CONDICIONADO AO ATENDIMENTO DO ART. 12 DESTA LEI) OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 16	1	4 - INV	90	0	7.031.745
TOTAL - INVESTIMENTO							17.731.199

DECRETO DE 27 DE JUNHO DE 2002

Outorga concessão às entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e tendo em vista o disposto no art. 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica outorgada concessão às entidades abaixo mencionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - Rádio Sol Maior Ltda., na cidade de Maceió, Estado de Alagoas (Processo nº 53610.000057/98 e Concorrência nº 119/97-SSR/MC);

II - Rádio Clube Entre Amigos Ltda., na cidade de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná (Processo nº 53740.000356/98 e Concorrência nº 026/98-SSR/MC).

Art. 2º Fica outorgada concessão à entidade abaixo mencionada, para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens:

- TV Top Ltda., na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000198/98 e Concorrência nº 032/98-SSR/MC).

Art. 3º As concessões ora outorgadas reger-se-ão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelas outorgadas.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Os contratos decorrentes destas concessões deverão ser assinados dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 4º, sob pena de tornar-se nula, de pleno direito, a outorga concedida.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de junho de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
 Juarez, Quadro do Nascimento

DECRETO DE 27 DE JUNHO DE 2002

Renova a concessão das entidades que mencionam, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam renovadas as concessões das entidades abaixo mencionadas para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I - RÁDIO ATALAIA DE CANAVIEIRAS LTDA., a partir de 25 de fevereiro de 1998, na cidade de Canavieiras, Estado da Bahia, outorgada pelo Decreto nº 95.588, de 5 de janeiro de 1988 (Processo nº 53640.000694/97);

II - RÁDIO DIFUSORA PARANAIBENSE LTDA.- ME, a partir de 10 de janeiro de 1998, na cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pela Portaria nº 723, de 8 de novembro de 1967, e renovada pelo Decreto nº 96.010, de 3 de maio de 1988 (Processo nº 53700.001728/97);

III - RÁDIO ALIANÇA LTDA., a partir de 10 de julho de 1997, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, outorgada pelo Decreto nº 94.408, de 9 de junho de 1987 (Processo nº 53730.000225/97);

IV - RÁDIO POTIGUARA DE MAMANGUAPE LTDA., a partir de 24 de julho de 1997, na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba, outorgada pelo Decreto nº 94.411, de 10 de junho de 1987 (Processo nº 53730.000243/97);

V - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DOM PEDRO FELIPAK, a partir de 6 de junho de 1997, na cidade de Ibiti, Estado do Paraná, outorgada originariamente à Rádio Novo Horizonte de Ibiti Ltda., pela Portaria nº 486, de 30 de maio de 1977, renovada pelo Decreto nº 94.581, de 10 de julho de 1987, transferida pela Portaria nº 199, de 24 de outubro de 1989, para a concessionária de que trata este inciso, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Portaria nº 230, de 19 de outubro de 1990 (Processo nº 53740.000054/97);

VI - RÁDIO ALVORADA DO SUL LTDA., a partir de 6 de julho de 1997, na cidade de Rebouças, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria nº 594, de 4 de julho de 1977, e renovada pelo Decreto nº 94.529, de 26 de junho de 1987 (Processo nº 53740.000115/97);

VII - RÁDIO CLUB DE FAXINAL LTDA., a partir de 24 de junho de 1997, na cidade de Faxinal, Estado do Paraná, outorgada pela Portaria nº 547, de 15 de junho de 1977, e renovada pelo Decreto nº 94.752, de 10 de agosto de 1987 (Processo nº 53740.000146/97);

VIII - RÁDIO INDEPENDÊNCIA DE MEDIANEIRA LTDA., a partir de 3 de março de 1998, na cidade de Medianeira, Estado do Paraná, outorgada pelo Decreto nº 81.291, de 31 de janeiro de 1978, e renovada pelo Decreto nº 95.797, de 8 de março de 1988 (Processo nº 53740.001304/97);

4158f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e958f



radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 780, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO JOSÉ QUIRINO FILHO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra de São Miguel, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 104, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Fundação José Quirino Filho, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra de São Miguel, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 781, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VILA ALZIRA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 39, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Vila Alzira, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 782, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CABACEIRAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabaceiras, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 111, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Fundação de Assistência Social de Cabaceiras a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabaceiras, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 783, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL VIDA NOVA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 723, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Cultural Vida Nova a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclu-

sividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 784, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E COMUNITÁRIA DE ESPERANÇA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperança, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 86, de 29 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Assistencial e Comunitária de Esperança a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperança, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 785, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a FUNDAÇÃO JOSÉ LEITE DE OLIVEIRA - FILO - PARA O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Piranhas, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 757, de 12 de dezembro de 2002, que autoriza a Fundação José Leite de Oliveira - FILO - para o Desenvolvimento Comunitário de São José de Piranhas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito a exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Piranhas, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 786, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ACCA - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL ARACATIENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracati, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 231, de 18 de abril de 2001, que autoriza a ACCA - Associação Comunitária Cultural Aracatiense a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracati, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 787, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ-DESENVOLVIMENTO DE SIMOLÂNDIA - ADS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simolândia, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 228, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Simolândia - ADS a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simolândia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 788, DE 2003

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO SOL MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Decreto s/nº de 27 de junho de 2002, que outorga concessão à Rádio Sol Maior Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 789, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL SANTANENSE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 76, de 29 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Cultural Santanense a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 790, DE 2003

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE ITATIAIÇU a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiaçu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 114, de 31 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Itatiaçu a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiaçu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de outubro de 2003
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

FM em Bayeux/PB
OM em Maceió/AL

01.757.455/0001-19

Av. Monsenhor Walfredo Leal, 77 - Terreo - Tamboré

João Pessoa/PB - CER: 58.020.540

Fone: 830-241-2244

FAX: 830-241-3566



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/4158f8fc4b8-485e90f8-2416e27e95870/2024-05/pg_49

4158f8fc4b8-485e90f8-2416e27e95870

PUBLICADO NO DIÁRIO
OFICIAL DE 30/01/04
Página: 79 Seção: 3
ANOTADO POR: [assinatura]



CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO
ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO SOL MAIOR
LTDA. PARA EXPLORAR O SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA,
NA LOCALIDADE DE MACEIÓ, ESTADO DE
ALAGOAS.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano dois mil e três, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Miro Teixeira, e a RÁDIO SOL MAIOR LTDA., CGC 01.757.455/0001-19, representada por seu Procurador, Raimundo Mário Martins de Andrade, RG 2.228.138 – SSP/PB, CPF 166.701.913/91, assinam o presente Contrato de Concessão, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade pelo Decreto de 27 de junho de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 788, de 22 de outubro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2003, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Maceió, Estado de Alagoas, regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Rádio Sol Maior Ltda. o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Maceió, Estado de Alagoas, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do edital da Concorrência nº 119/97-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela concessionária.

Cláusula 2ª. A presente concessão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A concessionária é obrigada a:

- publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data da publicação do ato de deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional;
- iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 9 (nove) meses, contado da data da publicação do ato de deliberação da outorga pelo Congresso Nacional;

[assinatura]



- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a concessão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da concessão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

[Assinatura]

[Rubrica]



r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a concessionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 12% (doze por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 6% (seis por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, executando o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras "e" e "g" desta cláusula;



- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A concessionária recolheu o valor de R\$126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A concessionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a concessionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.



áusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de stringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito s que já tenham sido consignadas.

áusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de cessidade dos serviços federais.

rágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, sde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras ncessionárias ou permissionárias.

áusula 12ª. A concessionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

áusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, licáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

áusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das muniqueções poderá, garantida ampla defesa, aplicar à concessionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

rágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser licadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias eis.

áusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o ncelamento da outorga, sujeitando a concessionária às sanções e penalidades previstas no Edital e a legislação que rege a licitação.

áusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da concessão pelo Ministério das muniqueções, a pedido da concessionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de oncessão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias correntes do mesmo contrato.



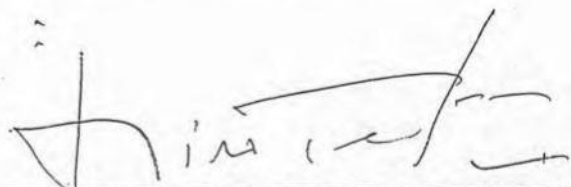
Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

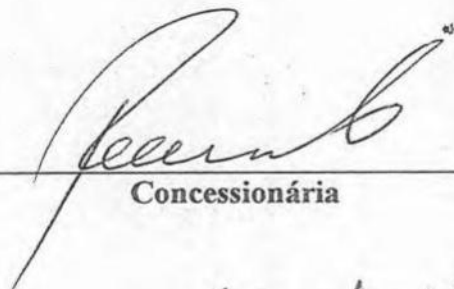
Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

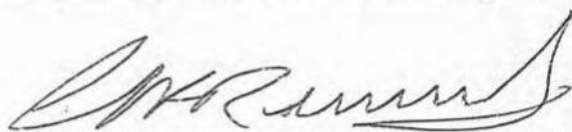
E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Concessão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.



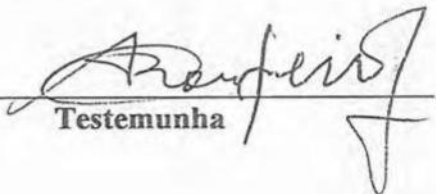
Ministro de Estado das Comunicações



Concessionária



Testemunha



Testemunha



**Sistemas
Interativos** **Menu Principal** ▼SRD » Relatórios » **Outorga** | menu ajuda**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM****UF: AL****Município: Maceió**

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO GAZETA DE ALAGOAS LTDA	Maceió	01/11/1983	01/11/1993
RADIO PARAISO LTDA	Maceió	01/11/1993	01/11/2003
RADIO PROGRESSO DE ALAGOAS LTDA	Maceió	01/05/1984	01/05/1994
RADIO SOL MAIOR LTDA	Maceió	30/01/2004	30/01/2014
SECRETARIA DO GABINETE CIVIL	Maceió	01/06/1984	01/06/1994

Usuário: - **Data: 18/11/2014** **Hora: 10:55:32****Registro 1 até 5 de 5 registros****Página: [1]** **[Ir]** **[Reg]**

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f><http://sistemas.anatel.gov.br/srd/Relatorios/Outorga/Tela.asp>

18/11/2014

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

**Publicado no D.O.U.
de 09/ 04/ 2018,
Seção: III, Página: 08**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO SOL MAIOR LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, ESTADO DE ALAGOAS.

Aos 04 dias do mês de 04 do ano dois mil e dezoito, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a RÁDIO SOL MAIOR LTDA., doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 01.757.455/0001-19, representada por seus Administradores, o Sr. **José Dionísio Barsi Filho**, portador do CPF n.º 041.601.423-20 e/ou **José Erivaldo Arraes**, CPF n.º 048.941.383-87 e/ou **José Carlos Valente Pontes**, CPF n.º 022.926.533-20, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Maceió, estado de Alagoas, decorrente da concessão outorgada à Rádio Sol Maior Ltda., por meio do Decreto s/nº de 27 de junho de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2002, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Maceió, estado de Alagoas. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à Rádio Sol Maior Ltda., o canal 293, Classe A1, correspondente à frequência 106,5 Mhz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação n.º 53000.065143/2013-56, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a se concretizar

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico,

tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "a", "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Maceió, estado de Alagoas.


E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

(assinado eletronicamente)

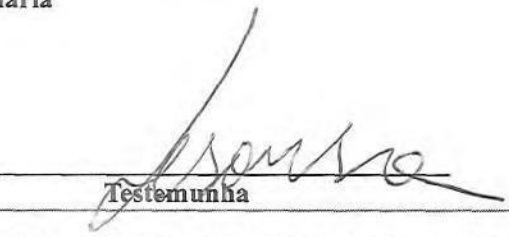
**Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações**



Permissionária



Testemunha



Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 22/03/2018, às 19:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2769825** e o código CRC **FF660C29**.



Estações ▾		✓ Voltar																																																			
1 total de registros ▾		1 - 50		50 ▾		Atualizar		Filtrar																																													
Ações		Status ▾		CNPJ ▾		Entidade ▾		NumFistel ▾		Caracter ▾		Finalidade ▾		Serviço ▾		Num Serviço ▾		UF ▾		Município ▾		Local Especifico ▾		Canal ▾		Dec ▾		Frequência ▾		Classe ▾		Categoria da Estação ▾		Latitude ▾		Longitude ▾		ERP ▾		HCI ▾		Fistel Geradora ▾		Fase ▾		Data ▾		ID Estação Principal ▾		ID do Canal ▾		Observações ▾	
Visualizar em PDF ▾		PH-C4 (Canal Licenciado)		01757450800119		RADIO SOL MAIOR LTDA		50416393834		P		Comercial		FM		230		AL		Maracó				293				106.5		A1				9° 39' 56.98" S		35° 44' 5.99" W		50		60		1		2024-06-26 11:27:25				576ba53af8b7		Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013.			



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Anexo Mosaico (11605054)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 59

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Id solicitação: 57dbac53afb87

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO SOL MAIOR LTDA	
Nome Fantasia: RADIO SOL MAIOR	
Telefone: (83) 3015-3713	E-mail: josecarlos@tvtambau.com.br
CNPJ: 01.757.455/0001-19	Número do Fistel: 50416391834
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 30/01/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 30/01/2034	
Observações: Ato nº 8169, de 13/10/2014, publicado no DOU. de 15/10/2014.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Engenheiro de Carvalho	Complemento: – Sala 1 – 1 ° andar	
Bairro: Centro	Número: 70	
Município: Bayeux	UF: PB	CEP: 58307150

Endereço Correspondência		
Logradouro: Avenida Monsenhor Walfredo Leal	Complemento: - Terreo	
Bairro: Tambiã	Número: 77	
Município: João Pessoa	UF: PB	CEP: 58020540

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Rua Professor Ângelo Neto	Complemento:	
Bairro: Farol	Número: 113	
Município: Maceió	UF: AL	CEP: 57051530

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Rua Coronel Francisco Silva	Complemento:	
Bairro: Pitanguinha	Número: 97	
Município: Maceió	UF: AL	CEP: 57052190

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Número:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Maceió	UF: AL

Parâmetros Técnicos			
Canal: 293	Frequência: 106.5 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 109.6915kW
HCI: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Anexo Mosaico (11683054)

SEI 53113-012379/2024-05 / pg. 60

Informações Gerais											
Número da Estação: 1007024140						Número Indicativo: ZYS320					
Data Último Licenciamento: 11/05/2024						Número da Licença: 53500.040351/2024-64					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 9° 39' 48.35" S				Longitude: 35° 44' 6.36" W				Cota da base: 48.7 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 012630900901						Modelo: NV15 - 15 kW					
Fabricante: Nautel Limited						Potência de Operação: 14.6 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: HCA318-50J						Fabricante: RFS					
Comprimento da Linha: 70 m		Atenuação: 0.374 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.01 dB		Impedância: 50 ohms					
Antena Principal											
Modelo: DRU8293						Fabricante: IDEAL IND. E COM. DE ANTENAS LTDA.					
Ganho: 9.03 dBd		Beam-Tilt: 0 °		Orientação NV: 10 °		Polarização: Vertical		HCI: 60 m		ERP Máxima: 109.69 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0.09	5°: 0.03	10°: 0	15°: 0.03	20°: 0.09	25°: 0.12	30°: 0.18	35°: 0.3	40°: 0.45	45°: 0.54	50°: 0.63	55°: 0.77
60°: 0.92	65°: 1.01	70°: 1.11	75°: 1.25	80°: 1.41	85°: 1.56	90°: 1.72	95°: 1.94	100°: 2.16	105°: 2.33	110°: 2.5	115°: 2.67
120°: 2.85	125°: 3.04	130°: 3.22	135°: 3.36	140°: 3.48	145°: 3.61	150°: 3.74	155°: 3.89	160°: 4.01	165°: 4.02	170°: 4.01	175°: 4.08
180°: 4.15	185°: 4.16	190°: 4.15	195°: 4.16	200°: 4.15	205°: 4.08	210°: 4.01	215°: 4.02	220°: 4.01	225°: 3.89	230°: 3.74	235°: 3.61
240°: 3.48	245°: 3.36	250°: 3.22	255°: 3.04	260°: 2.85	265°: 2.67	270°: 2.5	275°: 2.33	280°: 2.16	285°: 1.94	290°: 1.72	295°: 1.56
300°: 1.41	305°: 1.25	310°: 1.11	315°: 1.01	320°: 0.92	325°: 0.77	330°: 0.63	335°: 0.54	340°: 0.45	345°: 0.3	350°: 0.18	355°: 0.12
Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0
Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					



24.09.06.11 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Anexo Mosaico (11683054)

SEI 53113.012370/2024-05 / pg. 61

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Transmissor Auxiliar 2

Código Equipamento:

Modelo: Equipamento não encontrado

Fabricante:

Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar

Modelo:

Fabricante:

Comprimento da Linha: m

Atenuação: dB/100m

Perdas Acessórias: dB

Impedância: ohms

Antena Auxiliar

Modelo:

Fabricante:

Ganho: dBd

Beam-Tilt: °

Orientação NV: °

Polarização:

HCI: m

ERP Máxima: 109.69 kW

RDS

Código PI:

Informações do documento de Outorga

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53610000571998	11	Decreto	PR	27/06/2002	28/06/2002	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250037935201808	1290	Despacho	MCTIC	11/07/2018	13/07/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		20/03/2024	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000.028366/2013-32	1914	Portaria	MC	08/06/2016	20/06/2016	Multa	Jurídico
53500.031158/2018-94	5205	Ato	ORLE	11/07/2018	03/08/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115004108202345	13545	Portaria	MC	13/06/2024	26/06/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 26/06/2024 | Edição: 121 | Seção: 1 | Página: 11

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 13.545, DE 13 DE JUNHO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.004108/2023-45, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO SOL MAIOR LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 01.757.455/0001-19, número de inscrição no FISTEL 50416391834, a partir de 30 de janeiro de 2024, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



1246-7

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA		Nº: 000001/2010-AL	
LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO		FLS: 001/001	
NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO SOL MAIOR LTDA - CNPJ: 01.757.455/0001-19		Nº DA ENTIDADE 50012332755	
Nº DA ESTAÇÃO 323663575	SERVIÇO Radiodifusão Sonora em Onda Média	NAT. SERV. *****	LATITUDE 09S292700
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO SÍTIO OÁSIS S/N		LONGITUDE 35W362300	
DISTRITO *****		UF AL	
BAIRRO IPIÓCA		MUNICÍPIO MACEIO	
<div><div><p>CIDADE DA OUTORGA : Maceió, AL</p><p>NOME FANTASIA : AM PALMARES</p><p>FREQÜÊNCIA : 800 kHz</p><p>POTÊNCIA DIURNA : 10,000 kW</p><p>HORÁRIO FUNC.: 00:00 a 24:00 - Seg. a Dom.</p><p>ESTÚDIO PRINCIPAL: RUA CEL. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA 97 FAROL</p><p>MUNICÍPIO : Maceió</p><p>ESTÚDIO AUXILIAR: RUA CEL. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA 97 FAROL</p><p>MUNICÍPIO : Maceió</p><p>TRANSMISSOR PRINCIPAL: Continental Lensa S/A</p><p>CÓDIGO : 0294031131</p><p>TRANSMISSOR AUXILIAR 1 *****</p><p>CÓDIGO : *****</p><p>TRANSMISSOR AUXILIAR 2 *****</p><p>CÓDIGO : *****</p><p>SISTEMA IRRADIANTE : Ondirecional/Onidirecional</p><p>NÚMERO DE RADIAIS : 120</p><p>COMPRIMENTO DE RADIAIS : 105.00 m</p><p>ALTURA DA TORRE : 105.0 m</p></div><div><p>INDICATIVO DA ESTAÇÃO :ZYH256</p><p>CLASSE : *****</p><p>POTÊNCIA NOTURNA : 10,000 kW</p><p>LOCALIDADE : *****</p><p>UF : AL</p><p>LOCALIDADE : *****</p><p>UF : AL</p><p>MODELO : K5-A12</p><p>POTÊNCIA : 10,000 kW</p><p>MODELO : *****</p><p>POTÊNCIA : ***** kW</p><p>MODELO : *****</p><p>POTÊNCIA : ***** kW</p><p>NÚMERO DE TORRES : 1</p><p>ESPAÇAMENTO ENTRE RADIAIS : 3.00 graus</p><p>COTA BASE DA TORRE : 32.00 m</p></div></div>			
IMPRESSA EM 11/08/2010			
OBSERVAÇÕES 01.757.455/0001-19		Licenciada Em 08/06/2010	VÁLIDA ATÉ 30/01/2014
		JOSE ARTUR FILARDI LEITE Ministro das Comunicações	



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Pedro Nery de Souza Neto**

Data/Hora: **27/06/2024 11:15:06**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO SOL MAIOR LTDA

Nº FISTEL: 50416391834

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 01757455000119

Situação: Não licenciada

Data Validade: ☒ **CADIN:** Não

Incidência FUST: Integral

Data Início Operação Comercial: ☒ **UF:** PB

Div. Ativa: Não

Proc. Caducidade: Não

Tipo Usuário:

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/ Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2018	18/09/2018	R\$ 349,06	18/09/2018	349,06	349,06	0001	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2019	05/11/2019	R\$ 5.800,00	26/09/2019	5.800,00	5.800,00	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 1.914,00	31/03/2020	1.914,00	1.914,00	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 290,00	31/03/2020	290,00	290,00	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 1.914,00	31/03/2021	1.914,00	1.914,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 290,00	31/03/2021	290,00	290,00	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 1.914,00	31/03/2022	1.914,00	1.914,00	0009	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 290,00	31/03/2022	290,00	290,00	0010	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 1.914,00	31/03/2023	1.914,00	1.914,00	0011	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 290,00	31/03/2023	290,00	290,00	0012	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2024	29/03/2024	R\$ 280,70	08/03/2024	280,70	280,70	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 1.914,00	26/03/2024	1.914,00	1.914,00	0014	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 290,00	26/03/2024	290,00	290,00	0015	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2024	18/06/2024	R\$ 5.800,00	09/05/2024	5.800,00	5.800,00	0016	Quitado	0,00
Total devido em 27/06/2024 (em reais):										0,00
Total de créditos em 27/06/2024 (em reais):										0,00

Legenda do Campo Situação
RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



SIGEC »» CONSULTAS GERAIS »» Consultar **Códigos de Receita**> internet teia menu ajuda

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41158f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?f11f58f8f-c4fb8-485e-90f8-2416e27e953f

 $\frac{1}{2}$

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

[Menu Principal](#) ▼SIGEC » » CONSULTAS GERAIS » » Consultar **Códigos de Receita** » [internet](#) [teia](#) [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital - MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemasnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISOSmodulo=3761

http://sistemasnet/sigec/Tabela/CodigosAnatel(17656584)

SEI-35115.012570/2024-05 / pg. 68

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sigec/sistema/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISOSmodulo=3761

12/06/2023, 16:56 - Tabela 660005 Anatel (1765684) - SIF-35-15.012570/2024-05 / pg. 69

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Governo do Estado da Paraíba
Secret. de Estado de Turismo e do Desenvolvimento Econômico
Junta Comercial do Estado da Paraíba



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: RADIO SOL MAIOR LTDA NIRE : 25200304225 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada		Protocolo: PBC2401816000	
NIRE (Sede) 25200304225	CNPJ 01.757.455/0001-19	Data de Ato Constitutivo 11/04/1997	Início de Atividade 11/04/1997
Endereço Completo Rua Engenheiro de Carvalho, Nº 70, SALA 01;ANDAR 1º;, Centro - Bayeux/PB - CEP 58307-150			
Objeto Social A SOCIEDADE TEM COMO OBJETO SOCIAL A EXECUÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM GERAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TV A CABO, EM CONFORMIDADE COM CONCESSÕES, AUTORIZAÇÕES E PERMISSÕES QUE LHE FOREM OUTORGADAS PELO PODER CONCEDENTE.			
Capital Social R\$ 6.373.892,00 (seis milhões trezentos e setenta e três mil oitocentos e noventa e dois reais) Capital Integralizado R\$ 6.373.892,00 (seis milhões trezentos e setenta e três mil oitocentos e noventa e dois reais)		Porte Demais	Prazo de Duração Indeterminado
Dados do Sócio			
Nome JOSE CARLOS VALENTE PONTES	CPF/CNPJ 022.926.533-20	Participação no capital R\$ 3.186.946,00	Espécie de sócio Sócio
Administrador N	Término do mandato Indeterminado		
Nome JOSE ERIVALDO ARRAES	CPF/CNPJ 048.941.383-87	Participação no capital R\$ 3.186.946,00	Espécie de sócio Sócio
Administrador N	Término do mandato Indeterminado		
Dados do Administrador			
Nome ANDRE CHAVES VAJAS	CPF 469.084.984-68	Término do mandato Indeterminado	
Nome CARLA MARINHO DE ANDRADE PONTES	CPF 621.884.453-68	Término do mandato Indeterminado	
Nome FABIO HENRIQUE CAVALCANTE VIEIRA	CPF 782.872.353-91	Término do mandato Indeterminado	
Último Arquivamento			Situação
Data 13/12/2023	Número 20235939218	Ato/eventos 310 / 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO	ATIVA Status xxxxx
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela			
1 - NIRE: xxxxxxxx		CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	
Endereço Completo R CEL JOSE FRANCISCO SILVA, Nº 97 , FAROL, Maceió, AL, CEP: 57050190			
2 - NIRE: 25900147459		CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx	
Endereço Completo R MONSENHOR WALFREDO LEAL, Nº 77, SALA 01 , TAMBÁ, João Pessoa, PB, CEP: 58000000			

Esta certidão foi emitida automaticamente em 04/06/2024, às 15:13:46 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.redesim.pb.gov.br>, com o código JHD2QFEP.
Maria de Fatima Ventura Venancio
Secretário(a) Geral



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://anexo-certidao-simplificada-credente-11624633> - 5012570/2024-05 / pg. 70

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO SOL MAIOR LTDA

CNPJ: 01.757.455/0001-19

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:12:26 do dia 27/06/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/07/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Anexo OND Fister (1160356)

SEI 50113-012570/2024-05 / pg. 71

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.738.203/0001-78
Razão Social: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME
Endereço: TV SANTO ANTONIO SN QD C LOT 1 LOT PLAN / JACINTINHO / MACEIO / AL / 57040-505

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/06/2024 a 26/07/2024

Certificação Número: 2024062712040885831257

Informação obtida em 27/06/2024 12:05:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Anexo-Certidão regularidade FGTS (11603867)

SEI-30115.012570/2024-05 / pg. 72


41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.738.203/0001-78									
ALAGOAS COMUNICACAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Anexo SIACCO (11604121)

SEI 53113.012370/2024-05 / pg. 73

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

ALAGOAS COMUNICACAO LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá

Usuário: 07450926679 - Pedro Nery de Souza Neto

Data: 27/06/2024

Hora: 12:19:37



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		151.568.694-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Marechal Deodoro
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	União dos Palmares
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Penedo
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Palmeira dos Índios
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Rio Largo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Anexo SIACCO (11604121)

SEI 53113.012370/2024-05 / pg. 75

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		LTDA									
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: 07450926679 - Pedro Nery de Souza Neto Data: 27/06/2024 Hora: 12:17:37



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		011.176.901-99									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: 07450926679 - Pedro Nery de Souza Neto

Data: 27/06/2024

Hora: 12:20:47



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Anexo SIACCO (11664121)

SEI 53113.012370/2024-05 / pg. 77

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

27/06/2024 14:26:06

De:

MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Pedro <pedro.neto@mcom.gov.br>

Assunto:

Processo nº 53115.012570/2024-05 - Transferência Direta de Outorga Comercial

Mensagem:

Senhor Coordenador Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, encaminho os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Sol Maior Ltda, inscrito no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Caso haja Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, que seja informada qual a infração cometida.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

RE: Processo nº 53115.012570/2024-05 - Transferência Direta de Outorga Comercial

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qui, 27/06/2024 15:05

Para: COATO <coato@mcom.gov.br>

Cc: Pedro Nery de Souza Neto <pedro.neto@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Sol Maior Ltda, inscrito no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada <coato@mcom.gov.br>

Enviado: quinta-feira, 27 de junho de 2024 14:26

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>; Pedro Nery de Souza Neto <pedro.neto@mcom.gov.br>

Assunto: Processo nº 53115.012570/2024-05 - Transferência Direta de Outorga Comercial

Senhor Coordenador Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção à determinação da Consultoria Jurídica - Conjur, encaminho os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Rádio Sol Maior Ltda, inscrito no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Caso haja Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, que seja informada qual a infração cometida.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Anexo E-mail Resposta CCM (11606733)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 79

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 11413/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05

INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.

TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº **01.757.455/0001-19** e CNPJ nº **03.738.203/0001-78**, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.

ANÁLISE

2. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.

3. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.

4. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pelas interessadas e restou concluído que, para o prosseguimento do pedido, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À NOME ENTIDADE CESSIONÁRIA (ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA):

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura (exercício social de 2023).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 11413 (1604156)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 80

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

5. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 4, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto**, Técnico de Nível Superior, em 27/06/2024, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11604196** e o código CRC **45DC0F83**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11604196



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 11419 (11604196)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 81

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 22411/2024/MCOM

Brasília, 27 de junho de 2024.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19)
Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, Sala 01, 1º andar - Centro
CEP: 58.110-020 - Bayeux/PB
(Endereço eletrônico: andrevajas@redetambau.com.br; cherlytonduarte@redetambau.com.br;
priscilamelo@redetambau.com.br)

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica nº 11413/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.



Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>
Ofício 22411 (11604274) - SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 82

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto**, Técnico de Nível Superior, em 27/06/2024, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11604274** e o código CRC **C5901CDC**.

Anexos:

- Nota Técnica 11413 (11604196).

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11604274



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 22411 (11604274)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 83

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 22415/2024/MCOM

Brasília, 27 de junho de 2024.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da

ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78)

1ª Travessa Santo Antônio, Loteamento Planalto de Mangabeiras, nº 957, QD. C, Lote 01 - Jacintinho
CEP: 57.040-505 - Maceió/AL

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO
PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica nº 11413/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 22415 (11604405)

SEI53115.012570/2024-05 / pg. 84

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto**, Técnico de Nível Superior, em 27/06/2024, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11604403** e o código CRC **81E14529**.

Anexos:

- Nota Técnica 11413 (11604196).

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11604403



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 22413 (11604403)


SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 85

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Cadastro para acesso ao SEI

CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 01.757.455/0001-19

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1

Razão Social	CNPJ	Emails
RADIO SOL MAIOR LTDA	01.757.455/0001-19	JOSECARLOS@TVTAMBAU.COM.BR, cherlytonduarte@redetambau.com.br, andrevajas@redetambau.com.br, simonesoares@redetambau.com.br, portozero@portozero.com.br

10 ▾ 1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf
https://infoneg-autenticidade-assinatura.ca.gov.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 86

1/1

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

27/06/2024 18:25:59

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

JOSECARLOS@TVTAMBAU.COM.BR
cherlytonduarte@redetambau.com.br
andrevajas@redetambau.com.br
simonesoares@redetambau.com.br
portozero@portozero.com.br
priscilamelo@redetambau.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº:53115.012570/2024-05

INTERESSADA: RÁDIO SOL MAIOR LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11604196.html
Oficio_11604274.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Cadastro para acesso ao SEI

CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveira

Relatório nsultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 03.738.203/0001-78

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1

Razão Social	CNPJ	Emails
ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	edio@ea.adv.br, rozanaribeiro@gmail.com, vanderleialagoas@gmail.com, sistemaplugsei@gmail.com, sei@sistemaplug.com.br

10 ▾ 1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf
<https://infocleg-autenticidade-assinatura.sistemas.mct.gov.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

ANEXO CADSEI-ALAGOAS COMUNICACAO LTDA (11605478)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 88

1/1

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

27/06/2024 18:28:18

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

edio@ea.adv.br
rozanaribeiro@gmail.com
vanderleialagoas@gmail.com
sistemaplugsei@gmail.com
sei@sistemaplug.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Nota_Tecnica_11604196.html
Oficio_11604403.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Data de Envio:

27/06/2024 18:29:23

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, foi encaminhada notificação à RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19) e à ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78), solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Nota_Tecnica_11604196.html

Oficio_11604274.html

Oficio_11604403.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	
:	

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -

Data: 10/07/2024

Hora: 09:15:29



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		03.738.203/0001-78									
ALAGOAS COMUNICACAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá

Usuário: - Data: 10/07/2024 Hora: 09:16:29



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

ANEXO SIACCO (11628804)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 92

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		011.176.901-99									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: - Data: 10/07/2024 Hora: 09:17:31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

ANEXO SIACCO (11628804)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 93

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
		CPF: 151.568.694-91									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Marechal Deodoro
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	União dos Palmares
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Penedo
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Palmeira dos Índios
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Rio Largo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: - Data: 10/07/2024 Hora: 09:17:57



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

ANEXO SIACCO (11628804)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 94

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 12036/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05

INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.
2. A última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica ocorreu nos termos da Nota Técnica nº 11413/2024/SEI-MCOM que concluiu pela notificação das interessadas através dos Ofícios nº 22411/2024/MCOM e nº 22415/2024/MCOM, para fins de complementação da instrução processual. Em resposta, sob os protocolos de nº 53115.021907/2024-67 e nº 53115.022488/2024-81 foram acostados documentos.

ANÁLISE

3. A transferência da outorga é operação amparada pela Lei nº 4.117 de 1962 (recentemente alterada pela Lei nº 13.424 de 28 de março de 2017), especificamente em sua alínea "c" do art. 38, a qual preceitua que *"a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo"*.
4. O pedido de transferência da concessão/permissão deverá seguir o rito estabelecido no Regulamento de Serviços de Radiodifusão - RSR, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 1963 (alterado pelo Decreto nº 9.138 de 22 de agosto de 2017 e Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021), os quais, além de ditar o procedimento, predispõe os requisitos a serem atendidos pelas pessoas jurídicas envolvidas na operação, bem como o rol de documentos hábeis para comprová-los, condição para a autorização da transmissão da delegação.
5. Da reanálise dos autos e com base nas informações obtidas através da consulta ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 10 de julho de 2024 notou-se que a sócia e administradora da cessionária - Alagoas Comunicações Ltda, Srª Maria Bethânia Botelho Alves, integraria o quadro diretivo de outra pessoa jurídica, que também executa o serviço de FM na mesma localidade em que é prestado o serviço objeto destes autos, qual seja Maceió/AL, senão vejamos (SEI

04):



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 12036 (1626855)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 95

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 151.568.694-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Marechal Deodoro
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maceió
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	União dos Palmares
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Peredo
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Palmeira dos Índios
		FUNDACAO QUILOMBO	03.825.166/0001-35	Diretor (DIRETORA PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Rio Largo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: - Data: 10/07/2024 Hora: 09:17:57

6. Deste modo, com a efetivação do pedido ora pleiteado, a Sra. Maria Betânia Botelho Alves passaria a extrapolar os limites de outorga, uma vez que passaria a exercer o cargo de direção/administração em 2 (duas) pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço e na mesma localidade, o que ficaria em descompasso com o que estipula a Lei 4.117/62, em seu art. 38, alínea g, a qual impõe a seguinte restrição:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas: (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20.12.2002)

(...)

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade (Redação dada pela Lei nº 10.610, de 20.12.2002).

7. Por este motivo, faz-se necessário instar as pessoas jurídicas interessadas na operação, de modo a regularizar a situação em questão, para que ao final da operação todos os sócios/administradores estejam respeitando os limites de outorgas estabelecidos no Decreto-Lei nº 236/67.

8. Informa-se ainda, às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

9. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, comprove a regularização exposta no parágrafo 7, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/08/2024, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 12030 (1602655)

SEI93119:072570/2024-05 / pg. 96

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11628853** e o código CRC **ADCE5719**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11628853



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 12036 (11628853)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 97

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 26076/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19)
Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, Sala 01, 1º andar - Centro
CEP: 58.110 - 020 - Bayeux/PB
Endereço eletrônico: andrevajas@redetambau.com.br; cherlytonduarte@redetambau.com.br;
priscilamelo@redetambau.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 12036/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.



Atenciosamente,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 26076 (11639662)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 98

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/08/2024, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11699682** e o código CRC **4E01062A**.

Anexos:

- Nota Técnica 12036 (11628853)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11699682



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 20076 (11639662)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 99

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 26080/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78)
1ª Travessa Santo Antônio, Loteamento Planalto de Mangabeiras, nº 957, QD. C, Lote 01 - Jacintinho
CEP: 57.040-505 - Maceió/AL

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA
ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 12036/2024/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hyperlink abaixo:**

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 26080 (1635705)

SEI 53115-012570/2024-05 / pg. 100

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/08/2024, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11699703** e o código CRC **E424A1AB**.

Anexos:

- Nota Técnica 12036 (11628853)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11699703



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 20086 (11699703)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 101

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveir

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

03.738.203/0001-78

Razão Social

Pesquisar

10 ▾ 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
SOM DA ILHA COMERCIO E PRODUcoes LTDA	04.391.521/0001-78	somdailha@somdailha.com.br, carolamaral10@hotmail.com
10 ▾ 1 / 1		

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Anexo (11699727)

SEI 55115.012370/2024-05 / pg. 102

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

02/08/2024 11:19:38

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

somdailha@somdailha.com.br
carolamaral10@hotmail.com

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11699703.html
Nota_Tecnica_11628853.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Data de Envio:

02/08/2024 11:21:06

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

andrevajas@redetambau.com.br
cherlytonduarte@redetambau.com.br
priscilamelo@redetambau.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: RÁDIO SOL MAIOR LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.

NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11699682.html
Nota_Tecnica_11628853.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Data de Envio:

02/08/2024 11:22:57

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<sei@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, foi encaminhada notificação à RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19), ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78), solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Oficio_11699682.html

Nota_Tecnica_11628853.html

Oficio_11699703.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 29398/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19)
Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, Sala 01, 1º andar - Centro
CEP: 58.110 - 020 - Bayeux/PB
Endereço eletrônico: andrevajas@redetambau.com.br; cherlytonduarte@redetambau.com.br;
priscilamelo@redetambau.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67. PRORROGAÇÃO DE PRAZO. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, informe-se que o prazo para regularização da situação exposta na Nota Técnica n.º 12036/2024/SEI-MCOM fica prorrogado por **90 (noventa) dias**, contado da data de recebimento deste Ofício, conforme pedido protocolado sob o nº 53115.032468/2024-18, em 30 de agosto de 2024.
2. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/09/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11851919** e o código CRC **FBF50EB8**.

Anexos:

- Nota Técnica 12036 (11628853)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 29398 (11851919)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 106

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 29402/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78)
1ª Travessa Santo Antônio, Loteamento Planalto de Mangabeiras, nº 957, QD. C, Lote 01 - Jacintinho
CEP: 57.040-505 - Maceió/AL

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67. PRORROGAÇÃO DE PRAZO. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, informe-se que o prazo para regularização da situação exposta na Nota Técnica n.º 12036/2024/SEI-MCOM fica prorrogado por **90 (noventa) dias**, contado da data de recebimento deste Ofício, conforme pedido protocolado sob o nº 53115.032468/2024-18, em 30 de agosto de 2024.

2. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 02/09/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11851954** e o código CRC **E8172B73**.

Anexos:

- Nota Técnica 12036 (11628853)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11851954



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 29402 (11631954)

SEI 53115-012570/2024-05 / pg. 108

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Data de Envio:

03/09/2024 08:45:42

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<coato@mcom.gov.br>

Para:

JOSECARLOS@TVTAMBAU.COM.BR
cherlytonduarte@redetambau.com.br
andrevajas@redetambau.com.br
simonesoares@redetambau.com.br
portozero@portozero.com.br
priscilamelo@redetambau.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: RÁDIO SOL MAIOR LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67.
PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11851919.html
Nota_Tecnica_11628853.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Data de Envio:

03/09/2024 08:56:37

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<coato@mcom.gov.br>

Para:

edio@ea.adv.br
rozanaribeiro@gmail.com
vanderleialagoas@gmail.com
sistemaplugsei@gmail.com
sei@sistemaplug.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTO:SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AOS LIMITES DE OUTORGA ESTABELECIDOS NO DECRETO-LEI Nº 236/67.
PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_11851954.html
Nota_Tecnica_11628853.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Data de Envio:

03/09/2024 08:57:44

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Pós-Outorgas
<coato@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, foi encaminhada notificação à RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19), ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Oficio_11851919.html
Nota_Tecnica_11628853.html
Oficio_11851954.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.738.203/0001-78

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -

Data: 19/12/2024

Hora: 15:11:03



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 151.568.694-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: -

Data: 19/12/2024

Hora: 15:10:08



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Consulta Siacco_Cessionaria (1656596)

SLI 35113:012570/2024-05 / pg. 114

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 011.176.901-99											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: -

Data: 19/12/2024

Hora: 15:11:27



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Consulta Siacco_Cessionaria (11656596)

SLI-35113-012570/2024-05 / pg. 115

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Dados da consulta

Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: RADIO SOL MAIOR LTDA

Nº FISTEL:

50012332755

Serviço: 205 - Radiodifusão Sonora em Onda Média

CNPJ/CPF:

01757455000119

Situação: Excluída

Data Validade: 30/01/2014

+ CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

+ UF: PB

Proc. Caducidade: Não

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2003	26/12/2003	R\$ 126.000,00		0,00	0,00	0001	Cancelado	0,00
								Histórico do Lançamento		
6530	0	2003	26/12/2003	R\$ 126.000,00	16/12/2003	126.000,00	126.000,00	0002	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
6530	0	2005	30/01/2005	R\$ 126.000,00	31/01/2005	126.000,00	126.000,00	0003	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
7241 - PPDUR	0	2006	08/01/2007	R\$ 200,00	28/02/2007	222,00	222,00	0004	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
8766 - TFI	1	2010	08/07/2010	R\$ 1.543,00	12/07/2010	1.563,36	1.563,36	0005	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2011	31/03/2011	R\$ 694,35	31/03/2011	694,35	694,35	0006	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2011	31/03/2011	R\$ 77,00	31/03/2011	77,00	77,00	0007	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2012	31/03/2012	R\$ 509,19	02/04/2012	509,19	509,19	0008	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2012	31/03/2012	R\$ 77,00	02/04/2012	77,00	77,00	0009	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 509,19	01/04/2013	509,19	509,19	0010	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
4200 -	1	2013	31/03/2013	R\$ 77,00	01/04/2013	77,00	77,00	0011	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Extrato lançamentos_Sigec_Cedente - CM (12143026)

S2153115.012570/2024-05 / pg. 116

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 509,19	31/03/2014	509,19	509,19	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0012												
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 77,00	31/03/2014	77,00	77,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0013												
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 509,19	30/03/2015	509,19	509,19	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0014												
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 77,00	30/03/2015	77,00	77,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0015												
1555	0	2015	15/06/2015	R\$ 797,36	05/06/2015	797,36	797,36	 Histórico do Lançamento	Quitado - DOU	0,00		
0016												
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 509,19	31/03/2016	509,19	509,19	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0017												
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 77,00	31/03/2016	77,00	77,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0018												
1660	0	2016	18/07/2016	R\$ 3.838,22	31/03/2017	3.838,22	3.838,22	 Histórico do Lançamento	Quitado - RN	0,00		
0019												
					26/06/2017	376,63	376,63					
					29/03/2019	55,95	55,95					
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 509,19	31/03/2017	509,19	509,19	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0020												
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 77,00	31/03/2017	77,00	77,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0021												
7241 - PPDUR	0	2017	15/04/2017	R\$ 200,00	17/04/2017	200,00	200,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0022												
8766 - TFI	1	2017	08/08/2017	R\$ 1.543,00	06/07/2017	1.543,00	1.543,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0023												
6530	0	2017	19/03/2018	R\$ 272.426,18	06/03/2018	272.426,18	272.426,18	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0024												
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 509,19	29/03/2018	509,19	509,19	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0025												
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 77,00	29/03/2018	77,00	77,00	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0026												
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 509,19	29/03/2019	509,19	509,19	 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00		
0027												



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

0028

 [Histórico do Lançamento](#)

Total de créditos em 19/12/2024 (em reais): 0,00

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Página: [1] [Ir] [Reg]

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90>

6e27e953f15.012570/2024-05 / pg. 118

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA COMERCIAL.	
Processo nº 53115.012570/2024-05	
Data de protocolização do pedido: 29/04/2024	
Entidade cedente: Rádio Sol Maior Ltda.	C.N.P.J. Nº 01.757.455/0001-19
Entidade cessionária: Alagoas Comunicação Ltda.	C.N.P.J. Nº 03.738.203/0001-78
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM adaptada para FM	Fistel nº: 50416391834
Localidade: Maceió	UF: AL
Situação da Outorga:	(X) Com Portaria de renovação publicada - SEI 11600189 () Vencida
Processo de renovação nº 53115.004108/2023-45	Período: 30 de janeiro de 2024 a 30 de janeiro de 2034.

REQUISITOS MÍNIMOS		
DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u> , de que: a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)</u> ; a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</u> <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).</u>	OK	1/4 SEI 11499233
b) Licença de funcionamento	OK	SEI 11603046
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SEI 11856598
d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão	NÃO	SEI 11603493 (FM) SEI 12143026 (OM)

RELATIVOS À CEDENTE			
	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Checklist 11603046

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 119

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

REGULARIDADE FISCAL	a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	6 SEI 11499233
	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade , ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Federal: 7 SEI 11499233 Validade: 22.09.2024
		OK	Estadual: 8 SEI 11499233 Validade: 25.05.2024
		OK	Municipal: 9 SEI 11499233 Validade: 26.05.2024 (Bayeux/PB)
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	SEI 11603560 Validade: 27.07.2024
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 7 SEI 11499233 Validade: 22.09.2024
		OK	FGTS: 13 SEI 11499233 Validade: 12.05.2024
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	14 SEI 11499233 Validade: 22.09.2024

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
HABILITAÇÃO JURÍDICA	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	15/16 SEI 11499233 emitida em 21 de fevereiro de 2024
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SEI 11605647
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ;	OK	22 SEI 11499233 Validade: 26.05.2024
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	23 SEI 11499233
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade , na forma da lei;	OK	Federal: 24 SEI 11499233 Validade: 31.07.2024
		OK	Estadual: 3 SEI 11538603 Validade: 19.07.2024
		OK	Municipal: 38 SEI 11499233 Validade: 20.05.2024
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	39/40 SEI 11499233 Validade: 26.05.2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Checklist 11603560

SEI 33115-012370/2024-05 / pg. 120

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

	g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 24 SEI 11499233 Validade: 31.07.2024
		OK	FGTS: SEI 11603867 Validade: 26.07.2024
	h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	41 SEI 11499233 Validade: 18.08.2024

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA

DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
a) Prova da condição de brasileiro nato ou ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	Maria Betânia Botelho Alves CPF: 151.568.694-91	OK	42 SEI 11499233
	João Henrique Holanda Caldas CPF: 011.176.901-99	OK	43 SEI 11499233

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	CNPJ:	NÃO SE APLICA	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f> / pg. 121

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
---	-------	---------------	--

OBSERVAÇÕES
<p>Relativo à Cedente:</p> <p>- Certidão simplificada emitida em 04.06.2024: SEI 11624653</p> <p>- Termo aditivo migração: SEI 11603201</p>

CONCLUSÃO
A documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 19/12/2024, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11603059** e o código CRC **66EB8A02**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

SEI nº 11603059



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f> / pg. 122

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 11877/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.
2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

ANÁLISE

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 11877 (11624312)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 123

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou



de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#)

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as certidões simplificadas emitidas pelas repartições competentes em 4 de junho de 2024 e em 21 de fevereiro de 2024 (SEI 11499233 - págs. 1/4; SEI 11624653 e SEI 11499233 - págs. 15/16). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea “k”, do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (SEI 11499233 - págs. 3/4).

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a concessão para a execução do referido serviço por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003 (SEI 11624762 - Págs. 1/2). A outorga encontra-se vencida desde 2014 (SEI 11856558). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 13.545, de 13 de junho de 2024, publicada no dia 26 de junho de 2024, no bojo do processo nº 53115.004108/2023-45, que tratou da renovação da outorga para o período de 30 de janeiro de 2024 a 30 de janeiro de 2034 (SEI 11600189).

9. Anota-se, ainda, que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação se materializou após a publicação do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no dia 9 de abril de 2018, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI 11603201).

10. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

11. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em onda média, foi emitida em 8 de junho de 2010; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI 11603046).



A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 11677 (11624312)

SEI 33115.012370/2024-05 / pg. 125

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11603059). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

13. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

14. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

15. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11603059).

16. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a *exploração de serviços de de radiodifusão mediante divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para satisfazer os encargos da empresa, sendo que para alcançar o objetivo serão usados os serviços de radiodifusão sonora (produção, geração e transmissão de sons) em conformidade com a legislação em vigor, especialmente o que se trata na Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962, do Decreto nº 52.026 de 20 de maio de 1963 e modificações posteriores, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria* (SEI 11499233 - págs. 15/16).



De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 11677 (11624312)

SEI 93115-012370/2024-05 / pg. 126

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

de 21 de fevereiro de 2024, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SEI 11499233 - págs. 15/16):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
Maria Betânia Botelho Alves	105.000	105.000,00
João Henrique Holanda Caldas	45.000	45.000,00
TOTAL	150.000	150.000,00

NOME	CARGO
Maria Betânia Botelho Alves	Administradora

18. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária não faz parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 19 de dezembro de 2024 (SEI 11856598), a saber:

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.738.203/0001-78

*
Não foi encontrado dados com essa informação

19. Já em relação aos sócios e administradora, nota-se a participação no quadro societário de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, senão vejamos (SEI 11856598):



Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 151.568.694-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 011.176.901-99											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

20. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 11856598).

21. A pessoa jurídica cessionária carregou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, no mesmo modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, do que inexistiu registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 11603059).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 11677 (11624312)

SEI 93113-012370/2024-05 / pg. 128

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

22. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

23. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 11604176). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI 11606733):

que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Sol Maior Ltda, inscrito no CNPJ nº 01.757.455/0001- 19, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

24. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11856584). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11603493 e SEI 12143026).

25. **Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 11413/2024/SEI-MCOM (vide item 5), que acompanhou o Ofício nº 22415/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI 11604196 e SEI 11604403). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 11856531).**

26. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

28. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SEI 11856531) e de Exposição de Motivos (SEI



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 11877 (11624312)

SEI 93113-012370/2024-05 / pg. 129

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

11856533), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e

b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

29. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da correspondente atualização dos sistemas pertinentes com a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária, **de acordo com o exposto no parágrafo 17 desta manifestação**, bem como da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s) e a tramitação dos autos à **SECOE_MCOM_CCIVIL** para providências subsequentes.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/12/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 19/12/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 19/12/2024, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 23/12/2024, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11624512** e o código CRC **E00D0D85**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11624512



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 11877 (11624512)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 130

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PORTARIA Nº , DE DE DE

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, resolve:

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à Rádio Sol Maior Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a Alagoas Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Alagoas Comunicação Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/12/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Minuta_Portaria_Transferencia Direta (1163653f)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 131

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 19/12/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 19/12/2024, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 23/12/2024, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11856531** e o código CRC **5AB6D552**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11856531



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Minuta_Portaria_Transferencia Direta (11856531)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 132

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2024.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº , acompanhado da Portaria nº , publicada em , que transfere a concessão outorgada à Rádio Sol Maior Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a Alagoas Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/12/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 19/12/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

ata _Exposição de Motivos_ Transferência Direta (1185953) SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 133

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 19/12/2024, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 23/12/2024, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11856533** e o código CRC **E70CE987**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11856533

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

ata _Exposição de Motivos_ Transferência Direta (11856533)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 134



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 58352/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM (11624512)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM (11624512), a qual trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 26/12/2024, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12148492** e o código CRC **B8EF158E**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12148492



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício Interno 58352 (12148492)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 135

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 914 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6867/6915

PARECER n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.012570/2024-05

INTERESSADOS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

EMENTA: TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO SONORA. RÁDIO COMERCIAL.

I - Desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares, é lícita a transferência de outorga de radiodifusão sonora mediante prévia anuência do poder concedente (art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e arts. 89 a 94 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963).

II - No caso, conforme atestado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, foram preenchidos os requisitos que autorizam o deferimento da transferência de outorga.

III - Pela ausência de óbice jurídico ao deferimento do pleito de transferência de titularidade da outorga, desde que observadas as ressalvas deste Parecer.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de pleito de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.

2. A entidade cedente e a entidade cessionária apresentaram em conjunto requerimento de transferência de outorga acompanhado de documentos (SEI-11499233).

3. N a **NOTA TÉCNICA Nº 20204/2024/SEI-MCOM (SEI-11624512)**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pleito:

"(...)

22. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

23. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 11604176). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI11606733):

que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Sol Maior Ltda, inscrito no CNPJ nº 01.757.455/0001- 19, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

24. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11856584). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplicano caso concreto (SEI 11603493 e SEI 12143026).

25. Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 11413/2024/SEI-MCOM (vide item 5), que acompanhou o Ofício nº 22415/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI 11604196 e SEI 11604403). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 11856531).

26. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 136

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

4. Consta ainda do processo minutas de **Portaria ministerial (SEI-11856531)** e de **Exposição de Motivos (SEI-11856533)** a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

II - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

III - FUNDAMENTAÇÃO

III.1. - Dos requisitos para a transferência direta de outorga de radiodifusão sonora

7. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CFRB, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp nº 1652588/STJ e MS nº 5307/STJ).

8. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração de serviços de radiodifusão sonora (art. 6º, § 2º, do RSR). Essas outorgas são formalizadas por meio de contrato com a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, conforme os termos do art. 6º, § 2º, e art. 16, § 10, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

9. Em recente decisão na ADI nº 2.946 (2022), o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, descartando a alegação de que a transferência da concessão ou do controle societário de concessionárias de serviços públicos implicariam violação ao dever de licitar. Nesse precedente, o STF afirmou que, desde que mantidos os termos da proposta vencedora, **"não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos"**.

10. Conforme estabelece o art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962, a transferência de outorga de radiodifusão de uma pessoa jurídica para outra é admitida desde que haja prévia anuência do Poder Executivo:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

(...)

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

É o que também dispõe o art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963:

Art. 89. As concessões e as permissões poderão ser transferidas de uma pessoa jurídica para outra.

11. No caso dos serviços de radiodifusão sonora, a transferência da outorga é autorizada por ato do Ministro das Comunicações, devendo ser comunicada ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90 do RSR).

12. Mas, para que possa ser deferida a transferência da titularidade, **é necessário que a concessão ou permissão em questão tenha sido outorgada há pelo menos cinco anos**, contados a partir da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação, conforme estabelece o art. 91 do RSR:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

Além do cumprimento desse requisito temporal, deve-se observar que é vedada a transferência de titularidade de concessão ou permissão de radiodifusão de pessoa jurídica de direito público interno para empresas privadas (art. 92 do RSR).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 137



14. Também é proibida a transferência de outorga de radiodifusão quando o serviço estiver sendo prestado em caráter precário antes que tenha sido concluída a instrução do respectivo processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. É o que estabelece o art. 4º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único. A anuência para a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

15. No mesmo sentido, assim dispõe o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão:

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

16. Cabe ainda destacar que **a viabilidade jurídica da transferência da outorga depende do cumprimento, pela entidade cessionária, das condições para obter uma outorga de radiodifusão.** Portanto, devem ser respeitados os limites quantitativos de outorgas de radiodifusão tanto pela entidade cessionária como por seus sócios, administradores ou gerentes (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013).

17. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade cessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum dos documentos previstos na alínea "c" do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

18. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade cessionária devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

19. Também cabe mencionar que, nos termos do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 ^[1], caso a cedente tenha parcelamento deferido com base no art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 1971, incluído pela Lei nº 14.027, de 2020, atualmente disciplinado pelos arts. 93 e seguintes da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023, a anuência do Poder Executivo para a transferência da outorga é condicionada à prévia quitação integral do parcelamento e eventuais dívidas em aberto.

20. Observadas essas condições, para que a transferência direta de outorga seja deferida, as entidades envolvidas na operação (cedente e cessionária) devem apresentar requerimento conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, o qual deve estar acompanhado dos documentos indicados no art. 93 do RSR:

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente;

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

III - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

CEI nº: 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGO/AGU (12163017)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 138

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de;

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

21. É importante destacar que o requerimento de transferência de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar as pessoas jurídicas interessadas. Além disso, como se trata de requerimento de transferência de outorga, no caso de representação por meio de procurador, aplica-se o disposto no § 1º do art. 661 do Código Civil, que exige que o instrumento de mandato contenha poderes especiais e expressos para a prática do ato^[2].

22. Portanto, ao receber pedido de transferência de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada e que tenha poderes específicos para a prática do ato^[3].

23. Caso deferido o pleito de transferência, a cessionária recebe a permissão para a exploração do serviço nas condições em que se encontra, devendo observar o prazo de duração em vigor e cumprir todas as obrigações aplicáveis ao titular da outorga.

III.2. - Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido

24. O requerimento de transferência de outorga foi apresentado em conjunto pela cedente e pela cessionária (SEI-11499233). Nesse ato, a cedente (Rádio Sol Maior Ltda) foi representada por **FABIO HENRIQUE CAVALCANTE VIEIRA, CARLA MARINHO DE ANDRADE PONTES E ANDRE CHAVES VAJAS** enquanto a cessionária (Alagoas Comunicações Ltda) foi representada por **MARIA BETÂNIA BOTELHO ALVES**, sócia administradora.

25. De acordo com as certidões simplificadas que foram apresentadas (SEI-11624653 e SEI-11499233), os signatários do requerimento ostentam a condição de administradores das entidades envolvidas na operação^[4].

26. Portanto, pode-se concluir que as entidades cedente e cessionária apresentaram requerimento conjunto em que pleitearam a transferência da outorga, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, e estão regularmente representadas.

27. A SECOE informou que a permissão de que se trata foi outorgada há mais de cinco anos a contar da expedição do ficado de licença definitiva para o funcionamento da estação. Portanto, está atendido o requisito do art. 91 do RSR. A esse ato, cabe reproduzir o seguinte trecho da **NOTA TÉCNICA Nº 11877/2024/SEI-MCOM (SEI-11624512)**,:

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 139



"(...)

11. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em onda média, foi emitida em 8 de junho de 2010; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI11603046).

"(...)"

28. Ambas as entidades envolvidas são privadas. Consequentemente, não se trata de transferência de outorga de pessoa jurídica de direito público para empresa privada. Está assim atendida a exigência prevista no art. 92 do RSR.

29. De acordo com as informações prestadas pela SECOE em sua NOTA TÉCNICA, o prazo de vigência da outorga em questão está expirado. Mas a unidade técnica também informou que já houve a conclusão do processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. Nesse sentido, a SECOE afirmou que o Ministro das Comunicações assinou Exposição de Motivos por meio da qual encaminhou proposta de Decreto à Casa Civil para a renovação da outorga. Está assim atendido o requisito previsto no art. 94 do RSR. Sobre esse fato, estão consignadas as seguintes informações na mesma NOTA TÉCNICA:

"(...)

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a concessão para a execução do referido serviço por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003 (SEI 11624762 -Págs. 1/2). A outorga encontra-se vencida desde 2014 (SEI 11856558). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 13.545, de 13 de junho de 2024, publicada no dia 26 de junho de 2024, no bojo do processo nº 53115.004108/2023-45, que tratou da renovação da outorga para o período de 30 de janeiro de 2024 a 30 de janeiro de 2034 (SEI 11600189).

9. Anota-se, ainda, que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação se materializou após a publicação do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no dia 9 de abril de 2018, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI 11603201).

"(...)"

30. Além disso, como se pode constatar do respectivo comprovante de inscrição no CNPJ (**SEI-11499233**) e da certidão simplificada da junta comercial (**SEI-11499233**), a entidade cessionária é pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e tem sede no País. Cumpre assim a exigência prevista no *caput* do art. 222 da CRFB.

31. Em sua manifestação técnica, a unidade técnica também atestou a observância aos limites quantitativos de outorga previstos na legislação. A esse respeito assim se manifestou a SECOE na supracitada **NOTA TÉCNICA nº 16524/2024/SEI-MCOM (SEI-11885887)**:

"(...)

18. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária não faz parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 19 de dezembro de 2024 (SEI 11856598), a saber:

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Nome da Entidade: Rádio do Nordeste

CNPJ: 05.738.203/0001-16

Resultado: Não há participação da entidade nas empresas.

19. Já em relação aos sócios e administradora, nota-se a participação no quadro societário de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, senão vejamos (SEI 11856598):



Tipo de Consulta: CPF										
CPF: 031.368.034-01										
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE INC	CNPJ	CARGO	QNT. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF
FABIO BETINHA BETINHA ALVES	031.368.034-01	ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	GTVD	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	CE
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	RJ
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	RJ
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	PR
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PR	—	AL

Tipo de Consulta: CPF										
CPF: 011.176.960-90										
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE INC	CNPJ	CARGO	QNT. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF
JOAO HENRIQUE POLARIZA CALDAS	011.176.960-90	ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	GTVD	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	AL
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	CE
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	RJ
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	RJ
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	PR
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	PR
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	PR
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	PR
		ALUGOS COMUNICACAO LTDA	03.738.20.0000-23	Socio	40000	0,00%	0,00%	PR	—	PR

(...)"

32. No que diz respeito ao cumprimento das exigências de capital mínimo pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e à naturalidade dos responsáveis pela gestão da entidade cessionária (§ 1º do art. 222 da CRFB), os documentos de identificação dos sócios e dirigentes que foram carreados aos autos (SEI-11499233) demonstram que são brasileiros natos. Conforme se verifica da certidão simplificada da junta comercial (SEI-11929880) não há pessoa jurídica na composição do quadro de sócios da entidade cessionária. Portanto, considero que tais requisitos também estão atendidos.

33. Em sua NOTA TÉCNICA, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

34. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com o art. 93 do RSR. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

III.3. - Documentação relativa à cedente

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(I) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, II, "a", do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233)
(II) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, II, "b", do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 22.09.2024
(III) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, II, "b", do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 25.05.2024
(IV) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, II, "b", do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 26.05.2024 (Bayeux/PB)
(V) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, II, "c", do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11603560) Validade: 27.07.2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 141

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

(VI) Prova de regularidade relativa à Art. 93, II, “d”, do Anexo ao seguridade social e ao FGTS. Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI-INSS:11499233) Validade: 22.09.2024 (SEI-FGTS:11499233) Validade: 12.05.2024
(VII) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Art. 93, II, “e”, do Anexo ao Trabalho, por meio da apresentação Decreto nº 52.795. de certidão negativa.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 22.09.2024

III.4. - Documentação relativa à cessionária

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(VIII) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária.	Art. 93, III, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) emitida em 21 de fevereiro de 2024
(IX) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no § 1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: 1. certidão de nascimento ou casamento; 2. certificado de reservista; 3. cédula de identidade; 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; 5. carteira profissional; 6. carteira de trabalho e previdência social; ou 7. Passaporte.	Art. 93, III, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233)
(X) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	Art. 93, III, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11605647)
(XI) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 26.05.2024
(XII) Certidão negativa de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 26.05.2024
(XIII) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, III, “f”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233)
(XIV) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI-11499233) Validade: 31.07.2024
(XV) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI-11538603) Validade: 19.07.2024
(XVI) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	(SEI 11499233) Validade: 20.05.2024 MACEIÓ/AL
(XVII) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, III, “h”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 26.05.2024
(XVIII) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao S.	Art. 93, III, “i”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI-INSS: SEI 11499233) Validade: 31.07.2024 (SEI-FGTS: 11985671) Validade: 22.11.2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 142

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

(XIX) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa.

Atendido
(SEI 11499233)
Validade: 18.08.2024

(XX) Declaração de que: 1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

35. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de **atualização das certidões que estão vencidas**, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[6]. Ademais, mostra-se oportuno também verificar a situação fiscal relativa as certidões positivas com exigibilidade suspensa resultando em efeitos negativos.

36. Quanto ao cumprimento do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a SECOE informou que a entidade cedente não possui parcelamento pendente de pagamento. Nesse sentido, assim consta da **NOTA TÉCNICA Nº 20204/2024/SEI-MCOM (SEI-12073093)**:

"(...)

24. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11856584). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11603493 e SEI 12143026).

"(...)"

III.5. - Das minutas de Portaria e de Exposição de Motivos

37. Conforme o art. 90, I, do RSR, a anuência ao pedido de transferência de outorga de radiodifusão sonora deve ser materializada por meio de Portaria do Ministro de Estado das Comunicações. No que diz respeito aos aspectos formais, a minuta de **Portaria ministerial** que consta dos autos (**SEI-11856533**) é adequada e suficiente aos fins a que se propõe.

A minuta de **Exposição de Motivos** que foi apresentada (**SEI-12148492**) também se encontra apta a ser assinada pelo Ministro de Estado.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 143

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

IV - CONCLUSÃO

39. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de interesse da Rádio Sol Maior Ltda (CEDENTE) e da Alagoas Comunicações Ltda (CESSIONÁRIA), inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, na localidade de no município de Maceió/AL, desde que atendida a ressalva contida no parágrafo 35 deste Parecer.

40. As minutas de Portaria e de Exposição de Motivos que foram apresentadas encontram-se aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado. E, considerando que o serviço de radiodifusão de que se trata está em funcionamento precário, essa condição deve ser informada à entidade cessionária (art. 4º, Parágrafo único, da Lei nº 13.424, de 2017, e art. 94 do RSR), informação esta que consta da própria minuta de Portaria ministerial.

41. Caso se decida pelo deferimento do pleito de transferência de outorga, a Portaria ministerial deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o ato seja comunicado ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90, Parágrafo único, do RSR).

42. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dele tome conhecimento e dê prosseguimento ao processo.

À consideração superior.

Brasília, 02 de janeiro de 2025.

GUILHERME BRUM DE ALMEIDA
Advogado da União

Notas

- ¹ Art. 112. Nos casos em que a concessionária ou a permissionária tiver optado pelo pagamento de forma parcelada, conforme hipóteses previstas neste livro, a anuência para a transferência da concessão ou da permissão, assim como para o seu cancelamento ou extinção ficará condicionada à prévia quitação integral de todos os seus parcelamentos e dívidas em aberto.
- ² Nesse sentido, vide a NOTA n. 00178/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.011452/2023-91) e o § 37 do DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35).
- ³ A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71).
- ⁴ Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900030984201641 e da chave de acesso a11ce9fd

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115012570202405 e da chave de acesso f415c253



Documento assinado eletronicamente por GUILHERME BRUM DE ALMEIDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 561457 e chave de acesso f415c253 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LHERME BRUM DE ALMEIDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 02-01-2025 21:15. Número Autenticado eletronicamente, após conferência com original.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

ese/n: 0002/2025/CONJUR-MCOW/CGO/AGU (12163017)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 145

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 914 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6867/6915

DESPACHO n. 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.012570/2024-05

INTERESSADOS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o PARECER n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. Guilherme Brum de Almeida, Advogado da União.
2. Na espécie, tratam os autos de solicitação de transferência de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Maceió/AL, que foi outorgada à entidade Rádio Sol Maior Ltda (cedente) para a entidade Alagoas Comunicações Ltda (cessionária).
3. Conforme os termos do Parecer, observado o disposto no parágrafo 35, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.
4. Já quanto à minuta de portaria proposta, verificou-se a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Cabe enfatizar, ademais, que é atribuição do Ministro de Estado das Comunicações transferir, por meio de edição de portaria, a outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme os termos do art. 90, inciso I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
6. De igual modo, faz-se necessário que o Ministro de Estado desta Pasta solicite, por meio de exposição de motivos, que a Presidência da República encaminhe mensagem ao Congresso Nacional para cientificar sobre a transferência da outorga, conforme o disposto no art. 222, § 5º da Constituição Federal c/c o art. 90, parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
7. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 07 de janeiro de 2025.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115012570202405 e da chave de acesso f415c253



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1814407867 e chave de acesso f415c253 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 07-01-2025 09:46. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 146

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 914 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6867/6915

DESPACHO n. 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.012570/2024-05

INTERESSADOS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Transferência de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 2/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 12/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 7 de janeiro de 2025.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115012570202405 e da chave de acesso f415c253



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1814495282 e chave de acesso f415c253 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 07-01-2025 11:05. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoteleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Despacho n. 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12163017)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 147

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53115.012570/2024-05**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer nº 00002/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12165017), e adoção de providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica substituta**, em 08/01/2025, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12165566** e o código CRC **895CD373**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12165566



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Despacho 12165566

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 148

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada

DESPACHO

Processo nº: 53115.012570/2024-05

Referência: Parecer nº 00002/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12165017)

Interessado: JEFFERSON JOSE NASCIMENTO GUEDES

À CGPO

Encaminho o presente processo para conhecimento, do Parecer nº 00002/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12165017), e adoção de providências cabíveis.

Brasília, 08 de janeiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 08/01/2025, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12167656** e o código CRC **38B6F857**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12167656



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Despacho 12167656

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 149

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.757.455/0001-19 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 11/04/1997</div>
<div>NOME EMPRESARIAL RADIO SOL MAIOR LTDA</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO SOL MAIOR</div>		<div>PORTE EPP</div>
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO R ENGENHEIRO DE CARVALHO</div>	<div>NÚMERO 70</div>	<div>COMPLEMENTO SALA 01 ANDAR 1</div>
<div>CEP 58.307-150</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO BAYEUX</div>
<div>UF PB</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO JOSECARLOS@TVTAMBAU.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (83) 3015-3713</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 08/01/2025 às 14:35:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedeassinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Anexo _ Certidões _ Cedente e Cessionária (12169942)

32153f15.012570/2024-05 / pg. 150

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RADIO SOL MAIOR LTDA
CNPJ: 01.757.455/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:33:22 do dia 03/12/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/06/2025.

Código de controle da certidão: **9F34.DAE7.B707.31FC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (12169942)

SEI 33115.012570/2024-05 / pg. 151

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

CERTIDÃO

CÓDIGO: **27A0.5AE3.46FD.B683**

Emitida no dia 08/01/2025 às 14:36:59

Nome Empresarial:

RADIO SOL MAIOR LTDA

Endereço:

ENGENHEIRO DE CARVALHO

Bairro:

CENTRO

Inscr. Estadual:

16.115.907-9

Município:

BAYEUX

Situação Cadastral:

ATIVO

Número:

70

Complemento:

SALA 01;ANDAR 1º;

CEP:

58307-150

CNPJ/CPF:

01.757.455/0001-19

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o Contribuinte supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa.**

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido Contribuinte.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.pb.gov.br.



Certidão de Débito emitida via 'Internet'.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara-leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (12169942)

SEI 93115.012570/2024-05 / pg. 152

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO SOL MAIOR LTDA

CNPJ: 01.757.455/0001-19

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:38:57 do dia 08/01/2025 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/02/2025.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 01.757.455/0001-19
Razão Social: RADIO SOL MAIOR LTDA
Endereço: AV MONSENHOR WALFREDO LEAL 77 / TAMBIA / JOAO PESSOA / PB / 58020-540

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/01/2025 a 02/02/2025

Certificação Número: 2025010401100611154885

Informação obtida em 08/01/2025 14:39:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Anexo - Certidões - Cedente e Cessionária (12169542)

SEI 93f15.012570/2024-05 / pg. 155

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO SOL MAIOR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 01.757.455/0001-19

Certidão nº: 1377715/2025

Expedição: 08/01/2025, às 14:39:39

Validade: 07/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO SOL MAIOR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.757.455/0001-19**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (12169942)

32153115.012570/2024-05 / pg. 156

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.738.203/0001-78 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 04/04/2000</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL ALAGOAS COMUNICACAO LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>		<div>PORTE EPP</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.30-2-00 - Telecomunicações por satélite 90.01-9-02 - Produção musical 47.62-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO TV SANTO ANTONIO</div>	<div>NÚMERO S/N</div>	<div>COMPLEMENTO QD C LOT 01 LOT PLAN MANGABEIRAS</div>	
<div>CEP 57.040-505</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO JACINTINHO</div>	<div>MUNICÍPIO MACEIO</div>	<div>UF AL</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO enoquesena@gmail.com</div>		<div>TELEFONE (82) 9315-5593/ (82) 9315-5593</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 08/01/2025 às 14:40:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedeassinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Anexo _ Certidões _ Cedente e Cessionária (12169542)

32153115.012570/2024-05 / pg. 157

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Estado de Alagoas
Secretaria de Estado da Fazenda
Superintendência da Receita Estadual

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS ESTADUAIS COM
EFEITOS DE NEGATIVA**

Certidão fornecida para o CNPJ: 03.738.203/0001-78

Nome/Contribuinte ALAGOAS COMUNICACAO LTDA - EPP

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos existir, na presente data, pendências cadastradas em nome do contribuinte acima identificado, as quais estão com a exigibilidade suspensa nos termos dos incisos II, III e/ou IV, do art. 151, do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966).

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos do contribuinte e refere-se a débitos de natureza tributária e descumprimento de obrigações acessórias.

Certidão emitida gratuitamente com base na Instrução Normativa SEF nº. 27 de 15 de maio de 2017.

Certidão emitida nos termos do art. 79 da Lei nº 6.771/06 e do art. 258 do Decreto nº 25.370/13.

Válida até 24/01/2025

Emitida às 12:01:21 do dia 25/11/2024

Código de controle da certidão: 4C75-DC09-339F-4DDF

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda, no endereço: www.sefaz.al.gov.br.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Anexo_Certidões_Cedente e Cessionária (12169942)

SEI 33115.012570/2024-05 / pg. 158

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA
NÚMERO DA CERTIDÃO: 0.656.478/24-11

Contribuinte ALAGOAS COMUNICACAO LTDA ME	CPF/CNPJ 03.738.203/0001-78
Endereço RUA TRAVESSA SANTO ANTONIO - LOTEAMENTO PLANALTO DE M, 957 , BAIRRO JACINTINHO, MACEIO/AL - CEP: 57.040-505	

Certificamos, com fundamento nas informações constantes em nosso Sistema de Cadastro e Controle de Arrecadação, e ressalvando o direito de a Fazenda Municipal de inscrever e cobrar outras dívidas que venham a ser apuradas, com referência ao presente instrumento, que EXISTE débito registrado em nome do Contribuinte, ENTRETANTO, nos termos do disposto no artigo Art. 206 da Lei nº. 5.172/66 - Código Tributário Nacional, este documento tem os mesmos efeitos de CERTIDÃO NEGATIVA.

MACEIÓ (MCZ), 13 de Novembro de 2024

Válida até: 11/02/2025

Código de autenticidade: C02FE97B78F7B404
A autenticidade desta certidão DEVE ser confirmada na pagina da Secretaria de Economia, no endereço: <http://www.maceio.al.gov.br/semec/>.

Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA

CNPJ: 03.738.203/0001-78

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:43:09 do dia 08/01/2025 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/02/2025.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[s.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC](https://sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC)

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

sistemas.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/NadaConsta/certidao.asp?CND=1&ValidaSistema=SIGEC

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.738.203/0001-78
Razão Social: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA ME
Endereço: TV SANTO ANTONIO SN QD C LOT 1 LOT PLAN / JACINTINHO / MACEIO / AL / 57040-505

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/01/2025 a 02/02/2025

Certificação Número: 2025010401150885831228

Informação obtida em 08/01/2025 14:43:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Anexo - Certidões - Cedente e Cessionária (12169542)

SEI 93115.012570/2024-05 / pg. 162



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.738.203/0001-78

Certidão nº: 1379026/2025

Expedição: 08/01/2025, às 14:43:50

Validade: 07/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALAGOAS COMUNICACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.738.203/0001-78**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.738.203/0001-78

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: - Data: 08/01/2025 Hora: 14:44:19





Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário

menu

ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 03.738.203/0001-78											
ALAGOAS COMUNICACAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe



ALAGOAS COMUNICACAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça

Usuário: - Data: 08/01/2025 Hora: 14:44:29





Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | menu ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 011.176.901-99											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: - Data: 08/01/2025 Hora: 14:44:40



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
s.anatel.gov.br/siacco/Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário

menu

ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 151.568.694-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Usuário: -

Data: 08/01/2025

Hora: 14:45:13



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
s.anatel.gov.br/siacco/ Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 333/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05

INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.

2. Por intermédio da Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 58352/2024/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11624512; SEI 12148492 e SEI 12165017).

ANÁLISE

3. Com efeito, em atendimento às orientações oriundas do referido Parecer e visando a celeridade processual, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica promoveu de ofício a atualização de parte das certidões solicitadas pela unidade consultiva, no entanto, não fora possível de alguma delas. Nessa toada, resta concluído que, para o prosseguimento do pedido formulado nos autos, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À RÁDIO SOL MAIOR LTDA:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da **sede da entidade**;

Justificativa: não foi possível a emissão.

II - RELATIVO À ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA:

a) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;

Justificativa: não foi possível a emissão.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 333 (12165039)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 169

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

4. Por fim, informa-se às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica e do Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 09/01/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169396** e o código CRC **73E3B4F2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12169396



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 000 (12169396)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 170

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 944/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19)
Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, Sala 01, 1º andar - Centro
CEP: 58.110 - 020 - Bayeux/PB
Endereço eletrônico: andrevajas@redetambau.com.br; cherlytonduarte@redetambau.com.br;
priscilamelo@redetambau.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 333/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em [https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/;](https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/)
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 944 (12163432)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 171

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 09/01/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169432** e o código CRC **5E808898**.

Anexos:

- Nota Técnica 333 (12169396)
- Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12165017)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12169432



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Circulo 944 (12169432)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 172

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 948/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78)
1ª Travessa Santo Antônio, Loteamento Planalto de Mangabeiras, nº 957, QD. C, Lote 01 - Jacintinho
CEP: 57.040-505 - Maceió/AL

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 333/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 948 (12163460)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 173

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 09/01/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169460** e o código CRC **508449FA**.

Anexos:

- Nota Técnica 333 (12169396)
- Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12165017)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12169460



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Circulo 946 (12169460)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 174

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

09/01/2025 11:50:32

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

andrevajas@redetambau.com.br
cherlytonduarte@redetambau.com.br
priscilamelo@redetambau.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: RÁDIO SOL MAIOR LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA
INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_12169432.html
Nota_Tecnica_12169396.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Cadastro para acesso ao SEI
CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Claudiane Aparecida freitas oliveir

Relatório Consultar Sair

Consultar e-mails

☐ CPF ☒ CNPJ

CNPJ: 03.738.203/0001-78

Razão Social

Pesquisar

10 1 / 1		
Razão Social	CNPJ	Emails
ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	edio@ea.adv.br, rozanaribeiro@gmail.com, vanderleialagoas@gmail.com, sistemaplugsei@gmail.com, sei@sistemaplug.com.br
10 1 / 1		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

09/01/2025 11:56:03

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

edio@ea.adv.br
rozanaribeiro@gmail.com
vanderleialagoas@gmail.com
sistemaplugsei@gmail.com
sei@sistemaplug.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA
INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_12169460.html
Nota_Tecnica_12169396.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Data de Envio:

09/01/2025 11:57:19

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, foi encaminhada notificação à ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78), RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19) solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Oficio_12169460.html

Nota_Tecnica_12169396.html

Oficio_12169432.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Maceió/AL, 10 de janeiro de 2025.

À Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, CEP 70.044-900, Brasília/DF.

Assunto: Transferência Direta de Outorga.

Referência: Ofício nº 694/2025/MCOM, datado de 09/01/2025 e Nota Técnica nº 333/2025/SEI-MCOM, datado de 09/01/2025.

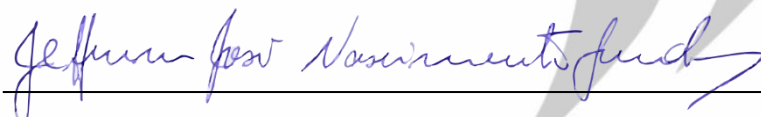
Processo: 53115.012570/2024-05

Ilustre Coordenador,

RÁDIO SOL MAIOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº 01.757.455/0001-19, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, com sede na Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, sala nº 01, 1º andar, centro, Bayeux/PB, CEP: 58.307-15000, vem, por meio de seu advogado, em atenção ao Ofício nº 694/2025/MCOM, datado de 09/01/2025 e Nota Técnica nº 333/2025/SEI-MCOM, datado de 09/01/2025, encaminhar os documentos solicitados na Nota Técnica em epígrafe e assim concluir a instrução do processo.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos votos de estima e apreço, colocando-nos à disposição para quaisquer providências ou esclarecimentos, inclusive para reenvio de qualquer documentação necessária.

Atenciosamente,



JEFFERSON JOSÉ NASCIMENTO GUEDES

OAB/PE nº 24.911-D



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **RÁIO SOL MAIOR LTDA**, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, inscrita no Ministério da Fazenda com o CNPJ sob nº. 01.757.455/0001-19, com sede no endereço: Rua engenheiro de carvalho, nº 70, sala nº 01, 1º andar, Centro, Bayeux – PB, nº 58.307-150, neste ato representado por, **ANDRÉ CHAVES VAJAS**, brasileiro, divorciado, administrador, CPF nº 469.084.984-68, C.I nº 585.765 SSP/AL, residente e domiciliado na Rua Mário Nunes Vieira, n 113/103, edf. Absolut Class, Jatiúca, CEP: 57.035-553, Maceió/AL.

OUTORGADOS: **MARCÍLIO DA SILVA FERREIRA FILHO**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE n.º 30.983**; **JEFFERSON JOSÉ NASCIMENTO GUEDES**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE n.º 24.911**; **ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE 32.875** e **RODRIGO MOREIRA PIERRE DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE n.º 44.549**, todos com escritório na Rua Monsenhor Júlio Maria, nº 105, Madalena, Recife/PE, CEP: 50.720-090.

PODERES: Conferem-se poderes da cláusula *et extra* aos OUTORGADOS para representar a empresa OUTORGANTE perante o **Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)** e o **Conselho Regional de Engenharia (CREA)**, com vistas à defesa de seus interesses, podendo, para tanto, solicitar e receber cópias de processos administrativos, assinar defesas administrativas, ofícios, requerimentos, declarações e demais documentos necessários em nome da OUTORGANTE, solicitar boletos para pagamentos de eventuais dívidas existentes e requerer parcelamento, podendo ainda substabelecer poderes, com ou sem reservas, e, enfim, praticar todos os atos para regularização da emissora em todos os seus aspectos, técnicos e jurídicos.

João Pessoa/PB, 27 de abril de 2018.


ANDRÉ CHAVES VAJAS
Representante legal
RÁIO SOL MAIOR LTDA
CNPJ sob nº. 01.757.455/0001-19





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 944/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19)
Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, Sala 01, 1º andar - Centro
CEP: 58.110 - 020 - Bayeux/PB
Endereço eletrônico: andrevajas@redetambau.com.br; cherlytonduarte@redetambau.com.br;
priscilamelo@redetambau.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 333/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/A8N8LYAX/Oficio_12169432[1].html

Ofício 944/2025 - Resposta ao Ofício (12169432) - SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 181

- **Assinar e Concluir:** Clique em “Petitionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 09/01/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169432** e o código CRC **5E808898**.

Anexos:

- Nota Técnica 333 (12169396)
- Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12165017)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12169432



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/A8N8LYAX/Oficio_12169432[1].html

https://Oficio_944.2025-Resposta_ao_Oficio_(12171948)-2018-SEI53115.012570/2024-05 / pg. 182

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 333/2025/SEI-MCOM**PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05****INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).****ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.****MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.
2. Por intermédio da Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 58352/2024/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11624512; SEI 12148492 e SEI 12165017).

ANÁLISE

3. Com efeito, em atendimento às orientações oriundas do referido Parecer e visando a celeridade processual, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica promoveu de ofício a atualização de parte das certidões solicitadas pela unidade consultiva, no entanto, não fora possível de alguma delas. Nessa toada, resta concluído que, para o prosseguimento do pedido formulado nos autos, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À RÁDIO SOL MAIOR LTDA:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da **sede da entidade**;

Justificativa: não foi possível a emissão.

II - RELATIVO À ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA:

- a) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/P17P166E/Nota_Tecnica_12169396[1].html

https://triliteg-autenticacao-e-assinatura-demanda-legisla/11381719443-9018-SEI53115.012570/2024-05/ pg. 183

Justificativa: não foi possível a emissão.

4. Por fim, informa-se às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica e do Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 09/01/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169396** e o código CRC **73E3B4F2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12169396



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

'JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/P17P166E/Nota_Tecnica_12169396[1].html

https://trilitee-autenticacao-e-assinatura-e-gestao-de-legislacao/12169396-90f8-2416e27e953f-SEI-53115.012570/2024-05/pg. 184



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
NÚMERO DA CERTIDÃO: 0.733.606/24-58

Contribuinte RADIO SOL MAIOR LTDA	CPF/CNPJ 01.757.455/0003-80
---	---------------------------------------

Endereço
RUA CEL JOSE FRANCISCO SILVA, 97 - COMPLEMENTO: QUADRA: 136;LOTE: 13;LOTEAMENTO: MANOEL PACHEGO RAMALHO, LOT.; , BAIRRO PITANGUINHA, MACEIO/AL - CEP: 57.052-190

Certificamos, com fundamento nas informações constantes em nosso Sistema de Cadastro e Controle de Arrecadação, e ressalvado o direito de a Fazenda Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, com referência ao presente instrumento, que em relação ao **CONTRIBUINTE** , acima identificado inexistente débito impeditivo a expedição desta certidão.

MACEIÓ (MCZ), 30 de Dezembro de 2024

Válida até: 30/03/2025

Código de autenticidade: 684613C0C2D831ED

A autenticidade desta certidão DEVE ser confirmada na pagina da Secretaria de Economia, no endereço: <http://www.maceio.al.gov.br/semec/>.

Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.738.203/0001-78

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:10:56 do dia 10/01/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/07/2025.

Código de controle da certidão: **AFF2.E6A7.C71D.895F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://mfptleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 944.2025 - Resposta ao Ofício (12171948)

SEI 93113.012570/2024-05 / pg. 186

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Usuário Externo (signatário): Jefferson José Nascimento Guedes
Data e Horário: 10/01/2025 11:24:14
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 53115.012570/2024-05
Interessados:

JEFFERSON JOSE NASCIMENTO GUEDES
 RÁDIO SOL MAIOR LTDA

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Ofício 944.2025- Resposta ao ofício 12171548

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Recibo Eletrônico de Protocolo/12171549

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 187

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 413/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05

INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.

2. Por intermédio da Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 58352/2024/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11624512; SEI 12148492 e SEI 12165017).

3. A última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica ocorreu nos termos da Nota Técnica nº 333/2025/SEI-MCOM que concluiu pela notificação das pessoas jurídicas interessadas, com vistas à apresentação de documentos (SEI 12169396; SEI 12169432 e SEI 12169460). Em 10 de janeiro de 2025, mediante peticionamento eletrônico intercorrente, foram acostadas certidões (SEI 12171548). Todavia, a documentação encaminhada se mostra insuficiente para o prosseguimento do pedido.

ANÁLISE

4. Com efeito, em atendimento às orientações oriundas do referido Parecer e visando a celeridade processual, resta concluído que, para o prosseguimento do pedido formulado nos autos, deverá ser encaminhado o seguinte documento:

I - RELATIVO À RÁDIO SOL MAIOR LTDA:

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, **da sede da entidade;**

Justificativa: certidão apresentada refere-se ao município de Maceió/AL, no



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 413 (12142664)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 188

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

entanto, a sede da sociedade está localizada no município de Bayeux/PB.

5. Por fim, informa-se às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente o documento relacionado no parágrafo 4, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 10/01/2025, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12172384** e o código CRC **59737F68**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12172384



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 413 (12142684)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 189

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 1168/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19)
Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, Sala 01, 1º andar - Centro
CEP: 58.110 - 020 - Bayeux/PB
Endereço eletrônico: andrevajas@redetambau.com.br; cherlytonduarte@redetambau.com.br;
priscilamelo@redetambau.com.br

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.
TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA.
NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº
53115.012570/2024-05.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 413/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em [https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/;](https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/)
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 1168 (12172406)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 190

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 10/01/2025, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12172406** e o código CRC **4CE20F47**.

Anexos:

- Nota Técnica 413 (12172384)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12172406



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 1188 (12172406)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 191

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 1169/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78)
1ª Travessa Santo Antônio, Loteamento Planalto de Mangabeiras, nº 957, QD. C, Lote 01 - Jacintinho
CEP: 57.040-505 - Maceió/AL

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 413/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;
- **Assinar e Concluir:** Clique em “Peticionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadigital.assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 1169 (12172409)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 192

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 10/01/2025, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12172409** e o código CRC **D9158AAC**.

Anexos:

- Nota Técnica 413 (12172384)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12172409



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 1169 (12172409)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 193

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Data de Envio:

10/01/2025 15:08:48

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

andrevajas@redetambau.com.br
cherlytonduarte@redetambau.com.br
priscilamelo@redetambau.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: RÁDIO SOL MAIOR LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA
INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_12172406.html
Nota_Tecnica_12172384.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Data de Envio:

10/01/2025 15:13:20

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

edio@ea.adv.br
rozanaribeiro@gmail.com
vanderleialagoas@gmail.com
sistemaplugsei@gmail.com
sei@sistemaplug.com.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA
INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_12172409.html
Nota_Tecnica_12172384.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Data de Envio:

10/01/2025 15:15:16

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº53115.012570/2024-05, foi encaminhada notificação à ÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19), ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ Nº 03.738.203/0001-78) solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:

Oficio_12172406.html

Nota_Tecnica_12172384.html

Oficio_12172409.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Data de Envio:

10/01/2025 15:35:25

De:

MCOM/Unidade de Documentação de Pós-Outorga de Radiodifusão da Coordenação de Atos
<coato@mcom.gov.br>

Para:

cibele@ea.adv.br

Assunto:

Envio de correspondência eletrônica oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.012570/2024-05

INTERESSADA: RÁDIO SOL MAIOR LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.
MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA
INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo em referência.

Por fim, reafirma-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição de quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_12172406.html
Nota_Tecnica_12172384.html
Nota_Tecnica_12172384.html
Oficio_12172406.html
Oficio_12172409.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Maceió/AL, 14 de janeiro de 2025.

À Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, CEP 70.044-900, Brasília/DF.

Assunto: Transferência Direta de Outorga.

Referência: Ofício nº 694/2025/MCOM, datado de 09/01/2025 e Nota Técnica nº 333/2025/SEI-MCOM, datado de 09/01/2025.

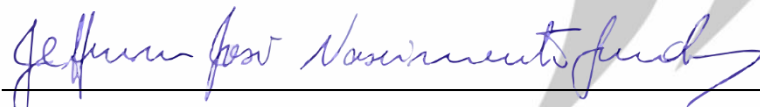
Processo: 53115.012570/2024-05

Ilustre Coordenador,

RÁDIO SOL MAIOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº 01.757.455/0001-19, Permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, com sede na Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, sala nº 01, 1º andar, centro, Bayeux/PB, CEP: 58.307-15000, vem, por meio de seu advogado, em atenção ao Ofício nº 694/2025/MCOM, datado de 09/01/2025 e Nota Técnica nº 333/2025/SEI-MCOM, datado de 09/01/2025, encaminhar os documentos solicitados na Nota Técnica em epígrafe e assim concluir a instrução do processo.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos votos de estima e apreço, colocando-nos à disposição para quaisquer providências ou esclarecimentos, inclusive para reenvio de qualquer documentação necessária.

Atenciosamente,



JEFFERSON JOSÉ NASCIMENTO GUEDES

OAB/PE nº 24.911-D



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **RÁIO SOL MAIOR LTDA**, permissionária do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, inscrita no Ministério da Fazenda com o CNPJ sob nº. 01.757.455/0001-19, com sede no endereço: Rua engenheiro de carvalho, nº 70, sala nº 01, 1º andar, Centro, Bayeux – PB, nº 58.307-150, neste ato representado por, **ANDRÉ CHAVES VAJAS**, brasileiro, divorciado, administrador, CPF nº 469.084.984-68, C.I nº 585.765 SSP/AL, residente e domiciliado na Rua Mário Nunes Vieira, n 113/103, edf. Absolut Class, Jatiúca, CEP: 57.035-553, Maceió/AL.

OUTORGADOS: **MARCÍLIO DA SILVA FERREIRA FILHO**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE n.º 30.983**; **JEFFERSON JOSÉ NASCIMENTO GUEDES**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE n.º 24.911**; **ANTERO GRACIANO DE CARVALHO MELO JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE 32.875** e **RODRIGO MOREIRA PIERRE DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, advogado, **OAB/PE n.º 44.549**, todos com escritório na Rua Monsenhor Júlio Maria, nº 105, Madalena, Recife/PE, CEP: 50.720-090.

PODERES: Conferem-se poderes da cláusula *et extra* aos OUTORGADOS para representar a empresa OUTORGANTE perante o **Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)** e o **Conselho Regional de Engenharia (CREA)**, com vistas à defesa de seus interesses, podendo, para tanto, solicitar e receber cópias de processos administrativos, assinar defesas administrativas, ofícios, requerimentos, declarações e demais documentos necessários em nome da OUTORGANTE, solicitar boletos para pagamentos de eventuais dívidas existentes e requerer parcelamento, podendo ainda substabelecer poderes, com ou sem reservas, e, enfim, praticar todos os atos para regularização da emissora em todos os seus aspectos, técnicos e jurídicos.

João Pessoa/PB, 27 de abril de 2018.


ANDRÉ CHAVES VAJAS
Representante legal
RÁIO SOL MAIOR LTDA
CNPJ sob nº. 01.757.455/0001-19



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

01/05/2025 - Transferência Direta Outorga (12117100) 3EF33115.012570/2024-05 / pg. 199

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 944/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CNPJ Nº 01.757.455/0001-19)
Rua Engenheiro de Carvalho, nº 70, Sala 01, 1º andar - Centro
CEP: 58.110 - 020 - Bayeux/PB
Endereço eletrônico: andrevajas@redetambau.com.br; cherlytonduarte@redetambau.com.br;
priscilamelo@redetambau.com.br

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminhe-se cópia da Nota Técnica n.º 333/2025/SEI-MCOM com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. **A documentação deverá ser encaminhada diretamente pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério das Comunicações – SEI-MCom. Para utilizá-lo, basta seguir os seguintes passos:**

- **Acessar o SEI-MCom:** Acesso disponível em https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=22;
- **Fazer login no SEI-MCom:** inserir nome de usuário e senha. Caso não possua cadastro, siga as orientações disponíveis no manual de cadastro de usuário externo, em <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/usuario-externo-mcom/>;
- **Tipo de Peticionamento:** No menu esquerdo, em “Peticionamento”, escolher o tipo “Intercorrente”;
- **Inserir e Validar Número de Processo:** Insira o número do processo para anexação da resposta na seção “Processo” e clique em “Validar”.
- **Adicionar Documentos:** Após validar, clique em “Adicionar”, escolha o arquivo, preencha os campos obrigatórios e adicione cada documento;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/A8N8LYAX/Oficio_12169432[1].html

Ofício 944/2025 - Transferência Direta outorga (12177460) - SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 200

- **Assinar e Concluir:** Clique em “Petitionar”, escolha seu cargo/função, insira sua senha do SEI e clique em “Assinar” para finalizar; e
- **Receber Comprovante de Protocolo:** O sistema irá gerar o “Recibo Eletrônico de Protocolo” e enviará um e-mail de confirmação do peticionamento eletrônico.

3. **Salienta-se, ainda, que todas as pessoas físicas e jurídicas devem se cadastrar no SEI-MCom para fins de peticionamento eletrônico no MCom.**

4. Ressalta-se que o não atendimento, no prazo fixado, implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso, em atenção ao disposto no art. 40 da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outras informações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 09/01/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169432** e o código CRC **5E808898**.

Anexos:

- Nota Técnica 333 (12169396)
- Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (12165017)

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12169432



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

'JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/A8N8LYAX/Oficio_12169432[1].html

Ofício 944.2025 - Transferência Direta Outorga (12177480) - 3E153115.012570/2024-05 / pg. 201

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 333/2025/SEI-MCOM**PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05****INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).****ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA.****MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.****SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.
2. Por intermédio da Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 58352/2024/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11624512; SEI 12148492 e SEI 12165017).

ANÁLISE

3. Com efeito, em atendimento às orientações oriundas do referido Parecer e visando a celeridade processual, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica promoveu de ofício a atualização de parte das certidões solicitadas pela unidade consultiva, no entanto, não fora possível de alguma delas. Nessa toada, resta concluído que, para o prosseguimento do pedido formulado nos autos, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

I - RELATIVO À RÁDIO SOL MAIOR LTDA:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da **sede da entidade**;

Justificativa: não foi possível a emissão.

II - RELATIVO À ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA:

- a) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/P17P166E/Nota_Tecnica_12169396[1].html

Ofício 944/2025 - Transferência Direta Outorga (12177160) - SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 202

Justificativa: não foi possível a emissão.

4. Por fim, informa-se às entidades interessadas que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do processo de renovação de outorga, na forma do art. 94 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela expedição de ofício às pessoas jurídicas interessadas, acompanhado de cópia desta Nota Técnica e do Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a fim de que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, apresente os documentos relacionados no parágrafo 3, na forma da Portaria de Delegação de Competência MCOM nº 9.382, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 09/01/2025, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169396** e o código CRC **73E3B4F2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12169396

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

'JeffersonGuedes/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/IE/P17P166E/Nota_Tecnica_12169396[1].html

Circulo 944.2025 - Transferencia Direta outorga (121777160) - 21 de 2025 53115.012570/2024-05 / pg. 203



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX

ESTADO DA PARAÍBA

CERTIDÃO NEGATIVA

Data: 14/01/2025

Hora: 09:47:25

Renilda Maria da Silva

Certidão Negativa de Débitos do Contribuinte

NÚMERO DA CERTIDÃO	DATA DA EMISSÃO	VALIDADE	STATUS
202315688/2025	14/01/2025	15/03/2025	Válido

DADOS DO CONTRIBUINTE	
CPF / CNPJ	NOME / RAZÃO SOCIAL
01.757.455/0001-19	RADIO SOL MAIOR LTDA
ENDEREÇO: RUA R-ENGENHEIRO DE CARVALHO, Nº 70 - SALA 01 ANDAR 1 BAIRRO: CENTRO CIDADE: Nao Informado CEP: 58110-020	

Certifico, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, **NÃO CONSTA DÉBITOS** referente a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

Esta Prefeitura se reserva no direito de inscrever e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, que por ventura venham a ser apuradas.

FINALIDADE
Certidão Negativa
OBSERVAÇÕES
LICITAÇÃO.

BAYEUX - PB, 14 de Janeiro de 2025.

Confira a autenticidade desse documento em https://bayeux-pb.nobesistemas.com.br/tributos/document_validator/new com o código a seguir.

Autenticação Eletrônica: BF1F-A121-E596-74EC



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
NÚMERO DA CERTIDÃO: 0.733.606/24-58

Contribuinte RADIO SOL MAIOR LTDA	CPF/CNPJ 01.757.455/0003-80
---	---------------------------------------

Endereço
RUA CEL JOSE FRANCISCO SILVA, 97 - COMPLEMENTO: QUADRA: 136;LOTE: 13;LOTEAMENTO: MANOEL PACHEGO RAMALHO, LOT.; , BAIRRO PITANGUINHA, MACEIO/AL - CEP: 57.052-190

Certificamos, com fundamento nas informações constantes em nosso Sistema de Cadastro e Controle de Arrecadação, e ressalvado o direito de a Fazenda Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, com referência ao presente instrumento, que em relação ao **CONTRIBUINTE** , acima identificado inexistente débito impeditivo a expedição desta certidão.

MACEIÓ (MCZ), 30 de Dezembro de 2024

Válida até: 30/03/2025

Código de autenticidade: 684613C0C2D831ED

A autenticidade desta certidão DEVE ser confirmada na pagina da Secretaria de Economia, no endereço: <http://www.maceio.al.gov.br/semec/>.

Verifique atentamente as informações descritas nesta certidão



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA
CNPJ: 03.738.203/0001-78

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:10:56 do dia 10/01/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/07/2025.

Código de controle da certidão: **AFF2.E6A7.C71D.895F**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>
01/01/2025 - Transferência Direta Outorga (12177100) - 3EF33115.012570/2024-05 / pg. 206

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Usuário Externo (signatário): Jefferson José Nascimento Guedes
Data e Horário: 14/01/2025 15:11:33
Tipo de Peticionamento: Intercorrente
Número do Processo: 53115.012570/2024-05

Interessados:

JEFFERSON JOSE NASCIMENTO GUEDES
 RÁDIO SOL MAIOR LTDA

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

- Ofício 944.2025 -Transferência Direta outorga 12177160

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Ministério das Comunicações.




Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA COMERCIAL	
Processo nº 53115.012570/2024-05	
Data de protocolização do pedido: 29/04/2024	
Entidade cedente: Rádio Sol Maior Ltda.	C.N.P.J. Nº 01.757.455/0001-19
Entidade cessionária: Alagoas Comunicação Ltda.	C.N.P.J. Nº 03.738.203/0001-78
Executante do serviço de radiodifusão sonora em OM adaptada para FM	Fistel nº: 50416391834
Localidade: Maceió	UF: AL
Situação da Outorga:	(X) Com Portaria de renovação publicada - SEI 11600189 () Vencida
Processo de renovação nº 53115.004108/2023-45	Período: 30 de janeiro de 2024 a 30 de janeiro de 2034.

REQUISITOS MÍNIMOS		
DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)
a) Requerimento de transferência de outorga, disponibilizado pelo MCom, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária, constando declarações, <u>firmadas pelo representante legal da cessionária</u> , de que: a.1) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u> a.2) nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u> a.3) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u> a.4) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u> a.5) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u> a.6) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021);</u> a.7) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as <u>alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</u> <u>(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021).</u>	OK	1/4 SEI 11499233
b) Licença de funcionamento	OK	SEI 11603046
c) Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO)	OK	SEI 12169343 consulta em 08.01.2025
d) A pessoa jurídica optou pelo parcelamento de valores relativos aos serviços de radiodifusão	NÃO	SEI 11603493 (FM) SEI 12143026 (OM)

RELATIVOS À CEDENTE			
	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG.(S)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

REGULARIDADE FISCAL	a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.	OK	1 SEI 12169342
	b) Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual, distrital e municipal da sede da entidade, ou outra equivalente, na forma da lei;	OK	Federal: 2 SEI 12169342 Validade: 01.06.2025
		OK	Estadual: 3 SEI 12169342 Validade: 09.03.2025
		OK	Municipal: 7 SEI 12177160 Validade: 15.03.2025 (Bayeux/PB)
	c) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL;	OK	4/5 SEI 12169342 Validade: 07.02.2025
	d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo do Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	OK	INSS: 2 SEI 12169342 Validade: 01.06.2025
		OK	FGTS: 6 SEI 12169342 Validade: 02.02.2025
	e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	7 SEI 12169342 Validade: 07.07.2025

RELATIVOS À CESSIONÁRIA			
HABILITAÇÃO JURÍDICA	DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
	a) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	15/16 SEI 11499233 emitida em 21 de fevereiro de 2024
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	SEI 11605647
	c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	22 SEI 11499233 Validade: 26.05.2024
REGULARIDADE FISCAL	d) Prova de inscrição no CNPJ;	OK	8 SEI 12169342
	e) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	Federal: 8 SEI 12171548 Validade: 09.07.2025
		OK	Estadual: 9 SEI 12169342 Validade: 24.01.2025
		OK	Municipal: 10 SEI 12169342 Validade: 11.02.2025
	f) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;	OK	11/12 SEI 12169342 Validade: 07.02.2025



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Checklist 12169342

SEI 33115-012370/2024-05 / pg. 209

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

g) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	INSS: 8 SEI 12171548 Validade: 09.07.2025
	OK	FGTS: 13 SEI 12169342 Validade: 02.02.2025
h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	14 SEI 12169342 Validade: 07.07.2025

RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES - CESSIONÁRIA

DOCUMENTOS	NOME DOS SÓCIOS/ACIONISTAS E DIRETORES	SITUAÇÃO	PÁG. (S)
a) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição , feita por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certificado de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social; ou vii) passaporte;	Maria Betânia Botelho Alves CPF: 151.568.694-91	OK	42 SEI 11499233
	João Henrique Holanda Caldas CPF: 011.176.901-9	OK	43 SEI 11499233

NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA COMO SÓCIA/ACIONISTA DA ENTIDADE

Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e das Pessoas Jurídicas sócias, de que:

a) No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
b) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	CNPJ:	NÃO SE APLICA	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f> / pg. 210

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

c) Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	CNPJ:	NÃO SE APLICA	
---	-------	---------------	--

OBSERVAÇÕES
Relativo à Cedente: - Certidão simplificada emitida em 04.06.2024: SEI 11624653 - Termo aditivo migração: SEI 11603201

CONCLUSÃO
A documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 15/01/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12169373** e o código CRC **6757E5C2**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 615/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.

TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA.

ATENDIMENTO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.

2. Por intermédio da Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 58352/2024/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11624512; SEI 12148492 e SEI 12165017).

3. Em atendimento à diligência solicitada pela unidade consultiva, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica encaminhou os Ofícios nº 944/2025/MCOM e nº 948/2025/MCOM acompanhados da Nota Técnica nº 333/2025/SEI-MCOM, além dos Ofícios nº 1168/2025/MCOM e nº 1169/2025/MCOM acompanhados da Nota Técnica nº 413/2025/SEI-MCOM, por meio dos quais as partes interessadas foram notificadas para apresentar àquelas certidões em que não foi possível obter de ofício (SEI 12169396; SEI 12169432; SEI 12169460; SEI 12172384; SEI 12172406 e SEI 12172409).

4. Eis o sumário executivo.

ANÁLISE

5. Para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever breve trecho do referido Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 11624512; SEI 12148492 e SEI 12165017):



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 615 (12147265)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 212

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

[...]

35. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[6]. Ademais, mostra-se oportuno também verificar a situação fiscal relativa as certidões positivas com exigibilidade suspensa resultando em efeitos negativos.

[...]

IV - CONCLUSÃO

39. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de interesse da Rádio Sol Maior Ltda (CEDENTE) e da Alagoas Comunicações Ltda (CESSIONÁRIA), inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, na localidade de no município de Maceió/AL, desde que atendida a ressalva contida no parágrafo 35 deste Parecer.

DESPACHO n. 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. Guilherme Brum de Almeida, Advogado da União.

[...]

3. Conforme os termos do Parecer, observado o disposto no parágrafo 35, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.

DESPACHO n. 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 2/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 12/2025/CONJURMCOM/CGU/AGU.

6. Em atenção às orientações do referido Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, confeccionou-se nova lista de verificação documental, de modo a demonstrar a colação aos autos dos documentos atualizados (SEI 12169373).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos vão ao encontro da recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, e em complementação à Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM (SEI 11624512), sugere-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, acompanhado das minutas de Portaria (SEI 12177268) e de Exposição de Motivos (SEI 12177270), para que, em caso de aprovação desta manifestação, seja reenviado o processo ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada substituto**, em 15/01/2025, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 15/01/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 013 (12147268)

SEI 53113-012570/2024-05 / pg. 213

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/01/2025, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12177263** e o código CRC **BA97CC26**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12177263



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 015 (12177263)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 214

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, resolve:

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à Rádio Sol Maior Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a Alagoas Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Alagoas Comunicação Ltda advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada substituto**, em 15/01/2025, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Minuta_Portaria_Transferencia Direta (12177266)

SEI-53115.012570/2024-05 / pg. 215

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 15/01/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/01/2025, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12177268** e o código CRC **76BEA6DC**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12177268



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Minuta _ Portaria _ Transferência Direta (12177268)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 216

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

EM nº - MCOM

Brasília, de de 2025.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 615/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº _____, publicada em _____, que transfere a concessão outorgada à Rádio Sol Maior Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a Alagoas Comunicação Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO
MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES

AVISO:

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.
A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.
Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada substituto**, em 15/01/2025, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 15/01/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Minuta _Exposição de Motivos_ Transferência Direta (12177270) - SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 217

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/01/2025, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12177270** e o código CRC **B3FAE8C3**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12177270

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

ata_Exposição de Motivos_Transferência Direta (12177270)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 218



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 15998, DE 16 DE JANEIRO DE 2025

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, resolve:

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à RÁDIO SOL MAIOR LTDA., inscrita no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ nº 03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Alagoas Comunicação Ltda. advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 05/02/2025, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12191373** e o código CRC **569BF585**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12191373



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Portaria 15998 Transferência Direta FM (12191373)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 219

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 16 de janeiro de 2025.

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 615/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 15.998, de 16 de janeiro de 2025, publicada em _____, que transfere a concessão outorgada à RÁDIO SOL MAIOR LTDA., inscrita no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA., inscrita no CPNJ nº 03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 05/02/2025, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12191379** e o código CRC **05BD5479**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12191379



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

posição de Motivos 49 - Transferência Direta FM (12191379)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 220

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 59093/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 15998/2025 (12191373) e a Exposição de Motivos nº 49/2025 (12191379)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 615/2025 (12177263), encaminho a Portaria nº 15998/2025 (12191373) e a Exposição de Motivos nº 49/2025 (12191379), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 05/02/2025, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12191386** e o código CRC **9074BABE**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12191386



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício Interno 59093 (12191386)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 221

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 06/02/2025 16:17:13
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 10850461
Data prevista de publicação: 07/02/2025
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
22369017	ATO PORTARIA MCOM NA 16190.rtf	dec691f63e0da6c9c7f6c86349d4492b	10,00	R\$ 389,20
22369018	ATO PORTARIA MCOM NA 15998.rtf	371dfe7d67d22d32bfe404f1b564f875	9,00	R\$ 350,28
22369019	ATO PORTARIA MCOM NA 15944.rtf	467965ee4a8b1cd16c223e7862cb303f	10,00	R\$ 389,20
22369020	ATO PORTARIA MCOM NA 15943.rtf	94d1a954c87f2d4a4daf25f51c28f907	10,00	R\$ 389,20
TOTAL DO OFICIO			39,00	R\$ 1.517,88



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://www.gov.br/recibo.do?idof=10850461>

<https://impressanacional.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/02/2025 | Edição: 27 | Seção: 1 | Página: 18

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 15.998, DE 16 DE JANEIRO DE 2025

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, resolve:

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à RÁDIO SOL MAIOR LTDA., inscrita no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ nº 03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Fica a Alagoas Comunicação Ltda. advertida que o serviço de radiodifusão sonora será mantido em caráter precário enquanto não sobrevier decisão do Congresso Nacional acerca do pedido de renovação da concessão para executar o serviço de radiodifusão sonora, na forma do inciso XII do caput do art. 49 da Constituição, observados os mesmos prazos e condições originais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Id solicitação: 57dbac53afb87

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: RADIO SOL MAIOR LTDA	
Nome Fantasia: RADIO SOL MAIOR	
Telefone: (83) 3015-3713	E-mail: josecarlos@tvtambau.com.br
CNPJ: 01.757.455/0001-19	Número do Fistel: 50416391834
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 30/01/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 30/01/2034	
Observações: Ato nº 8169, de 13/10/2014, publicado no DOU. de 15/10/2014.	

Endereço Sede	
Logradouro: Rua Engenheiro de Carvalho	Complemento: – Sala 1 – 1º andar
Bairro: Centro	Numero: 70
Município: Bayeux	UF: PB CEP: 58307150

Endereço Correspondência	
Logradouro: Avenida Monsenhor Walfredo Leal	Complemento: - Terreo
Bairro: Tambiã	Numero: 77
Município: João Pessoa	UF: PB CEP: 58020540

Endereço do Transmissor	
Logradouro: Rua Professor Ângelo Neto	Complemento:
Bairro: Farol	Numero: 113
Município: Maceió	UF: AL CEP: 57051530

Endereço do Estúdio Principal	
Logradouro: Rua Coronel Francisco Silva	Complemento:
Bairro: Pitanguinha	Numero: 97
Município: Maceió	UF: AL CEP: 57052190

Endereço do Estúdio Auxiliar	
Logradouro:	Complemento:
Bairro:	Numero:
Município: -	UF: CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Maceió	UF: AL

Parâmetros Técnicos			
Canal: 293	Frequência: 106.5 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 109.6915kW
HCI: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



25/15/02/53 eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Relatório Canal_Cedente (12252500) - SER 53113.012570/2024-05 / pg. 224

Informações Gerais	
Número da Estação: 1007024140	Número Indicativo: ZYS320
Data Último Licenciamento: 11/05/2024	Número da Licença: 53500.040351/2024-64

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 9° 39' 48.35" S	Longitude: 35° 44' 6.36" W	Cota da base: 48.7 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012630900901	Modelo: NV15 - 15 kW
Fabricante: Nautel Limited	Potência de Operação: 14.6 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCA318-50J	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 70 m	Atenuação: 0.374 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.01 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: DRU8293	Fabricante: IDEAL IND. E COM. DE ANTENAS LTDA.				
Ganho: 9.03 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 10 °	Polarização: Vertical	HCI: 60 m	ERP Máxima: 109.69 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.09	5°: 0.03	10°: 0	15°: 0.03	20°: 0.09	25°: 0.12	30°: 0.18	35°: 0.3	40°: 0.45	45°: 0.54	50°: 0.63	55°: 0.77
60°: 0.92	65°: 1.01	70°: 1.11	75°: 1.25	80°: 1.41	85°: 1.56	90°: 1.72	95°: 1.94	100°: 2.16	105°: 2.33	110°: 2.5	115°: 2.67
120°: 2.85	125°: 3.04	130°: 3.22	135°: 3.36	140°: 3.48	145°: 3.61	150°: 3.74	155°: 3.89	160°: 4.01	165°: 4.02	170°: 4.01	175°: 4.08
180°: 4.15	185°: 4.16	190°: 4.15	195°: 4.16	200°: 4.15	205°: 4.08	210°: 4.01	215°: 4.02	220°: 4.01	225°: 3.89	230°: 3.74	235°: 3.61
240°: 3.48	245°: 3.36	250°: 3.22	255°: 3.04	260°: 2.85	265°: 2.67	270°: 2.5	275°: 2.33	280°: 2.16	285°: 1.94	290°: 1.72	295°: 1.56
300°: 1.41	305°: 1.25	310°: 1.11	315°: 1.01	320°: 0.92	325°: 0.77	330°: 0.63	335°: 0.54	340°: 0.45	345°: 0.3	350°: 0.18	355°: 0.12

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 109.69 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53610000571998	788	Decreto Legislativo	CN	22/10/2003	24/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500379352018 08	1290	Despacho	MCTIC	11/07/2018	13/07/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		20/03/2024	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53610000571998	11	Decreto	PR	27/06/2002	28/06/2002	Outorga	Jurídico
53000.028366/201 3-32	1914	Portaria	MC	08/06/2016	20/06/2016	Multa	Jurídico
53500.031158/201 8-94	5205	Ato	ORLE	11/07/2018	03/08/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
531150041082023 45	13545	Portaria	MC	13/06/2024	26/06/2024	Renovação	Jurídico
53115.012570/202 4-05	15998	Portaria	MC	16/01/2025	07/02/2025	Transferência Direta	Jurídico

Horário de funcionamento



Id solicitação: 57dbac53afb87

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (82) 9315-5593	E-mail: enoquesena@gmail.com
CNPJ: 03.738.203/0001-78	Número do Fistel: 50416391834
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 30/01/2004	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 30/01/2034	
Observações: Ato nº 8169, de 13/10/2014, publicado no DOU. de 15/10/2014.	

Endereço Sede	
Logradouro: Travessa Santo Antônio – Quadra C – Lote 01	Complemento: – Loteamento Planalto de Mangabeiras
Bairro: Jacintinho	Numero: s/nº
Município: Maceió	UF: AL CEP: 57040505

Endereço Correspondência	
Logradouro: Avenida Monsenhor Walfredo Leal	Complemento: - Terreo
Bairro: Tambiã	Numero: 77
Município: João Pessoa	UF: PB CEP: 58020540

Endereço do Transmissor	
Logradouro: Rua Professor Ângelo Neto	Complemento:
Bairro: Farol	Numero: 113
Município: Maceió	UF: AL CEP: 57051530

Endereço do Estúdio Principal	
Logradouro: Rua Coronel Francisco Silva	Complemento:
Bairro: Pitanguinha	Numero: 97
Município: Maceió	UF: AL CEP: 57052190

Endereço do Estúdio Auxiliar	
Logradouro:	Complemento:
Bairro:	Numero:
Município: -	UF: CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Maceió	UF: AL

Parâmetros Técnicos			
Canal: 293	Frequência: 106.5 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 109.6915kW
HCI: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Informações da Estação



25/10/2023 10:02:30

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Relatório Canal - Cessionária (12282072)

SEI 35113-912570/2024-05 / pg. 227

Informações Gerais	
Número da Estação: 1007024140	Número Indicativo: ZYS320
Data Último Licenciamento: 11/05/2024	Número da Licença: 53500.040351/2024-64

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 9° 39' 48.35" S	Longitude: 35° 44' 6.36" W	Cota da base: 48.7 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 012630900901	Modelo: NV15 - 15 kW
Fabricante: Nautel Limited	Potência de Operação: 14.6 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: HCA318-50J	Fabricante: RFS		
Comprimento da Linha: 70 m	Atenuação: 0.374 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.01 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: DRU8293	Fabricante: IDEAL IND. E COM. DE ANTENAS LTDA.				
Ganho: 9.03 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 10 °	Polarização: Vertical	HCI: 60 m	ERP Máxima: 109.69 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0.09	5°: 0.03	10°: 0	15°: 0.03	20°: 0.09	25°: 0.12	30°: 0.18	35°: 0.3	40°: 0.45	45°: 0.54	50°: 0.63	55°: 0.77
60°: 0.92	65°: 1.01	70°: 1.11	75°: 1.25	80°: 1.41	85°: 1.56	90°: 1.72	95°: 1.94	100°: 2.16	105°: 2.33	110°: 2.5	115°: 2.67
120°: 2.85	125°: 3.04	130°: 3.22	135°: 3.36	140°: 3.48	145°: 3.61	150°: 3.74	155°: 3.89	160°: 4.01	165°: 4.02	170°: 4.01	175°: 4.08
180°: 4.15	185°: 4.16	190°: 4.15	195°: 4.16	200°: 4.15	205°: 4.08	210°: 4.01	215°: 4.02	220°: 4.01	225°: 3.89	230°: 3.74	235°: 3.61
240°: 3.48	245°: 3.36	250°: 3.22	255°: 3.04	260°: 2.85	265°: 2.67	270°: 2.5	275°: 2.33	280°: 2.16	285°: 1.94	290°: 1.72	295°: 1.56
300°: 1.41	305°: 1.25	310°: 1.11	315°: 1.01	320°: 0.92	325°: 0.77	330°: 0.63	335°: 0.54	340°: 0.45	345°: 0.3	350°: 0.18	355°: 0.12

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: kW			

Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 109.69 kW		

RDS							
Código PI:							

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
53610000571998	788	Decreto Legislativo	CN	22/10/2003	24/10/2003	Deliber. do C. Nacional	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500379352018 08	1290	Despacho	MCTIC	11/07/2018	13/07/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		20/03/2024	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53610000571998	11	Decreto	PR	27/06/2002	28/06/2002	Outorga	Jurídico
53000.028366/2013-32	1914	Portaria	MC	08/06/2016	20/06/2016	Multa	Jurídico
53500.031158/2018-94	5205	Ato	ORLE	11/07/2018	03/08/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
531150041082023 45	13545	Portaria	MC	13/06/2024	26/06/2024	Renovação	Jurídico
53115.012570/2024-05	15998	Portaria	MC	16/01/2025	07/02/2025	Transferência Direta	Jurídico

Horário de funcionamento							





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 59824/2025/MCOM

Brasília, 11 de fevereiro de 2025

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (12191379)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 615/2025 (12177263), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 49/2025 (12191379), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 11/02/2025, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12262161** e o código CRC **9A9E3712**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12262161



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício Interno 59824 (12262161)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 230

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Brasília, 14 de Fevereiro de 2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 615/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 15.998, de 16 de janeiro de 2025, publicada em 7 de fevereiro de 2025, que transfere a concessão outorgada à RÁDIO SOL MAIOR LTDA., inscrita no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA., inscrita no CPNJ nº 03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Exposição de Motivos MCOM-21-2025 (12274784)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 231

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 5595/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.012570/2024-05.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre transferência direta de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

FRANCISCO CAVALCANTE
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Francisco das Chagas Cavalcante Costa**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro substituto**, em 14/02/2025, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12275082** e o código CRC **485596DA**.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12275082



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Ofício 5595 (12275082)

SEI 5595/2025-012570/2024-05 / pg. 232

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

EM nº 00021/2025 MCOM

Brasília, 14 de Fevereiro de 2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação, o Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 615/2025/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 15.998, de 16 de janeiro de 2025, publicada em 7 de fevereiro de 2025, que transfere a concessão outorgada à RÁDIO SOL MAIOR LTDA., inscrita no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA., inscrita no CPNJ nº 03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o § 5º do art. 222 da Constituição da República, o parágrafo único do art. 90 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para cientificação daquela Casa Legislativa.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 914 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6867/6915

PARECER n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.012570/2024-05

INTERESSADOS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RÁDIODIFUSÃO

EMENTA: TRANSFERÊNCIA DIRETA DE OUTORGA DE RÁDIODIFUSÃO SONORA. RÁDIO COMERCIAL.

I - Desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares, é lícita a transferência de outorga de radiodifusão sonora mediante prévia anuência do poder concedente (art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962 (CBT), e arts. 89 a 94 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963).

II - No caso, conforme atestado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, foram preenchidos os requisitos que autorizam o deferimento da transferência de outorga.

III - Pela ausência de óbice jurídico ao deferimento do pleito de transferência de titularidade da outorga, desde que observadas as ressalvas deste Parecer.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de pleito de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, doserviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.

2. A entidade cedente e a entidade cessionária apresentaram em conjunto requerimento de transferência de outorga acompanhado de documentos (SEI-11499233).

3. N a **NOTA TÉCNICA Nº 20204/2024/SEI-MCOM (SEI-11624512)**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) atestou o cumprimento dos requisitos necessários e manifestou-se favoravelmente ao deferimento do pleito:

"(...)

22. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

23. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 11604176). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI11606733):

que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Sol Maior Ltda, inscrito no CNPJ nº 01.757.455/0001- 19, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

24. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11856584). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplicano caso concreto (SEI 11603493 e SEI 12143026).

25. Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 11413/2024/SEI-MCOM(vide item 5), que acompanhou o Ofício nº 22415/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foiadvertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI 11604196 e SEI 11604403). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos(SEI 11856531).

26. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

4. Consta ainda do processo minutas de **Portaria ministerial (SEI-11856531)** e de **Exposição de Motivos (SEI-11856533)** a serem assinadas pelo Ministro das Comunicações.

II - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

5. Preliminarmente, é oportuno esclarecer que, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pelo art. 131 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e pelo art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, compete a este órgão de execução da Advocacia-Geral da União (AGU) prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo, portanto, adentrar na análise dos aspectos da conveniência e da oportunidade da prática dos atos administrativos, nem em aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, conforme orienta o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU).

6. Em relação aos aspectos de natureza técnica, parte-se da premissa de que os órgãos e servidores competentes para a sua análise detêm os conhecimentos específicos necessários e os analisaram adequadamente em conformidade com suas atribuições. Além disso, as informações lançadas neste processo pelas demais unidades desta Pasta gozam de presunção de veracidade.

III - FUNDAMENTAÇÃO

III.1. - Dos requisitos para a transferência direta de outorga de radiodifusão sonora

7. Nos termos do art. 21, XII, alínea "a", e do art. 223 da CFRB, compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. No mesmo sentido, o art. 32 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) estabelece que os serviços de radiodifusão podem ser executados diretamente pela União ou através de concessão, autorização ou permissão. Conforme o art. 6º, alínea "d", do CBT, a radiodifusão tem por objeto a propagação de sinais de rádio ou televisão a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral. Cuida-se de serviço público de titularidade da União que consiste na transmissão de sons ou de sons e imagens por meio de ondas radioelétricas (ADI nº 3944/STF, REsp nº 1652588/STJ e MS nº 5307/STJ).

8. Compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração de serviços de radiodifusão sonora (art. 6º, § 2º, do RSR). Essas outorgas são formalizadas por meio de contrato com a União, por intermédio do Ministério das Comunicações, conforme os termos do art. 6º, § 2º, e art. 16, § 10, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.

9. Em recente decisão na ADI nº 2.946 (2022), o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, descartando a alegação de que a transferência da concessão ou do controle societário de concessionárias de serviços públicos implicariam violação ao dever de licitar. Nesse precedente, o STF afirmou que, desde que mantidos os termos da proposta vencedora, **"não se pode afirmar que a modificação do particular contratado implica, automática e necessariamente, burla à regra da obrigatoriedade de licitação ou ofensa aos princípios constitucionais correlatos, mormente nos casos de concessão, dada a natureza incompleta e dinâmica desses contratos e a necessidade de se zelar pela continuidade da prestação adequada dos serviços públicos"**.

10. Conforme estabelece o art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962, a transferência de outorga de radiodifusão de uma pessoa jurídica para outra é admitida desde que haja prévia anuência do Poder Executivo:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

(...)

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

É o que também dispõe o art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963:

Art. 89. As concessões e as permissões poderão ser transferidas de uma pessoa jurídica para outra.

11. No caso dos serviços de radiodifusão sonora, a transferência da outorga é autorizada por ato do Ministro das Comunicações, devendo ser comunicada ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90 do RSR).

12. Mas, para que possa ser deferida a transferência da titularidade, **é necessário que a concessão ou permissão em questão tenha sido outorgada há pelo menos cinco anos**, contados a partir da expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação, conforme estabelece o art. 91 do RSR:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

Além do cumprimento desse requisito temporal, deve-se observar que é vedada a transferência de titularidade de concessão ou permissão de radiodifusão de pessoa jurídica de direito público interno para empresas privadas (art. 92 do RSR).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

14. Também é proibida a transferência de outorga de radiodifusão quando o serviço estiver sendo prestado em caráter precário antes que tenha sido concluída a instrução do respectivo processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. É o que estabelece o art. 4º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 4º O funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário não obsta as transferências de concessão ou permissão, desde que preenchidos os requisitos legais e regulamentares.

Parágrafo único. A anuência para a transferência de concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra, no curso do funcionamento do serviço em caráter precário, poderá ser deferida desde que já concluída a instrução do processo de renovação da concessão ou permissão no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

15. No mesmo sentido, assim dispõe o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão:

Art. 94. A anuência para a transferência da concessão ou da permissão, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, poderá ser deferida desde que concluída a instrução do processo de renovação de concessão ou permissão no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga será transferida.

16. Cabe ainda destacar que **a viabilidade jurídica da transferência da outorga depende do cumprimento, pela entidade cessionária, das condições para obter uma outorga de radiodifusão.** Portanto, devem ser respeitados os limites quantitativos de outorgas de radiodifusão tanto pela entidade cessionária como por seus sócios, administradores ou gerentes (art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; art. 38, alínea "g", do CBT; do § 3º do art. 14 do RSR; e § 2º do art. 3º do Decreto nº 8.139, de 2013).

17. Nos termos do caput do art. 222 da CRFB, a propriedade de empresas de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (art. 222, § 1º, da CRFB e art. 38, alínea "a", da Lei nº 4.117, de 1962). Em relação ao cumprimento dessa exigência, é necessário avaliar o quadro societário da entidade cessionária para verificar a nacionalidade dos sócios, que deve ser demonstrada por meio da apresentação de algum dos documentos previstos na alínea "c" do inciso III do art. 93 do RSR. Se houver pessoa jurídica no quadro de sócios que impeça a verificação do cumprimento da exigência de capital mínimo pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, recomenda-se que a SECOE exija que a cessionária apresente declaração nesse sentido, aplicando por analogia o disposto no art. 15, § 15, inciso I, do RSR.

18. Além do cumprimento da exigência relacionada à composição do capital social, o § 1º do art. 222 da CRFB e o art. 38, alínea "a", do CBT também exigem que a gestão das atividades da entidade que detenha a outorga de radiodifusão e a responsabilidade por estabelecer o conteúdo de sua programação caibam a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Portanto, os administradores da entidade cessionária devem ser obrigatoriamente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

19. Também cabe mencionar que, nos termos do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 ^[1], caso a cedente tenha parcelamento deferido com base no art. 1º-B da Lei nº 5.768, de 1971, incluído pela Lei nº 14.027, de 2020, atualmente disciplinado pelos arts. 93 e seguintes da Portaria de Consolidação MCom nº 1, de 2023, a anuência do Poder Executivo para a transferência da outorga é condicionada à prévia quitação integral do parcelamento e eventuais dívidas em aberto.

20. Observadas essas condições, para que a transferência direta de outorga seja deferida, as entidades envolvidas na operação (cedente e cessionária) devem apresentar requerimento conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, o qual deve estar acompanhado dos documentos indicados no art. 93 do RSR:

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente;

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

III - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;



c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de;

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

21. É importante destacar que o requerimento de transferência de outorga deve ser firmado por quem tenha poder para representar as pessoas jurídicas interessadas. Além disso, como se trata de requerimento de transferência de outorga, no caso de representação por meio de procurador, aplica-se o disposto no § 1º do art. 661 do Código Civil, que exige que o instrumento de mandato contenha poderes especiais e expressos para a prática do ato^[2].

22. Portanto, ao receber pedido de transferência de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada e que tenha poderes específicos para a prática do ato^[3].

23. Caso deferido o pleito de transferência, a cessionária recebe a permissão para a exploração do serviço nas condições em que se encontra, devendo observar o prazo de duração em vigor e cumprir todas as obrigações aplicáveis ao titular da outorga.

III.2. - Do atendimento aos requisitos para o deferimento do pedido

24. O requerimento de transferência de outorga foi apresentado em conjunto pela cedente e pela cessionária (**SEI-11499233**). Nesse ato, a cedente (**Rádio Sol Maior Ltda**) foi representada por **FABIO HENRIQUE CAVALCANTE VIEIRA, CARLA MARINHO DE ANDRADE PONTES E ANDRE CHAVES VAJAS** enquanto a cessionária (**Alagoas Comunicações Ltda**) foi representada por **MARIA BETÂNIA BOTELHO ALVES**, sócia administradora.

25. De acordo com as certidões simplificadas que foram apresentadas (**SEI-11624653** e **SEI-11499233**), os signatários do requerimento ostentam a condição de administradores das entidades envolvidas na operação^[4].

26. Portanto, pode-se concluir que as entidades cedente e cessionária apresentaram requerimento conjunto em que pleitearam a transferência da outorga, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, e estão regularmente representadas.

27. A SECOE informou que a permissão de que se trata foi outorgada há mais de cinco anos a contar da expedição do fido de licença definitiva para o funcionamento da estação. Portanto, está atendido o requisito do art. 91 do RSR. A esse ito, cabe reproduzir o seguinte trecho da **NOTA TÉCNICA Nº 11877/2024/SEI-MCOM (SEI-11624512)**,:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

"(...)

11. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em onda média, foi emitida em 8 de junho de 2010; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI11603046).

(...)"

28. Ambas as entidades envolvidas são privadas. Consequentemente, não se trata de transferência de outorga de pessoa jurídica de direito público para empresa privada. Está assim atendida a exigência prevista no art. 92 do RSR.

29. De acordo com as informações prestadas pela SECOE em sua NOTA TÉCNICA, o prazo de vigência da outorga em questão está expirado. Mas a unidade técnica também informou que já houve a conclusão do processo de renovação no âmbito do Ministério das Comunicações. Nesse sentido, a SECOE afirmou que o Ministro das Comunicações assinou Exposição de Motivos por meio da qual encaminhou proposta de Decreto à Casa Civil para a renovação da outorga. Está assim atendido o requisito previsto no art. 94 do RSR. Sobre esse fato, estão consignadas as seguintes informações na mesma NOTA TÉCNICA:

"(...)

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a concessão para a execução do referido serviço por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003 (SEI 11624762 -Págs. 1/2). A outorga encontra-se vencida desde 2014 (SEI 11856558). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 13.545, de 13 de junho de 2024, publicada no dia 26 de junho de 2024, no bojo do processo nº 53115.004108/2023-45, que tratou da renovação da outorga para o período de 30 de janeiro de 2024 a 30 de janeiro de 2034 (SEI 11600189).

9. Anota-se, ainda, que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação se materializou após a publicação do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no dia 9 de abril de 2018, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI 11603201).

(...)"

30. Além disso, como se pode constatar do respectivo comprovante de inscrição no CNPJ (**SEI-11499233**) e da certidão simplificada da junta comercial (**SEI-11499233**), a entidade cessionária é pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e tem sede no País. Cumpre assim a exigência prevista no *caput* do art. 222 da CRFB.

31. Em sua manifestação técnica, a unidade técnica também atestou a observância aos limites quantitativos de outorga previstos na legislação. A esse respeito assim se manifestou a SECOE na supracitada **NOTA TÉCNICA nº 16524/2024/SEI-MCOM (SEI-11885887)**:

"(...)

18. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária não faz parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO



na data de 19 de dezembro de 2024 (SEI 11856598), a saber:

19. Já em relação aos sócios e administradora, nota-se a participação no quadro societário de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, senão vejamos (SEI 11856598):



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Tipo de Consulta: CPF										
CPF: 011.388.038-01										
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE INC	CNPJ	CARGO	QNT. Cotas	PART. GN	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO UF	MUNICÍPIO
FÁBIO BERNARDO BOTELO ALVES	011.388.038-01	ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	GTVD	—	AL Anapimura
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	CE Graça
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	RJ São José de Ubá
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	RJ Anapolândia
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	PE Rio de Janeiro
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Coruripe
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Diretor (GERENTE)	0	—	—	PM	—	AL Maribondo

Tipo de Consulta: CPF										
CPF: 011.176.903-90										
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE INC	CNPJ	CARGO	QNT. Cotas	PART. GN	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO UF	MUNICÍPIO
JOÃO HENRIQUE ROCHA DA SILVA	011.176.903-90	ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Sócio	45000	0,00%	0,00%	GTVD	—	AL Anapimura
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Sócio	45000	0,00%	0,00%	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Sócio	45000	0,00%	0,00%	PM	—	AL Coruripe
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Sócio	45000	0,00%	0,00%	PM	—	CE Graça
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Sócio	45000	0,00%	0,00%	PM	—	RJ São José de Ubá
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Sócio	45000	0,00%	0,00%	PM	—	RJ Anapolândia
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Sócio	45000	0,00%	0,00%	PM	—	PE Rio de Janeiro
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Sócio	45000	0,00%	0,00%	PM	—	AL Coruripe
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Sócio	45000	0,00%	0,00%	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Sócio	45000	0,00%	0,00%	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Sócio	45000	0,00%	0,00%	PM	—	AL Maribondo
		ALAGOS COMUNICAÇÃO LTDA	03.738.203/0001-23	Sócio	45000	0,00%	0,00%	PM	—	AL Maribondo

(...)"

32. No que diz respeito ao cumprimento das exigências de capital mínimo pertencente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e à naturalidade dos responsáveis pela gestão da entidade cessionária (§ 1º do art. 222 da CRFB), os documentos de identificação dos sócios e dirigentes que foram carreados aos autos (SEI-11499233) demonstram que são brasileiros natos. Conforme se verifica da certidão simplificada da junta comercial (SEI-11929880) não há pessoa jurídica na composição do quadro de sócios da entidade cessionária. Portanto, considero que tais requisitos também estão atendidos.

33. Em sua NOTA TÉCNICA, a SECOE também informou que não foi encontrado registro de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação da outorga de que se trata.

34. Em relação ao cumprimento das exigências documentais, a SECOE atestou em sua NOTA TÉCNICA que a documentação apresentada pelas interessadas está em conformidade com o art. 93 do RSR. O quadro abaixo indica o atendimento a tais exigências:

III.3. - Documentação relativa à cedente

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(I) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, II, "a", do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233)
(II) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, II, "b", do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233)
(III) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, II, "b", do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233)
(IV) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, II, "b", do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233)
(V) Prova de regularidade de	Art. 93, II, "c", do Anexo ao	Atendido
Atendimento dos recursos do Fistel	Decreto nº 52.795.	(SEI 11603560)
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.		Validade: 27.07.2024



(VI) Prova de regularidade relativa à Art. 93, II, “d”, do Anexo ao seguridade social e ao FGTS.	Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI-INSS:11499233) Validade: 22.09.2024 (SEI-FGTS:11499233) Validade: 12.05.2024
(VII) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Art. 93, II, “e”, do Anexo ao Trabalho, por meio da apresentação Decreto nº 52.795. de certidão negativa.		Atendido (SEI 11499233) Validade: 22.09.2024

III.4. - Documentação relativa à cessionária

Requisito	Base normativa	Cumprimento
(VIII) Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente, em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária.	Art. 93, III, “b”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) emitida em 21 de fevereiro de 2024
(IX) Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no § 1º do art. 222 da Constituição, feita por meio da apresentação de: 1. certidão de nascimento ou casamento; 2. certificado de reservista; 3. cédula de identidade; 4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; 5. carteira profissional; 6. carteira de trabalho e previdência social; ou 7. Passaporte.	Art. 93, III, “c”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233)
(X) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comproven a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	Art. 93, III, “d”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11605647)
(XI) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 26.05.2024
(XII) Certidão negativa de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 93, III, “e”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233) Validade: 26.05.2024
(XIII) Prova de inscrição no CNPJ	Art. 93, III, “f”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI 11499233)
(XIV) Prova de regularidade perante a Fazenda federal.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI-11499233) Validade: 31.07.2024
(XV) Prova de regularidade perante a Fazenda estadual/distrital da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI-11538603) Validade: 19.07.2024
(XVI) Prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da entidade.	Art. 93, III, “g”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	(SEI 11499233) Validade: 20.05.2024 MACEIÓ/AL Atendido
(XVII) Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel	Art. 93, III, “h”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	(SEI 11499233) Validade: 26.05.2024
(XVIII) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS.	Art. 93, III, “i”, do Anexo ao Decreto nº 52.795.	Atendido (SEI-INSS: SEI 11499233) Validade: 31.07.2024 (SEI-FGTS: 11985671) Validade: 22.11.2024



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

(XIX) Prova de inexistência de

débitos inadimplidos perante a Justiça Art. 93, III, “j”, do Anexo ao do Trabalho, por meio da Decreto nº 52.795. apresentação de certidão negativa.

Atendido

(SEI 11499233)

Validade: 18.08.2024

(XX) Declaração de que: 1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão; 2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; 3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou Art. 93, III, “k”, do Anexo ao

Atendido de cargos ou funções dos quais Decreto nº 52.795.

(SEI 11499233)

decorra foro especial; 4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; 5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; 6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e 7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

35. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de **atualização das certidões que estão vencidas**, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[6]. Ademais, mostra-se oportuno também verificar a situação fiscal relativa as certidões positivas com exigibilidade suspensa resultando em efeitos negativos.

36. Quanto ao cumprimento do art. 112 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a SECOE informou que a entidade cedente não possui parcelamento pendente de pagamento. Nesse sentido, assim consta da **NOTA TÉCNICA Nº 20204/2024/SEI-MCOM (SEI-12073093)**:

“(…)

24. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao “parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão”, conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11856584). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11603493 e SEI 12143026).

(…)”

III.5. - Das minutas de Portaria e de Exposição de Motivos

37. Conforme o art. 90, I, do RSR, a anuência ao pedido de transferência de outorga de radiodifusão sonora deve ser materializada por meio de Portaria do Ministro de Estado das Comunicações. No que diz respeito aos aspectos formais, a minuta de **Portaria ministerial** que consta dos autos (**SEI-11856533**) é adequada e suficiente aos fins a que se propõe.

38. A minuta de **Exposição de Motivos** que foi apresentada (**SEI-12148492**) também se encontra apta a ser assinada pelo Ministro de Estado.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

IV - CONCLUSÃO

39. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de interesse da Rádio Sol Maior Ltda (CEDENTE) e da Alagoas Comunicações Ltda (CESSIONÁRIA), inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, na localidade de no município de Maceió/AL, desde que atendida a ressalva contida no parágrafo 35 deste Parecer.

40. As minutas de Portaria e de Exposição de Motivos que foram apresentadas encontram-se aptas a serem assinadas pelo Ministro de Estado. E, considerando que o serviço de radiodifusão de que se trata está em funcionamento precário, essa condição deve ser informada à entidade cessionária (art. 4º, Parágrafo único, da Lei nº 13.424, de 2017, e art. 94 do RSR), informação esta que consta da própria minuta de Portaria ministerial.

41. Caso se decida pelo deferimento do pleito de transferência de outorga, a Portaria ministerial deve ser encaminhada à Casa Civil acompanhada de Exposição de Motivos a fim de que o ato seja comunicado ao Congresso Nacional por meio de Mensagem do Presidente da República (art. 90, Parágrafo único, do RSR).

42. Por fim, sugere-se o encaminhamento do presente Parecer à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para que dele tome conhecimento e dê prosseguimento ao processo.

À consideração superior.

Brasília, 02 de janeiro de 2025.

GUILHERME BRUM DE ALMEIDA
Advogado da União

Notas

- ¹ Art. 112. Nos casos em que a concessionária ou a permissionária tiver optado pelo pagamento de forma parcelada, conforme hipóteses previstas neste livro, a anuência para a transferência da concessão ou da permissão, assim como para o seu cancelamento ou extinção ficará condicionada à prévia quitação integral de todos os seus parcelamentos e dívidas em aberto.
- ² Nesse sentido, vide a NOTA n. 00178/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.011452/2023-91) e o § 37 do DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35).
- ³ A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71).
- ⁴ Conforme já se manifestou esta Consultoria Jurídica no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35), com base na teoria da aparência se pode concluir que, mesmo que houvesse alguma restrição aos poderes de seus administradores no contrato social ou estatuto da entidade, mesmo assim o ato seria válido em relação ao Ministério das Comunicações e vincularia a pessoa jurídica envolvida.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900030984201641 e da chave de acesso a11ce9fd

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115012570202405 e da chave de acesso f415c253



Documento assinado eletronicamente por GUILHERME BRUM DE ALMEIDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1813561457 e chave de acesso f415c253 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LHERME BRUM DE ALMEIDA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 02-01-2025 21:15. Número



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 914 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6867/6915

DESPACHO n. 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.012570/2024-05

INTERESSADOS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: RÁDIO DIFUSÃO

1. Aprovo o PARECER n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. Guilherme Brum de Almeida, Advogado da União.
2. Na espécie, tratam os autos de solicitação de transferência de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Maceió/AL, que foi outorgada à entidade Rádio Sol Maior Ltda (cedente) para a entidade Alagoas Comunicações Ltda (cessionária).
3. Conforme os termos do Parecer, observado o disposto no parágrafo 35, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.
4. Já quanto à minuta de portaria proposta, verificou-se a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.
5. Cabe enfatizar, ademais, que é atribuição do Ministro de Estado das Comunicações transferir, por meio de edição de portaria, a outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, conforme os termos do art. 90, inciso I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
6. De igual modo, faz-se necessário que o Ministro de Estado desta Pasta solicite, por meio de exposição de motivos, que a Presidência da República encaminhe mensagem ao Congresso Nacional para cientificar sobre a transferência da outorga, conforme o disposto no art. 222, § 5º da Constituição Federal c/c o art. 90, parágrafo único, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963.
7. Encaminhem-se os autos do processo administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e prosseguimento.

Brasília, 07 de janeiro de 2025.

VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão
CONJUR-MCOM

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115012570202405 e da chave de acesso f415c253



Documento assinado eletronicamente por VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1814407867 e chave de acesso f415c253 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VITOR CARVALHO CURVINA COSTA DE ARAUJO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 07-01-2025 09:46. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 914 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6867/6915

DESPACHO n. 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.012570/2024-05

INTERESSADOS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Transferência de outorga.

1. Aprovo o PARECER n. 2/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 12/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

2. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 7 de janeiro de 2025.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115012570202405 e da chave de acesso f415c253



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1814495282 e chave de acesso f415c253 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 07-01-2025 11:05. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES**

ASSUNTOS: Autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000278/2023-67. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - SECOE/MCOM. DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA. ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa – ON/AGU n. 55, de 2014, e pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (RadCom), com base na Lei nº 9.612 de 1998, no Decreto nº 2.615, de 1998, e na Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 2023;

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a emissão de autorização para execução do serviço de RadCom, no âmbito deste Ministério das Comunicações, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno 38941 (11041530), a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica resposta com subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do Despacho n. 01029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11041521), solicitou informações à SECOE a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária:

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal da emissão de autorização a entidades privadas (associações e fundações) que pretendem executar o



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

apiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://m01e-g-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

2. Diante da similitude dos casos relacionados à emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária por entidades privadas, que foram vencedoras em procedimentos seletivos realizados, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.
3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.
4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:
(...)
5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja **grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos**. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da **emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária** se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos sobre a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da Nota Técnica 8407 (11041525), apresentou os seguintes esclarecimentos:

1. Trata-se de solicitação apresentada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações sobre o quantitativo de processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização e de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

ANÁLISE

2. Inicialmente, cumpre informar que o Serviço de Radiodifusão Comunitária (RADCOM) foi criado pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentado em seguida pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e teve os procedimentos e diretrizes para a emissão de autorização e de renovação de outorga estabelecidos através da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 01, de 01 de junho de 2023, que abrange a consolidação de normas ministeriais de radiodifusão.

3. Acerca da demanda mencionada no Despacho nº 1029/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10913482) sobre o quantitativo de processos de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, informamos que temos em estoque aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo PNO de RADCOM no segundo semestre deste ano.

(...)

5. Assim, considerando as informações prestadas acima, sugerimos o encaminhamento desta Nota Técnica à CONJUR do MCOM.

CONCLUSÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

6. Diante do exposto, opina-se pela restituição deste processo à d. Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações para análise da presente Nota Técnica e prosseguimento dos autos.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, excetuando os casos que se refiram à renovação do referido serviço.

5. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

6. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

7. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

8. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

9. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

10. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

11. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

12. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

13. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

14. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de processos administrativos - aproximadamente 500 processos, com possibilidade de lançamento de um novo Plano Nacional de Outorgas de RadCom, no segundo semestre deste ano (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL) - tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

15. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de emissão de autorização para execução do serviço de RadCom configuram, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

16. Nesse sentido, ressalve-se que o presente parecer **não** abrange eventuais recursos que, no trâmite da seleção de autorização para execução do serviço de RadCom, abordem teses jurídicas que extrapolem a mera análise documental, a exemplo de questionamentos sobre preclusão, isonomia e observância de garantias do contraditório e ampla defesa.

17. Registre-se, ainda, que **a área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalte-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame os de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

20. A autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária é disciplinada pela Constituição Federal (art. 223, *caput* e parágrafos); pela Lei nº 9.612, de 19 de dezembro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária; pelo Decreto nº 2.615, de 3 de março de 1988, que aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária; e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

21. O serviço de radiodifusão comunitária é definido como o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço (art. 1º da Lei nº 9.612/1998; art. 1º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

22. Tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade; oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social; prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário; contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; e permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível (art. 3º da Lei nº 9.612/1998; art. 3º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

23. É outorgado pelo prazo de validade de dez anos, por meio de autorização do Ministro das Comunicações, e somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §3º, da Constituição da República (art. 223, *caput*, §3º e §5º, da CF; art. 6º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 9º, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

24. Em nível infralegal, a norma aplicável ao procedimento de seleção para execução do serviço de radiodifusão comunitária é a vigente à época da publicação do respectivo aviso de habilitação ou edital.

25. Atualmente, o ato normativo que rege o procedimento seletivo para o obtenção da autorização de RadCom é a **Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, publicada no DOU de 06 de junho de 2023**.

26. No caso dos avisos de habilitação/edital publicados sob a égide da anterior **Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015**, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015, seus dispositivos foram consolidados na atual Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023 (art. 539, inc. XXXII, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

27. Deste modo, a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve ser luz do que dispõe a legislação supramencionada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

II.2.2 - PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

28. Primeiramente, o Ministério das Comunicações publicará comunicado de habilitação para que as entidades interessadas em prestar o serviço de RadCom se inscrevam (art. 9º, §1º, da Lei nº 9.612/1998; art. 13 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

29. Após a publicação do edital de seleção pública para a execução do serviço de RadCom, caso haja apenas uma interessada, o Ministério deverá verificar os requisitos de habilitação (conforme item II.2.2.1 infra) e a documentação de instrução apresentada (conforme item II.2.2.3 infra). Estando regular, expedirá autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

30. Caso haja mais de uma entidade interessada, a análise dos requerimentos de autorização deve observar as seguintes fases: habilitação, seleção, instrução e procedimento para finalizar a outorga (art. 260, Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023).

31. Isso esclarecido, passa-se à análise dos requisitos documentais da fase de habilitação, de seleção e de instrução; após, à análise dos elementos que devem constar na portaria de autorização para execução do serviço de RADCOM.

II.2.2.1. DA HABILITAÇÃO

32. No prazo de habilitação divulgado no Edital, as entidades interessadas deverão apresentar requerimento para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida.

33. Inicialmente, a Secretaria deve verificar a **tempestividade** do requerimento, conforme prazo previsto no Edital regente da seleção (art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023).

34. O requerimento deve vir acompanhado dos seguintes documentos previstos no art. 274 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2023: (i.) requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas; (ii.) estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023; (iii.) ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (iv.) ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas; (v.) comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes; (vi.) manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço; (vii.) Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.

35. Podem ser apresentados requerimentos em desconformidade com o modelo previsto no Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, desde que contenham todas as informações essenciais do respectivo formulário padrão (art. 257, §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

36. A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, *caput* e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

37. A Secretaria deve verificar se a entidade tem sede na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço e, igualmente, seus dirigentes devem manter residência na área da comunidade atendida (art. 7º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998). Quanto à residência dos dirigentes, a SECOE deve observar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no acórdão transitado em julgado no REsp n. 1.955.888/SP^[1], com força executória atestada pelo Parecer de Força Executória nº



00044/2023/CORESPNS/PRU3R/PGU/AGU, no sentido de que “*basta que residam na comunidade atendida pela rádio comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora*”.

38. O estatuto social apresentado deve estar atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998 e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291, *caput* e incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

39. O estatuto social não será considerado irregular se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão (Art. 291, parágrafo único, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).

40. As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, *caput* e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

41. As manifestações em apoio de pessoa física devem ser apresentadas conforme o modelo indicado no Anexo XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhadas da seguinte documentação: cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, *caput* e inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

42. A manifestação em apoio formulada por empresário individual (inclusive o qualificado como MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006) poderá ser considerada válida como de pessoa jurídica, desde que apresentada na forma do Anexo XLI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, e acompanhada de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Nesse caso, a Secretaria deverá verificar se o nome do signatário da manifestação em apoio integra o campo “*razão social*” constante no CNPJ correlato juntado. Caso não seja possível a verificação, a Secretaria poderá exigir, para tal finalidade, documento de identificação do signatário da manifestação em apoio (conforme entendimento do PARECER n. 00725/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU).

43. Não serão aceitas manifestações em apoio na forma de abaixo-assinado (art. 285, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

44. Embora o §2º do art. 285 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, exija a apresentação das manifestações em apoio “*no original*”, poderão ser enviadas por meio eletrônico - conforme art. 11 e respectivos parágrafos^[2] do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

45. No caso de **ausência completa** de qualquer um dos documentos habilitantes citados do art. 274 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade deverá ser inabilitada (art. 276, parágrafo único, e art. 277, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

46. No entanto, caso algum dos referidos documentos habilitantes seja enviado, mas em desacordo com as disposições da Portaria, a SECOE deverá conferir uma única oportunidade à entidade para regularização, no prazo improrrogável de sessenta dias, sob pena de inabilitação (art. 276 e 277, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://mdeleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

47. O art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação a *"execução clandestina de serviço de radiodifusão nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da **inexistência de execução clandestina** de serviço de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.

48. O art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de inabilitação *"quando algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo grau, acerca da **inexistência de condenação** de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

49. Se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de condenação, a entidade deverá ser inabilitada por vício insanável (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

50. O art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023 estabelece como hipótese de inabilitação *"o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza"*. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de **vínculos**, definidos como qualquer ligação que subordine ou sujeite a entidade, inclusive por meio de seus dirigentes, à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outrem, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais (art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

51. A propósito, a Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, lista o seguinte rol **não** taxativo das hipóteses de vínculo: a) algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado: 1. exercer cargo ou função em órgão de direção de partido político a nível municipal, estadual, distrital ou federal; 2. exercer cargo de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Secretário Municipal, independente da denominação; exercer mandato eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 4. for suplente de cargo eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal; 5. for dirigente de outra entidade detentora de outorga de serviços de radiodifusão; 6. exercer cargo de dignidade eclesiástica ou de sacerdócio; ou 7. exercer cargo de administração ou gerência de entidade religiosa; b) mais da metade da diretoria da entidade for composta por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro; c) o estatuto social, a ata de fundação, de eleição ou de assembleia geral, ou qualquer outro documento da entidade, apresente claramente disposições que explicitem ou possibilitem a caracterização da vinculação; d) a localização da sede da entidade, do seu sistema irradiante ou do seu estúdio coincida com o endereço de partido político ou outra emissora executante de serviços de radiodifusão (art. 258, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

52. Na fase de habilitação, se, no curso do processo, for constatada a mencionada hipótese de vínculo vedado, a entidade deverá ser **inabilitada** por vício insanável (art. 277, inc. III, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

53. O art. 10, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, bem como o art. 18, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998, impõem os seguintes limites à outorga de RadCom: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de



administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados. Assim, além da declaração da entidade elencada no requerimento de outorga (nos termos do art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), recomenda-se que a Secretaria verifique se a entidade solicitante atende aos referidos **limites** do art. 10, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998, repisados no art. 18, *caput* e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998.

54. Ainda, de acordo com o art. 274, inc. I, e ANEXO XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, a entidade não pode estar "*impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta*" e deve elencar tal declaração no requerimento de outorga. Nesse sentido, é recomendável que a SECOE realize **consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

55. Em conclusão, tem-se o seguinte *checklist* de requisitos na fase de habilitação:

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	Requerimento de outorga (Anexo XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), com as declarações nele elencadas.	Art. 9º, § 2º e inc. V, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, <i>caput</i> e inc. V, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	<p>Estatuto social da entidade atualizado, registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998, e aos pressupostos da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.</p> <p>Obs. 1: A entidade deve estar legalmente instituída e devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas, na forma de fundação ou associação civil, sob pena de inabilitação (art. 7º da Lei nº 9.612/1998; art. 11 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 277, <i>caput</i> e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).</p> <p>Obs. 2: O estatuto social deve atender as seguintes previsões: (i) indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão; (ii) garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado; (iii) garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas; (iv) garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votadas para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos; (v) especificação do órgão administrativo da entidade e do Conselho Comunitário, bem como o modo de funcionamento, notadamente, no que concerne aos cargos que compõem a estrutura administrativa e as suas respectivas atribuições, e no que concerne ao tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria - limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, após a qual será vedada a permanência dos mesmos dirigentes, ainda que em cargos diversos (Art. 291, <i>caput</i> e incs. I a V, da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1 de 2023).</p>	Art. 9º, § 2º, inc. I, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. I, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. II, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



3.	Ata de constituição da entidade atualizada registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. III, e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Ata de eleição dos atuais dirigentes, registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas.	Art. 9º, § 2º, inc. II, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. II, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. IV, e §2º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Comprovantes relativos à maioridade e à nacionalidade (natos ou naturalizados há mais de dez anos) dos dirigentes. Obs.: A prova da maioridade e nacionalidade se dará por meio dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; carteira profissional; carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou passaporte. A Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não será aceita para comprovar a nacionalidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) não servirá para comprovar a maioridade ou a nacionalidade.	Art. 9º, § 2º, incs. III e IV, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, incs. III e IV, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. V e VI, §3º e §4º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Manifestações em apoio à iniciativa válidas (Anexos XLI e XLII da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023), firmadas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas na área pretendida para a prestação do serviço. Obs. 1: As manifestações em apoio de pessoa jurídica devem ser acompanhadas de cópia do comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), cópia da ata de eleição ou termo de posse do representante legal da declarante e comprovante de endereço (art. 285, <i>caput</i> e inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Obs. 2: As manifestações em apoio de pessoa física devem ser acompanhadas de cópia da identidade e comprovante de endereço do declarante (art. 285, <i>caput</i> e inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 9º, § 2º, inc. VI, da Lei nº 9.612/1998; art. 14, inc. VI, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; Art. 274, inc. VII, e §5º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento.	Art. 24 da Lei nº 9.612/1998; art. 7º do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. VII, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



8.	Verificação da localização da sede da entidade e da residência dos dirigentes na área da comunidade para a qual pretende prestar o serviço.	Art. 7º, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 11, <i>caput</i> e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina de serviço de radiodifusão, nos cinco anos anteriores à data de publicação do edital até a publicação da portaria que autoriza a execução do serviço.	Art. 277, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
10.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 277, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
11.	Verificação de inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 258, inc. III, e art. 277, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
12.	Verificação de atendimento aos limites de outorga de RadCom: (i) a cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radcom; (ii) é vedado outorgar autorização de RADCOM para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura; (iii) a entidade solicitante não pode ter como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.	Art. 10, <i>caput</i> e parágrafo único, da Lei nº 9.612/1998; art. 18, <i>caput</i> e parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 274, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
13.	Consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) , disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis) - com o objetivo de verificar a inexistência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para transacionar com a Administração Pública.	Art. 274, inc. I, e ANEXO XL da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

56. **Em havendo uma única entidade interessada e essa restar habilitada**, o Ministério analisará a documentação de instrução (conforme item II.2.2.3 infra) e, estando regular, expedirá a autorização à referida entidade (art. 9º, §3º, da Lei 9.612/1998; art. 15 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998).

57. Por sua vez, caso tenha havido requerimentos de mais de uma entidade interessada, a Pasta deverá comunicá-las do **resultado prévio da habilitação** e, após - finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, deverá comunicá-las do **resultado definitivo da habilitação** (arts. 278 e 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



58. Se no resultado definitivo da habilitação configurar-se a concorrência entre as entidades habilitadas, o Ministério seguirá para a **fase de seleção (item II.2.2.2 infra)**.

59. Deste modo, tem-se que a fase de habilitação deve observar as regras existentes nos arts. 273 a 279 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.2 - DA SELEÇÃO

60. A fase de seleção somente ocorrerá quando houver concorrência (art. 280, parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

61. Concorrência é *"a relação que se estabelece entre entidades concorrentes, tidas como todas as interessadas cujos processos possam influir ou ser influenciados mutuamente em razão da proximidade entre os sistemas irradiantes"*. Será direta, *"quando os sistemas irradiantes distem menos de 4 (quatro) quilômetros"*; indireta, *"quando entidades que não concorram diretamente tenham pelo menos uma concorrente direta em comum"* (art. 258, inc. IV, alíneas "a" e "b", da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

62. As entidades habilitadas poderão mudar as coordenadas propostas para instalação do sistema irradiante, inclusive durante a fase de instrução, desde que haja viabilidade técnica e que o novo local escolhido esteja dentro da área pretendida para prestação do serviço. Se a mudança fizer com que a entidade requerente tenha outras concorrentes, estas não serão prejudicadas e a entidade que propôs a mudança perderá, em relação a essas novas concorrentes, a pontuação obtida com manifestações em apoio (art. 281, *caput* e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

63. Na fase de seleção, inicialmente, o Ministério deverá verificar junto às entidades se têm interesse em fazer acordo para a prestação do serviço em conjunto (art 9º, §4º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; e art. 282 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

64. As entidades terão trinta dias para se manifestarem sobre a proposta de acordo (art. 282, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

65. A ausência de manifestação das entidades interessadas deverá ser considerada como recusa à prestação conjunta do Serviço (art. 282, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

66. Caso aceitem prestar conjuntamente o serviço, deverão apresentar requerimento assinado pelos representantes legais das entidades habilitadas, com firma reconhecida, conforme o modelo do Anexo XLVI da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023. Nesse caso, as manifestações em apoio apresentadas pelas entidades participantes serão consideradas em conjunto (art. 282, §1º e §3º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

67. Caso não se alcance o acordo ou o acordo não abranja todas as concorrentes, o Ministério deverá aferir a classificação das entidades no certame, conforme a representatividade de cada uma (art. 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 283 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

68. Para tanto, a SECOE deverá, em relação à cada entidade, proceder à contagem da pontuação obtida com as manifestações em apoio válidas juntadas de pessoas jurídicas ou de pessoas físicas que tenham domicílio na área pretendida para a prestação do serviço (art 9º, §5º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 280 e art. 284, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

69. Deverão ser contabilizadas, primeiramente, as manifestações em apoio válidas de pessoas jurídicas. Em caso de empate, deverão ser contabilizadas as manifestações em apoio válidas de pessoas físicas. Persistindo o empate, a escolha deverá ser efetuada por sorteio público, a ser realizado na sede do Ministério das Comunicações, em data previamente comunicada às entidades, acompanhado por pelo menos três servidores (art. 9º, §6º, da Lei nº 9.612/1998; art. 16, parágrafo único, do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 284, §2º e §3, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).



70. Para serem consideradas na contagem, cada modalidade de manifestação em apoio deve ser encaminhada nos moldes do exposto nos **itens 40 a 44 supra**.

71. O Ministério deverá informar o **resultado prévio da seleção** e, após - finalizada a análise de eventuais recursos interpostos -, comunicará as entidades interessadas do **resultado definitivo da fase de seleção**, do qual constará a classificação final das concorrentes de acordo com a representatividade de cada uma e a convocação da entidade selecionada para apresentar, no prazo de trinta dias, os documentos da **fase de instrução**, previstos no art. 290 da Portaria (arts. 286, 287 e 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

72. Deste modo, tem-se que a fase de seleção deve observar as regras existentes nos arts. 280 a 288 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.3 - DA INSTRUÇÃO

73. Nessa fase, o Ministério deve verificar os documentos de instrução, previstos no art. 290 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, sob pena de indeferimento do pedido: (i.) Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023); (ii.) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); (iii.) Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); (iv.) Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (v.) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; (vi.) Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

74. O próprio Ministério instruirá o processo com os citados documentos: comprovante de inscrição no CNPJ; certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o FGTS; certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho. Na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet, poderá solicitar que a entidade os apresente (art. 289, §2º e §3º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

75. As certidões de regularidade apresentadas pela entidade serão consideradas válidas, se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei, conforme os termos do art. 186 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

76. Nessa fase, ainda é possível à entidade retificar eventuais vícios sanáveis (art. 289 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

77. Deverá ser **indeferido** o pedido da entidade que descumprir a solicitação para instrução processual (art. 294, inc. I, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

78. Também, deverá ser indeferido o pedido da entidade que não promover a quitação dos débitos junto à Anatel, até o término da fase de instrução; bem como da entidade que não promover o saneamento de eventuais irregularidades fiscais e trabalhistas (art. 294, incs. IV e V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

79. O art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento se *"após a publicação do edital, a entidade tenha executado Serviço de Radiodifusão sem a outorga do Poder concedente"*. Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, no sistema de fiscalização em operação, acerca da **inexistência de execução clandestina** após a publicação do edital.

80. O art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento *"substituição imediata de membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, quando, após a*



fase de habilitação, tiver sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria realize pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da **inexistência da referida condenação**, após a fase de habilitação. Caso a entidade não substitua, imediatamente, eventual dirigente que tenha sofrido a mencionada condenação, o pedido da entidade deve ser indeferido (art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

81. O art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023, estabelece como hipótese de indeferimento "o estabelecimento ou a manutenção de vínculos de qualquer natureza de vínculos de qualquer natureza". Assim, também na fase de instrução, recomenda-se que a Secretaria verifique, nos autos, se não resta constatado o estabelecimento ou a manutenção de **vínculo**.

82. Em conclusão, tem-se o seguinte *checklist* de requisitos na fase de instrução:

REQUISITO		BASE NORMATIVA
1.	Formulário de Dados de Funcionamento da Estação (Anexo XLIV da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023). Obs.: deve vir acompanhado por Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devendo ambos os documentos serem apresentados com as assinaturas de profissional habilitado para a execução de projeto técnico de radiodifusão e do representante legal da entidade, juntamente com o comprovante de pagamento da ART. Ainda, o formulário deve obedecer às características especificadas no Título IV e contar com as declarações constantes no item 11 do Anexo XLIV.	Art. 290, inc. I, §1º e §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
2.	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)	Art. 290, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
3.	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	Art. 290, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
4.	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Art. 290, inc. IV, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
5.	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal	Art. 290, inc. V, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
6.	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Art. 290, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
7.	Pesquisa, no sistema de fiscalização pertinente, acerca da inexistência de execução clandestina após a publicação do edital.	Art. 294, inc. III, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

8.	Pesquisa, nos sítios eletrônicos das Justiças Federal e Estadual relativas aos domicílios dos dirigentes, em primeiro e segundo graus, acerca da inexistência de condenação de algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990 (art. 277, inc. VI, e parágrafo único, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).	Art. 294, inc. VI, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.
9.	Verificação de inexistência de vínculo vedado pelo art. 11 da Lei nº 9.612/1998.	Art. 11 da Lei nº 9.612/1998; art. 43 do ANEXO do Decreto nº 2.615/1998; art. 294, inc. II, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

83. Se o pedido for indeferido - e eventual recurso contra o indeferimento não for provido -, serão convocadas para a fase de instrução as entidades remanescentes, observada a ordem de classificação (art. 296 e §1º da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

84. Após a regular instrução do processo, havendo uma entidade vencedora e concluída a análise de recursos eventualmente interpostos, o Ministério das Comunicações deverá proclamar a vencedora e declarar encerrada a Seleção Pública, comunicando às entidades interessadas (art. 295 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

85. Deste modo, tem-se que a fase de instrução deve observar as regras existentes nos arts. 289 a 296 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023.

II.2.2.4 - MINUTA DE PORTARIA PARA AUTORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE RADCOM

86. A portaria do Ministro das Comunicações que autorizar a execução do serviço de Radcom deve conter as seguintes informações: (i) a denominação da entidade; (ii) número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da entidade; (iii) serviço objeto da outorga; (iv) município e unidade da federação de execução do serviço; (v) prazo de outorga; (vi) frequência e canal de operação, (vii) prazo para início da execução do serviço (art. 19 do Decreto nº 2.615, de 1998, e art. 321, §1º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

87. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia (art. 20 do Decreto nº 2.615, de 1998).

88. É necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão comunitária pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

89. É recomendável que a SECOE utilize minuta de portaria para autorização do serviço de Radcom, com o seguinte conteúdo:

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação nº 1, de 1º de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº **XXXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**, resolve:

Art. 1º Fica outorgada autorização à **[denominação do outorgado]**, inscrita no CNPJ sob **XXX/XXXX-XX**, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de **[município e unidade da**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

federação de execução do serviço]; pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal xxx, cuja frequência é de xxx MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

90. O cumprimento dos requisitos técnicos e da inexistência de vínculo deve ser mantida durante toda execução do serviço de radiodifusão comunitária. Ademais, na data de assinatura da portaria de autorização, deve-se i.) verificar se estão dentro do prazo de validade as certidões que demonstram a manutenção da situação de regularidade da entidade; (ii.) atualizar a pesquisa no Sistema de Fiscalização em operação, caso a última tenha sido realizada há mais de 60 (sessenta) dias, em analogia ao prazo estabelecido no art. 186 do Decreto nº 52.795/1963^[3].

91. A portaria de outorga terá efeitos tão somente a partir da deliberação do Congresso Nacional, ressalvado o disposto no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 1998. (art. 321, §2º, da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

92. Transcorrido o prazo previsto no art. 64, §2º e §4º da Constituição Federal, sem apreciação do Congresso Nacional, o Ministério das Comunicações expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a publicação do Decreto Legislativo expedido pelo Congresso Nacional (art. 323 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

93. Após a deliberação pelo Congresso Nacional e a expedição de Decreto Legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá a licença para funcionamento de estação, com prazo de vigência de dez anos (art. 324 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023).

94. O prazo para o início efetivo da execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária é de seis meses a contar da data de autorização para operação em caráter provisório ou do licenciamento para funcionamento da estação, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período. (art. 326 da Portaria de Consolidação nº 1, de 2023)

95. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998, e Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1º, de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 106, de 05 de junho de 2023), na apreciação dos processos administrativos relacionados à emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha constatado a existência de óbice para o deferimento da autorização.

96. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565

https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

97. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da emissão de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária (Radcom), em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, recomenda-se a juntada cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; iv) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria que outorgue autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária; v) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária deve seguir o modelo acima apresentado (vide **item 89** deste PARECER REERENCIAL).

98. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa, o que ocorrer primeiro.

99. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. [00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU](#); ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

100. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração.

Brasília, 09 de outubro de 2023.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [00738000278202367](#) e da chave de acesso ebb26469

Notas

1. [^] ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. RÁDIO COMUNITÁRIA. LIMITAÇÃO À RESIDÊNCIA DOS DIRIGENTES DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA MESMA ÁREA DE ALCANCE DA ANTENA TRANSMISSORA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.1. O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a União com o objetivo de ver afastadas certas restrições ao funcionamento das rádios comunitárias previstas em atos normativos infralegais, a saber: (i) área de execução do serviço limitada ao raio de 1.000 (mil) metros da antena transmissora; e (ii) exigência de comprovação de residência de seus dirigentes dentro dessa mesma área.2. O Tribunal Regional Regional da 3ª Região manteve a sentença de improcedência dos pedidos; inconformado, o MPF recorre quanto ao segundo tema com o objetivo de afastar a restrição de ordem métrica quanto à residência dos dirigentes das rádios comunitárias.3. Com razão



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946292-1242409565>

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

o Parquet federal, pois, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei 9.612/1998, "[o]s dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida", **ou seja, basta que residam na comunidade atendida pela rádio comunitária, ainda que fora do alcance da respectiva antena transmissora**. 4. Recurso especial provido. (REsp n. 1.955.888/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/3/2022, DJe de 25/3/2022, g.n.).

2. [^] Art. 11. O interessado poderá enviar eletronicamente documentos digitais para juntada aos autos. § 1º O teor e a integridade dos documentos digitalizados são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes. § 2º Os documentos digitalizados enviados pelo interessado terão valor de cópia simples. § 3º A apresentação do original do documento digitalizado será necessária quando a lei expressamente o exigir ou nas hipóteses previstas nos art. 13 e art. 14.
3. [^] Art. 186. As certidões exigidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei.



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1242409565 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:05. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01999/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL N. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dr(a). Alessandra Castro Rodrigues, advogada da União**, que trata de aplicação de manifestação jurídica referencial (MJR) aos processos administrativos que versam sobre a emissão de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

2. A referida MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, conforme os termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022.

3. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 27 de setembro de 2023.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1292751054 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-10-2023 19:52. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://supersapiens.agu.gov.br/apps/processo/35525146/visualizar/2104946293-1292751054>

<https://moleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02092/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000278/2023-67

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

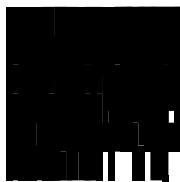
ASSUNTOS: Parecer referencial. Rádio comunitária. Autorização.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos critérios para a outorga de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 10 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA
FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000278202367 e da chave de acesso ebb26469



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1306089757 e chave de acesso ebb26469 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 15:24. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 11877/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. TRANSFERÊNCIA DIRETA. VIABILIDADE. REMESSA DOS AUTOS À CONJUR E AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.
2. Após a protocolização do requerimento administrativo que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação das pessoas jurídicas interessadas na operação de transferência direta para complementar a instrução processual, tendo sido apresentados os documentos solicitados.

ANÁLISE

3. Sabe-se que as concessões ou permissões do serviço de radiodifusão sonora ou de sons e imagens podem ser repassadas a outra pessoa jurídica por intermédio de operação denominada de transferência direta, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, a saber:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

c) a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo;

[...]

4. Conforme visto, a operação de transferência direta depende, para sua validade, de prévia anuência do Poder Público, cujo ato se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, tudo com base no art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795/1963.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 11877 (14624512)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 1

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

5. A anuência do Poder Público está condicionada à demonstração pelas interessadas na operação de transferência direta do preenchimento das condições consubstanciadas, em especial, no art. 91 e art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, a saber:

Art. 91. A transferência da concessão ou da permissão somente poderá ser autorizada após decorrido o prazo de cinco anos, contado da data de expedição do certificado de licença definitiva para o funcionamento da estação.

[...]

Art. 93. A transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes do art. 28, acompanhada da seguinte documentação:

I - requerimento de transferência de concessão e permissão, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, preenchido em conjunto pelas entidades cedente e cessionária;

II - documentação relativa à entidade cedente:

a) prova de inscrição no CNPJ;

b) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cedente, na forma da lei;

c) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

d) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; e

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - documentação relativa à entidade cessionária:

b) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que arquivados os atos constitutivos da entidade cessionária;

c) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no [§1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de:

1. certidão de nascimento ou casamento;

2. certificado de reservista;

3. cédula de identidade;

4. certificado de naturalização expedido há mais de dez anos;

5. carteira profissional;

6. carteira de trabalho e previdência social; ou

7. passaporte;

d) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a entidade cessionária ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;

e) certidão negativa de falência ou recuperação judicial válida, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data posterior à da publicação do edital;

f) prova de inscrição no CNPJ;

g) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade cessionária, na forma da lei;

h) prova de regularidade de recolhimento dos recursos do FISTEL;

i) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;

j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

k) declaração de que:

1. a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão;

2. nenhum dos sócios ou dos dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será transferida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

3. nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou



de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

4. a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

5. a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição;

6. a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

7. nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#)

Parágrafo único. A concessão ou a permissão será transferida em observância aos prazos e às condições estabelecidas originalmente.

6. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da transferência direta, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

7. No caso em apreço, as pessoas jurídicas ora interessadas na operação objeto destes autos protocolaram requerimento administrativo de transferência direta, por meio de seus sócios e dirigentes, conforme demonstram as certidões simplificadas emitidas pelas repartições competentes em 4 de junho de 2024 e em 21 de fevereiro de 2024 (SEI 11499233 - págs. 1/4; SEI 11624653 e SEI 11499233 - págs. 15/16). O pleito foi apresentado juntamente com as declarações previstas no art. 93, inciso III, alínea “k”, do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, devidamente firmadas pelos representantes legais da empresa cessionária (SEI 11499233 - págs. 3/4).

8. A pessoa jurídica cedente recebeu do Poder Público a concessão para a execução do referido serviço por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003 (SEI 11624762 - Págs. 1/2). A outorga encontra-se vencida desde 2014 (SEI 11856558). Contudo, o Ministro de Estado das Comunicações assinou a Portaria MCOM nº 13.545, de 13 de junho de 2024, publicada no dia 26 de junho de 2024, no bojo do processo nº 53115.004108/2023-45, que tratou da renovação da outorga para o período de 30 de janeiro de 2024 a 30 de janeiro de 2034 (SEI 11600189).

9. Anota-se, ainda, que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação se materializou após a publicação do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no dia 9 de abril de 2018, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SEI 11603201).

10. Oportuno registrar que a execução do serviço de radiodifusão pela entidade está sendo mantida em caráter precário, uma vez que não houve ainda manifestação do Congresso Nacional em relação à renovação da outorga. De todo modo, tal circunstância não inviabiliza a transferência direta, porquanto o art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017 e o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963 autorizam a efetivação da operação por ocasião do funcionamento do serviço em caráter precário, desde que concluída a instrução do processo de renovação.

11. Tem-se, ademais, que, após consulta à pasta cadastral da pessoa jurídica cedente, a condição alusiva ao prazo mínimo de licenciamento da estação, conforme previsto no art. 91 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, foi devidamente observada. A primeira licença para funcionamento da estação de radiodifusão sonora, em onda média, foi emitida em 8 de junho de 2010; portanto, a estação encontra-se licenciada há mais de 5 (cinco) anos (SEI 11603046).



A documentação apresentada pelas entidades cedente e cessionária está em conformidade

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 11877 (14824512)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 3

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

com o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 9.138/2017 e pelo Decreto nº 10.775 de 23 de agosto de 2021, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11603059). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

13. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

14. As pessoas jurídicas ora interessadas na operação de transferência direta apresentaram todos os documentos previstos nos incisos II e III do art. 93 do Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

15. A pessoa jurídica cedente juntou aos autos os comprovantes de regularidade perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; as certidões que demonstram a sua regularidade junto aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal; bem como os comprovantes de regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Colacionou-se, também, o comprovante de regularidade junto ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Carreou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11603059).

16. Por sua vez, a pessoa jurídica cessionária colacionou aos autos, além dos documentos citados anteriormente, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial em que seus atos estão registrados, de modo a demonstrar a sua composição societária e diretiva e a comprovar as atividades desenvolvidas. O objetivo social diz respeito a *exploração de serviços de de radiodifusão mediante divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo, promovendo ao mesmo tempo a publicidade comercial para satisfazer os encargos da empresa, sendo que para alcançar o objetivo serão usados os serviços de radiodifusão sonora (produção, geração e transmissão de sons) em conformidade com a legislação em vigor, especialmente o que se trata na Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962, do Decreto nº 52.026 de 20 de maio de 1963 e modificações posteriores, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria* (SEI 11499233 - págs. 15/16).



De acordo com a Certidão Simplificada expedida pelo órgão de registro competente na data

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 11877 (14824512)

SEI 33115-312570/2024-05 / pg. 4

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

de 21 de fevereiro de 2024, a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária é a seguinte (SEI 11499233 - págs. 15/16):

NOME	COTAS	VALOR - R\$
Maria Betânia Botelho Alves	105.000	105.000,00
João Henrique Holanda Caldas	45.000	45.000,00
TOTAL	150.000	150.000,00

NOME	CARGO
Maria Betânia Botelho Alves	Administradora

18. Em relação aos limites de outorga, e levando-se em consideração a estrutura societária e diretiva constante na certidão simplificada expedida pela respectiva Junta Comercial, tem-se que a pessoa jurídica cessionária não faz parte da composição societária de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO na data de 19 de dezembro de 2024 (SEI 11856598), a saber:

Dados da consulta	Consulta
Consulta Participação da Entidade nas Empresas	
Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.738.203/0001-78
* Não foi encontrado dados com essa informação	

19. Já em relação aos sócios e administradora, nota-se a participação no quadro societário de outras entidades executantes dos serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, senão vejamos (SEI 11856598):



Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 151.568.694-91											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA BETANIA BOTELHO ALVES	151.568.694-91	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Diretor (GERENTE)	0	--	--	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	105000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

Consulta Composição da Entidade...											
Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 011.176.901-99											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS	011.176.901-99	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	GTVD	--	AL	Arapiraca
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Maribondo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	AL	Coruripe
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	CE	Graça
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	São José de Ubá
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	RJ	Arraial do Cabo
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	FM	--	PI	Pio IX
		ALAGOAS COMUNICACAO LTDA	03.738.203/0001-78	Sócio	45000	0,00%	0,00%	OM	Regional	AL	Palmeira dos Índios

20. Nesse contexto, a pessoa jurídica cessionária e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os limites de outorgas fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO (SEI 11856598).

21. A pessoa jurídica cessionária carregou, ainda, a prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos de seus sócios e dirigentes, a fim de atender ao disposto no §1º do art. 222 da Constituição Federal. Juntou-se, também, o balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, firmados em conjunto por profissional em contabilidade e por seu representante legal. Acostou-se, no mesmo modo, certidão emitida pelo Poder Judiciário do Estado em que a sede está localizada, do que inexistiu registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor (SEI 11603059).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f/2024-05 / pg. 6

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

22. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a pessoa jurídica cessionária, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão, em havendo autorização do Poder Público para a transferência direta da outorga, tudo na forma do art. 93 do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021.

23. Mostra-se relevante rememorar que, em se tratando de transferência de outorga, faz-se necessário, também, levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorga que se pretende transferir. Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM foi instada a informar sobre a existência de Processos de Apuração de Infração - PAIs, por meio do Correspondência Eletrônica (SEI 11604176). Em resposta, informou-se o seguinte (SEI 11606733):

que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora Rádio Sol Maior Ltda, inscrito no CNPJ nº 01.757.455/0001- 19, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

24. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica cedente não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11856584). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, não se aplica no caso concreto (SEI 11603493 e SEI 12143026).

25. **Por fim, esclareça-se que, por intermédio da Nota Técnica nº 11413/2024/SEI-MCOM (vide item 5), que acompanhou o Ofício nº 22415/2024/MCOM, a pessoa jurídica cessionária foi advertida que, caso o pedido de transferência direta seja deferido, o serviço de radiodifusão será prestado em caráter precário, enquanto não houver conclusão do respectivo processo de renovação de outorga, na forma do art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 13.424/2017, juntamente com o art. 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963 (SEI 11604196 e SEI 11604403). Tal advertência, aliás, encontra-se inserida na minuta de ato ora colacionada aos autos (SEI 11856531).**

26. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL, nos termos do art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117/1962 e do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

28. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica da operação de transferência direta ora discutida, inclusive das minutas de Portaria (SEI 11856531) e de Exposição de Motivos (SEI



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 11877 (14824512)

SEI 33115-312570/2024-05 / pg. 7

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

11856533), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993, e

b) em caso de manifestação jurídica favorável, remessa posterior dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963, sem prejuízo das medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 222, § 5º, da Constituição Federal.

29. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da correspondente atualização dos sistemas pertinentes com a composição societária e diretiva da pessoa jurídica cessionária, **de acordo com o exposto no parágrafo 17 desta manifestação**, bem como da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s) e a tramitação dos autos à **SECOE_MCOM_CCIVIL** para providências subsequentes.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 19/12/2024, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin, Coordenador de Atos de Radiodifusão Privada**, em 19/12/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani, Assistente Técnico**, em 19/12/2024, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 23/12/2024, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11624512** e o código CRC **E00D0D85**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 11624512



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 11877 (11624512)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 8

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Atos de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 615/2025/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.012570/2024-05.

INTERESSADAS: RÁDIO SOL MAIOR LTDA (CEDENTE) E ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA (CESSIONÁRIA).

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL.

TRANSFERÊNCIA DIRETA. MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL DA CONJUR COM RESSALVA.

ATENDIMENTO. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do processo administrativo de interesse da **Rádio Sol Maior Ltda** e da **Alagoas Comunicações Ltda**, inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, por meio do qual foi solicitada a transferência direta de outorga, da primeira para a segunda, do serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada (SEI 11603201), vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió/AL.

2. Por intermédio da Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM e do Ofício Interno nº 58352/2024/MCOM esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pela viabilidade do pedido de transferência e pelo encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica. Por sua vez, a unidade consultiva exarou o Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, no sentido de não terem sido vislumbradas irregularidades no presente processo; no entanto, **ressaltou que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga** (SEI 11624512; SEI 12148492 e SEI 12165017).

3. Em atendimento à diligência solicitada pela unidade consultiva, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica encaminhou os Ofícios nº 944/2025/MCOM e nº 948/2025/MCOM acompanhados da Nota Técnica nº 333/2025/SEI-MCOM, além dos Ofícios nº 1168/2025/MCOM e nº 1169/2025/MCOM acompanhados da Nota Técnica nº 413/2025/SEI-MCOM, por meio dos quais as partes interessadas foram notificadas para apresentar àquelas certidões em que não foi possível obter de ofício (SEI 12169396; SEI 12169432; SEI 12169460; SEI 12172384; SEI 12172406 e SEI 12172409).

4. Eis o sumário executivo.

ANÁLISE

5. Para melhor contextualização do que aqui será discorrido, cumpre transcrever breve trecho do referido Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SEI 11624512; SEI 12148492 e SEI 12165017):



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadedassinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 615 (1217/2025)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 1

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

[...]

35. Pode-se concluir assim que, ressalvada a necessidade de atualização das certidões que estão vencidas, estão atendidas as exigências documentais previstas no art. 93 do RSR. Além disso, é importante destacar que as certidões de regularidade devem estar válidas na data em que for praticado o ato de deferimento do pedido de transferência de outorga[6]. Ademais, mostra-se oportuno também verificar a situação fiscal relativa as certidões positivas com exigibilidade suspensa resultando em efeitos negativos.

[...]

IV - CONCLUSÃO

39. Ante o exposto, abstraída qualquer análise relacionada à conveniência e oportunidade da medida, concluo que não há óbice jurídico ao deferimento do pedido de transferência da outorga de interesse da Rádio Sol Maior Ltda (CEDENTE) e da Alagoas Comunicações Ltda (CESSIONÁRIA), inscritas no CNPJ nº 01.757.455/0001-19 e CNPJ nº 03.738.203/0001-78, na localidade de no município de Maceió/AL, desde que atendida a ressalva contida no parágrafo 35 deste Parecer.

DESPACHO n. 00012/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pelo Dr. Guilherme Brum de Almeida, Advogado da União.

[...]

3. Conforme os termos do Parecer, observado o disposto no parágrafo 35, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize a realização da transferência da outorga em questão.

DESPACHO n. 00016/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

1. Aprovo o PARECER n. 2/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 12/2025/CONJURMCOM/CGU/AGU.

6. Em atenção às orientações do referido Parecer n. 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, confeccionou-se nova lista de verificação documental, de modo a demonstrar a colação aos autos dos documentos atualizados (SEI 12169373).

7. Sendo assim, entende-se que as informações e documentos ora carreados aos autos vão ao encontro da recomendação formulada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, e em complementação à Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM (SEI 11624512), sugere-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, acompanhado das minutas de Portaria (SEI 12177268) e de Exposição de Motivos (SEI 12177270), para que, em caso de aprovação desta manifestação, seja reenviado o processo ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 90 do Decreto nº 52.795/1963.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Judson José Teles Confortin**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada substituto**, em 15/01/2025, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Assistente Técnico**, em 15/01/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadefassinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 615 (12177268)

SEI 93113-012370/2024-05 / pg. 2

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/01/2025, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **12177263** e o código CRC **BA97CC26**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

Documento nº 12177263



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

Nota Técnica 015 (12177263)

SEI 53115.012570/2024-05 / pg. 3

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 17 de fevereiro de 2025.

Ao Protocolo da SAJ, SAG, CGINF, SE/CC,

Assunto: Trata-se da transferência a concessão outorgada à RÁDIO SOL MAIOR LTDA., inscrita no CNPJ nº 01.757.455/0001-19, por meio do Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, publicado no dia 28 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 788, de 2003, publicado em 24 de outubro de 2003, para a ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ nº 03.738.203/0001-78, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, vinculado ao Fistel nº 50416391834, no município de Maceió, estado de Alagoas.

1. Encaminho a EXM 21 2025 MCOM, para análise e providências.

BRENO BAJO DUTRA
Divisão de Publicação de Atos Oficiais



Documento assinado eletronicamente por **Breno Bajo Dutra**, Divisão de Publicação de Atos Oficiais, em 17/02/2025, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6437625** e o código CRC **23CB18DA** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

SEI nº 6437625

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Gestão Interna

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos nº 21/2025 - MCOM.

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as unidades competentes pelas análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

AMANDA ELER GOUVEA
Assistente SSGI/SE/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Eler Gouvea, Assistente**, em 17/02/2025, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6437730** e o código CRC **A218634F** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 263/2025/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53115.012570/2024-05.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00021/2025 MCOM, de 14 de Fevereiro de 2025, do Ministério das Comunicações

ASSUNTO: Transferência da outorga comercial de permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Maceió/AL.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00021/2025 MCOM(6436679), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.012570/2024-05, acompanhado da [PORTARIA MCOM Nº 15.998, DE 16 DE JANEIRO DE 2025](#) que transfere a permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada) outorgada à Rádio Sol Maior LTDA. - Cedente, inscrita no CNPJ sob o nº 01.757.455/0001-19, para a empresa Alagoas Comunicação LTDA - Cessionária, inscrita no CNPJ sob o nº 03.738.203/0001-78, com o uso docanal 293, frequência 106.5MHz, Fistel nº 50416391834, sem direito à exclusividade, no município de Maceió, estado de Alagoas, de acordo com o disposto na alínea "c" do art. 38 do [Código Brasileiro de Telecomunicações^{\[1\]}](#), e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^{\[2\]}](#).
2. Segundo o disposto no art. 38, alínea "c", da Lei nº 4.117, de 1962, a transferência da concessão ou permissão de uma pessoa jurídica para outra depende, para sua validade, de prévia anuência do órgão competente do Poder Executivo. A prévia anuência do Poder Público se materializará em portaria do Ministro de Estado das Comunicações, quando se tratar do serviço de radiodifusão sonora, ou em decreto do Presidente da República, que será precedido de instrução processual a ser efetivada pelo Ministério das Comunicações, na hipótese do serviço de radiodifusão de sons e imagens, nos termos do art. 90, incisos I e II, do Decreto nº 52.795, de 1963. Conforme o art. 93 do referido decreto, a transferência da concessão ou da permissão só poderá ser efetivada se a sociedade para a qual será transferida a concessão ou a permissão estiver condicionada às exigências constantes no decreto, sendo observado os prazos e condições estabelecidas originalmente na outorga.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico nº 00002/2025/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 02/01/2025 (6437602), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de transferência direta da outorga.
 - Nota Técnica nº 11877/2024/SEI-MCOM, de 23/12/2024 (6437610), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE/MCOM, que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de transferência direta da outorga, nos termos do art. 38 da Lei nº 4.117, de 1.962, e dos arts. 93 e 94 do Decreto nº 52.795, de 1963.
 - Lista de Verificação de Documentos - Transferência de Outorga Comercial, de 15/01/2025 (6436667), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quando societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social^{\[4\]}](#); e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro^{\[5\]}](#), que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.738.203/0001-78
NOME EMPRESARIAL:	ALAGOAS COMUNICACAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MARIA BETANIA BOTELHO ALVES
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	JOAO HENRIQUE HOLANDA CALDAS
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 17/06/2025 às 11:37 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de transferência direta de outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; e (iii) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] Succedida pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica do Ministério das Comunicações (SECOE/MCOM), conform [Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023](#).

[4] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são : Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).





Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 02/07/2025, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 02/07/2025, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 02/07/2025, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6545565** e o código CRC **0AB34A61** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.012570/2024-05

SEI nº 6545565

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.012570/2024-05

Nota SAJ - Radiodifusão nº 481 / 2025 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO SOL MAIOR LTDA. ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA.
Assunto:	Serviço de radiodifusão sonora. Transferência de outorga, de rádio comercial em Frequência Modulada (FM). Encaminhamento de Mensagem ao Congresso Nacional, comunicando a transferência, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição.
Processo nº:	53115.012570/2024-05

Senhora Secretária Especial Adjunta,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.012570/2024-05, cuja proposta é a solicitação de autorização para transferência de outorga de concessão para execução do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada (FM), de RÁDIO SOL MAIOR LTDA..
- Assim, o processo diz respeito à transferência direta de outorga, cujo procedimento encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR) e alterações posteriores. No caso concreto, a entidade **RÁDIO SOL MAIOR LTDA**(cedente), inscrita no CNPJ sob nº 01.757.455/0001-19, requer autorização para efetuar a transferência direta da outorga de rádio FM, na localidade de Maceió/AL, à **ALAGOAS COMUNICAÇÃO LTDA.** (cessionária), inscrita no CNPJ sob nº 03.738.203/0001-78.
- É importante observar que, em que pese a outorga se encontrar vencida, o Ministério das Comunicações - MCOM aponta a existência de processo administrativo relativo ao pedido de renovação de outorga (Processo nº 53115.004108/2023-45), para o período 2024/2034.
- O § 5º do art. 222 da Constituição Federal prevê que as alterações de controle societário de empresas de radiodifusão deverão ser comunicadas ao Congresso Nacional.
- O MCOM analisou os documentos que instruem o processo, tendo atestado a regularidade do procedimento, por suas Notas Técnicas. A Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil – SAG/CC/PR manifestou-se favoravelmente à autorização para transferência da outorga.

II - ANÁLISE

- Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República o ato do Ministro das Comunicações **que autoriza a transferência de outorga** de exploração do Serviço de radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM). *A transferência direta* da outorga se dá quando a concessão ou outorga é transferida, de uma pessoa jurídica para outra.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

7. Conforme o art. 3º do Decreto nº 52.795, de 1963 (Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR), é permitida a exploração comercial dos serviços de radiodifusão desde que não haja prejuízo ao interesse nacional e à finalidade educativa e cultural desses. O mesmo RSR indica a obrigação de as outorgadas solicitarem prévia autorização do Poder Executivo federal para transferir a concessão ou permissão, de uma pessoa jurídica para outra (art. 28, item 10 do Decreto nº 52.795/1963).
8. Ademais, os dispositivos legais apontam que a transferência de outorga só poderá ser autorizada após decorrido o prazo de 5 anos da data de expedição da outorga (vide art. 91 do Decreto 52.795/1963). Neste aspecto, nota-se o pleno cumprimento deste requisito.
9. Ao tratar de transferência de outorga, torna-se necessário levantar informações acerca da existência de pena de cassação da outorgada. Neste aspecto, a área técnica do MCOM aponta que tal levantamento foi realizado, certificando a inexistência de Processos instaurados para apurar eventuais irregularidades, que venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.
10. Da mesma forma, o art. 93 do Decreto nº 52.795/1963 indica a documentação que a nova outorgada deve apresentar, com o objetivo de verificar se há continuidade da habilitação técnica, econômico-financeira, fiscal e jurídica para manutenção da outorga. A área técnica e a Consultoria Jurídica do MCOM indicaram ter realizado tal análise, entendendo cumpridos os requisitos de documentação.
11. Outro ponto pertinente diz respeito aos limites de propriedade de empresas de radiodifusão, trazidos pela Lei nº 236/1967, bem como pelo art. 14 § 3º do Decreto nº 52.795/1963. Mais uma vez, a análise do MCOM atesta que tais limites se mantêm devidamente cumpridos, mesmo após a transferência.
12. Assim, de acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica** do Ministério das Comunicações afirmam que o procedimento legal para a transferência da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de transferência de outorga, com fundamento no art. 90, I do Decreto nº 52.795/1963.
13. Observa-se que a outorga transferida continuará observando os prazos e condições originalmente estabelecidas. É importante alertar que, no caso concreto, a outorga atual encontra-se vencida. Todavia, já há processo administrativo de renovação da outorga (Processo nº 53115.004108/2023-45), para o período de 2024/2034. Assim, a execução do serviço está sendo mantido em caráter precário. Neste sentido, o art. 4º da Lei nº 13.424/2017, bem como o art. 94 do Decreto nº 52.795/1963, indicam claramente que a anuência do Poder Público para a transferência da outorga, no curso do funcionamento do serviço de radiodifusão em caráter precário, pode ser deferida, desde que concluída a instrução do processo de renovação da outorga no âmbito do MCOM, devendo ser advertida desta condição a entidade para a qual a outorga esteja sendo transferida.
14. Sobre o tema, a área técnica do Ministério aponta que o referido pedido de renovação já foi devidamente apreciado pelo MCOM, sendo que a decisão já foi consubstanciada na Portaria nº 13.545/2024, publicada no DOU de 26/06/2024, encaminhada por meio da Mensagem nº 1.329/2024, de 17/10/2024, ao Congresso Nacional, inexistindo fator que impeça a transferência.
15. Por fim, observa-se o mandamento pelo qual as alterações societárias de empresas, outorgadas a prestar serviços de radiodifusão sonora, devem ser comunicadas ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição.

III - CONCLUSÃO

16. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.012570/2024-05, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional comunicando a alteração societária, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal de 1988.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 16/06/2025, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 16/06/2025, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 16/06/2025, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6762841** e o código CRC **41112FDE** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretaria Adjunta de Assuntos Legislativos

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 854, de 2 de julho de 2025, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 15.998, de 16 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 7 de fevereiro de 2025, que transfere a concessão outorgada à Rádio Sol Maior Ltda. para a Alagoas Comunicação Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no Município de Maceió, Estado de Alagoas.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

MÔNICA ADRIANA GARCIA
Secretária Adjunta de Assuntos Legislativos, substituta
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.
MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Adriana Garcia**, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a), em 03/07/2025, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 03/07/2025, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6813037** e o código CRC **083B420A** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.012570/2024-05

SEI nº 6813037

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 15.998, de 16 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 7 de fevereiro de 2025, que transfere a concessão outorgada à Rádio Sol Maior Ltda. para a Alagoas Comunicação Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no Município de Maceió, Estado de Alagoas.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f

MENSAGEM Nº 854

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 15.998, de 16 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 7 de fevereiro de 2025, que transfere a concessão outorgada à Rádio Sol Maior Ltda. para a Alagoas Comunicação Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no Município de Maceió, Estado de Alagoas.

Brasília, 2 de julho de 2025.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>



41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 985/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 15.998, de 16 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 7 de fevereiro de 2025, que transfere a concessão outorgada à Rádio Sol Maior Ltda. para a Alagoas Comunicação Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora, em onda média, posteriormente adaptado para frequência modulada, no Município de Maceió, Estado de Alagoas.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/07/2025, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6816551** e o código CRC **DC8E37F6** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.012570/2024-05

SEI nº 6816551

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f>

41f58f8f-c4b8-485e-90f8-2416e27e953f